

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara, São Paulo

ÉRICK ROBERTO FREIRE DE ARAÚJO SILVA

**MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE A
PARENTALIDADE DE PESSOAS LÉSBICAS E GAYS
PRETENDENTES À ADOÇÃO**



ARARAQUARA/SP
2021

ÉRICK ROBERTO FREIRE DE ARAÚJO SILVA

**MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE A
PARENTALIDADE DE PESSOAS LÉSBICAS E GAYS
PRETENDENTES À ADOÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Araraquara, São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Sexualidade, Cultura e Educação Sexual

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rossi

ARARAQUARA/SP
2021

S586m

Silva, Érick Roberto Freire de Araújo

Motivações e expectativas sobre a parentalidade de pessoas lésbicas e gays pretendentes à adoção / Érick Roberto Freire de Araújo Silva.

-- Araraquara, 2021

205 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Célia Regina Rossi

1. Parentalidade. 2. Lesbianidades. 3. Homossexualidades. 4.
Fenomenologia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ÉRICK ROBERTO FREIRE DE ARAÚJO SILVA

MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE A PARENTALIDADE DE PESSOAS LÉSBICAS E GAYS PRETENDENTES À ADOÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Araraquara, São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Sexualidade, Cultura e Educação Sexual

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rossi

Data da defesa: 13 de agosto de 2021, às 13h30

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

- Presidente e orientadora:** Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rossi.
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – *Campus* de Rio Claro
- Membro titular:** Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – *Campus* de Assis
- Membro titular:** Prof.^a Dr.^a Suzy Maria Lagazzi
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- Membro titular:** Prof.^a Dr.^a Cláudia Pereira Vianna
Universidade de São Paulo – USP – Faculdade de Educação
- Membro titular:** Prof. Dr. Nilson Fernandes Dinis
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Local: defesa não presencial

Dedico esta pesquisa aos meus filhos, Ravi, o Rei Sol, e Saulo, o Guerreiro da Esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Célia Rossi, pela autenticidade e personalidade fora de série, pelos desabafos políticos e pela força de luta, pela parceria e amizade e, sobretudo, pela competência e ética.

Agradeço aos/às professores/as do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar que estiveram presentes direta e indiretamente de várias formas e em diferentes momentos nesse percurso de superação.

Agradeço ao professor Cristiano Barreira, pelas contribuições e conhecimentos relacionados com o método empírico fenomenológico.

Agradeço aos/às funcionários/as que atuam na seção de Pós-Graduação; bem como aos/às funcionários/as, que atuam na seção técnica acadêmica, pelo apoio institucional e pelo grande cuidado em cada atendimento; pela atenção, pela competência e pela generosidade.

Agradeço aos membros Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara, pela agilidade no processo de aprovação desta pesquisa e pela confiança depositada.

Agradeço aos/às bibliotecários/as pelo suporte técnico prestado; pela atenção encorajadora e pelas orientações sobre as normas técnicas e de estilo.

Agradeço ao psicólogo judiciário Walter Cassin, pela disponibilidade e cooperação.

Agradeço à minha mãe Wilza Araújo e ao meu pai José Araújo, e à minha irmã Emille Moleiro, pela criação voltada para os estudos e pelo grande incentivo, pela dedicação e pelo apoio.

Em especial, agradeço ao meu marido, Antônio Silva pelo suporte, compreensão, incentivo constante, amor incondicional, parceria, sonhos compartilhados, carinho e pelas possibilidades...

*“Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros, em que não vivam sós — a um tempo em que a verdade exista e em que o que for feito não possa ser desfeito:
Da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensamento — saudações!” (ORWELL, 1949)*

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as motivações e expectativas sobre a parentalidade a partir dos relatos de casais *gays* e lésbicas pretendentes à adoção. A investigação se valeu do método fenomenológico, a fim de conhecer a experiência de cada sujeito entrevistado e permitir uma análise compreensiva da parentalidade ainda não exercida, mas esperada. Partiu-se do problema de pesquisa: como pessoas homossexuais constroem o seu imaginário acerca da parentalidade? Foram colhidas e analisadas seis entrevistas que puderam sintetizar a essência do fenômeno para aquelas experiências relatadas. Os resultados apontaram que as motivações para a adoção e a constituição de uma família envolvem o desejo de prover segurança, acolhida (que muitos dos/as respondentes nem mesmo viveram nas suas origens) e união. Tornar-se pai/mãe de alguém por meio da adoção tem um significado um pouco maior comparado com a parentalidade biológica. Envolve o desejo de prover afeto a alguém que, anteriormente, viveu uma condição de abandono ou sofrimento. As histórias de vida dos/as candidatos/as à adoção parecem ter influenciado na sua decisão. Quanto às expectativas, até o momento, não obstante as maiores queixas terem se direcionado à excessiva burocratização brasileira e à lentidão do sistema, os/as pretendentes relataram suas fantasias relativas à transmissão de valores, à partilha de interesses e um sentimento de plenitude com a chegada do/a filho/a. Além disso, surgiram inquietações sobre sentimentos de homofobia/lesbofobia relacionados à morosidade do processo.

Palavras-chave: Parentalidade. Lesbianidades. Homossexualidades. Fenomenologia.

ABSTRACT

The present research aimed to understand the motivations and expectations about parenting based on the reports of *gay* and lesbian couples seeking adoption. The investigation made use of the phenomenological method, in order to know the experience of each interviewed subject and to allow a comprehensive analysis of parenting not yet exercised, but expected. Thus, we started from the research problem: how do homosexual people build their imaginary about parenting? Six interviews were collected and analyzed, which could summarize the essence of the phenomenon for those reported experiences. The results pointed out that the motivations for the adoption and the constitution of a family involve the desire to provide security, shelter (which many, not even, lived in its origins) and union. Becoming a parent of someone through adoption has a slightly greater significance compared to biological parenting. It involves the desire to provide affection to someone who has previously experienced a condition of abandonment or suffering. The life story of the candidates for adoption seems to have influenced their decision. As for expectations, so far, despite the fact that the biggest complaints have been directed towards excessive Brazilian bureaucratization and the slowness of the system, the suitors reported their fantasies about the transmission of values, the sharing of interests and a feeling of fullness with the arrival of the child. In addition to concerns about feelings of homophobia / lesbophobia related to the length of the process.

Keywords: Parenting. Lesbians. Homosexualities. Phenomenology

RÉSUMÉ

La présente recherche visait à comprendre les motivations et les attentes à l'égard de la parentalité sur la base des rapports de couples gais et lesbiens cherchant à être adoptés. L'enquête a fait appel à la méthode phénoménologique, afin de connaître l'expérience de chaque sujet interrogé et de permettre une analyse complète de la parentalité non encore exercée, mais attendue. Ainsi, nous sommes partis du problème de la recherche: comment les homosexuels construisent-ils leur imaginaire sur la parentalité? Six entretiens ont été recueillis et analysés, ce qui pourrait résumer l'essence du phénomène pour les expériences rapportées. Les résultats ont souligné que les motivations de l'adoption et de la constitution d'une famille impliquent le désir de fournir la sécurité, un abri (dont beaucoup, même pas, vivaient à ses origines) et l'union. Devenir parent d'une personne par adoption a une signification légèrement plus grande que la parentalité biologique. Cela implique le désir de fournir de l'affection à quelqu'un qui a déjà vécu une condition d'abandon ou de souffrance. L'histoire de la vie des candidats à l'adoption semble avoir influencé leur décision. Quant aux attentes, jusqu'à présent, malgré le fait que les plus grosses plaintes aient été dirigées vers la bureaucratisation brésilienne excessive et la lenteur du système, les prétendants ont rapporté leurs fantasmes sur la transmission des valeurs, le partage des intérêts et un sentiment de plénitude avec l'arrivée de l'enfant. En plus des préoccupations concernant les sentiments d'homophobie / lesbophobie liés à la durée du processus.

Mots-clés: parentalité. Lesbiennes. Homosexualités. Phénoménologie

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Dimensões da Parentalidade | 115 |
|---|-----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 –Relatos/Presentificações de sentido I..... | 116 |
| Tabela 2 –Relatos/Presentificações de sentido II..... | 133 |

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas e Técnicas |
| Aids | <i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i> |
| APA | <i>American Psychological Association</i> |
| BSH | Brasil sem Homofobia |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FUNABEM | Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor |
| HIV | <i>Human Immunodeficiency Virus</i> |
| IST | Infecção Sexualmente Transmissível |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais e outras identidades/orientações |
| MEC | Ministério da Educação |
| PaCS | Pacto Civil de Solidariedade. |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO | 13 |
| PRÉ-REFLEXIVO..... | 14 |
| OLHARES INICIAIS | 17 |
| 1. O OLHAR A PARTIR DE UM PONTO..... | 19 |
| 1.1 A construção social do sujeito..... | 20 |
| 1.2 Considerações sobre a infância e a adolescência desvalidas/abandonadas | 26 |
| 1.3 A construção do conceito de família e seus papéis..... | 36 |
| 2 ADOÇÃO E PARENTALIDADE..... | 52 |
| 2.1 O processo de adoção e as novas famílias | 52 |
| 2.2 A parentalidade como categoria e sua amplitude | 57 |
| 3 GÊNERO, SEXUALIDADE E PRECONCEITO | 66 |
| 3.1 Diversidade: a origem do problema | 66 |
| 3.2 Misoginia e homofobia/lesbofobia estruturais | 67 |
| 4 O CAMINHAR FENOMENOLÓGICO..... | 83 |
| 4.1 A fenomenologia clássica..... | 84 |
| 4.2 Subjetividade e Empatia | 86 |
| 4.3 Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty | 87 |
| 4.4 A fenomenologia na Psicologia | 89 |
| 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 92 |
| 5.1 Participantes da pesquisa..... | 93 |
| 5.2 Instrumentos de coleta de dados..... | 94 |
| 5.3 Campo de pesquisa | 97 |
| 5.4 Coleta dos dados..... | 98 |
| 5.5 Análise dos dados | 98 |
| 5.6 Apontamentos éticos..... | 99 |
| 6 ACHADOS PELO CAMINHO | 101 |
| 6.1 Parentalidade: definições e motivos | 107 |
| 6.2 Expectativas quanto à adoção..... | 123 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 133 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 136 |
| APÊNDICES..... | 148 |
| APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 148 |
| APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA..... | 150 |
| ANEXOS | 151 |
| ANEXO A | 152 |
| ANEXO B - ENTREVISTAS..... | 154 |

PREFÁCIO

Este texto preliminar apresenta breves orientações e notas do autor que podem contribuir com a leitura:

1. A tese se subdivide em sete seções principais, além da lista de referências, apêndices e anexos. Os elementos, a sequência e a identificação das seções e das subseções estão de acordo com a estrutura padrão para artigos científicos (FERRAREZI, 2013; GIL, 2008), facilitando a compreensão do/a leitor/a e a rápida localização de informações no manuscrito.

2. Utilizou-se, na escrita do texto, o tratamento de gênero “ele/a” e “ela/e”, ou seja, a cada palavra onde ocorrer essa forma de linguagem, considere citadas pessoas de todos os gêneros, sem atribuir uma ordem de relevância ou hierarquia entre os mesmos. Isso foi necessário porque o tratamento empregado aos gêneros na escrita científica não é neutro e pode contribuir para a manutenção de preconceitos. Ressalta-se, portanto, que nesta pesquisa foram consideradas outras formas para flexão dos gêneros (ela e ele, ele[a], elx, el@), no entanto, optou-se pelo tratamento apresentado por conciliar a fluência da leitura com um posicionamento pessoal e político.

PRÉ-REFLEXIVO

Este primeiro direcionamento tem o objetivo de apresentar uma parte da minha trajetória acadêmica e profissional e apontar **motivações pessoais** para a escolha do tema: “As motivações e as expectativas sobre parentalidade de pessoas lésbicas e *gays*¹ pretendentes à adoção”.

Por já saber que não estamos diante de um estudo de origem positivista, percebo que a forma como cheguei até aqui é tão constituinte desse estudo, como os demais elementos (entrevistas e análises). Primeiramente, no que considero ser minha imersão acadêmica, formei-me em 2010, no curso Licenciatura em Ciências Exatas, oferecido pela Universidade de São Paulo (USP-São Carlos) no qual estive em contato com a pesquisa em Educação, através da Iniciação Científica. Na época, me dedicava à difusão científica em espaços de educação não formais, como os Museus de Ciências, e apresentei trabalhos em diversos congressos nacionais e internacionais em coautoria com a Prof.^a Dr.^a Leila Maria Beltramini e a Prof.^a Dr.^a Nelma Regina Segnini Bossolan.

Ainda durante a graduação, fui contemplado com uma bolsa de estudos para a realização de intercâmbio institucional em Portugal, oportunidade que proporcionou extremo enriquecimento pessoal. Durante um semestre como aluno de mobilidade do Mestrado em Educação, na Universidade do Porto-UP, tive contato com pesquisadoras/es de grande relevância no cenário internacional e de diversas áreas do conhecimento. Naquele período, participei, sob o olhar atento da Prof.^a Dr.^a Maria Amélia da Costa Lopes, de uma pesquisa cujo objetivo era demonstrar a importância da modalidade de educação Formação Contínua na perspectiva de professores/as participantes dos Centros de Formação das Associações de Escolas (CFAE), da cidade do Porto.

Ao concluir a Graduação, passei a atuar como professor de Matemática, de Ciências Físicas e Biológicas, e como tutor virtual em Disciplinas de outras áreas do conhecimento, junto às instituições municipais, estaduais e federais. A escolha por adiar a meta de seguir carreira acadêmica teve como propósito conhecer o panorama educacional brasileiro na

¹ Tomamos o cuidado de respeitar a forma como os/as entrevistados/as se identificam e lidam com a sua sexualidade, optando pelas terminologias “lésbica” e “*gay*” em consonância com as orientações sexuais autodeclaradas dos sujeitos entrevistados, quais sejam: homens *gays* cisgêneros e mulheres lésbicas cisgêneras. Reforçamos, assim, a importância de dar visibilidade para outras orientações sexuais como bissexuais, pansexuais e assexuais, além das identidades de gênero trans, travestis, intersexo, *queer*, dentre outras. Além disso, embora seja de grande relevância, este estudo não fez um recorte racial, o que poderá ser ampliado para um próximo estudo dentro dessa temática.

posição de docente. Essa experiência me levou a encontrar um cenário marcado por práticas opressoras naturalizadas e por valores predominantemente patriarcais e heteronormativos, o que teve caráter sensibilizador em relação à realidade educacional.

Desta forma, percebi que professoras/es, gestoras/es, coordenadoras/es e equipes de secretarias da educação (municipal e/ou estadual) silenciam-se diante do preconceito de gênero e da violência praticados contra lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, não levando às instituições escolares propostas político-pedagógicas pautadas nas temáticas das diferenças e diversidades sexuais, mostrando-se impotentes diante da elevada taxa de adolescentes grávidas e dos constantes casos de violência sexual nas instituições de ensino.

Naquele momento, iniciou-se minha aproximação com as Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia e a Psicologia, no sentido de demonstrar a importância de gerar reflexões e pesquisas sobre as questões relacionadas às sexualidades e gêneros dentro das instituições escolares.

Nesse contexto, iniciei o Mestrado Profissionalizante em Educação Sexual, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Fátima Elisabeth Denari. A pesquisa se debruçava sobre os materiais didáticos em educação sexual disponibilizados institucionalmente aos/às professores/as da rede pública do estado de São Paulo. Os resultados apontaram para a falta de iniciativas e ações contextualizadas em educação sexual em todas as esferas da administração pública, apesar do/a professor/a se apresentar relativamente motivado/a e consciente da importância dos temas relacionados com a sexualidade para a formação e desenvolvimento de crianças e adolescentes. De acordo com os/as professores/as entrevistados/as durante a investigação, são fatores de manutenção desse cenário: a falta de estrutura e de capacitação pessoal e, especialmente, de uma política pública específica e com objetivo bem delineado, a fim de incluir a educação sexual no currículo de forma efetiva, como já ocorre em muitos países, a exemplo de Portugal (SILVA, 2016).

Assim, estabeleci afinidades com a Psicologia e com a Psicanálise, por meio da disciplina “Diálogos entre Judith Butler e a Psicanálise”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen, o que resultou em um artigo sobre a teoria *queer* e a Educação Sexual, sob um olhar psicanalítico. Posteriormente, busquei outras fontes de conhecimento e espaços de reflexão, chegando à linha de pesquisa “Sexualidade, Cultura e Educação Sexual” do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Unesp de Araraquara.

Importa mencionar que o presente tema de estudo tem perpassado tanto minha formação acadêmica e atuação profissional como minha própria trajetória de vida. Destarte, esta pesquisa resulta da racionalidade de um professor de Ciências Exatas aliada à subjetividade de um pesquisador social que busca a Educação como caminho intuitivo para alcançar uma melhor compreensão do mundo. É neste momento, também, que me coloco como homem *gay*, casado, pai de dois meninos e vejo, sinto e repenso minha história e concepções sobre as famílias e minhas próprias motivações e expectativas parentais. Isso não se dá apenas em níveis cognitivo e teórico. Está na minha pele, nos meus sentidos, em cada parte do meu ser. Carrego marcas parecidas com as de alguns/mas dos/as entrevistados/as. Compartilho dores semelhantes. Mas, como também nos explica Carl Rogers acerca da compreensão empática, é sempre um “como se”.

Pessoalmente, minha motivação maior era, portanto, aproximar a escola dos diálogos sobre essa família: constituída por pessoas lésbicas e gays, por meio da adoção. Isto porque a escola não está dissociada da realidade social. Não se pode pensar a escola separada das diversas constituições sociais, especialmente a família, sendo o seu principal núcleo.

OLHARES INICIAIS

Esta pesquisa objetivou compreender as motivações e expectativas sobre a parentalidade de lésbicas e *gays* pretendentes à adoção, com base nas discussões teóricas de gênero e por meio do método empírico-fenomenológico. A fenomenologia se apresenta, nesta pesquisa, como paradigma teórico para a compreensão do mundo vivido, norteando meu olhar e escuta enquanto pesquisador. Minha escolha pelo método fenomenológico clássico de Husserl foi pela sua aproximação com minha personalidade. Por ser um matemático de origem e por trazer para a pesquisa social um sistema de análise do mundo que dialoga com meu modo de ser.

Desta perspectiva, parte-se das seguintes questões: 1. Existe uma resistência estrutural (social, política e institucional) no Brasil a dificultar a adoção de crianças e/ou adolescentes por casais formados por pessoas lésbicas e *gays*? 2. Quais as idealizações e as projeções desses casais sobre a parentalidade? 3. Quais são os anseios desses casais quanto à habilitação para a adoção? 4. Como esse processo decisório e de habilitação é vivenciado por lésbicas e *gays*?

Para responder a essas inquietações, a presente pesquisa se desenvolveu com base em três eixos teórico-investigativos: 1. A criança em situação de abandono e os mosaicos da família contemporânea; 2. A adoção e a parentalidade esperadas e vividas; 3. Discussões sobre gênero, sexualidade e preconceito. A fim de compreender como pessoas lésbicas e *gays* constroem o seu imaginário acerca da parentalidade, foram realizadas seis entrevistas com pessoas pretendentes à adoção, abordando suas motivações e expectativas.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: a seção 1 apresenta os conceitos que cercam a construção e a formação das pessoas, desde o seu nascimento, salientando uma visão ocidental desse processo; considerações sobre a infância e a adolescência abandonada no Brasil; e o conceito de família. A seção 2 faz um percurso sobre o processo de adoção no Brasil e as diferentes configurações familiares; e, na sequência, introduz a categoria parentalidade, que será um de nossos objetos de estudo. A seção 3 discute a diversidade e como ela desemboca no preconceito estrutural, homofobia/lesbofobia e misoginia. A parte 4 aborda meu encontro com a teoria filosófica e método fenomenológico, passando pela abordagem clássica, até sua aplicação na Psicologia. A seção 5 apresenta o campo e os/as participantes da pesquisa bem como os procedimentos de análise dos dados e as diretrizes éticas adotadas. A seção 6 apresenta, à luz do referencial teórico adotado, a análise das

narrativas obtidas, apontando para suas percepções quanto às motivações vividas sobre a parentalidade no contexto da adoção. E, por último, nossas considerações, que mais foi um convite a um novo recomeço, do que um encerramento, tendo em vista as limitações que apresentamos.

1. O OLHAR A PARTIR DE UM PONTO

O termo parentalidade, traduzido do francês *parentalité*², tem sido utilizado para se referir aos cuidados parentais e as interações entre mães e pais com as/os filhas/os. A parentalidade, no entanto, pode se manifestar muito antes da chegada da criança e ir além dos cuidados básicos, como veremos mais adiante. Ela já existe dentro dos desejos, expectativas e motivações dos/as futuros/as mães e pais, que movimentam aspectos culturais para receberem ou mesmo para planejarem um novo membro da família. Mesmo os/as pretendentes à adoção reorganizam suas trajetórias de vida com base nas expectativas e subjetividades, como discutiremos ao longo do texto.

Nesta pesquisa, o termo foi adotado a fim de ampliar os sentidos atribuídos aos conceitos de maternidade e de paternidade, possibilitando a compreensão de diferentes formas de vínculos de filiação não engessados pelo modelo nuclear e heteronormativo. Nesse sentido, são contemplados todos os possíveis arranjos familiares e a filiação para além da consanguinidade (ROUDINESCO, 2003). Extrapolando-se a questão semântica, a utilização do termo em pauta permite, portanto, a inclusão de novos/as protagonistas respeitando-se outras configurações familiares, como famílias adotivas, formadas por casais homossexuais, monoparentais, comunitárias, dentre outras (CAMARGO, 2010).

A partir dos eixos temáticos referidos anteriormente e dos referenciais teóricos acerca dos mesmos, objetivou-se firmar uma posição contra hegemônica no sentido de ruptura com a lógica cisheteropatriarcal³ e, ao mesmo tempo, demarcar um lugar de enfrentamento das discrepâncias sociais que violam direitos de pessoas lésbicas e gays que não compõe um modelo de família considerado socialmente “correto”, “adequado” e “normal”.

Nesse capítulo 1 nos propusemos a abordar como o sujeito contemporâneo se constituiu. Quais os vieses nos formaram e nos conduziram para os caminhos investigativos. Entendemos que abordar a adoção no contexto afetivo de gays e lésbicas passa por desdobramento políticos e ideológicos, que permitiram que esse tema ganhasse visibilidade

² O acréscimo do sufixo *ité* ao *parental* permite designar uma “nova” dimensão do parental que seria distinta do parentesco. Esta construção de neologismo aparece como resposta a uma necessidade de designação de uma realidade da relação entre pais/mães e filhos/as ainda não verdadeiramente construída (SOUZA; FONTELLA, 2016, p.108).

³ Cisheteropatriarcado é um sistema social e político que deriva dos termos CIS [generidade], HETERO [sexualidade] e PATRIARCADO [poder centrado no pai ou no homem]. Essa lógica sustenta que existe uma supremacia cisgênero masculina, sobre as demais identidades e sexualidades. Aponta para discriminação vivida por mulheres e sujeitos LGBTQIA+, sustentada pelo princípio do machismo e misoginia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cis-heteropatriarcado>>. Acesso 05 de setembro de 2020, 20:32 horas.

nos tempos atuais. É novo que, na academia, permita-se discutir essas possíveis famílias. Para entender como se deu esse movimento, entendemos que seria preciso debater a construção desse sujeito, que se encontra inserido em um novo contexto sociocultural de produção de agentes políticos. Além disso, buscamos não perder de vista que nosso intuito foi abordar a não neutralidade desse processo, sobretudo pensando que nossa posição aqui diverge de construções heterocisnormativas.

1.1 A construção social do sujeito

Stuart Hall (2006), importante teórico cultural, contribuiu para os estudos da cultura e dos meios de comunicação, introduzindo estas temáticas em “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, onde aponta, de forma enfática, para o declínio das velhas identidades em detrimento do surgimento de novos modos de vida e, conseqüentemente, de novos comportamentos ensejados pelas mudanças que a organização social vem apresentando. Para ele, há uma “crise de identidades”, ou seja, a maior consequência destas mudanças é a quebra de conceitos sólidos de identidades, antes imutáveis, e o surgimento ‘identidades fragmentadas’.

No sentido de compreender a identidade na pós-modernidade, Hall (2006) cunha três concepções de identidade: sujeito do Iluminismo, sociológico e pós-moderno. O sujeito do Iluminismo é racional, centrado, humanizado e acredita na sua evolução “por si só”, desde seu nascimento, ou seja, de quando obtinha seu núcleo interior de conhecimento, adotando uma concepção individualista; a mesma concepção está presente em Descartes, qual seja, o sujeito cartesiano.

A concepção de sujeito sociológico se baseia na ideia de que o aprendizado e o enriquecimento de ideias/valores se dão na troca de conhecimento com outras pessoas, ou seja, na interação social. Por fim, o sujeito sociológico é concebido como o reflexo de um mundo moderno e complexo. Com base nesse pensamento, o sociólogo Emile Durkheim questionou se as pessoas seriam fruto da sociedade, ou se a sociedade seria fruto das pessoas (ARON, 2000).

Finalmente, na esteira da ideia de pós-modernidade, o sujeito pós-moderno é fragmentado e porta diversas identidades instáveis e em constante mudança:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, contextualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se

uma “celebração móvel”: formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006, p.12-13).

Esta nova fase, oposta da ideia sólida existente na primeira modernidade, é denominada por Bauman (2001) como modernidade líquida, visto que as mudanças ocorrem de forma acelerada e com uma capacidade de adaptação extrema – daí a associação ao termo ‘liquidez’. Segundo o autor, o estado líquido caracteriza exatamente esta nova era de mudanças e de adaptação a meios diferentes em velocidade acelerada (BAUMAN, 2001). Conceituada também como modernidade tardia por Hall (2006), as sociedades atuais distinguem-se das sociedades “tradicionais” e “modernas”.

Segundo este último autor, as mudanças da modernidade tardia e insurgência de novas formas de interação social não geraram a desagregação das sociedades tradicionais, no entanto, houve 5 (cinco) importantes “descentramentos do sujeito tradicional para o moderno”. O primeiro (1) ocorre em relação à ideia implementada por Karl Marx, de que os seres humanos agem apenas sobre o que lhes é atribuído, não sendo capazes de gerarem novas ações. (HALL, 2006). Para o pensador, sendo a vida, condição primordial da existência humana, cabe ao ser humano, enquanto espécie, desenvolver formas de suprir as necessidades básicas que garantam sua preservação. Assim, o trabalho intermedia a relação do ser humano com os recursos naturais a fim de garantir sua sobrevivência, transformando o ser humano em ser social.

O segundo descentramento (2) ocorre com a descoberta do Inconsciente por Sigmund Freud, a qual diverge com a concepção cartesiana de sujeito cognoscente (“penso, logo existo”). Para o autor, a formação do “eu” a partir do trabalho do Inconsciente, que o diferencia do Outro, a partir do seu olhar, permite que o sujeito vivencie sua própria identidade (HALL, 2006). Destarte, segundo Lofredo (2006), Freud se compara a Copérnico (Heliocentrismo) e Darwin (Evolucionismo) no sentido de os mesmos “deferirem três golpes narcísicos ao homem”.

O terceiro descentramentos (3) ocorre em relação à ideia proposta por Ferdinand de Saussure de que, devido à pré-existência da língua, não somos os/as responsáveis por construirmos o que afirmamos ou expressamos. Para o autor, nossos pensamentos, quando expressados, os são juntamente com todo o significado contido na língua, da maneira que é entendida pelo nosso sistema cultural. Desta forma, língua não é um sistema individual, mas

um sistema social, assim, ao nos expressarmos, selecionamos as palavras por meio das quais queremos nos comunicar e, mesmo assim, essas palavras estão, intrinsicamente, expressando toda a gama de significados contidos nelas. No entanto, com intenção de manifestarmos nossas identidades, “multimodulamos” as palavras para que as mesmas expressem nossos sentimentos (HALL, 2006).

O quarto descentramento (4) ocorre em relação à ideia de “poder disciplinar”, de Michel Foucault, a qual refere domínio ou vigilância no sentido de regulação da sociedade e dos corpos humanos, com objetivo de policiamento e disciplina. Foucault expõe as instituições totalizadoras – escolas, quartéis, hospitais, prisões, conventos e hospícios – como representantes desse regime disciplinar (HALL, 2006):

Compreender o paradoxo de que quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual. Num regime disciplinar, a individualização é descendente. Através da vigilância, da observação constante, todas aquelas pessoas sujeitas ao controle são individualizadas (Idem, p. 43).

O quinto descentramento (5) é considerado o grande marco da modernidade tardia, ocorrido durante 1960, através de movimentos sociais como o feminismo, movimentos contracultura, pela paz, movimentos anticapitalistas, anticulturais, antibelicistas, as lutas pelos direitos civis e movimentos revolucionários. No bojo destas dinâmicas, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação propiciam o encurtamento das distâncias e dinamiza novas formas de interação socioeconômica caracterizado como globalização.

Esse fenômeno promove intensa socialização ao ampliar a possibilidade de comunicação entre indivíduos de diferentes localidades e culturas, fazendo proliferar identidades divergentes. Em síntese, a globalização integra as sociedades e interconecta o mundo (HELD; MCGREW, 2001), tendo em vista que se observa uma “compressão de tempo e espaço” Giddens (apud FRIEDMAN, 1999). Nesta esteira, segundo o autor, ocorre o distanciamento das sociedades tradicionais e a elaboração de novos aspectos entre as identidades culturais.

Em análise acerca deste processo, Bauman (2001) trata as “identidades pós-modernas” como algo volátil e descartável. No contraponto a esta ideia, Giddens (2002, p.17) aponta para a identidade como algo coeso e reflexivo:

Nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolhas senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da autoidentidade.

Um outro aspecto em relação à identidade na pós-modernidade é apontado por Hall (2006), segundo o qual ocorre uma homogeneização identitária a partir da resistência e fortalecimento de identidades nacionais e locais em relação à formação de novas e híbridas identidades:

O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas. No Reino Unido, por exemplo, a atitude defensiva produziu uma “inglesidade” (*englishness*) reformada, um “inglesismo” mesquinho e agressivo, e um recuo ao absolutismo étnico, numa tentativa de escorar a nação e reconstruir “uma identidade que seja una, unificada, e que filtre as ameaças da experiência social” (HALL, 2006, p.85 apud SENNETT, 1971 p. 15).

O trecho acima retrata o que Hall (2006) chamou de “racismo cultural”, praticado por grupos que vão de encontro às novas identidades modernas, *blacks*, *gays*, radicalistas e outros. Em outras palavras, frente à propagação de novas identidades, o autor aponta para o fato de haver tentativas de reconstrução de identidades purificadas e tradicionais, fazendo ressurgir, na Europa, a ideia de nacionalismo fundamentado na premissa da pureza racial bem como o fundamentalismo religioso. De outra perspectiva, Bauman (2001) apontou para o surgimento de comunidades estéticas e identidades caracterizadas pela constante busca de auto definição individual e, portanto, apartadas de vínculos estreitos e duradouros, o que se assemelha à ideia de “tribos urbanas”.

De acordo com o exposto, a modernidade possibilitou a elaboração de “formas fragmentadas” de sujeito, ou seja, as pessoas passam a se tornar cada vez mais individualizadas e capazes de assumir diversas identidades, conseqüentemente híbridas ou homogêneas. A existência de um grupo social se dá, assim, através da afiliação de um grupo de pessoas com mesmos interesses, gostos, objetivos ou identidades, no caso, homogêneas. Para nosso interesse de estudo, temos a família, então, como parte dessas transformações. Afetando e sendo afetada por esses movimentos.

Segundo Galliano (1981), os grupos sociais são um sistema de relações baseado na interação social – relações recíprocas – entre seus membros, dado que a reciprocidade ocorre, segundo Sartre (2002), quando o ser humano é lançado ao mundo tornando-se dependente

dele e de quem o habita. Já Oliveira (2001) caracteriza os grupos sociais como toda a reunião de duas ou mais pessoas associadas pela interação, a fim de estabelecer uma organização capaz de promover ações conjuntas em prol de seus objetivos.

Para o filósofo francês Jean-Paul Sartre, em “Crítica da Razão Dialética”, a inserção do ser humano na sociedade pode ser considerada contraditória. Para ele, o ser humano é inserido automaticamente e de forma injusta na sociedade sendo, portanto, forçado a ter relações indissolúveis em prol de seus objetivos, o que ocorre de forma dialética⁴ (SARTRE, 2002). Ainda conforme o autor, é a partir desta inexorável relação do ser humano com o mundo no qual está inserido, que se formam os grupos sociais; ademais, o autor aponta que a escassez é a força que motiva as pessoas a fundarem um grupo que vem a ser, nesse sentido, uma reunião de sujeitos para fins práticos.

Diferente da dialética sartreana, Morin (2004, p.46), compreende o ser humano independentemente do contexto social em que se encontra inserido, considerando que o grupo é algo natural que surge a partir do momento em que existe uma relação social:

Trata-se de polos que mantêm especificidades, porém produzidas no interior das relações em que tanto o sujeito constrói o social quanto por este é constituído, pois a sociedade é, sem dúvida, produto da interação entre indivíduos. Essas interações por sua vez, criam uma organização que tem qualidades próprias.

Assim, os grupos sociais são estruturas caracterizadas pela organização e interação sociais de uma pluralidade de pessoas que mantêm uma continuidade a fim de que haja durabilidade com base em um objetivo comum.

Segundo Mucchielli (1980, p.14-14), referindo-se à teoria de Charles Cooley, os grupos podem ser classificados como primários e secundários. São primários, aqueles que têm papel preponderante na formação das pessoas quanto às relações sociais, a exemplo da família. Esses grupos possuem maior rigidez e exigem uma postura adequada, ou seja, demandam um esforço maior para sua manutenção:

O resultado dessa associação íntima é, psicologicamente, certa fusão das individualidades num todo comum, de modo que o próprio ego individual se identifica, pelo menos para vários fins, com vida e os propósitos comuns ao grupo. Possivelmente a maneira mais simples de escrever essa totalidade consiste em apresentá-la como “nós”, porque envolve a espécie de simpatia e de identificação mútuas para os quais o “nós” é a expressão natural.

⁴ A dialética ocorre quando se demonstra uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir os conceitos envolvidos na discussão.

Desta forma, grupos primários exercem grande influência para as pessoas no que tange às formas de agir e pensar, portanto, a família e outros grupos de pessoas bem-sucedidas em determinadas áreas, dentre outros, são considerados grupos de referências, pois têm poder de persuasão (IDEM).

Dentro dos grupos secundários enquadram-se, por exemplo, as unidades de trabalho e as escolas, nos quais as relações não dependem diretamente de uma determinada pessoa e são passageiras, com menor grau de vínculo, ou seja, existe um pensamento coletivo, porém não como em grupos primários (COOLEY, 1983).

A sociedade em geral, introduz diferentes grupos, com diferentes identidades – a identidade, assim compreendida, é uma postura de vida adotada e responsável pela individualização de cada pessoa, ou seja, é a identidade que difere as pessoas e que apresenta as características individuais da formação do “eu”. Ao contrário do que o senso comum pode pregar, a identidade de um indivíduo é um processo no qual vários fatores e variantes são adicionados, até que o tempo passe, vivências ocorram e a pessoa a tenha constituída e pronta para ser apresentada e plenamente vivida.

1.2 Considerações sobre a infância e a adolescência desvalidas/abandonadas

O papel das crianças na sociedade ocidental só começou a ser questionado após o século XII. Até então, o trabalho, meio pelo qual se produz a vida, era caracterizado pela execução de tarefas pesadas e na tomada de decisão, o que só poderia ser realizado por jovens e adultos/as (ARIÉS, 1981). Tal realidade resultava em uma sociedade que não considerava a presença e o desenvolvimento infantis, associando a infância a uma fase transitória simplória na qual era necessário apenas garantir a sobrevivência da criança até que se tornasse adulta.

Ressalta-se que a definição de “adulto” passou por uma série de transformações ao longo do tempo. Se atualmente, é necessário que um indivíduo tenha 18 anos completos para ser habilitado para as principais funções sociais, antes do século passado uma pessoa de doze anos já era considerada adulta o suficiente para ter um emprego, casar-se e concluir as tarefas consideradas inerentes à fase adulta (Idem).

Ainda segundo o autor, a convenção social que coloca a mulher como cuidadora direta do lar e dos/as filhos/as tem forte relação com as definições antigas de infância pois, durante os primeiros anos de vida, a criança necessita de auxílio para realizar basicamente todas as tarefas e quando essa necessidade diminui, se inicia o processo que termina com a mesma sendo considerada um/a adulto/a, ainda que seu desenvolvimento físico e mental não esteja concluído (Ibidem).

É importante salientar que a ideia de afeto como característica principal de um conjunto social nomeado “família” é relativamente recente. As convenções sociais antigas eram muito mais práticas e não envolviam tantos sentimentos como ocorre agora. Exemplo disso é o fato de que, na antiguidade romana, “a contracepção, o aborto, o enfeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do/a filho/a de uma escrava são, portanto, práticas usuais e perfeitamente legais” (VEYNE, 1989, p.21).

Na Roma Antiga, como ressalta o historiador, caso um/a bebê nascesse com alguma deficiência física ou mental aparente era automaticamente descartado/a, sendo essa uma decisão tomada – na maioria das vezes – pelo seu progenitor. Sendo assim, o descarte e a posterior execução desses/as bebês eram atos legítimos e amplamente aceitos pela sociedade, que se organizava de maneira a determinar, de antemão, as funções sociais dos indivíduos de acordo com sua pertença social.

Desta forma, caso derivasse de família pobre, era esperado que a criança crescesse e fosse capaz de executar funções braçais, que viabilizassem sua sobrevivência e a de sua família. Por outro lado, de uma criança rica esperava-se que fosse detentora das habilidades

físicas e mentais necessárias para tomar decisões, influenciar pessoas e conduzir a sociedade (VEYNE, 1989). Em ambos os casos, uma criança com deficiência não seria capaz de atender aos propósitos socialmente preestabelecidos.

Caso alguma família não compactuasse com a prática de descarte ou descobrisse a deficiência após alguns anos, a criança deveria ser mantida dentro de casa, pois representava uma vergonha sob a ideia de que os genes dos progenitores eram defeituosos (VEYNE, 1989). Dessa forma, é possível compreender que o papel da criança nas sociedades antigas era completamente operacional, ou seja, a importância de sua existência estava ligada ao que ela executaria quando adulta e, portanto, qualquer limitação desse planejamento inviabilizava sua existência.

Muitos séculos se passaram até que a figura da criança tomasse outras formas para a sociedade; para Heywood (2004), essa transformação de perspectiva só ocorreu por intermédio da Igreja Católica, cujos ensinamentos colocavam o/a bebê e a criança como seres sagrados, puros, inocentes e preciosos, sendo esses os únicos para os quais era destinado o Reino dos Céus. A partir da consolidação do catolicismo, o descarte e a execução de crianças, mesmo que portadoras de deficiências, passa a não ser mais apenas uma decisão dos progenitores, ganhando a antipatia da sociedade – tais práticas passaram a ser associadas ao ocultismo e à bruxaria e seus praticantes eram punidos com tortura e morte.

Portanto, apenas em meados do século XVIII a figura da criança adquire certa relevância social, uma vez que as crenças compartilhadas naquele período a tinham como uma pura e direta criação de Deus, devendo ser amparada e protegida, ‘institucionalizando-se, assim, o conceito de família e a existência de afeto nesses grupos sociais. Dessa forma, a gravidez passa a ser totalmente relacionada ao projeto de formar uma família (ÁRIES, 1981).

Nesse momento, a criança deixa de ser vista como um ser adulto em dimensões menores e passa a ser compreendida como um indivíduo em formação que precisa ser conduzido até a fase adulta, na qual poderá seguir seus próprios caminhos e constituir sua família. Gagnebin (1997) coloca que a criança, naquele contexto, não era apenas responsabilidade de seus progenitores, mas pertencia aos mesmos, como um pedaço de terra, ou um cavalo.

A evolução deste pensamento foi um processo lento e conflitante, até que a criança pudesse ser reconhecida como um indivíduo ainda na infância e não apenas quando se tornasse adulta. Vale mencionar que a escola surge como um espaço disciplinar e de educação de acordo com os preceitos sociais da época (GAGNEBIN, 1997). Quanto à passagem da infância para a fase adulta, como mencionado, acontecia de forma direta, sem

que houvesse a fase intermediária que, atualmente, se denomina adolescência. Becker (2017) explica que a adolescência pode ser vista como uma etapa de verificações para a formação de um adulto apto e responsável a viver plenamente em sociedade.

A fase que compreende a adolescência costuma ser extremamente conflituosa devido a uma série de questionamentos e certezas pré fundamentadas que podem, ou não, ser baseadas na realidade. Trata-se de uma etapa fundamental para os desenvolvimentos físico, psíquico e emocional do sujeito (EISENSTEIN, 2005). Esse grupo também está exposto a múltiplas vulnerabilidades, estando mais suscetíveis a desenvolverem transtornos psicológicos ou doenças como depressão e ansiedade (SANTROCK, 2014). O autor complementa que os adolescentes se encontram constantemente enlutados – luto pela sua infância, pelas suas antigas vivências, pela forma como eram tratados anteriormente e pela ludicidade – que não são mais capazes de acessar com os mesmos recursos, sendo necessário o desenvolvimento de novas habilidades sociais e emocionais.

Becker (2017) explica que, embora os/as adolescentes tenham autonomia suficiente para executarem um grande leque de funções, ainda não estão totalmente formados física e psicologicamente, sendo fundamental que recebam orientações por parte dos adultos com os quais têm contato. O/A jovem ocupa um papel central nas revoluções e reformas, nos aspectos social, político e ideológico, pois nessa etapa da vida, ele dispõe da virilidade necessária para se engajar em lutas sociais e ainda não passou pelo estágio de conformidade da fase adulta. Sendo os/as jovens, a futura geração adulta que, em idade ativa de produção deve garantir a continuidade e o melhoramento dos estados econômico e político de uma nação, é preciso que o/a mesmo/a receba a atenção necessária para a formação de suas opiniões, identidades, sexualidades e preferências.

A consolidação dos estudos científicos relacionados aos comportamentos infantil e juvenil, juntamente com a fixação da ideia de que o/a profissional educador/a seria aquele/a que está apto/a para executar ações e passar ensinamentos que sejam benéficos para os desenvolvimentos acadêmico e pessoal dessa criança, contribuíram de grande forma para uma criação cada vez mais saudável. O meio termo foi encontrado e consiste em não deixar essa/e jovem sem nenhum auxílio, compreendendo as limitações da idade que sobre ele/a recaem, ao mesmo tempo em que se deve incentivar o protagonismo e a autonomia desse sujeito desde os primórdios da infância.

O significado etimológico da palavra autonomia é definido pela filosofia como o poder de tomar decisões livremente, enquanto pessoa, país ou instituição. Vianna (2016) explica que atitudes autônomas compreendem analisar, entender e seguir leis e regras sociais

que, apesar de não serem de livre e total escolha, são plausíveis para uma sociedade pacífica. Nesse sentido, é de livre autonomia uma pessoa optar pelo cumprimento das regras sociais que julgue fazerem sentido e sejam benéficas para a convivência em sociedade, mesmo que as mesmas não lhe agradem.

Quanto ao protagonismo, sua tradução literal é “lutador principal”, ou seja, aquele/a que está em posição de destaque, tomando a iniciativa e assumindo riscos. Em muitas situações, o protagonismo pode proporcionar ensinamentos extremamente ricos e úteis para a vida do/a jovem, principalmente em eventos da vida adulta que exigirão desenvoltura. Desta forma, tanto a criança como o/a adolescente estão em formação e ainda não possuem maturidade e experiência de vida para compreenderem a complexidade da existência humana e a pluralidade cultural que pode existir em uma sociedade.

Hoje, no Brasil, considera-se jovem, o sujeito na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Entende-se que falar dos desafios e expectativas da juventude nos dias de hoje é falar da dinâmica da conjuntura de uma sociedade de mercado e de suas crescentes diferenças (em que se fazem presentes o medo, a indiferença e a desigualdade). As várias juventudes podem se distinguir por questões étnicas, sociais e de gênero. Seria mais fácil estabelecer uma época definidora da juventude, mas diversas são as maneiras de ser e estar na sociedade. Ser jovem é um modo de vida.

A juventude deve ser vista pela sua heterogeneidade e por seu ecletismo, não existindo, conseqüentemente, um conceito único ou exclusivo que a defina. Na sociedade presente, é fácil notar a pluralidade e a diversificação da juventude, sem deixar de refletir que “[...] o ecletismo é uma auto frustração, não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque há muitas: é necessário escolher” (GEERTZ, 1989, p. 04). Nesse sentido, as juventudes se organizam numa pluralidade de comunidades que se diferenciam entre si, criando e tecendo suas redes de sociabilidades. Cada comunidade possui seu estilo e identidade próprios. Os símbolos e ritos são da própria sociedade em que os/as jovens estão inseridos/as e não propriamente deles/as, ainda que construam seus valores, símbolos e rituais a partir da sociedade em que vivem. Eles/as estabelecem uma maneira própria de ser e existir na sociedade atual, envolvidos/as e equipados/as por todo tipo de informações.

O tema juventude ganhou repercussão pública há algumas décadas. Por essa razão, o/a legislador/a brasileiro/a, em 2013, instituiu o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens e os princípios que visam estabelecer as políticas públicas destinadas a eles/as (BRASIL, 2013). Essa “parcela da população” foi se tornando cada vez maior e mais participativa. Além disso, notou-se que juventude vai além da adolescência, tornando-se uma

categoria social definida por condições específicas, interesses próprios, desvinculada de qualquer ideia de transição, transformação biológica ou etária, sendo necessário, portanto, uma política específica para trabalhá-la para além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Partindo desta ideia, o ECA determinou a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade quanto à garantia de direitos sociais básicos às crianças e aos/às adolescentes:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, art.4).

Hoje, há diversas visões conflitantes sobre a juventude. Muitas vezes ela é vista como determinante de alguns problemas da sociedade, como o aumento do consumo de substâncias ilícitas. O/A jovem também é visto/a como aquele que tem tempo livre, logo, de forma pejorativa, é um/a “desocupado/a”, no entanto, segundo Leite (1998), a ociosidade não é inerente à juventude (LEITE, 1998). As informações retiradas da pesquisa do Jornal do Nordeste mostram um total de 75,4% do universo que compõe a População Economicamente Ativa Juvenil (PEA), sendo que somente 33,2% estão ocupados/as, enquanto 42,2% estão na condição de desempregados/as, além de uma significativa parcela de jovens 24,7%, que se encontram inativos/as:

Historicamente, esse grupo demográfico destaca-se frente aos demais por possuir as mais elevadas taxas de desemprego. Pode-se observar que embora o desemprego entre jovens apresente a mesma tendência que para a população como um todo, no ano de 2017 o estado do Ceará possuía 22,1% dos jovens de 14 a 29 anos desempregados, valor superior aos 12,3% para o total da população do Estado (IPECE, 2018, p.57).

É importante fazer uma ressalva e observar que esse dado não pode ser analisado de forma isolada. Deve-se ponderar e compreendê-lo junto a outros aspectos na relação da juventude com o mundo do trabalho, uma vez que nos dias atuais há novas formas de diferenciação e desigualdade. A condição socioeconômica dos/as jovens e suas necessidades estão muito relacionadas, visto que, para as juventudes pobres urbanas, a obtenção de uma profissão é algo de grande significação nas suas vidas.

Quanto à faixa etária que caracteriza a juventude, historicamente, devido às características socioculturais de cada época e contexto, há diferenciações – segundo Novaes e Vanuchi (2004, p. 10), por exemplo, na Grécia antiga a “[...] juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos”. Atualmente, a maioria dos organismos considera a juventude como sendo a transitoriedade no desenvolvimento humano que compreende o período dos 15 aos 24 anos. Entretanto, ainda segundo os autores, “[...] outras idades já são propostas em abordagens acadêmicas, na dinâmica da vida política e na mídia” (p. 11).

A palavra adolescência é derivada do verbo latino *adolescere*, que significa crescer ou crescer até a maturidade (MARTINS, 2003). A adolescência é percebida na sociedade do século XXI e também nos anteriores como sendo algo natural, pois se compreende que surge com o aparecimento dos primeiros caracteres sexuais, ou seja, as alterações no timbre da voz, o surgimento dos pelos e o desenvolvimento dos órgãos sexuais. Assim, a adolescência nasce com a puberdade e este período é o tempo que se estende, aproximadamente, dos 12, 13 anos até os 20, 21 e 22 anos, com grandes variações individuais e culturais (MUSS, 1976 apud MARTINS, 2003).

Assim, pode-se verificar que a adolescência, sendo percebida por critérios biológicos e fisiológicos, perante a sociedade, é compreendida como uma “ideia de natureza humana” (OZELLA, 2003, p. 8), “[...], no entanto, o desenvolvimento do adolescente não se esgota [...] [apenas em dialogismo] [...] já que existem contribuições e significações superpostas elaboradas sócio historicamente” (MARTINS, 2003, p. 555). De acordo com Ozella (2003, p. 20), “[...] é necessário superar as visões naturalizantes presentes na psicologia e entender a adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais-sociais específicas”.

Diante do exposto, esta pesquisa compreende a adolescência pelo viés sócio histórico, ou seja, a partir da ideia de que a constituição do ser humano é mediada pelo meio em que se insere, no tempo e no espaço históricos. A teoria sócio histórica segue os princípios filosóficos do materialismo histórico e dialético que, em seu cerne, se contrapõe ao positivismo lógico, segundo o qual a constituição do ser humano é apriorística, ou seja, dada no nascimento, por meio do aparato biológico (OZELA, 2003).

Da perspectiva sócio histórica, portanto, a adolescência

[...] deve ser entendida como um período e um processo psicossociológico de transmissão entre a infância e a fase adulta e que depende das circunstâncias sociais e históricas em que o adolescente é convidado a participar, dinamicamente, da construção de um projeto seu, o seu projeto de vida. Neste processo, a identidade, a sexualidade, o grupo de amigos, os valores, a experiência e a experimentação de novos papéis tornam-se

importantes nas relações do adolescente com o seu mundo. Nessa fase, o adolescente procura se definir por meio de suas atividades, de suas inclinações, de suas aspirações e de suas relações afetivas (MARTINS, 2003, p. 556).

A partir do exposto, parte-se para a história da infância abandonada e suas repercussões na sociedade brasileira, uma vez que essa discussão é fundamental para entender a prática da adoção nos moldes atuais.

Desde muito cedo, algumas crianças já possuem noção de que não fazem parte de uma família e que, por algum motivo, não foram acolhidas pelos seus/suas progenitores/as ou familiares diretos. Tal realidade faz com que a criança se sinta completamente indesejada e é muito comum que desenvolva uma série de problemas relacionados à autoimagem. Neste ponto, a fenomenologia explica de maneira mais aprofundada a relação criada entre a realidade, a expectativa e a essência para a criança abandonada.

A história da infância desvalida⁵ no Brasil, não é recente. Ainda no período colonial, em 1554, padres jesuítas trouxeram entre 10 a 12 jovens órfãos de Portugal que, ao aprenderem a língua nativa, poderiam auxiliar na catequização e disseminação do Cristianismo às crianças indígenas (LEITE, 2001/2012). A primeira iniciativa ocorreu no litoral paulista, na província de São Vicente, mas foi frustrada pois, como dito por Padre José de Anchieta, os meninos foram “[...] tentados do espírito de fornicção, no mês de julho, fugiram” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1992, p. 286).

Desta forma, tal grupo de meninos órfãos passou a perambular e a se esconder pela mata, sendo os primeiros desvalidos no Brasil. Padre Anchieta ainda tentou que os/as jovens retornassem à Europa, onde julgava que estariam menos sujeitos a riscos; na mesma carta enviada a Portugal, solicitou novos meninos que, desta vez, possuísem ‘melhores qualidades’, pois teriam a missão de propagarem o Evangelho na língua nativa no Brasil Colônia e interpretarem o latim para índios. Na época, foram construídas as duas primeiras instituições/internatos para que estes últimos aprendessem o catecismo (Idem).

O amparo institucional às crianças expostas, anterior ao ECA, esteve subdividido em três períodos: (1) caritativo; (2) filantrópico; (3) Estado de bem-estar da criança e do/a adolescente, que marcou o início das políticas públicas socioassistenciais destinadas à infância e à adolescência desvalidas (MARCÍLIO, 1998). O período caritativo (1) ocorre a partir de meados do século XIX e esteve caracterizado pelas perspectivas paternalista e

⁵Meninas e meninos de rua, pobres, órfãos/as, marginalizados/as, em sua maioria, negros/as (LEITE, 2001/2012).

beneficente, segundo as quais a caridade era tida como digna de reconhecimentos espiritual e social.

Importa ressaltar que estas crianças traziam benefícios econômicos para os “criadores” tanto por constituírem mão-de-obra gratuita como pelo fato de que a Câmara Municipal local fornecia auxílio a algumas famílias para os gastos com o/a “adotado/a”. Por outro lado, vale dizer que essa criança acolhida tinha maior oportunidade de romper com o ciclo de abandono com seus/suas filhos/as, ao chegarem na vida adulta. Embora muito comum, essa prática deixou uma herança ambígua que perdurou até o ano de 1979, após a instituição legal da adoção: os/as “filhos/as de criação” ora eram aceitos/as como membros da família, ora eram reconhecidos/as como criados/as ou serviçais da casa:

No Brasil, o costume de criar um filho alheio nas famílias foi amplamente difundido, aceito e valorizado. Basta verificar que em Mariana [cidade do interior de Minas Gerais], em 57 anos (1779 a 1833), foram expostas em portas de casas de famílias 983 crianças. Dessas, somente 36 não ficaram com as famílias em cujas portas foram deixadas. (...) Seria o ato de recolher e de criar um recém-nascido abandonado um ato de caridade, compaixão, de piedade cristã? (Idem, p. 136).

Outro ponto é que os valores morais da época reforçavam o problema do abandono infantil – muitas escravas deixavam seus/suas filhos/as na esperança de que pudessem ser indivíduos livres. As Casas da Roda, funcionais no Brasil a partir de 1740, recolhiam bebês “expostos/as” e tinham, ainda, o papel estratégico de evitar o aborto e o assassinato de crianças indesejadas. O acolhimento dos/as desvalidos/as era exercido pelas famílias supracitadas e pelas Santas Casas de Misericórdia, conhecidas, então, como “Casas da Roda⁶”. Segundo Marcílio (1998, p.145), a roda dos/as expostos/as “[...] provém de mal compreendida filantropia, pois não somente ofereciam incentivos ao afrouxamento dos costumes, mas estimulavam a mais clamorosa das desumanidades”. Leite (2001; 2012) exemplifica este ponto informando que, durante o Segundo Reinado, bebês negros/as eram deixados na Roda enquanto as escravas eram “alugadas” por 500\$000 a 600\$000 mil réis ao ano como amas de leite na Santa Casa de Misericórdia.

⁶ A roda dos expostos esteve ligada às instituições de caridade e servia para que crianças recém-nascidas fossem deixadas por pais que não podiam ou não as desejavam. Fisicamente, constituía uma caixa cilíndrica, adaptada nos muros das instituições como uma janela aberta para o lado de fora, por onde se depositava a criança. A primeira “roda dos enjeitados” foi criada em Portugal em 1498. Disponível em: <<https://www.santacasasp.org.br/portal/site/quemsomos/museu/pub/10956/a-roda-dos-expostos-1825-1961>>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

Desta forma, o abandono das crianças preservava a honra da família colonial, marginalizando e desumanizando os/as “bastardos/as”. Apenas nos séculos XIX e XX teve início a filantropia, mas levou séculos para que o Brasil passasse do assistencialismo à assistência, sendo que a Roda teve sua atividade findada somente nos anos de 1950, o que coloca o Brasil na posição de último país a extingui-la, assim como ocorreu com a escravidão, abolida na Europa no século anterior. (MARCÍLIO, 1998).

Segundo, ainda, o autor, como não havia uma política institucionalizada de amparo à infância e à adolescência abandonadas, era frequente alguma preocupação com esse público:

Quando toca a idade em que finda a criação e começa a educação o que é feito da exposta, órfã desvalida?" Ele mesmo respondia: "Rola no seio da sociedade, como a tênue folha caída da árvore, pelo sopro violento do vento (...) Sem família, desconhece a altura do sentimento da maternidade; sem raízes em parte alguma, ninguém com esmero a ajuda a formar o coração, ninguém procura com afã dar-lhe a apropriada educação, porque ninguém tem a responsabilidade de seu futuro. Mais tarde, a prostituição lhe estende os braços. É mais uma mãe que se perde, e seus filhos são outros tantos infelizes (Idem, p. 203).

A primeira instituição destinada à infância órfã, pobre, marginal e negra foi criada em 1740, na cidade do Rio de Janeiro – a casa de “Recolhimento de Órfãs e Desvalidas de Santa Thereza” era mantida pela Santa Casa de Misericórdia e tinha a finalidade de “formar perfeitas mães de família” (LEITE, 2001; 2012, p.19). Naquele momento, a filantropia (2) parecia responder bem ao problema dos/as “menores”, mas vale ressaltar que os internatos não visavam à sua educação para a independência, mas prepará-los/as para servirem às classes sociais dominantes (LEITE, 1998). Ou seja, o internato da infância e adolescência desvalidas visava adaptá-las à vida em sociedade (GOFFMAN, 1961/1992).

Além disso, com base em pressupostos positivistas e higienistas, na época ocorre a distinção das concepções de criança e “menor”:

Menor tornou-se discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada. Do início do século, quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. De “santa infância”, expostos, órfãos, infância desvalida, infância abandonada, petizes, peraltas, menores viciosos, infância em perigo moral, pobrezinhos sacrificados, vadios, capoeiras, passou-se a dominante - *menor*. O termo “menor” aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público (MARCÍLIO, 1998, p. 195).

Desta forma, com a aprovação do Código “Mello Matos” – Código de Menores –, em 1927, o Estado se torna responsável por estas crianças, firmando parcerias com a rede privada para sua assistência até o final de 1960 quando, sob o Estado de Bem-Estar do Social, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) é substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Funda-se, com este órgão público, o terceiro período de amparo institucional à criança desvalida, no qual são criados diversos internatos para atender “[...] não só à condição dos desvalidos, abandonados e infratores, mas também à adoção dos meios tendentes a prevenir ou corrigir as causas de desajustamento” (Idem, p. 226).

Desta data, até 1980, a pobreza e os problemas sociais se evidenciaram agudamente, sendo que somente a partir do processo de redemocratização do país a FUNABEM pôde iniciar uma série de discussões que incorreram em projetos desatinados aos/às meninas e meninos desvalidos/as. Essas iniciativas culminaram na redação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que, por sua vez, lançou os alicerces para a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A respeito do atual modelo de acolhimento institucional, vale mencionar o estudo de Leite e Botelho (2008) – foram entrevistados/as 30 adolescentes de cinco Unidades de Acolhimento Municipal (UAs), da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer seus pontos de vista sobre as violências diversas vivenciadas nas ruas e/ou nas próprias unidades. Além das entrevistas, as pesquisadoras realizaram grupos clínicos de intervenção terapêutica junto aos/às adolescentes e aos/às profissionais que os/as assistiam (técnicos/as, educadores/as sociais e pessoal de apoio na cozinha, limpeza e portaria), aos/às quais cabia a responsabilidade de lidar com as diferentes manifestações de violências naquele ambiente.

Destaca-se que estes/as adolescentes geralmente se encontram em situação de desafiliação (CASTEL, 1994;1998), ou seja, são negligenciados pela sociedade, seus vínculos sociais e familiares são frágeis ou foram rompidos e se encontram em precariedade financeira. Além disso, alguns/mas também apresentam transtornos psiquiátricos e/ou neurológicos. De maneira análoga, os/as cuidadores/as também se encontravam suscetíveis a inúmeros sofrimentos relacionados às condições laborais (LEITE, 2011).

Desta forma, os dados apresentados no relatório final do estudo apontaram para o fato de que os/as cuidadores/as enfrentavam diversos riscos que afetavam suas atribuições laborais e vidas pessoais, o que propiciava a manifestação de múltiplas formas de violência. Com base nestes resultados, entre 2008 e 2010, a equipe de estudo direcionou seus esforços para o tema “Saúde Mental dos Trabalhadores das Uas”, uma vez estabelecido que as

condições laborais e de saúde integral influenciam diretamente no bem-estar e no desenvolvimento de habilidades sociais e na autonomia dos/as abrigado/as.

Seguindo, ainda, na descrição do estudo, nesta etapa foram realizadas entrevistas com os/as cuidadores/as a fim de: perceber suas estratégias frente aos desafios do cotidiano laboral; compreender como a ausência de capacitação profissional interferia em suas práticas. Verificou-se que a maioria destes/as profissionais ingressavam nas UAs em busca da estabilidade do emprego público; os/as ingressavam por indicação de algum/a conhecido/a que já trabalhava na área. Nas UAs pesquisadas, foi possível constatar que os/as profissionais admitidos/as via concurso público ingressavam sem qualquer conhecimento previo sobre a rede de proteção social e recebiam treinamento ou supervisão, itens indispensáveis para o trabalho nos abrigos. Portanto, esta questão também foi tema de reflexão e discussão (HALPERN; MORAES; LEITE, 2014).

Constatou-se que, devido ao despreparo profissional, os/as agentes se sentiam impotentes e, frente às complexas situações que, invariavelmente, se apresentavam no cotidiano de trabalho, fato que gerava seu desempoderamento na relação com os/as jovens. Esta situação conduzia os/as profissionais a atitudes paternalistas e à utilização de estratégias individuais baseadas, muitas vezes, em suas histórias de vida e crenças religiosas (ALVES et al, 2012).

1.3 A construção do conceito de família e seus papéis

A construção cultural do papel da família, que envolve o ato de criar filhos/as e a forma como se deve educá-los/as e tratá-los/as, vem sofrendo grandes alterações ao longo do tempo, no mesmo passo das transformações da figura da criança e do/a jovem também. Em tempos mais remotos, era extremamente comum criar os/as filhos/as de maneira completamente omissa ou extremamente rigorosa pelo fato de que a criança era vista como um/a adulto/a em tamanho reduzido.

Na esteira das transformações sociais que incorreram na mudança desta concepção, adveio a perspectiva de que a criação deveria ser totalmente assistencialista, sendo obrigação dos/as pais/mães executar todas as tarefas possíveis para que a criança tivesse uma vida confortável até que atingisse a maior idade. Nestes termos, é quase impossível encontrar um meio termo, visto que é preciso haver um sistema de regras que sejam estabelecidas respeitando-se o desenvolvimento natural da autonomia e do protagonismo desse novo indivíduo. Esta realidade coloca a parentalidade diante de desafios complexos.

Como os/as bebês nascem completamente dependentes de terceiros/as para realizarem qualquer atividade necessária à sua sobrevivência, por uma questão de instinto de sobrevivência, os/as progenitores passaram a se preocupar com suas crias, fundando-se a partir daí o conceito de família totalmente ligado à união, proteção e perpetuação da espécie humana (DE SOUZA, 2011). Passadas centenas de anos, o afeto se consolida como regra social no interior dos ambientes familiares, gerando as primeiras experiências sociais do/a recém-nascido/a (NORONHA; PARRON, 2012).

Apesar das grandes mudanças sociais ocorridas nos últimos séculos, já existe uma rotina familiar que é “natural” a uma boa parte dos lares no mundo – os/as filhos/as nascem, são cuidados/as, vão à escola, se desenvolvem acadêmica, física e mentalmente, enquanto seus pais/mães seguem trabalhando, cursando uma nova graduação e mantendo uma vida social ativa até que as crianças se tornem adultos/as e formem suas próprias famílias.

No entanto, este roteiro pouco guarda de ‘natural’, sendo constituído sócio historicamente; segundo Colling (2004), a percepção atual de família surge a partir do conceito de casal fundamentado na representação e na construção históricas do feminino e do masculino, as quais, por sua vez, desenham comportamentos. Nesse sentido, tem-se que a maior manifestação dessa padronização nesta instituição social na qual a mulher tem a função histórica de cuidar das crias e o homem, de prover alimentação, segurança e respaldo financeiro. Ocorre que esta normatização social dos papéis familiares acaba se tornando excludente e limitadora, fato que tem ensejado grandes alterações no conceito de família – a Constituição Federal de 1988 a definia como “grupo social constituído pelo casal” que, como “base da sociedade, tem especial proteção do estado” (BRASIL, 1988, art. 226 e § 3); anos mais tarde, o novo Código Civil Brasileiro coloca a família como o conjunto ou a dupla de pessoas que se interligam pelo grau de parentesco e por vínculos de afinidade (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, esta instituição milenar passou por diversas alterações no seu formato e contexto, sendo que, atualmente, há uma ampla discussão sobre tolerância e respeito às diferenças e preferências bem como a inclusão de todos os tipos de pessoas em todos os ambientes (DESSEN, 2000). No entanto, demarca-se, segundo Boarini (2013), que todos os tipos de composição familiar estão sujeitos à desestruturação, ou seja, famílias desestruturadas que não oferecem apoio ou sirvam de modelo para as crianças que delas fazem parte podem ser formadas por todo tipo de casal, sejam heteronormativos ou não. Em lares que não possuem uma estrutura bem fundamentada, é extremamente comum que haja

relatos de violências verbal, física e psicológica bem como ausência de afeto, o que incide sobre seus/as integrantes mais frágeis, como é o caso das crianças.

Os estudos sobre as relações de parentesco mostram a parentalidade como um fenômeno mutável, influenciado pela sociedade ao longo de sua história, assim, a constituição do vínculo de parentesco estabelece entrelaçamentos desde o início do desenvolvimento humano (GORIN et al., 2015). A interdição do incesto, por exemplo, tem um papel central na elaboração do conceito moderno de família, pois a oposição às relações incestuosas permitiu às mulheres de determinado grupo familiar formarem novas famílias com homens de diferentes grupos (ROUDINESCO, 2003). A interdição do incesto, portanto, balizou os costumes da sociedade, produzindo sentidos na cultura.

O contexto cultural não consiste em um conjunto de condições abstratas, mas resulta de um fato muito simples, que o exprime por inteiro, a saber, que a família biológica não está sozinha, mas deve recorrer à aliança com outras famílias para se perpetuar (LEVI-STRAUSS, 1982, p.536).

Outro aspecto relevante para contextualizar o grupo familiar na cultura e na história, diz respeito ao papel da criança na família. De acordo com Ariés (1981), o conceito de infância é uma construção moderna, uma vez que, na Idade Média, por exemplo, as crianças não contavam com a rede de cuidados e a tutela de que se beneficiam na contemporaneidade, sendo consideradas adultos/as em miniatura, incorporando papéis sociais equivalentes aos das outras pessoas do grupo familiar, o que situa as relações afetivas em segundo plano. Ao longo dos séculos posteriores, a valorização da educação e o cuidado parental foram, progressivamente, incorporados ao convívio familiar, mobilizando subjetividades para a construção do conceito de criança. Nesse contexto, a família se tornou a instituição social responsável pelo seu aprimoramento sócio afetivo.

A família moderna tomou forma por volta do século XIX e, até meados de 1960, valorizava-se o amor romântico, pautando-se na satisfação do grupo familiar como um todo, em busca de uma formação plena e funcional. Mais recentemente, observa-se que cada membro do grupo familiar ganhou maior autonomia, orientando-se no sentido da satisfação pessoal, o que passou a determinar o tempo de vínculo entre as pessoas (SINGLY, 2007). Nesse sentido, a família contemporânea valoriza a convivência e o vínculo afetivo em oposição ao consanguíneo por meio de organizações e reorganizações, nas quais as crianças

da mesma idade são criadas como irmãs e irmãos, enquanto avós e tios assumem os papéis de mães e pais.

Mães solteiras constituem uma parcela significativa da população, enquanto casais lésbicos e *gays* reivindicam seus direitos ao constituírem suas famílias. Nesse sentido, toda instituição familiar, mesmo aquelas que não seguiram o percurso normativo nuclear, em algum momento de sua história, teve os/as “naturais” progenitores/as como a base do ciclo familiar. Sendo assim, importa ressaltar que a parentalidade pode ser considerada a base da instituição familiar desde os seus primórdios.

Ao analisar o desenvolvimento do conceito de família, Ariés (1978/2011) propõe a existência de dois grupos: (1) família, definida como algo próximo da moderna; (2) linhagem, referente a um ancestral comum para seus descendentes. Desta forma, o autor postulou que, nos períodos anteriores à da Idade Média, inexistia o sentido de família e que algo parecido se ligava ao local de moradia (seu governo e vida), ponderando que a família conjugal surge em decorrência do enfraquecimento da ideia de linhagem.

Sobre os fundamentos da concepção atual de família, destaca-se Lévi-Strauss (1980), cujo pressuposto é de que o laço consanguíneo é a base da ideia de família, contudo, o autor pondera que para que haja vida em sociedade, é necessária a formação de uma aliança em que se reconheça os diferentes grupos e seus limites, garantindo-se que a vida social se perpetue. É dessa forma que o autor desloca a família do conceito de “unidade mínima”, fundamentada nos laços biológicos e a eleva a outro patamar, por meio do parentesco:

[...] o interesse fundamental com respeito à família não é protegê-la ou reforçá-la; é uma atitude de desconfiança, uma negação de seu direito a existir isolada ou permanentemente; as famílias restringidas apenas estão autorizadas a gozar uma existência limitada no tempo – curta ou longa segundo as circunstâncias – mas sob a estrita condição de que as suas partes componentes sejam deslocadas, emprestadas, tomadas por empréstimo, entregues ou devolvidas incessantemente de forma a que se possam criar ou destruir perpetuamente novas famílias restringidas. (Idem, p.44)

Por outro lado, da perspectiva da observação participante, Malinowski (1948, p.27) acreditava que “a observação dos ‘selvagens’ contemporâneos, como os trobriandeses, poderia levar o cientista a desvendar a “natureza essencial” da família” concluindo que

O sexo não é (...) uma simples questão fisiológica; ele (...) torna-se o núcleo de instituições tão veneráveis como o casamento e a família. As instituições dos trobriandeses são feitas para permitir que a paixão brutal se purifique e

se torne um amor que dure para toda a vida (...) que ele se fortaleça graças aos múltiplos laços e vínculos criados pela presença dos filhos (...) pelos objetivos e interesses de que se compõe a vida da família. (MALINOWSKI 1983, pp.21-22).

Ainda sobre este tema, a partir dos estudos do antropólogo Lewis Morgan Engels (1884), Frederick Engels considera que, nos estágios pré-históricos da cultura, não havia uma definição de laços familiares, uma vez que como as pessoas se organizavam em tribos, onde predominavam a promiscuidade e o incesto. A partir deste apontamento, o autor definiu três tipos de configurações familiares: Punualuana; Sindiásmica; Monogâmica. A primeira foi demarcada pelo início do matrimônio – casamentos em grupo –, e pela proibição das relações incestuosas. Na segunda, se configuraram os casamentos arranjados; as mulheres permaneciam insubmissas aos homens, por possuírem maior poder dentro da família; mesmo após o casamento, o homem mantinha o direito à poligamia. A passagem para terceiro tipo de configuração ocorre pelo fato de o homem ter adquirido poder e riqueza na transição da barbárie para o Estado, o que incorreu em perda significativa para as mulheres. A constituição da família Monogâmica tem, segundo Engels, a característica de ser mais sólida, sendo que sua dissolução não pode se dar a partir da vontade da mulher.

Na atualidade, Oliveira Junior (2015) reflete sobre os modelos familiares e como a mídia exerce papel significativo na manutenção da ideia de família tradicional, mesmo que, na prática, as pessoas já experimentem diferentes configurações nos seus contextos pessoais. O autor explana como as diferentes esferas da sociedade são afetadas por essas novas configurações, em especial a escola, e destaca importância de se compreender que, na contemporaneidade, ocorre uma ruptura com o paradigma tradicional, qual seja, o heteronormativos, cedendo espaço à visibilidade de relações homoafetivas, monoparentais, enfim, novos arranjos parentais e afetivos. Em síntese, o autor esclarece que os laços genéticos ou legais não são mais suficientes para expressar o conceito de família.

A etimologia do constructo família é latina – *famulus* –, aplicado ao agrupamento dos criados que viviam sobre o poder familiar, os submetidos por consequência do matrimônio e os parentes maternos. Como os/as escravos/as e os/as filhos/as pertenciam ao homem, a noção embrionária de família é da ordem do poder e do controle. O modelo inicial apresentava apenas as figuras da mulher e do marido e, posteriormente, a presença dos/as filhos/as.

Ariés (apud DUBY (1978; 2011, p.213) define família explicando seu papel ambíguo em que, ora o sujeito quer se ver livre de qualquer sombra de opressão, ora deseja ser protegido diante das fragilidades sociais:

[a família é] o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquiva da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política.

Para Parsons (1950 apud TERUYA, 2016), a família nuclear, modelo adequado às necessidades do mundo industrializado, é pautada nas ideias de funcionalismo, personalidade e moralidade. A autora ainda observou que, à medida que o parentesco se enfraquecia e os/as filhos/as se tornavam mais independentes, o poder do pai se reduzia e a mulher se tornou mais produtiva economicamente.

Zimerman e Osório (1997) expõem a dificuldade de encontrar convergências entre os diferentes grupos familiares distribuídos pelo planeta no sentido de elencar características que definam o termo. Uma vez que a ideia de família está transpassada por diversas questões como economia, religião, cultura, política, etc., os autores fazem uma crítica à ideia limitadora de família como ‘unidade base da sociedade’, a qual desconsidera a ação histórico-social sobre a definição do termo.

Por fim, os autores supracitados – após discutirem o conceito de família à luz de outros teóricos como Lévi-Strauss, Sigmund Freud e Pichon Rivière – definem:

Família é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos) – e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais.

Desta forma, Zimerman e Osório (1997) propuseram a seguinte organização tipológica de família: a família nuclear é constituída pela relação estabelecida entre o casal e seus/suas filhos/as e suas funções básicas são “sexual, reprodutiva, econômica e educativa” (p.52), analogamente, os/as parentes de outros graus, que conservam laços sanguíneos, formam a família extensa e, por fim, os/as agregados que compartilham a mesma residência, se agrupam como família abrangente.

Em complementação, Minuchin (1982) considera a família como um sistema organizado e complexo, que acompanha as transformações sociais e sofre pressões a fim de manter sua finalidade precípua: o desenvolvimento psíquico e social dos membros. Da mesma forma, Souza e Chaves (2017) ressaltam a importância de se considerar as diferentes configurações da família moderna, que é plural, sofre modificações no decorrer da história e, inegavelmente, exerce uma marca na formação do indivíduo.

Em complementação ao exposto, segundo Silva (2015), os estudos sobre família devem levar em conta diferentes vieses, principalmente por se tratar de uma instituição responsável pela inclusão do indivíduo na vida social. A autora conclui que, durante um longo período histórico, foi mais fácil defini-la porque sua expressão comum era o modelo nuclear, contudo, sua transformação, inclusive no Brasil, tem ensejado novas abordagens.

Do ponto de vista biológico, a hipótese de que a família se constitui com o objetivo de garantir a segurança e a sobrevivência dos/as filhos/as é chamada de condição neotêmica. Ademais, Osório (1996) afirma que, para além do aspecto biológico, a família tem a capacidade de nutrir o indivíduo das construções sociais, morais, culturais e psicológicas. Do ponto de vista legal, no Brasil, o conceito de família se encontra no Marco Constitucional de 1988 – até aquele momento, o que se observava era a definição de um único modelo e sua legitimação apenas quando vinculada ao casamento (BRASIL, 1988). Com a promulgação do Novo Código Civil (BRASIL, 2002), outras configurações familiares passaram a ser legitimadas no país. Destarte, a Lei propõe uma mudança radical ao reconhecer como família a união de pessoas que se identifiquem como familiares baseadas no afeto. Nota-se que na Constituição Federal de 1988, a família é considerada como a base da sociedade e que, por este motivo, deve-se buscar meios de garantir a proteção aos direitos e o desenvolvimento dos seus membros.

O antigo Código Civil (BRASIL, 1916) foi pautado no direito romano, trazendo importantes determinações sobre o modelo familiar brasileiro da época. Neste sentido, observava-se sua ligação mais intensa com a religião, a ideia do homem como detentor do poder e o casamento como principal célula da família. Tanto mulheres, quanto os/as filhos/as não eram reconhecidos/as como sujeitos de direito. Nesse diapasão, o Novo Código Civil (BRASIL, 2002) trouxe princípios como a igualdade jurídica dos/as cônjuges e companheiros/as, anulando o poder marital; a substituição da autocracia do chefe de família por um sistema de tomada de decisões compartilhadas; a autoridade conjunta supera o patriarcalismo; e os papéis, bem como as responsabilidades são equivalentes.

Igualmente, Silva (2015) informa que, inicialmente, vigorava no país a adoção de modelos portugueses, inclusive no tema da família, alicerçados no Direito Romano, que previa o homem como chefe do grupo. A autora lembra que as Ordenações Filipinas prevaleceram como regra até a criação do Código Civil de 1916 e que, por isso, juntamente com as práticas latifundiária e escravocrata, a Colônia se apresentava com uma “sociedade patriarcal-paternalista” (SILVA, 2015, p.30).

Scott (et. al., 2014, p. 17) explicam que, do ponto de vista historiográfico, o que se tem elaborado no Brasil sobre as origens históricas da família explora dois tipos de documentos, em especial: “os registros paroquiais e as listas nominativas de habitantes, também conhecidas como Maços de População”. Teruya (2016, p. 3) relembra a importância de autores como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Antônio Cândido, que reconstruíram as origens da família brasileira, conjecturando a respeito da “família patriarcal rural e extensa no século dezenove e anteriores e que se transforma em nuclear, quando transplantada para um ambiente urbano e moderno, no século vinte”:

A grande família patriarcal, proprietária e rural, teria, na visão destes autores, construído a Nação brasileira. Por isso, talvez, muitas histórias de municípios ou regiões foram contadas a partir da história destas famílias. Um exemplo é o texto de Horta, que afirma que ‘a história de Minas é a história de suas grandes famílias’, e descreve as famílias governamentais mineiras e suas ramificações de parentesco. Para o autor, algumas famílias se adaptaram aos novos rumos políticos, e continuam no poder até os dias atuais. (TERUYA, 2016, p.6).

Entre as obras clássicas brasileiras sobre o tema, “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre (1922), é a que mais se debruça sobre os contornos da família brasileira no contexto do processo de colonização, fundamentado na monocultura com base na força de trabalho escrava sob a organização patriarcal de família, que incluía a miscigenação entre europeus e indígenas. Neste modelo, fortalecido pela religião Católica e pela dependência de Portugal, o homem detinha autoridade sobre toda a propriedade, incluindo os/as escravos/as e a família. Interessante observar que é nesse contexto que a família também abarca filhos/as bastardos/as e criados/as da casa:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado *ao*

pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, Santa Casa de Misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. (FREYRE, 1992, p.53)

Os estudos sobre a história da família se vinculam aos achados das pesquisas em demografia pautados em registros paroquiais, como certificados de batismo, casamento e falecimento, que:

[...] passaram a ser fazer parte do conjunto de fontes para uma história da família de outro tipo, na qual os recursos a métodos quantitativos se aliavam a preocupações com a representatividade e com os comportamentos diferenciados de distintos grupos sociais, inclusive daqueles que normalmente não se encontravam representados em fontes de tipo tradicional. Assim, a partir desta nova abordagem, a demografia histórica forneceu os elementos básicos para uma nova história da família, que por sua vez possibilitou uma série de ramificações que frutificaram e firmaram-se como campos de pesquisa dos mais ricos, como a história da criança, a história da mulher, história da vida privada, etc. (VOLPI, 2013, p.3).

Em revisão de grande parte do material produzido sobre a história da família no Brasil, Muaze (2016) analisou mais de 100 correspondências de uma família brasileira e constatou que os casamentos tinham a capacidade de “expandir a parentela, manter a honra e a fortuna, e consolidar novos laços de solidariedade que, se bem escolhidos, se reverteriam em maior prestígio, cabedal político e econômico para ambas as partes” (p.17).

No contexto brasileiro, portanto, deve-se compreender que o conceito de família reflete o conjunto da organização social, das desigualdades e da miscigenação de um povo que se formou ao longo da colonização portuguesa (RIBEIRO, 1995). Nesse sentido, é inviável imaginar a existência da família brasileira da perspectiva única dos antigos padrões da cultura ocidental europeia, uma vez que, no país, coexistem diversos arranjos que se diferenciam em função da classe social, da religião, do local de moradia, das tradições regionais, entre outras variáveis.

No Brasil Imperial, a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependiam da sujeição ao Estado a conduziu à ordem urbana, sendo que os/as filhos/as da elite se tornavam responsáveis pelo desenvolvimento do Estado, nesse sentido, “Amor à família e amor ao Estado começavam a identificar-se” (COSTA, 1979, p.148). Em complemento à ideia, Leite (1998) informa que este modelo de família, idealizado no início da República, foi importado da Europa e obedecia à normatização da organização familiar segundo os preceitos do pensamento científico da época representados, em particular, pelos/as médicos/as e juristas.

Nesse sentido, pretendia-se que a família, assim organizada, fosse a base da nação brasileira ideal.

No entanto, em decorrência da industrialização da região sudeste e das transformações econômicas decorrentes, a família brasileira se nuclearizou, passando a uma nova configuração, fundamentada nos laços afetivos.

A saída da mulher para o mercado de trabalho, a educação dos filhos, a impessoalidade nas relações sociais, o controle de natalidade e o enfraquecimento dos laços de parentesco são as grandes mudanças apontadas por Cândido para esta família moderna. A condição urbano/rural foi a baliza para determinar o tipo familiar. Concordava-se que o processo de urbanização e industrialização da sociedade no século vinte, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família para os empresários capitalistas e para o Estado, e com isto, ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido. Manteve-se, porém, a moral patriarcal como medida: o tabu da virgindade para as mulheres e o da virilidade para os homens e a dupla estrutura familiar, herança de uma sociedade escravista (uma legal, representada pelo núcleo conjugal e seus filhos, e outra assentada sobre a violação dos direitos dos menos afortunados) (TERUYA, 2016, p.10).

Numa outra abordagem, Finelli (et. al., 2015) discutem os fatores de contribuição mais expressivos da constituição da família moderna ressaltando que, nesse processo, os papéis da mulher – como cuidadora restrita ao espaço da vida privada, com o foco na maternidade e maternagem – e do homem, destinado à atuação na esfera pública – se modificam. O progressivo incremento da participação da mulher na produção fabril a afastou do exercício exclusivo do cuidado familiar e seu papel parental de cuidadora como esposa e mãe começa a sofrer modificações. Nesta esteira, ocorrem importantes mudanças jurídicas marcam a história da família brasileira: o Estatuto da Mulher (BRASIL, 1962), garantindo à mesma o exercício profissional sem autorização prévia do marido; a Lei do Divórcio (BRASIL, 1977), prevendo a possibilidade de se dissolver o casamento (sinalizando mudanças em relação aos princípios religiosos); o artigo 226 da Carta Magna (BRASIL, 1988), reconhecendo diferentes configurações familiares, a exemplo da união estável entre mulher e homem, e a igualdade de direitos assegurada a todos.

Em um salto à contemporaneidade, no decênio 2004-2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou a queda na porcentagem de famílias heteroafetivas com filhos/as e a elevação de outras configurações familiares. Recentemente, a Organização das Nações Unidas deu especial atenção para o tema da família brasileira (ONU, 2015),

reforçando pactos firmados com o propósito de proteger minorias e combater diferentes formas de intolerância:

Embora sejam várias as formas de família em diferentes sistemas sociais, culturais, legais e políticos, a família é a unidade básica da sociedade e, como tal, tem direito a receber total apoio e proteção. As rápidas mudanças demográficas e socioeconômicas ao redor do mundo têm influenciado sistemas de formação da família e de vida familiar, provocando consideráveis mudanças na sua composição e estrutura (ONU, 1994, p.54).

Destarte discutir a pluralidade da família brasileira nos instrumentaliza para a compreensão da relação entre os processos sócio históricos, políticos, econômicos e culturais e as transformações da configuração familiar. Nesse sentido, com vistas à reflexão sobre os meandros das transformações inerentes a todas as instituições sociais, esta Tese tem como foco os desdobramentos que refletiram nas configurações modernas da família, especialmente a brasileira, a partir do século XX.

O século XX trouxe marcas indeléveis na vida das pessoas; no Brasil, chegava ao fim a era monárquica para dar lugar à República e, apesar das perdas extremas provocadas pelas duas Grandes Guerras e a dissolução da União Soviética, o que se observou foi uma crescente mudança em diversos seguimentos da sociedade. O mundo se tornou mais rápido e competitivo; o ser humano explorou diferentes lugares em níveis micro e macroscópico; as indústrias automobilísticas – com a produção em larga escala – e de aviação (comercial, militar e espacial) impactaram a organização do trabalho e, por consequência, a vida privada. Ocorreu a ascensão do capitalismo, modificando os negócios e o mercado financeiro e, além disso, o advento da informática impulsionou a comunicação e os serviços de inteligência militar. No campo da medicina, observou-se grandes avanços, em especial pelo aperfeiçoamento de procedimentos que só foram possíveis a partir dos avanços tecnológicos na farmacologia, em análises clínicas e nos equipamentos para diagnóstico. Na vida doméstica, crianças e mulheres ganharam mais destaque (HOBSBAWM, 1995).

Neste ponto, Hita (2005) menciona diferentes abordagens da década de 1930 atribuindo o colapso da família tradicional/nuclear ao processo emancipatório feminino e à dinâmica da crescente urbanização. Desta forma, o modelo tradicional de família, pautado nos valores patriarcais cedeu, gradativamente, lugar ao modelo moderno e democrático, pautado na ideia de amor romântico, o que, conseqüentemente, altera as configurações dos casamentos, que passam a estar calcados na escolha individual.

Os estudos sobre família realizados nos EUA pela Escola de Chicago de Sociologia Urbana reiteram o exposto:

Tomando a própria cidade de Chicago como laboratório de condições industriais e modernização e apoiados em trabalhos de teóricos como Durkheim, Simmel, Cooley, Max e Alfred Weber, concluíram que os padrões tradicionais familiares estavam sendo destruídos pelo impacto desintegrador do urbanismo, e que a estrutura patriarcal não combinava com uma sociedade industrializada e urbanizada. A 'teoria do urbanismo', como ficaram sendo conhecidos estes estudos, nunca se deteve, porém, para analisar o processo histórico mediante o qual uma sociedade passara de rural para urbana, embora tenha fornecido uma importante sugestão para a compreensão da família: o de que a família nuclear já não existia isolada do resto da sociedade e as relações familiares adquiriam o mesmo caráter das relações fora dela, ou seja, o das relações da racionalidade econômica. (TERUYA, 2016, p. 8)

A respeito, ainda, da participação da mulher no mundo do trabalho, Hobsbawm (1995) levanta duas hipóteses: a mão de obra feminina era mais barata; o número de famílias chefiadas por mulheres havia se expandido; além disso, o autor menciona a importância das Guerras nesse contexto:

Tampouco devemos esquecer os apavorantes massacres das grandes guerras, que deixaram a Rússia pós-1945 com cinco mulheres para cada três homens. Mesmo assim, são inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade. (Idem, 1995, pp. 244-245).

Outro ponto a ser ressaltado na esteira da urbanização e da inserção da mulher no mercado de trabalho, é o crescente movimento feminista de luta pela igualdade dos direitos entre mulheres e homens nos Estados Unidos, na década de 1960 (ADELMAN, 2016), colocando em discussão, portanto, os papéis sociais da mulher no sentido de ajuste entre suas demandas laborais e familiares. A família tradicional foi, portanto, alvo principal dessas mudanças culturais a partir do protagonismo feminino – em decorrência observou-se o aumento dos casos de divórcio logo em meados do século XX em toda a Europa, inclusive em países onde a religião se fazia mais rígida. A esse respeito, Hobsbawm (1995, p.51) aponta para “[...] uma substancial diminuição no casamento formal, uma redução no desejo de filhos/as [...] e uma mudança de atitude para a aceitação de uma adaptação bissexual”.

Destarte, o colapso do modelo tradicional de família fica mais evidente a partir de 1960/1970, quando as mulheres e os homossexuais começaram a experienciar mais liberdade sexual devido à maior difusão da informação a respeito do controle da natalidade, via divulgação e desenvolvimento de métodos contraceptivos e da liberação da prática do aborto em alguns países europeus, fatos que incorrem no aumento de famílias monoparentais. Nesse sentido, Simionato e Oliveira (2003) chamam a atenção para o fato de que a instituição família não estava se enfraquecendo, mas adquirindo novas configurações.

Retrocedendo ao início do século XVIII, quando da demarcação entre as instâncias pública e privada e o Estado se fortalecia no papel de regulador de leis na Europa Ocidental, a criança era vista como um/a pequeno/a adulto/a, ocupando uma posição meramente instrumental na família, submissa à figura o pai, então mantenedor do poder a apoiar os valores da propriedade, do saber tradicional e da ética religiosa (COSTA, 1979).

Este modelo tradicional, calcado em ideais higienistas, logo excludentes, ainda hoje habita o imaginário de parcelas da população brasileira, fato observável no Projeto de Lei n.º 6583/13, aprovado, mas ainda não sancionado, que dispõe sobre o Estatuto da Família definida, no artigo 2º, “[...] como núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

A respeito da construção histórica do modelo de família funcional, Esteves (1989), apresenta o conceito de família ideal para o bom funcionamento da sociedade:

Famílias organizadas, dentro dos padrões médicos, seriam fundamentais para a formação do trabalhador, pois incentivariam valores como assiduidade e responsabilidade. O trabalhador ideal seria aquele que já sáísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem vícios sexuais, pelo menos para evitar o nascimento de crianças ilegítimas. Um trabalhador livre das obrigações domésticas não se adaptaria facilmente à disciplina do trabalho (p. 27).

Importa, no entanto, para o presente estudo, partir

[...] da ideia de que não existe, histórica e antropologicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar; não existe a família regular. [...]. Pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças, com o Outro (NEDER, 2004, p. 28).

Conforme o percurso traçado, portanto, verifica-se que a mulher foi o/a personagem/ator que mais se destacou como influenciadora nas transformações da família, o que pode ser reforçado, dentre outros autores, por Petersen (1999), cujo estudo verificou que na Grécia do séc. XIX, a atribuição e a valorização das mulheres à dedicação à vida passam por uma redefinição, sendo inseparáveis das transformações das cidades gregas da época. Vale demarcar que as mulheres estiveram, de diversas formas, no bojo das críticas sobre uma persistente tradição intelectual – de Aristóteles a Freud, passando pelos historiadores subsequentes – que enfatizou as dicotomias mulher/natureza e homem/cultura, postas a partir de estereótipos, preconceitos e hierarquia de valores.

Sustentadas pela ideia da desigualdade entre os sexos, esta tradição cultural criou a oposição entre os universos masculino – público, relacionado à cultura, sendo sinônimo de objetividade, racionalidade e superioridade – e feminino – relativo à natureza “reveladora” de sua suposta propensão ao emocional, ao subjetivo e ao privado. Não é de se estranhar, portanto, a predominância, na narrativa histórica, dos assuntos políticos e públicos, entronizando os homens em suas façanhas e heroicidade e excluindo, quase que por completo, as mulheres enquanto personagens e produtoras da história (GONÇALVES, 2006).

Sendo, assim, “[...] a mulher [...] responsável pelos deveres domésticos e o cuidado dos filhos enquanto o pai trabalhava fora para buscar o sustento da família” (PORTO, 2002, p. 262), toca-se nas definições de gênero, uma vez que, ainda segundo os autores, “[...] dizemos que as características femininas e masculinas são culturalmente construídas” (Idem, 262). Há alguns anos, o homem era culturalmente educado para ser rígido com os/as filhos/as e trabalhar para sustentar sozinho a família, enquanto a mulher era educada para cuidar dos/as filhos/as, ser amorosa e se submeter ao marido. Entretanto, essa dinâmica vem sendo rompida a partir dos estudos feministas que revelam o quão adoecedora e violenta é a norma machista, seja para mulheres ou para homens: A respeito desta relação de poder, afirma:

O que nunca se deve esquecer é que um encontro entre sociedades e culturas comporta sempre uma assimetria de poder: uma é a da maioria, a outra é da minoria; de um lado o colonizador, do outro o colonizado. Esta relação de poder é sempre reconhecida pelo dominado (TOURAINÉ, 2007, p. 208).

Noutro ponto, a respeito do fato de que a cultura androcêntrica (masculino como único modelo de representação coletiva) e a conseqüente “dominação masculina”, de tão arraigadas, são tomadas como evidentes, Bourdieu (2002, p.9) afirma que as diferenças

naturais não definem as especificidades sociais atribuídas a mulheres e homens, mas determinados papéis impostos a cada gênero, desta forma:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada [...] como fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade [...]. (Idem, pp.9-10).

Diante do exposto, interessa apresentar o estudo de Marin (2002) sobre a pós-modernidade, destacando os seguintes aspectos que podem se relacionar à vida em família: individualismo crescente, vida virtual e afrouxamento do laço social, imediatismo, reconfiguração e desinstitucionalização da família, aumento acentuado da violência e da intolerância, publicização do domínio privado e privatização do espaço público, obsessão pela imagem perfeita, medicalização da vida com a esperança do fim do mal-estar estrutural (Viagra, terapias corporais, métodos de rejuvenescimento), culto ao corpo, aceleração do tempo e contração do espaço (anulação da paciência, tolerância e, conseqüentemente, do sofrimento – do latim, *sufferere*, que designa paciência e resignação, além de dor, angústia, aflição, amargura).

Outro estudo que auxilia a compreensão das novas concepções de família é apresentado por Gibin e Muller (2018), que analisaram as concepções de família a partir de desenhos de cinco crianças. Os autores notaram que a maioria das crianças considera como parte da sua família todas as pessoas ou animais com quem possuem fortes ligações afetivas. Em análise, os autores ponderam que as atuais mudanças no contexto familiar implicam na discussão de gênero e sobre o patriarcado, observando-se o enfraquecimento gradativo deste último e o fortalecimento do afeto.

A respeito do afeto como elemento fundante da constituição da família, Malaquias (2017), ao investigar a história da família negra liberta, aponta para a importância dos vínculos e do afeto para a elaboração da resistência e da proteção, sendo que o casamento e a família nuclear eram as principais opções para os forros, que viam nesses fatores parte da conquista da sua liberdade.

Nesse sentido, ao estudarem as interações familiares a partir da análise do comportamento, Naves e Vasconcelos (2013) apontam para a relevância da conjuntura histórica para a compreensão das configurações familiares, uma vez que estas sofrem múltiplas interferências legais, econômicas, religiosas, etc. Em contrapartida, à família cabe a

missão de eternizar os valores que visam proteger seus membros: “[...] a família [é] como um sistema de múltiplos agentes, no qual um grupo de pessoas autônomas se comporta em conjunto de forma complexa, resultando em produtos que não seriam produzidos caso essas pessoas se comportassem individualmente” (NAVES; VASCONCELOS, 2013, p.150).

Quanto à transformação dos moldes familiares, as autoras destacam como motivos o aumento de divórcios, o controle da natalidade, a participação feminina em cursos universitários e no mundo do trabalho e a menor vinculação entre casamento e relações sexuais. Ademais, como resultado das evoluções sociais, especialmente no campo jurídico brasileiro, homens e mulheres passaram a ter o mesmo nível de responsabilidade com a vida doméstica, o que define a família como contemporânea, diferentemente dos moldes tradicionais, em que se observa uma divisão hierárquica entre os familiares.

Partindo de um viés sociológico, Costa (2014) investiga a possibilidade de a família contemporânea manifestar características de fragilidade, fluidez e efemeridade. Analisando práticas e rituais comuns às famílias – delimitados temporal, espacial e emocionalmente –, a autora conclui que a família se reedita ao longo da história mantendo, através dos rituais, a capacidade de reunir seus membros: “[...] as famílias continuam, afinal, a existir e a afirmar-se na sua pluralidade e diversidade” (p.86).

Considerando-se todo o exposto até então, parte-se para as questões que envolvem a prática da adoção e a construção da parentalidade.

2 ADOÇÃO E PARENTALIDADE

2.1 O processo de adoção e as novas famílias

Devido à importância da família para a sociedade, ter filhos/as ainda é um dos grandes sonhos compartilhados por casais, independentemente da orientação sexual ou identificação de gênero e, em muitos casos, a adoção se torna uma opção viável. Trata-se de um recurso que a lei oferece para possibilitar que a criança e o/a adolescente impedidos/as de estar com suas famílias biológicas possam viver em famílias substitutivas. Contudo, a adoção é uma medida excepcional, tomada quando esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do/a adolescente na família natural ou extensa. Na Constituição Federal de 1988, o/a filho/a adotado/a passou a ter o mesmo *status* jurídico que o/a biológico/a, prevendo-se que ambos terão os mesmos direitos e qualificações, sem quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação; além disso, a adoção é irrevogável, pois atribui a condição de filho/a ao/à adotado/a, que passa a gozar dos direitos e deveres inerentes a essa condição (BRASIL, 1988, art.227, §6º).

Um ponto a destacar neste estudo é a cultura da adoção que apresenta o/a adotado/a como “[...] sujeito vitimado pelo abandono, pela institucionalização e pela negligência ou rejeição da família biológica [...] é a mesma que o condena a toda sorte de problemas psicológicos e sociais” (CAMARGO, 2010, p.20). O senso comum sustenta, ainda hoje, uma cultura da adoção em que as crianças e/ou o/a adolescentes negros/as, ou com deficiência, ou mesmo mais velhos/as, são negligenciados/as e pouco procurados/as. Nesse contexto, as expectativas são superestimadas e o insucesso do processo de adoção costuma ser elevado, culminado com a “[...] devolução” da criança e/ou do/a adolescente para o abrigo institucional.

No contraponto, Sasson e Suzuki (2017) destacam que as diretrizes em torno da adoção vêm mudando no compasso das alterações sociais do século atual. Se, antes, a adoção se tornava uma opção apenas quando o casal não era capaz de ter filhos/as de maneira natural, hoje tem se baseado na conscientização e no senso crítico. Do ponto de vista em que a quantidade excessiva de pessoas no mundo não é vantajosa, a adoção se torna uma solução extremamente viável, uma vez que uma criança ou jovem encaminhados para instituições de adoção podem ter a oportunidade viver em uma família estruturada sem que seja necessária a existência de mais uma pessoa para que um casal possa ter um/a filho/a.

Assim, os sentidos da adoção estão em constante transformação, logo, é preciso uma perspectiva ampla sobre o tema que, em geral, levanta muitas polêmicas. Segundo Levinzon (2004), toda carga em torno da adoção está mais relacionada com as causas do problema do que com as consequências, ou seja, as situações que levaram aquela criança ou jovem a existirem sem a presença de seus progenitores é muito mais levada em conta do que a vida em família que pode existir, caso a adoção seja efetivada. Tal realidade se deve ao fato de existir uma grande confusão entre o que é herança genética e o que seriam traços de personalidade derivados da convivência direta.

Infelizmente, as motivações que levam uma criança ou jovem para lares de adoção não costumam ser oportunas ou felizes. Segundo Uziel (2007), as causas mais recorrentes estão associadas à rejeição e à incapacidade ou impedimento, por força maior, do acesso dos/as pais/mães a essa criança ou jovem – em muitos casos, a motivação está ligada a óbito, encarceramento, e afastamento por ordem judicial. Nesse sentido, é muito comum que os menores disponíveis para adoção carreguem vivências que não podem ser consideradas adequadas para uma pessoa em formação, como abusos, negligência, ausência de afeto, contato com o crime, etc.

Destarte, a adoção se torna um tema amplamente polêmico, principalmente em relação aos traços herdados geneticamente e a forma como os mesmos irão influenciar o desenvolvimento da criança ou adolescente que irá passar pelo processo de adoção, ainda mais ao se considerar a adoção tardia (EBRAHIM, 2001). Mediante esses fatores, é preciso que a família disposta a iniciar o processo de adoção esteja preparada para lidar com essas problemáticas e tenha condições de acompanhar e zelar pela evolução e desenvolvimento dessa criança ou jovem, viabilizando o acompanhamento médico e psicológico com a frequência necessária.

Por outro lado, o processo burocrático da adoção não pode ser categorizado como simples ou rápido. Mesmo com o grande número de crianças e jovens em situação de abandono, o encaminhamento dos mesmos para famílias é um dos movimentos mais complicados em âmbito nacional, realidade devida ao sucateamento do sistema de adoção no país. Para adentrar no problema da morosidade do processo da adoção, é necessário discutir a burocracia excessiva dos serviços pertinentes a essa ação sem, no entanto, defender a ideia de que adotar uma criança deva ser um processo rápido e fácil. Porém, o sistema atual de adoção no Brasil é insatisfatório e ineficiente, tornando-se cruel com a parte mais vulnerável dessa relação, qual seja, a criança e o adolescentes em condição de abandono.

Deve-se partir da premissa que a criança em situação de abandono, quando já em idade para compreender o que ocorre, passa por um sentimento de perda e ruptura muito grande; nesse momento se desencadeia uma série de questões emocionais e psicológicas e nem sempre o sistema que acolhe está disposto e apto para proporcionar assistência adequada. A morosidade no processo de adoção resulta na extensão do tempo desta criança em abrigos, reduzindo sua qualidade de vida.

A justiça é a norteadora do sistema de adoção no Brasil. A segurança e o bem-estar dos cidadãos, principalmente, daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, é de responsabilidade do Estado (BRASIL, 1988). Sendo assim, todos os trâmites que envolvem a adoção devem ser submetidos à legislação nacional, passando pela curadoria do Estado, processo que pode – e costuma – demorar anos (WEBER; SILVA, 2001). Segundo Ebrahim (2001), as crianças que se encontram disponíveis para adoção possuem plena consciência de sua posição, ou seja, compreendem que não vivem em um lar e cultivam diariamente a expectativa de serem direcionadas e efetivamente adotadas por uma família, logo, essa expectativa gera uma ansiedade muito grande e estabiliza a criança em um eterno processo de espera.

É muito comum que essas crianças cultivem a ideia de que não são “normais” perante as demais crianças, ou seja, não possuem uma família presente e por isso não podem se considerar inseridas no padrão esperado. Dessa forma, a expectativa da adoção vai ainda além de apenas ter uma família, se associando ao desejo de ser uma criança e poder vivenciar experiências naturais da infância como almoços em família, passeios, festas de aniversário, etc. (EBRAHIM, 2001).

Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 47 mil crianças se encontram em situação de vulnerabilidade causada pela ausência de responsáveis legais. Dessas, apenas cerca de 9,5 mil constam no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e, por fim, cinco mil crianças estiveram disponíveis para serem adotadas, em 2019. A faixa etária dessas crianças diz muito sobre o sistema de ação no Brasil e as perspectivas acerca do mesmo. Ainda segundo o CNA, 16,6% das crianças disponíveis para adoção tem idades entre zero e quatro anos, enquanto 15,3% possuem de cinco a oito anos, 20,1% de nove a doze anos e por fim 48,0% têm de treze a dezessete anos.

Segundo o CNA, no que se refere às características sobre gênero e raça dessas crianças é possível afirmar que 55,9% são do gênero masculino, enquanto 44,1% são meninas; 45,8% são pardas, 41,6% são negras, 12% são brancas e apenas 0,6% são consideradas amarelas. Aliado a isso, 25,3% das crianças disponíveis para adoção no Brasil

possuem algum tipo de doença crônica, podendo ser mental ou física e 59,7% possuem irmãos que também estão disponíveis para adoção.

Esses dados evidenciam uma grave problemática quando se analisa os desejos e as perspectivas das famílias que estão na fila para adotarem uma dessas crianças. Segundo levantamentos realizados pelo CNA, 18,8% das famílias afirmam aceitar apenas crianças brancas, 66,1% não tem interesse em crianças que tenham irmãos, 91% só aceitam crianças com até seis anos de vida e 64,7% não adotariam crianças com alguma doença. Logo, percebe-se que essa conta não fecha e essa é uma das maiores dificuldades que afetam o sistema de adoção de crianças e jovens no Brasil. A maioria das crianças disponíveis para adoção são negras ou pardas, possuem irmãos e têm idade entre 13 e 17 anos. Enquanto isso, as famílias desejam crianças brancas, sem laços de parentesco conhecidos e com idade até seis anos.

Segundo Weber e Silva (2001), a adoção deve ser um ato de amor, tanto para aquele que deseja adotar como para aquele que deseja ser adotado. A adoção deve ser realizada mediante motivações solenes e verdadeiras, como a vontade de constituir uma família, de criar o/a primeiro/a filho/a, ou simplesmente, de dar uma família para quem não teve acesso a isso. Sendo assim, é imprescindível que a família que se coloca à disposição como adotante, tenha em mente suas obrigações legais, éticas e morais de arcar com todas as responsabilidades que envolvem criar uma criança ou um/a adolescente. Estando comprometidas a não fazerem distinção entre seus/suas filhos/as – caso haja mais deles – e sem negligenciá-los/as de nenhuma forma.

Nesse sentido, demonstra-se, portanto, a necessidade de que a família e o futuro lar das crianças sejam cuidadosamente analisados, ou seja, além das condições financeiras, importam, principalmente, as motivações dos/as futuros/as pais/mães e a estrutura necessária para se formar um/a cidadã ou cidadão saudável, educado/a e consciente do seu papel no mundo. Analisar essas prerrogativas é função do Estado, na qualidade de protetor, justificando-se o fato de a adoção não ser um processo fácil ou rápido. No entanto, isso não pode – e não deve – servir de justificativa para a burocratização exagerada do sistema nacional de adoção de crianças no Brasil (WEBER, 2000).

Para Costa e Campos (2003), a adoção não deve carregar um sentido de temporalidade ou favorecimento, sendo necessário que as famílias na fila de adotantes desejem um indivíduo para tratar, cuidar, amar e criar como um/a filho/a “natural”, e para com o qual exerceram toda a parentalidade, em seus sentidos mais amplos. Para que se confirme tal realidade, as famílias passam por uma série de análises comportamentais e estruturais. Porém,

caso esse processo demore mais que o necessário, é muito comum que todas as partes envolvidas – principalmente as crianças passem por um grande desgaste emocional causado pela expectativa da consolidação da adoção.

O ano de 2009 foi um divisor de águas para o sistema nacional de adoção dada a Lei Federal n.º 12.010/2009 que ampliou o ECA e suas responsabilidades frente às crianças e adolescentes em situação de abandono e aplicou à adoção o princípio jurídico de execução, definindo que tais processos fossem rápidos, respeitosos e corretos. A adoção está presente em todos os dispositivos legais que regem o país, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil nos seguintes artigos:

Art. 1.618. A adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei n.º 8.069/1990, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se no que couber, as regras gerais da lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL,1990)

No que se refere aos requisitos para que o adotante seja considerado apto para a finalização do processo de adoção, são estipulados os seguintes:

a) idade mínima de dezoito anos para o adotante (artigo 42); b) diferença de dezesseis anos entre adotante e adotado (§ 3º, do artigo 42); c) consentimento dos pais ou representantes legais de quem se deseja adotar; d) consentimento deste, colhido em audiência, se contar mais de doze anos; e) processo judicial (artigo 1.619, do Código Civil); f) efetivo benefício para o adotando (artigo 43). (Idem)

Atualmente, mais de 40 mil famílias se encontram na fila para realizarem a adoção de crianças e/ou jovens, enquanto menos de 10 mil crianças e adolescente se encontram aptos para adoção. Logo, a primeira pergunta que surge é: por que não ocorrem as adoções? Existem duas respostas principais: a primeira está associada aos desejos dessas famílias que, em sua maioria, escolhem esperar por crianças brancas, sem irmãos, saudáveis e com idade até seis anos; a segunda diz respeito à burocratização e à demora do processo de adoção nacional, o que leva muitas famílias a desistirem, causando uma enorme frustração e sofrimento para a criança que seria adotada.

Dias (2004) chama atenção para o fato de que a adoção por parte de famílias homoparentais possui o caráter de constituir uma família e libertar uma criança do abandono

e da exclusão pois, devido à sua orientação sexual, acabam também sofrendo o abandono parenteral e familiar, mesmo que tenham crescido no seio de uma família. Além disso, muitos viveram a exclusão fora desses ambientes, devido aos preconceitos e à homofobia/lesbofobia que compõem a estrutura de países patriarcais como o Brasil. Sendo assim, famílias homoparentais não estão apenas aptas para adotarem uma criança ou adolescente, como podem ser recomendadas por compreenderem as sensações de abandono e desafeto cultivadas por esses menores durante todo o processo de encaminhamento para adoção e espera por um lar (DIAS, 2004).

2.2 A parentalidade como categoria e sua amplitude

De acordo com Houzel (2004), o termo parentalidade foi primeiramente utilizado por Paul-Claude Racamier para tratar das responsabilidades dos/as pais/mães em relação aos/às filhos/as no início da década de 1960, no contexto do direito processual. O termo, então, começou a ser utilizado no Brasil, em meados dos anos de 1980. Atualmente, o conceito está relacionado ao processo dinâmico de ser tornar mãe ou pai, que envolve aspectos conscientes e subjetivos das histórias de cada um, do contexto social e da relativa cultura (GORIN et al., 2015).

Moro (2005) destaca os aspectos coletivos e individuais relacionados à parentalidade, afirmando que a dimensão coletiva é perpassada pela cultura e pela história, enquanto que a dimensão individual está respaldada pela história de vida dos pais/mães e suas crenças pessoais. Nesse contexto, o cenário contemporâneo destaca “novos” arranjos parentais ao dar visibilidade às famílias que se afastam dos parâmetros constitutivos mais tradicionais. Na verdade, esses arranjos apenas estão sendo reconhecidos e legitimados, ao passo que, de fato, sempre existiram. Nesse ponto, pode-se citar as famílias monoparentais, formadas pela mãe, pai ou outro membro da família e a criança ou o/a adolescente; as famílias homoparentais, formadas por casais lésbicos e *gays* e os/as filhos/as; as famílias formadas por mães e/ou pais divorciados/as, que exercem a coparentalidade⁷ fora de uma relação conjugal; entre inúmeras outras possibilidades de arranjos familiares.

De fato, os fatores biológicos têm sido menos utilizados como referência legitimadora das formas de exercer a parentalidade. No entanto, apesar das transformações, a instituição familiar mantém um *status* de organização social consistente e estruturante da vida em

⁷ Termo a ser melhor contextualizado nas páginas seguintes.

sociedade (GORIN *et al.*, 2015). Segundo Lebovici (2004), a parentalidade é um dos fatores norteadores da sociedade porque suas influências causam impactos em diversos setores importantes para a vida em sociedade, sendo doutrinador dos pensamentos mantidos, das ideologias mais comuns e definindo questões políticas e até mesmo econômicas. Tal realidade se deve ao fato de que a família, mesmo em constante transformação, ainda é a instituição social mais sólida da qual se tem conhecimento.

A parentalidade é um dos aspectos mais estudados da psicologia humana. Embora para o senso comum essa experiência se dê de forma instintiva, a ciência a coloca como um aspecto social amplamente complexo e que necessita de uma compreensão mais profunda (LEBOVICI, 2004). Além das questões biológicas, a parentalidade tem um importante papel na tomada de decisões no âmbito familiar, a exemplo da ideia de “herança”, não apenas associada às semelhanças físicas (herança genética) ou aos bens materiais, mas aos traços de comportamento, ou seja, o espelhamento de ações, as ideologias compartilhadas, e os ensinamentos, passados de geração em geração (ROUDINESCO, 2004).

Tradicionalmente, a parentalidade está associada à ideia de casal, ou seja, uma figura feminina que tem por obrigação manter a prole saudável e incentivar seu desenvolvimento, e uma figura masculina que deve prover os meios de sobrevivência dessa família. Porém, como visto, esses padrões vêm sendo desconstruídos. Em um primeiro momento, faz-se necessário que se pontue a relação que a biologia – ou o que o senso comum entende por biologia – exerce no conceito a ser apresentado nesse tópico. Tal afirmativa se deve ao fato de que a parentalidade está vinculada às necessidades humanas despertadas após a chegada de um/a filho/a. Porém, muitas dessas necessidades não provêm de um traço biológico específico, mas de uma sólida construção social que define a forma como as pessoas devem agir, pensar e se comportar (FONSECA, 2008).

Dito isso, é preciso que se reconheça as limitações do discurso naturalizante e se estabeleça a clara diferença entre o que é natural para a sociedade e o que é, de fato, natural para a biologia humana. Para Fonseca (2008), deve-se partir sempre do princípio de a confusão entre os dois conceitos é totalmente normal e explicável, visto que as instituições sociais se encontram muito consolidadas e nem sempre fazem uso da biologia para definir o que deve ser considerado natural, mesmo que o conceito signifique exatamente isso.

É bem verdade que a parentalidade está associada às questões que podem ser consideradas biológicas, principalmente no que se refere à relação que se cria entre a mãe e o/a filho/a, porém, todas as demais ações não dependem exclusivamente da criação desse vínculo que se desenvolve durante a gestação e a primeira infância. Tal realidade pode ser

representada pelas relações familiares plenas, que são construídas por famílias que optaram pela adoção e por famílias homoparentais (PASSOS, 2005).

Um famoso provérbio africano coloca que “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, o que abre linhas para uma discussão pertinente que questiona até onde a parentalidade biológica pode auxiliar na criação de um/a filho/a e até onde a parentalidade desenvolvida pode exercer a mesma função? Segundo Passos (2005), existe uma mistificação em relação à parentalidade desenvolvida, ou seja, aquela que deriva de adoção devido ao senso comum de que o amor por um/a filho/a depende basicamente da genética e da relação que se constrói a partir dela. Porém, a ciência e os estudos sociais discordam desta crença.

Para que se inicie essa pauta é preciso falar sobre o papel social da criança, frente não apenas aos/às progenitores/as ou cuidadores/as, mas, principalmente, frente à sociedade. Juridicamente, a criança é uma pessoa vulnerável e incapaz de defender sua existência sozinha; a Constituição Federal (BRASIL, 1988) define que toda a sociedade é responsável pela segurança de uma criança, sendo função de todos/as tomar iniciativas que melhorem a qualidade de vida das crianças e protejam as mesmas de possíveis perigos, mesmo que esses sejam derivados de seus próprios/as progenitores/as, cuidadores/as ou familiares.

Logo, para que uma criança seja plenamente educada, protegida e se desenvolva da forma correta, é preciso que toda a sociedade esteja empenhada nessa função e não apenas as pessoas limitadas pela genética ou pela familiaridade (PASSOS, 2005). Dessa forma, a parentalidade, na sua qualidade de sacrifícios realizados em prol do bem, proteção e desenvolvimento de uma criança que exerce o papel de filho/a dentro da instituição familiar, pode ser exercida por casais *gays* e/ou lésbicos que optaram pela adoção. Portanto, é plenamente possível criar, amar e zelar por ela, sem que haja ligação biológica, desde que haja intenção e compromisso para que se cumpra essa difícil tarefa.

Nesse sentido, no âmbito da adoção por casais homoafetivos, é preciso que se inicie a discussão aceitando que a homossexualidade/lesbianidade, a transexualidade ou a travestilidade de uma pessoa, não definirão a forma como educar uma criança (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013). A França passou a reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo em 1999, com a lei relativa ao Pacto Civil de Solidariedade (PaCS). No entanto, a equidade com relação ao casamento civil estava longe de ser garantida porque o PaCS se encontrava em inferioridade jurídica, não prevendo qualquer direito sobre a filiação. Apenas em 2013 a França promulgou a lei aprovando o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças e/ou adolescentes por famílias formadas por casais não-heterossexuais.

Diversas pesquisas têm apontado que há poucas diferenças entre a parentalidade exercida por pessoas heterossexuais, *gays* ou lésbicas. No que diz respeito às diferenças, alguns estudos favorecem as mães lésbicas e os pais *gays* em muitos domínios, como nos casos da divisão do trabalho, da qualidade do relacionamento conjugal (FULCHER; SUTFIN; PATTERSON, 2008), e até mesmo da qualidade do relacionamento entre os/as pais/mães e filhos/as (BOS; VAN BALEN; VAN DEN BOOM, 2007). Particularmente, percebeu-se uma maior tolerância com relação ao diferente por parte de crianças e adolescentes criados/as em famílias homoparentais (GONZÁLEZ et al., 2004).

Os homens *gays* ainda enfrentam outros obstáculos, pois, socialmente, não são tão motivados para a parentalidade como as mulheres, persistindo a crença de que não possuem algumas habilidades fundamentais para a criação dos/as filhos/as (ABOIM, 2007). Dessa forma são vítimas de um duplo preconceito: contra a parentalidade exercida por um/a indivíduo/a *gay* ou lésbica e contra o fato de ser o cuidador primário da criança e/ou do adolescente. Desde os anos de 1970, pesquisadores/as têm se debruçado sobre o fenômeno da parentalidade de pessoas lésbicas e *gays*. Nesse contexto, Gato e Fontaine (2014) realizaram uma revisão crítica da literatura sobre o conceito de homoparentalidade masculina, ou seja, a parentalidade exercida por homens *gays*. Os autores ainda revisaram estudos publicados entre 1979 e 2011 no âmbito da psicologia que distinguiam a homoparentalidade exercida por homens e mulheres.

Um eixo do estudo debruçou-se sobre as motivações para a parentalidade, então, Gato e Fontaine (2014) realçaram a pressão heteronormativa sofrida por homens *gays* para o casamento e a procriação no contexto de relacionamentos heterossexuais. Essa pressão estaria respaldada pela crença de que só seria possível exercer a parentalidade negando a sua identidade de homem *gay*. A partir do estudo de Bigner e Jacobsen (1989), os autores supracitados apresentaram a comparação entre as motivações de 33 pais *gays* e 33 pais heterossexuais, o que resultou em semelhanças entre os dois grupos. A única diferença que emergiu foi o fato de os pais *gays* citarem com mais frequência o *status* social conferido pelo exercício do papel parental. Ficou claro que a investigação não corrobora com o estereótipo de que os homens *gays* não estão interessados na paternidade, particularmente no caso das gerações mais novas (GATO; FONTAINE, 2014).

Ainda a esse respeito, Bozet (1981) verificou estratégias de controle sobre a visibilidade da orientação sexual dos/as pais/mães utilizadas pelo/as filhos/as. Na referida pesquisa, por meio de entrevistas (n = 13), relatou-se comportamentos como o pedido para que os/as pais/mães não andassem com as mãos dadas ou para que não trouxessem amigos

gays à casa. Verificou-se, ainda, que muitos/as pais/mães reconheciam a questão como sensível e ocultavam a orientação sexual por conta própria.

Com base em investigações mais recentes, Gato e Fontaine (2014) exploraram novamente a gestão da identidade sexual em famílias homoparentais com base no modelo de desenvolvimento identitário da paternidade *gay* de Brinamen e Mitchell (2008). O mesmo propõe 10 entrevistas em profundidade e é composto por seis fases: (1) Uma experiência de *coming out*⁸, na qual se parte do princípio de que homossexualidade e parentalidade são incompatíveis; (2) Uma autoconsciência e autoconfiança crescentes como *gay*; (3) O reconhecimento das potencialidades das famílias homoparentais; (4) A observação e a procura de modelos junto a outras famílias homoparentais; (5) O reconhecimento dos atributos únicos dos pais *gays* (e.g., valorização da diversidade); (6) A integração das componentes parental e sexual da identidade.

Os estudos mostram que a maior dificuldade na trajetória de pais *gays* está em aprender a lidar com uma estrutura social que não reconhece e/ou discrimina as famílias homoparentais. Nesse caminho, pode-se manifestar uma maior obrigação de exercer a parentalidade de forma responsável, bem como grande satisfação por romper com os estereótipos (GATO; FONTAINE, 2014). Os pais *gays* podem reagir à maior pressão social para exercerem uma boa paternidade com um repertório mais diversificado de qualidades parentais, como a sensibilidade e a autoridade. De acordo com Bigner (1999), os pais *gays* podem ser mais flexíveis no cuidado com os/as filhos/as ao incorporarem práticas parentais, geralmente associadas às mulheres, àquelas já esperadas para os homens, ou seja, modelam um comportamento parental andrógono.

Os autores apoiam tal representação ao citarem o estudo de Schacher (et al., 2005), em que foram entrevistados 21 pais *gays* que partilhavam as tarefas com base em preferências e habilidades, transcendendo aos papéis de gênero estabelecidos. Por fim, os autores destacam que o número reduzido de estudos sobre o desenvolvimento psicossocial de crianças e/ou de adolescentes criados/as em família homoparentais masculinas não permite grandes conclusões. Por outro lado, também não há evidências ou estudos que apontem para um possível prejuízo no desenvolvimento de filhos/as de pais *gays*. Pelo contrário, há

⁸ A expressão pode ser traduzida por “Sair do armário”, que é usada entre pessoas LGBTQIA+ a respeito do anúncio quanto a sua orientação sexual ou identidade de gênero. Trata-se de um ato, em geral, voluntário, em que o sujeito conta para sua família, amigos e outros contextos sociais, sobre sua orientação ou identificação. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sair_do_arm%C3%A1rio] Acesso em 30 de novembro de 2020 – 12:37horas.

indícios de que essas crianças e/ou adolescentes são bem equilibradas psicologicamente e mais tolerantes ao diferente (GATO; FONTAINE, 2014).

Nesse caminho, Butler (2003) afirma que, de acordo com a lei simbólica fundadora e difundida da heterossexualidade, aqueles que entram nos termos do parentesco como não heterossexuais só farão sentido frente à sociedade se assumirem o papel de mãe ou de pai. Nesse ponto, as famílias formadas por pessoas transgêneras podem manifestar a divisão dos papéis parentais de acordo com o gênero de “escolha”, mas essa não é a regra. Muitos/as transgêneros/as iniciam a transição quando já são mães ou pais e podem manter o mesmo tratamento de gênero, sem que essa possibilidade cause constrangimento. O tratamento pode ser negociando de acordo com contexto e com os sujeitos envolvidos.

A categoria política “travesti” foi incluída como eixo de reivindicações do VIII Encontro Brasileiro de *Gays* e *Lésbicas*, em 1995, mesmo momento em que foi fundada a Associação Brasileira de *Gays*, *Lésbicas* e *Travestis* (ABGLT) (FACHINI, 2003). Por volta dos anos 2000, o termo “transgênero” ganhou visibilidade em encontros nacionais e substituiu o termo “travesti” na Sigla GLBT⁹ (*Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais* e *Transgêneros*). No entanto, persistia uma tendência de realçar as especificidades das trajetórias e das categorias “travesti” e “transexual”, por conta de suas distintas demandas e de seu referencial hierárquico (VENCATO, 2003).

As referidas denominações são leituras culturais e políticas que representam reivindicações sociais e de forma alguma podem ser compreendidas como identidades estanques, fixas e aprisionadoras. Como ressalta Butler (2008), os transgêneros desestabilizam a matriz de referência que pressupõe coerência entre sexo, gênero e sexualidade, tornando suas identidades fluidas e até voláteis. Além disso, é comum entre as pessoas que façam referência a si mesmas de modo diverso, em diferentes momentos e/ou contextos, ou mesmo abandonam qualquer possibilidade de identidade, transcendendo a lógica estabelecida:

⁹ A sigla GLBT foi alterada para LGBT, durante a *Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, em 2008, acompanhando uma tendência global de dar mais visibilidade às lésbicas.

Isso implica numa construção de identidade raramente centrada em categoria estanques e extremamente pautada no que se poderia chamar de negociação constante de sentidos. Como sujeitos de sua própria transformação, esses sujeitos acabam manipulando com alguma destreza sua identidade, talvez para lidar melhor com os preconceitos que lhes atingem (VENCATO, 2003, p.205).

De forma geral, o termo “transgênero” refere-se a qualquer manifestação que se afasta do sistema binário homem/mulher. Desse modo, pode contemplar as pessoas que se identificam como travestis, transexuais, intersexuais, *crossdressers* ou *drag queen*, sem desconsiderar outras possibilidades. Os transgêneros desempenham um papel social subversivo na nuance de estarem “entre mundos”. São consideradas pessoas em transição ou incompletas, para além dos binarismos homem/mulher e heterossexual/homossexual. Nesse contexto, a parentalidade transgênero se torna um fenômeno passível de estudo.

De acordo com Zambrano (2006), ao denominar uma possibilidade de família, permite-se que ela adquira uma existência discursiva, possibilitando que seja problematizada, ao mesmo tempo em que se garante a visibilidade necessária para o fortalecimento de suas demandas políticas. Strathern (1995) relata que a família ocidental está pautada em um modelo duo-genético de parentalidade. Esse modelo está engendrado em uma matriz de significados que pressupõe o papel de mãe e o papel de pai. Mesmo que a avó represente o papel de mãe ou o irmão o papel de pai, o modelo é sempre dual.

O termo coparentalidade pode ser definido como a divisão na liderança que as mães e/ou os pais exercem ao desempenharem seus papéis parentais, contemplando tanto as ações de colaboração, como as de oposição (FRIZZO et al., 2005). Desse modo, a relação familiar se constrói pela alternância ou pela reunião das interações dos/as pais/mães para com a criança ou o adolescente. Nesse sentido, a coparentalidade não implica a equivalência entre os papéis parentais com relação à autoridade e ao poder de decisão, mas prevê uma dinâmica em que a autonomia se modifica em cada situação, influenciada pelo contexto social ou pela cultura. Trata-se, portanto, de um acomodamento mútuo concebido pela complementaridade de tarefas e responsabilidade. Também é importante realçar que a coparentalidade não implica necessariamente em uma boa parentalidade, ou seja, as relações estabelecidas podem se articular de forma desequilibrada e disfuncional.

No estudo realizado pelos autores supracitados, a busca em bases de dados internacionais com o descritor *coparent* indicou que o termo aparece, pela primeira vez, no final da década de 1970 no contexto de famílias divorciadas e, na maioria dos casos, associado aos conceitos de parentalidade e/ou de conjugalidade. Segundo Minuchin (1982), a

conjugalidade se estabelece quando dois adultos se unem com o propósito de constituir uma família, de modo que os cônjuges se complementem nas dimensões afetivas, sexuais e/ou sociais. Já o conceito de parentalidade envolve o sentido de cuidado e de responsabilidade para com a criança ou o adolescente. De forma geral, a coparentalidade contempla o comprometimento mútuo no exercício da parentalidade, que pode envolver uma relação conjugal. Muitas vezes, o sentimento de parentalidade surge muito antes do nascimento da criança ou da adoção, com base nas expectativas e anseios compartilhados.

Nesse ponto, a qualidade da coparentalidade dos/as pais/mães para com os/as filhos/as parece ser mais importante e significativa para a criança ou adolescente do que o bom relacionamento conjugal entre os/as pais/mães. Logicamente, o funcionamento da família se estabelece por sistemas complexos e envolve muitos processos que se complementam, não sendo possível estabelecer o limite entre os conceitos tratados. Pelo contrário, uma compreensão mais flexível do sistema familiar pode favorecer o ajustamento e o equilíbrio dos fatores envolvidos.

No Direito, o termo coparentalidade costuma ser utilizado para designar a relação entre ex-cônjuges com filhos/as, ou mesmo pessoas que nunca estiveram em um relacionamento conjugal, apesar de terem filhos/as. Nas Ciências Médicas, o conceito costuma sugerir uma equidade de responsabilidades entre os/as pais/mães, particularmente, no momento de tomada de decisões, em que deve prevalecer o consenso quanto a situação do/a menor assistido/a.

Outra compreensão a respeito das relações familiares no contexto de acolhimento institucional da saúde refere que apenas à mãe ou à figura feminina, cabe o papel de cuidado, considerando-a representante de todo o sistema familiar (FRIZZO et al., 2005). Nessa vertente, a atuação da mulher é supervalorizada, partindo-se do pressuposto de a mesma ser portadora de uma condição inata para a maternidade. Para as Ciências Sociais, o conceito de família é flexível e abrangente, contemplando as diversas possibilidades de famílias presentes na modernidade, a exemplo de uma criança criada pela avó e pela mãe. Nesse exemplo, todas as relações que, naturalmente, estabelecer-se-iam com uma família formada por um casal e uma criança, podem surgir entre a criança, a mãe e a avó, com total harmonia.

As famílias formadas por casais lésbicos ou *gays* e seus/suas filhos/as têm contribuído para modificar a compreensão sobre a coparentalidade à medida que o estigma relativo a esse arranjo vem sendo superado. Da mesma forma, outras construções familiares se estabelecem na modernidade, a exemplo da família poliamorosa, formada por mais de dois adultos e em que as relações de coparentalidade podem tomar as mais diversas configurações. Um

exemplo interessante para a compreensão das possibilidades inscritas no âmbito dos arranjos familiares é o conceito atribuído à coparentalidade por um grupo de pessoas organizado virtualmente e que fora retratado em julho de 2017, em um programa de grande repercussão no Brasil. Para o grupo a normativa era encontrar alguém com quem ter um/a filho/a, dividir as responsabilidades e criá-lo em regime de guarda compartilhada, sem haver romance ou relação sexual entre os envolvidos (FANTÁSTICO, 2017).

Importa pontuar que, segundo a História e as demais ciências, a homossexualidade é milenar e nasceu juntamente com a heterossexualidade, sendo um padrão aceito e interpretado como um gosto natural. Foi após a consolidação da religião cristã como pilar social, que as demais orientações sexuais passaram a ser amplamente condenas e reprimidas. Outro ponto a demarcar é o tema da “masculinidade tóxica”, um termo recentemente introduzido nas discussões sociais no meio acadêmico referente à criação machista colocada na base de uma sociedade patriarcal, segundo a qual o homem é o centro das relações sociais devendo, a todo o momento, expressar sua virilidade e masculinidade, de forma que não haja espaço para sentimentos, emoções ou quaisquer atitudes que possam se associar à figura feminina. Essa discussão terá espaço na próxima seção.

3 GÊNERO, SEXUALIDADE E PRECONCEITO

3.1 Diversidade: a origem do problema

É nas etapas iniciais da vida – infância e juventude – que a diversidade social costuma ser notada, ou seja, nessas fases, os indivíduos tomam consciência da infinita quantidade de pessoas que existem, bem como seus, gostos, religiões, opiniões e escolhas. Porém, sem o auxílio devido, é comum que não haja a compreensão correta da realidade e que as ideias de respeito e tolerância não se desenvolvam até que fiquem claras (BARBOSA, 2007).

Em muitos casos, é no ambiente escolar que a pessoa tem o seu primeiro contato com boa parte das diversidades existentes. Para que se inicie essa discussão de forma consistente, é preciso que haja a plena compreensão do conceito de “diversidade”. Para Rodrigues e Cruz (2011), o mesmo é fruto de uma grande quantidade de culturas diferentes que convivem no mesmo espaço físico ou em espaços próximos, originando-se dos novos modelos de Estado ocidental pautado na liberdade enquanto autonomia individual. As diferenças são manifestadas em diferentes formas: raça, diversidade de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, crenças, etnias, opiniões e línguas, e quando pessoas completamente diferentes nesses quesitos ocupam o mesmo espaço físico e manifestando suas singularidades, ocorre a diversidade social.

Um ponto de destaque é que a diversidade é frequentemente associada à imigração, porém, é importante compreender que não é apenas nesse contexto que a ideia de diversidade se aplica (RODRIGUES; CRUZ, 2011). Ela existe desde a formação das primeiras sociedades, mas sua problematização é relativamente recente, associando-se a questões culturais, sociais, políticas e econômicas em todos o planeta. A principal discussão relacionada à diversidade é a respeito da desigualdade, pois as singularidades podem fortalecer a ideia de superioridade (SANTANA, 2012).

Por séculos, a diversidade social foi compreendida em negativo, mas a ideia de que as pessoas devem se adequar a determinado padrão social vem sendo cada vez mais questionada e, como bem coloca Santos (2006), a relação que pode ser construída entre pessoas diferentes traz muitos benefícios para todas as partes, visto que se caracteriza como uma troca de culturas, aprendizados e experiências. Portanto, é responsabilidade de toda a população e das instituições sociais incentivarem o convívio pacífico em espaços onde exista diversidade, prezando pelo respeito, tolerância, compreensão e desconstrução de todo e qualquer

preconceito, de forma que os espaços sociais se mantenham saudáveis e propensos ao aprendizado trazido pela troca entre pessoas diferentes.

No entanto, a repulsa pela diversidade ainda é perceptível em todos os contextos sociais. Atualmente, é possível utilizar as redes sociais para espalhar ódio, intolerância e discriminação relativos a padrões normativos em relação à beleza, vestimenta, comportamento, orientação sexual, identidade de gênero, raça e até mesmo religião. Costa (2005) compreende as redes sociais como uma nova sociedade, na qual cada um/a pode se reconhecer como parte; nesse sentido, as mesmas também contam com as situações e manifestações sentimentais da sociedade ‘física’.

Em uma pesquisa divulgada pela agência *We Are Social*, no ano de 2018, mais de 62% da população brasileira se manteve completamente ativa nas redes sociais, curtindo, visualizando e compartilhando publicações que chegavam do mundo inteiro, compartilhando suas vidas ou apenas observando a vida alheia. Logo, as informações passadas de forma presencial, em uma sociedade comum, agora são passadas também em ambiente *online*. Nada de novo nessa situação, a não ser pelo fato de que há a possibilidade de milhões de pessoas visualizarem, curtirem e comentarem essas publicações (WE ARE SOCIAL, 2019).

Segundo Kowalski (2014), é exatamente por isso que os jovens, de maneira geral, praticam tanto o *bullying* digital (praticado em ambiente virtual). As redes sociais são a ferramenta ideal para que as pessoas direcionem suas intolerâncias e aversões à diversidade a um sujeito ou grupo. O Brasil é um país recentemente democratizado e, com coloca Zaluar (2007), ainda vive um processo de democratização que não parece ter previsão para ser concluído. Destarte, é extremamente conveniente para a civilidade de um povo, que os conceitos relacionados à política, nacional ou não, sejam compreendidos ainda na fase de formação. Assim, mesmo após todo o processo de modernização dos pensamentos e das ideologias, o preconceito e a intolerância ainda são amplamente existentes em todos os ambientes.

3.2 Misoginia e homofobia/lesbofobia estruturais

Desde a primeira infância, a criança que se caracteriza como gênero masculino recebe, em famílias tradicionais, uma educação ainda caracterizada, nos dias atuais, por moralismos que podem atrapalhar seu desenvolvimento saudável e não-violento. Esta prática educativa segue linhas gerais misóginas pré-estipuladas socialmente que, destarte venham sofrendo alterações, ainda mantém a mesma base que confere, a partir dos papéis de gênero, a ideia da

superioridade masculina. Nesse sentido, os meninos são estimulados para demonstrarem força, pouca afetividade ou sensibilidade – características consideradas femininas e às quais é atribuído menor valor social – e uma postura dominante, a despeito de seus traços de personalidade (LÔBO et al., 2015).

A esse respeito, Corte (et. al., 2015) indicam que esta ideia de superioridade esteve ligada estritamente ao âmbito biológico, apresentando coerência considerável quando a sobrevivência humana estava intimamente ligada às habilidades físicas. Nesse sentido, no decorrer histórico da evolução humana, o homem desenvolveu prioritariamente suas habilidades físicas para desempenhar, por exemplo, a atividade da caça, enquanto à mulher coube o papel dos cuidados com as crias e o espaço mais restrito à moradia e à coleta de alimentos, tendo suas atividades se ampliado em uma gama mais diversificada.

Entretanto, o desenvolvimento do conhecimento e da ciência tem possibilitado uma profunda mudança dessa condição e ignorar esse fato é um plano e não uma consequência, ou seja, é uma perspectiva premeditada com base em questões políticas e econômicas que coloca a mulher em um lugar social secundário, permitindo a continuidade da educação machista às gerações futuras (CORTE et al., 2015; GONZALEZ, 2014). As implicações sociais desta prática ficam claras na medida em que, rapidamente, os meninos compreendem ter uma posição de destaque, ocupando o “topo da cadeia alimentar”, status que não qualquer traço qualquer de feminilidade, o que seria considerado degradante perante a sociedade tradicional.

Nesta esteira incorre ampla gama de violências contra a mulher, inscritas como parte do organismo social, o qual passa a funcionar partindo da premissa de que o homem tem direitos ilimitados sobre a figura feminina, delineando-se a figura do masculino agressor, legitimando-se a culpabilização da própria vítima, qual seja, a mulher agredida nas instâncias física, moral e psicológica (CORTE, 2015). No Brasil, esta dinâmica remonta ao período colonial, quando os europeus aqui desembarcaram com suas famílias fundamentadas no patriarcalismo a fim de evitar a chegada de outros colonizadores.

Os estudos de Leal (2004) relatam que, no início do século XVI, as mulheres eram controladas em todos os aspectos, constituindo mera propriedade restrita aos âmbitos doméstico e religioso (igrejas), sendo considerada proibida sua circulação em vias públicas, as quais eram destinadas aos homens e às prostitutas. Na época, uma mulher que circulasse desacompanhada em espaços públicos era considerada excluída dos padrões sociais vigentes. Observa-se que, mesmo ultrapassado, esse estereótipo ainda é válido atualmente para alguns espaços públicos. Suas funções eram claramente delimitadas e estavam exclusivamente voltadas ao espaço privado doméstico. Cabe, aqui, ressaltar que a palavra família tem sua

origem no latim, *famulus*, que significa conjunto de escravos domésticos que inclui mulheres, filhos/as e agregados/as (LEAL, 2004).

O modelo patriarcal foi tão solidamente seguido, que, ao longo do século XIX, havia uma definição clara dos atributos de uma mulher ‘ideal’ conforme sua idade: quando mais novas, deveriam demonstrar fragilidade, discrição e guardar sua virgindade; conforme fossem crescendo, seriam demonstradas suas características maternas e qualidades que satisfariam os desejos sexuais dos homens. Além disso, era necessário saber cuidar do lar e ser fértil para procriar, sendo que os filhos homens eram extremamente valorizados, pois carregariam o legado da família (ESSY, 2016). Segundo Essy (2016), o exemplo atual mais próximo deste último ponto são as culturas chinesa e indiana, que ainda atribuem preferência ao filho homem, permitindo o feminicídio de recém-nascidas.

Naquela época, no Brasil e na Europa, a mulher não tinha direito à educação ou ao trabalho que não fosse doméstico e as que conseguiam autorização para exercer alguma função precisavam estar sob os cuidados do próprio marido ou de outro familiar. Por longos séculos, o divórcio foi legalmente proibido e, quando finalmente sancionado por lei, o mesmo continuou a ser reprovado pela família, sendo considerado um tabu que transformando a mulher que se separava em uma pessoa sem honra. Esta ordem das coisas facilitava o abuso de poder e a violência doméstica (LEITE, 2015).

Importa, aqui, reiterar que o histórico da violência contra a mulher está associado à forte herança de uma cultura escravocrata, o que contribui para a compreensão do fato de que a mulher ainda permanece vitimizada pelo controle masculino nos dias atuais, a despeito de toda a transformação das relações sociais ensejadas pelas lutas mencionadas. A primeira iniciativa de mudar esse cenário por meio de ações articuladas mundialmente foi realizada pela ONU na década de 1940, com a criação da Comissão de *Status* da Mulher, que, pautada na Carta das Nações Unidas firmou, entre 1949 e 1962, alguns tratados sobre o tema (LIMA et al., 2016).

Esse documento entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, com os objetivos de: manter a paz e a segurança internacional; promover relações amistosas entre os Estados; promover a cooperação em temas econômicos, sociais, culturais e humanitários; promover os Direitos Humanos e às liberdades; e promover o entendimento entre os povos. Trata-se do primeiro documento a prever um conjunto sistemático de normas de direitos humanos para proteger de forma ampla todo e qualquer indivíduo, com a finalidade de:

Praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacional, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. (ONU, 1945 p. 3-4).

Neste ponto, importa demarcar que o que se entende por violência não se restringe à instância da agressão física direta – socos, empurrões, chutes, mordidas ou uso de armas –, estendendo-se para os âmbitos sexual (participar ou presenciar relações sexuais não desejadas); psicológico (constrangimentos, humilhações ou qualquer conduta que abale o emocional e a autoestima); moral (afetar a imagem da mulher perante a sociedade ou diminuir o conceito que ela tem sobre si mesma); e patrimonial (destruir os bens materiais da mulher).

Uma das principais frentes da homofobia é a associação de um homem *gay* a uma mulher, tendo em vista que a vítima passa por um processo de redução de sua masculinidade quando a vê associada à sua orientação sexual, de forma que perde o direito de ser reconhecido como homem perante a sociedade e seus pertencentes homofóbicos; logo, passa a ser visto como uma figura fraca, afeminada e que deve ser naturalmente submisso e disposto a passar por todos os tipos de agressão. Na sociedade misógina e patriarcal os que não são homens, brancos e financeiramente estáveis, não devem possuir direitos igualitários e tampouco ocupar uma boa posição social, ficando abaixo de uma cadeia social idealizada e implementada há milhares de anos. Ressalta-se, aqui, que o machismo estrutural e a masculinidade tóxica afetam a todos – crianças, mulheres, homossexuais e até mesmo os próprios homens cis heterossexuais, que deveriam ser “beneficiados” por esse sistema, mas também seguem sendo reprimidos de diversas formas.

A França se tornou o primeiro país do mundo a descriminalizar a homossexualidade. O primeiro Código Penal, de 1791, bem como o Código Napoleônico de 1810, já excluía da lei penal o “crime de sodomia”, pregando que o Estado se mantivesse afastado da vida privada de seus cidadãos maiores de idade. No entanto, a repressão contra os homossexuais, por parte do direito e da medicina, estava longe de ser superada. Em 1942, pouco mais de um século, a França voltou a criminalizar a homossexualidade por meio de um dispositivo que punia o ato praticado com um menor de 21 anos, enquanto que, para os heterossexuais a “maioridade sexual” foi estabelecida em 13 anos. Apenas por volta dos anos de 1980, a legislação, tanto na esfera civil quanto na penal, deixou de efetivamente penalizar a

homossexualidade. Em poucos anos, a criminalização da homossexualidade deu espaço para a penalização da discriminação contra homossexuais (BORRILLO, 2005).

De acordo com Borrillo (2005), desde 1985 existem na França dispositivos jurídicos de proteção contra a discriminação com relação a “atos materiais”, como a recusa a direito trabalhista ou demissão de atividade econômica. No caso do discurso injurioso, difamatório ou que incite a discriminação, em 1972, uma modificação da lei sobre liberdade de imprensa propôs um dispositivo que tratava do discurso de ódio racial. Em pouco tempo, esse dispositivo se ampliou para pessoas homossexuais, acompanhando as reivindicações das associações de defesa dos direitos de lésbicas e *gays*, bem como de outros movimentos da sociedade civil.

Grupos marginalizados e oprimidos estão conquistando grande visibilidade e, por consequência, são mais facilmente hostilizados por frentes conservadoras. Esse eterno debate entre as “minorias sexuais” e os grupos ditos defensores dos valores tradicionais perpetua um ciclo de preconceito e de intolerância que permeia a sociedade moderna e que não pode ser combatido com os instrumentos usuais. O próprio conceito de tolerância carrega um peso pejorativo que não favorece o convívio pacífico, uma vez que o espaço público é, ainda, sinônimo de heterossexualidade, delegando-se a homossexualidade ao privado.

Essa dinâmica ocorre por meio de uma política da vergonha, que classifica, discrimina e proíbe o sujeito homossexual de manifestar sua sexualidade em público, assim, a violência simbólica reitera a posição de marginalidade do homossexual, tornando a expressão da homossexualidade uma manifestação ‘suja’, pois imoral e agressiva para os costumes sociais. Neste ponto, o ciclo de isolamento e vergonha se retroalimenta, de forma que “[...] quanto mais as pessoas estão isoladas ou vivem no privado, mais estão vulneráveis aos efeitos desiguais da vergonha” (WARNER, 2000, p.12).

Aparentemente, nenhuma das instituições atuais (escola, igreja, família, etc.) parece promover formas efetivas de combater os modelos opressores de abordagem da sexualidade. A violência contra lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros é pouco enfrentada no Brasil e costuma ser incentivada em ambientes machistas, em parte, pela produção do conceito de masculinidade atrelado à virilidade e à agressividade. De acordo com Bourdieu (1999, p. 67) “[...] a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo [grifos do autor]”.

Nesse contexto, a masculinidade é ensinada aos jovens rapazes como uma forma de se manifestarem como homens, de forma que são doutrinados a repelir a homossexualidade como uma prova de virilidade. Há, no entanto, múltiplas formas de vivenciar, experimentar e descobrir a sexualidade, e todas são válidas, pois:

Reconhecer a multiplicidade das formas como as pessoas vivenciam o amor, o afeto, o desejo e o prazer é o primeiro passo para compreender como o senso comum tão arraigado em nossa sociedade tenta impor um padrão único que violenta, machuca e pune aquelas e aqueles cujos sentimentos não se conformam a esse padrão (MISKOLCI, 2010, p.76).

As pessoas que apresentam comportamentos divergentes são marcadas, classificadas, oprimidas e, por vezes “corrigidas”. Essa correção ocorre pela interiorização de características que os diferenciam, ou seja, por mecanismos de camuflagem e de autoflagelação. Portanto, a sexualidade humana ainda está arraigada à normativa heterossexual, à monogamia e à reprodução, e essas influências são exteriorizadas por indivíduos que têm alguma possibilidade de argumentação, como educadores, em seus discursos, e em seus silêncios. Destarte, a omissão tem sido o caminho seguro para contornar conflitos e evitar questões sensíveis, mas importantes, como o estranhamento ao diferente, que emerge pela inferiorização e pela ridicularização. Nesse sentido, “[...] o silêncio e a tentativa de ignorar o diferente são ações que denotam cumplicidade com valores e padrões de comportamento hegemônico” (Idem, p.80).

Neste quadro, porém, nos escapa aos olhos a questão primordial: o que deve ser pleiteado? A garantia de direitos? O combate ao preconceito? De acordo com Louro (2013, p. 28):

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Sendo assim, é comum que o primeiro preconceito com o qual as pessoas homossexuais experimentam é o seu próprio, uma vez que, devido ao descrédito social sobre sua existência – seus gostos, vontades e preferências, não apenas no que diz respeito a parceiros amorosos ou sexuais, mas também a traços de personalidade, comportamento e trejeitos – a auto aceitação se torna um desafio. Dessa forma, a repressão sexual e a

necessidade de se enquadrar em um padrão podem derivar de várias frentes: pessoal, familiar, social, e até mesmo por parte do Estado e das ações que dele derivam.

A partir do século XVII, emergiram formas mais efetivas de controle e de regulação do sexo, o qual deveria satisfazer ideais e concepções sociais pautados no princípio da reprodução, sendo marginalizadas outras formas de expressão do desejo e de obtenção do prazer. Desta forma, os governos podiam intervir no privado, pela premissa de estarem controlando a natalidade e cuidando do futuro da nação. Nestes termos, a mulher era propriedade do homem e tinha seus direitos fundamentais negados em prol da proteção dos costumes familiares. A própria instituição da família nuclear cumpria seu papel de disseminar as “tradições” comportamentais na forma de dogmas que perpetuavam a desigualdade entre os gêneros e a intolerância contra os sujeitos “divergentes”. Cada forma de controle tinha objetivos específicos que convergiam e regulavam a sexualidade humana como um todo, como:

Manter o domínio dos interesses coletivos com relação à capacidade reprodutiva feminina; reproduzir a família tradicional, seus valores e garantir a expansão da mão de obra trabalhadora; diagnosticar os “desvios” do modelo de sexualidade incentivado; e, por fim, prevenir estes e criar adultos “normalizados” por meio das atividades pedagógicas e demais discursos e práticas voltados a controle das crianças e jovens (MIKOLCI, 2010, p.92).

Naquele momento, a homossexualidade se constituiu como fenômeno social que colocava em relevo os sujeitos que não se enquadravam na ordem sexual estabelecida. Nesse sentido, os comportamentos dissidentes eram facilmente contornados e subjugados, cumprindo o papel de marcar o contorno do aceitável. A heterossexualidade compulsória era, mais uma vez, reiterada pela recusa e perseguição ao homossexual, sendo que sua normalidade era atribuída pela medicina e reiterada pelo direito ao inconformismo de gênero.

O sujeito homossexual, portanto, foi uma invenção moderna, que remonta ao século XIX. É certo que pessoas do mesmo sexo mantiveram relações sexuais mesmo entre as civilizações mais antigas, mas a homossexualidade não configurava uma condição inerente à pessoa, e, sim, uma atividade a que todos estariam sujeitos e que, por consequência, poderiam deixar de praticar (MISKOLCI, 2010, p.96). No entanto, o estabelecimento do binarismo homossexualidade/heterossexualidade reitera a heterossexualidade como condição natural do sujeito, enquanto a homossexualidade representa um desvio doentio e criminoso. Essa

condição perdurou no tempo e norteou a construção de dispositivos sociais de controle, regulação, correção e punição:

O conceito de homossexual tomou forma por volta de 1870, quando a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido (...). Categorizado e nomeado como desvio da norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação (LOURO, 2013, p.29).

A partir do terço final do século XIX, a medicina buscou explicar os comportamentos sexuais divergentes, socialmente estabelecidos como anormais e perversos, por meio da argumentação dos distúrbios psiquiátricos e transtornos psicossomáticos:

A medicina passou a classificar como patológicos todos os comportamentos, identidades e desejos que não confluíam para criar mulheres e homens conformados à ordem sexual da época. Mulheres insubmissas por não aceitarem a tríade marido-casamento-filhos ou homens que deixassem de atender à demanda social de que fossem os guardiões da dominação masculina começaram a ser classificados medicamente, motivo de controle educacional, médico, legal e até de internamento psiquiátrico (MISKOLCI, 2010, p.93).

As instituições que regulavam a homossexualidade atribuíam sentidos distintos à prática e aos seus sujeitos e, de forma geral, os discursos se centravam na moral e em uma ética construída socialmente. O mesmo autor ainda explica que, “[...] enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade”, concordando ao tornar o sujeito homossexual um tipo especial de pessoa, que difere em essência das outras.

Apenas após um século, por volta de 1960, emergiram movimentos que de oposição à condição de marginalização do homossexual bem como de outras identidades desviantes da norma, que culminaram, no início de 1970, no “[...] movimento *gay* liberacionista [quando o] “homossexualismo” (termo patológico) foi retirado da lista de doenças mentais da Associação Psiquiátrica Norte-Americana” (Idem, 2010, p.95) – nesta dinâmica, no final de 1970, já se falava em uma identidade homossexual. Tendo grande influência de correntes de pensamento exportadas de outros países, onde o debate já se instalara, os grupos militantes se politizaram passaram a proclamar guetos e uma cultura lésbica e *gay*. Em pouco tempo, a ideia da existência de uma comunidade homossexual passa a ser difundida, juntamente com suas demandas, constituindo-se um modelo “étnico”, no qual os sujeitos homossexuais

representavam “[...] um grupo minoritário, igual, mas diferente, que almejava direitos e visibilidade” (SPARGO, 1999, p.29).

Diante do exposto, percebe-se que se tratou, portanto, de um processo lento e tortuoso até que as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo passassem a ser despatologizadas e descriminalizadas em várias partes do mundo. Porém, apenas na última década, esse movimento tomou grandes proporções, tornando-se recorrente nos espaços sociais e em meios midiáticos (MISKOLCI, 2010).

Considerando outros desdobramentos desta pesquisa, importa discutir o conceito de gênero e, por consequência, as relações de afeto entre sujeitos homoafetivos. Tendo a parentalidade o cerne de toda a problemática aqui empreendida, parte-se para a abordagem das questões identitárias desses indivíduos, tão marcados pelo estrangeirismo:

‘Quem, neste caso, irá se constituir como um sujeito e o que irá contar como uma vida?’, indaga Butler num de seus artigos (WIC, p.20): a quem oprimo ao constituir uma identidade coerente para mim mesma e ao ‘fabricar’ a minha identidade? O que acontece se nossas identidades ‘não são bem-sucedidas’? (SALIH, 2015, p.11).

Toma-se, inicialmente, o conceito ambíguo de *outsider* de Howard Becker (2008) – termo que, na tradução para a língua portuguesa, pode ser entendido como ‘marginal’ e ‘desviante’, ou seja, aquele que se encontra fora de um limite social. Para compreender este conceito, parte-se do princípio de que a organização em sociedade pressupõe a criação de normas aplicadas sob conjunturas específicas com a função de distinguir comportamentos adequados e inadequados. Nesse sentido, o ‘desvio’ trata da dinâmica entre imposição e transgressão de regras, ou seja, um *outsider* é “[...] alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo” (BECKER, 2008, p.15).

Nota-se que, na tentativa de explicar as motivações, ou seja, as formas de manifestação e as características singulares dos desviantes, a ciência se apropriou das ideias advindas do senso comum, partindo da premissa de que a transgressão é inerente ao desvio. Nesse sentido, o autor aponta que os cientistas sociais aceitam este rótulo sem questioná-lo.

Observa-se com facilidade que diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes. Isso deveria nos alertar para a possibilidade de que a pessoa que faz o julgamento de desvio e o processo pelo qual se chega ao julgamento e à situação em que ele é feito possam todos estar intimamente envolvidos no fenômeno. À medida que supõe que atos infratores de regras são inerentemente desviantes, e assim deixam de prestar atenção a situações

e processos de julgamento, a visão de senso comum sobre o desvio e as teorias científicas que partem de suas premissas podem deixar de lado uma variável importante. Se os cientistas ignoram o caráter variável do processo de julgamento, talvez, com essa omissão, limitem os tipos de teorias que podem ser desenvolvidos e o tipo de compreensão que se pode alcançar (BECKER, 2008, p.17).

Pensando pela lógica do “diferente”, insere-se neste debate a Teoria *Queer*, cuja origem remete aos anos de 1990, nos Estados Unidos, a fim de marcar um posicionamento contestador à Sociologia de gênero e sexual da época. Assim, a teoria focou na “[...] dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais” (MISKOLCI, 2009, p.150-151). Embora houvesse algumas dissonâncias entre Sociologia e Teoria *Queer*, a maior aproximação entre elas foi a compreensão da sexualidade como um fenômeno social e historicamente construído. Durante algum tempo, a Sociologia seguiu naturalizando a heterossexualidade, porém, a partir da década de 1990, a ordem social dominada pelo masculino passou a ser contestada, e reconhecida como violenta:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2002, p.7-8).

Segundo Halperin (2003), o termo "*queer*" era, antes, utilizado de forma violenta para nomear homossexuais, detendo um sentido de anormalidade e doentio. Voltando ao ponto original da "Teoria *Queer*", o nome é atribuído a Teresa de Lauretis, em uma conferência cunhada em 1990, na Universidade da Califórnia. O título da palestra, nada mais foi do que uma provocação à toda comunidade científica:

She had the courage, and the conviction, to pair that scurrilous term with the academic holy word, "theory." [...] She wanted specifically to unsettle the complacency of "lesbian and gay studies" (that "by now established and often convenient formula," as she called it) which implied that the relation of lesbian to gay male topics in this emerging field was equitable, perfectly balanced, and completely understood—as if everyone knew exactly how lesbian studies and gay male studies connected to each other and why it was necessary or important that they should evolve together (HALPERIN, 2003, p.339-340).

No entanto, “Queer”, enquanto teoria e método, surgiu de outras linhas teóricas que buscaram questionar identidade e identificação, rompendo com ideias clássicas, tendendo a um viés pós-estruturalista com base em Foucault e Derrida, que compreendem o sujeito como “provisório, circunstancial e cindido”. De Derrida, extraiu-se os conceitos de complementaridade e desconstrução, ou seja, a ideia de que a análise binária entre opostos retroalimenta o processo de significar (MISKOLCI, 2009). Segundo Foucault (1988), em abordagem do tema da sexualidade – ainda que por meio do discurso da repressão – o que a medicina estava fazendo era buscar formas de tratar do normal e do patológico; nesse sentido, “[...] denuncia-se o conformismo de Freud, as funções de normalização da psicanálise” (FOUCAULT, 1988, p.10). Prosseguindo, Foucault (1988, p.10-11) associa a repressão sexual ao levante do capitalismo, como nova ordem social:

[...] se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? O sexo e seus efeitos não são, talvez, fáceis de decifrar; em compensação, assim recolocada, sua repressão é facilmente analisada. E a causa do sexo — de sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar dele — encontra-se, com toda legitimidade, ligada às honras de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro.

Ainda em busca de uma definição sobre o que seria a Teoria Queer, pode-se dizer que ela destaca “a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença” (MISKOLCI, 2009, p.154).

Segundo Salih (2015), Butler tem se dedicado a mover os fundamentos do conceito de “o sujeito”, tornando-se a mais importante estudiosa queer. Butler se vale da dialética hegeliana construindo sua teoria de forma não linear, mas como um processo, um devir. Ela assim, contribui para o esclarecimento conceitual dos estudos queer: “o queer não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação “ (SALIH, 2015, p.19). Butler lança questionamentos sem a pretensão de solucioná-los, mantendo a análise sempre aberta, como pressupõe a dialética. Para Butler, ao se buscar uma resolução para um problema, corre-se o risco de criar um pensamento antidemocrático, já que a solução seria equivalente ao estabelecimento de uma “verdade”,

que podem servir como instrumento de opressão à minorias sociais. O exemplo a seguir se aproxima da discussão travada nesse capítulo:

[...] as noções conservadoras que consideram a homossexualidade como “imprópria”, “contra a natureza”, “anormal” e como algo a ser proibido e punido. Tais atitudes podem ter a pretensão de ser verdadeira ou naturalmente “corretas” em algum sentido (religioso, moral, ideológico), mas parte do projeto de Butler consiste em deixar esses termos à mostra, em contextualizar e analisar suas pretensões à verdade, sujeitando-os, assim, à interpretação e à contestação. Por “esses termos”, quero me referir a categorias de identidade como “gay”, “hétero”, “bissexual”, “transexual”, “negro” e “branco”, bom como a noções como “verdade”, “correto” e “norma” (SALIH, 2015, p.13)..

Compreende-se, assim, tal como Bauman (2005), que as ideais de pertença e identidade são flexíveis e mutáveis, podendo ser negociadas. Além disso, as escolhas e comportamentos são determinantes para esses dois constructos e as identidades são flutuantes, sendo que algumas, o sujeito escolhe e outras são impostas carecendo-se, assim, de alguma atenção para esse fator:

[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa constituir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. [...]. A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. (Idem, p. 22).

Em outra obra, Bauman (2011), retomando o “estranho familiar” (FREUD, 1919/1996), comenta que o caráter ambivalente do estranho, é justamente sua capacidade de repelir e de atrair o outro: o medo frente ao desconhecido, o qual revela parte de quem desconhece repele, ao passo em que atrai por desejar conhecer os atributos do diferente, mas não encontra coragem de deixar seus padrões rigidamente sistematizados. Esse pensamento está no fundamento do preconceito social.

Ao abordar o mal-estar na pós-modernidade, o autor coloca em questão a fluidez social, apontando para a desvalorização e dilatação dos valores, especialmente no que se refere àqueles que carecem de algum tipo de suporte psicossocial. Nesse sentido, discute-se o sonho do mundo na ordem pós-moderna, demonstrando-se o critério de pureza e perfeição adotado pelas sociedades atuais. Assim, a pessoa inapta a participar do jogo e das trocas do

consumo torna-se supérflua e carrega o signo da impureza, criando uma “[...] sujeira que precisa ser removida, [pois] são consumidores falhos” (BRAUMAN, 1998, p. 24).

A sociedade pós-moderna torna, portanto, cada vez mais a população descartável e gera uma massa fluida daqueles expulsos simbolicamente do conjunto social. Conclui-se, assim, que os mecanismos reguladores da insatisfação desta sociedade mais utilizados são: a intensificação de políticas de segurança; o encarceramento maciço; a manipulação sobre a insegurança; e o medo diante dos descartados da sociedade de consumo. Assim, em uma economia orientada para o consumidor, o estranho é sempre atraente, no entanto, por não poder ser controlado ou ordenado, é sempre objeto de medo, caracterizando o potencial assaltante, a pessoa fora das fronteiras da sociedade, representando uma ameaça constante. Em síntese, o diferente é marcado por estereótipos.

Uma vez que diferença pressupõe semelhança ou normalidade pautadas em determinado parâmetro pré-estabelecido, a definição de desvio da norma pode ser obtida através de três critérios: estatístico; estrutural; e por tipo ideal de ser humano. O estatuto científico estabeleceu padrões que delimitam o lugar social de pessoas consideradas diferentes, o que trouxe implicações nas áreas da saúde e da educação. Segundo Foucault (2000), há uma perspectiva pós-moderna que visa formar corpos dóceis e alocar as pessoas em seus lugares “certos” ou “ideais”, assim, o desviante se torna um *outsider*, posto à margem da sociedade (BECKER, 1963). É deste ponto de vista que, historicamente, foram constituídos os institutos disciplinares com vistas ao controle social para a ordem, quais sejam: manicômios, asilos, internatos, presídios e escolas especiais (AMARAL, 1998).

Foucault (2001) ainda afere o corpo como o lugar de controle e exaltação do poder punitivo de um soberano, recebendo toda forma de castigo, carregando as marcas de torturas e exposições. Neste sentido, tanto o discurso religioso quanto o médico conservaram aspectos similares ao controlarem o corpo, destacando a necessidade de uma correção para as diferenças. Com efeito, a exclusão e a segregação são justificadas por essa normalidade/normatividade, já que a deficiência se vinculava ao inválido e ao monstruoso.

Nas palavras de Goffman (2004), o estigma adquire um caráter depreciativo que serve, dentre outras coisas, para “adequar” pessoas a determinados territórios e classificar o que é normal ou anormal:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza

alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (p.6).

Neste ponto, Canguilhem (2009) esclarece que o normal biológico é relativo, uma vez que os limites entre normalidade e anormalidade são imprecisos, e que não se pode determinar o que seja normal ou patológico a partir de comparações generalizantes e métricas estatísticas, sendo somente o sujeito, capaz de dizer sobre si mesmo, logo, somente ele pode estar “[...] à altura dos deveres resultantes do meio que lhe é próprio, em condições orgânicas que, para outro indivíduo, seriam inadequadas ao cumprimento desses deveres” (p.71).

Finalmente, os estudos de Freud sobre a psicanálise apontam para uma nova compreensão do ser humano, tido naturalmente como um animal dotado de razão imperfeita, influenciado por seus desejos e sentimentos, os quais criam um tormento mental pela contradição entre os impulsos e a vida em sociedade. O psicanalista revolucionou os estudos psicopatológicos da sua época ao apresentar a noção de Inconsciente: para ele não há acaso quando se trata de processos mentais, desse modo, cada memória, ação ou sentimento são causados de modo intencional, consciente ou inconscientemente (GRACIA-ROZA, 1986/1993).

Em “*Das Unheimliche*”, Freud (2019) abordou o “infamiliar” (Unheimliche), aquele que desperta sentimentos de terror e angústia apontando para o fato de que o familiar não evoca medo, porém, o novo é sempre assustador, já que não se sabe o que esperar dele. Com efeito, à medida que se aproxima de objetos ou fenômenos, os mesmos se tornam familiares, nesse sentido o “Infamiliar seria tudo o que deveria permanecer em segredo, oculto, mas que veio à tona” (FREUD, 2019, p.55). Apesar de não o utilizar, Butler (1990/2015) aponta para a potência política deste termo, já que, diante de uma sociedade normalizadora, os estranhos se tornam pessoas que remetem a uma condição torpe. O sujeito dentro da norma, ao se encontrar com um estranho, não vê sua imagem narcísica refletida, mas o desejo do Outro. O Unheimliche produz, portanto, angústia e incerteza quanto às identidades e, em razão da pressão social, as transforma em medo e comportamentos violentos. Nesse sentido, o estudo sobre a melancolia ajuda a compreender a discussão generificada, considerando-se os processos psicológicos de introjeção e identificação com “objetos perdidos de amor” (LIMA; VORCARO, 2017).

Para ampliar a definição de estranho, Butler explica que “é o estranho, o incoerente, o que está ‘fora’ da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo

construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente” (BUTLER, 1990/2015, p. 191).

Butler também trabalhou sobre os temas do luto e da melancolia sob o ponto de vista freudiano. Para Freud, o luto é um processo natural diante da perda real de um objeto amado; na melancolia, o sujeito não sabe o que perdeu ou, se de fato, perdeu algo, ficando impossibilitado de superar o sentimento por meio da aceitação, como ocorre no luto. Por outro lado, a resposta, nesses casos, é uma internalização do objeto amado, seguida de uma identificação. É sobre este conceito que Freud estrutura a Primeira Tópica de Ego, Superego e Id. Nesse cenário, a formação do Ego ocorre em relação às catexias¹⁰ dos primeiros objetos, que conduzem às identificações (SALIH, 2015). A clareza sobre esse processo consolidou o entendimento de como o gênero é produzido e reproduzido culturalmente:

[...]como aponta Judith Butler, não existe nenhuma natureza ontológica, não há nenhuma diferença anatômica entre os sexos, que não seja sempre já incluída numa instituição cultural do gênero, construída socialmente e definida historicamente. O gênero precede, fabrica e define os sexos de um modo performativo: ser mulher ou ser homem consiste em retomar gestos, atos, discursos, desejos, atitudes, e repeti-los, criando assim, pela reiteração, a ilusão de um modelo anterior à repetição. Essa performatividade do gênero não é, porém, uma escolha deliberada: é uma interpelação social, uma atribuição normativa, uma prescrição coletiva. Uma psicanálise aberta às transidentidades precisa então ser tanto subjetiva quanto social: ela almejaria situar o sujeito no enquadre social, histórico e político no qual ele se inscreve, e abordar o inconsciente a partir do sistema sexo/ gênero. Essa psicanálise visaria analisar o funcionamento das prescrições de gênero na subjetivação, nas relações do sujeito com os outros, mas também na sua própria perspectiva, como teoria que não escapa às formações discursivas dentro das quais ela surge (AVOUCH, 2015, p.27).

Butler, então recorre ao conceito das “disposições masculinas e femininas”, para entender como ocorrem as identificações de gênero, afirmando que o tabu primário não seria o do incesto, mas o da homossexualidade, que produz o sentimento de melancolia relacionado ao processo de identificação com o genitor do mesmo sexo. Nesse sentido, a autora conclui que a identidade de gênero é parte de uma organização psíquica melancólica:

Se a negação heterossexual da homossexualidade resulta na melancolia e se a melancolia opera através da incorporação, então, o amor homossexual desautorizado é conservado através do cultivo de uma identidade de gênero

¹⁰ Concentração de todas as energias mentais sobre uma representação bem precisa, um conteúdo de memória, uma sequência de pensamentos ou encadeamento de atos.

definida por oposição". Ou, dito de maneira mais direta: somos o que tínhamos desejado (e que não nos é mais permitido desejar) (SALIH, 2015, p. 81-82).

Retomando Miskolci (2009) e Salih (2015), esta seção se encerra com a ideia de que a compreensão sobre a sexualidade é perpassada por discursos heterogêneos, que podem ser de ordem sociológica, psíquica, moral, educacional e filosófica. Os teóricos do *Queer*, por exemplo, utilizam da “desconstrução” para expor as normalizações que regem a sociedade hegemônica e rotula os estranhos, por esta razão, na lógica binária e opositora, a existência da norma precisa do estrangeiro para se firmar no seu poder. Portanto, o propósito da teoria *queer* não é a defesa daqueles que não se enquadram em padrões heterossexuais, mas, desconstruir o heteronormativo que opera o controle de tudo e todos que fogem à sua regra.

Como exposto, a sociedade possui bases amplamente consolidadas que colocam determinados grupos sociais acima de outros conferindo, aos primeiros, poder, vantagens sociais, vias para obtenção de bons empregos, educação de qualidade e nutrição adequada. Esta perspectiva perpassa a sociedade em todos os âmbitos, a exemplo das ações de segurança pública, que tendem a concentrar seus esforços naqueles indivíduos que não se encontram no grupo de superioridade, mas de vulnerabilidade, como: negros, jovens, pobres, periféricos, homossexuais e transexuais.

Diante dessas reflexões, é preciso dar outros passos na direção de compreender o fenômeno da parentalidade, dentro e fora do contexto da adoção, considerando-se a complexidade do tema. Desta forma, o próximo capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado para dar conta da abrangência das questões aqui colocadas.

4 O CAMINHAR FENOMENOLÓGICO

Retomando o objetivo do estudo, qual seja, a compreensão sobre como casais/pessoas lésbicas e *gays* vivenciam suas motivações e expectativas acerca da parentalidade enquanto sujeitos pretendentes à adoção, este capítulo apresenta a concepção teórica de análise que fundamenta a caminhada em busca do fenômeno “motivações e expectativas parentais”. Os procedimentos metodológicos serão descritos no capítulo seguinte, reservando-se, para esse primeiro momento, o arcabouço conceitual sobre a Fenomenologia enquanto método. A Fenomenologia é uma corrente ou doutrina filosófica fundada pelo filósofo JH Lambert (1728-1777), quando da investigação do tema das aparências. Na modernidade, passa a ser utilizada como método no século XX, em Viena, Alemanha, por Edmund Husserl (1859-1938) (SCHUTZ, 2012).

Segundo Schutz (2012), trata-se do estudo da ciência do fenômeno, daquilo que aparece à consciência, que é dado, a própria coisa que se percebe, em que se pensa e da qual se fala. Esta abordagem filosófica se caracteriza por assegurar o sentido dado ao fenômeno, indicando que o que se mostra precisa ser desvelado para se para chegar àquilo que realmente é. Em outras palavras, a fenomenologia é a ciência que estuda a relação entre fatos (fenômenos) e o domínio em que essa realidade está presente (psiquismo, consciência). Assim, parte-se do princípio de que o que se vê não é o objeto em si, mas sua forma manifesta, ou seja, a forma como e quando o mesmo é dado em atos intencionais. Desta perspectiva, o conhecimento das essências só é possível ignorando-se todas as presunções sobre a existência de um mundo externo bem como os aspectos não essenciais (subjetivos) de como o objeto é dado. Esse processo foi chamado de *epoché*, ou seja, a “[...] distância em relação às validações naturais ingênuas” (Husserl, 1989, p. 154).

Com base nessa premissa, Husserl (2006) elaborou o método de “redução fenomenológica” a fim de eliminar a existência de objetos externos, concentrando-se no ideal, qual seja, a estrutura essencial da consciência, afirmando que o que permanece depois disso é o ego transcendental que se opõe ao ego empírico concreto. A partir desta filosofia é possível, portanto, estudar as estruturas essenciais que existem na consciência pura – denominada pelo autor “noemata” –, e suas inter-relações. Nesse sentido, a ideia não é compreender os fenômenos pois, da perspectiva fenomenológica, os mesmos são, simplesmente, as coisas como são mostradas e oferecidas à consciência (CERBONE, 2012).

Conforme Augras (1986), quando Husserl elaborou o método fenomenológico havia uma intenção de que através da noção da estrutura do fenômeno pudéssemos chegar aos fundamentos do conhecimento. Ou seja, ao observar determinado fato, esperava-se poder apreender o seu sentido. Além disso, qualquer outro elemento primário deveria estar designado para segundo plano. A ausência de preconceções tem como objetivo conhecer a essência da forma mais pura possível. Neste sentido, a apreensão de uma situação (considerando os limites históricos inevitáveis) se dá através da subjetividade do observador. É ela que permite o alcance da objetividade pretendida no estudo fenomenológico.

4.1 A fenomenologia clássica

Edmundo Husserl (1859-1938) é considerado o fundador da Fenomenologia como escola filosófica alemã, com a obra fundante “Investigações Lógicas” (HUSSERL, 1901/2007). Em suas postulações, o autor rompe com as epistemologias idealista (na qual prevalece a ideia do sujeito egóico que posiciona o mundo) e realista (onde o sujeito descreve as coisas permanecendo totalmente isento), identificando uma lacuna epistemológica entre o sujeito e o objeto (FEIJOO; MATTA, 2014).

A gênese da fenomenologia de Husserl contempla dois elementos centrais: a concepção de método e a noção de intencionalidade. Nessa perspectiva, o autor inaugurou o método fenomenológico para investigar o fenômeno da consciência, suspendendo todas as concepções acerca dos mesmos, fossem empíricas ou o resultado de racionalizações. Deste modo, foi assumida uma postura antinatural diante do fenômeno da consciência. Em uma etapa subsequente, buscou-se a compreensão do fenômeno estudado nos termos da “essência da consciência pelo exercício do pensamento”: nesse momento, a intencionalidade desvelou-se como o espaço em que o fenômeno ocorre (FEIJOO; MATTAR, 2014).

Em outras palavras, no método fenomenológico, o olhar do/a pesquisador/a se volta para o mundo das experiências, ou seja, para as coisas como elas se manifestam na história dos sujeitos. Desse modo, a intencionalidade da consciência assume um caráter central, ou seja, a fenomenologia se apoia no direcionamento assumido pela consciência para compreender o mundo. Nesse contexto, o/a pesquisador/a que assume a abordagem fenomenológica deve analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como se produz o sentido do fenômeno (SADALA, 2004).

O termo “fenômeno” vem do grego *phaenomēnon* e significa “aquilo que se mostra”. Desse modo, fenomenologia pode ser traduzida como a estudo do fenômeno, ou daquilo que

se mostra, cabendo ao/à estudioso compreender “o que se mostra” e “como se mostra”. Neste ponto, cabe esclarecer que o fenômeno se manifesta às pessoas que, portanto, a ele estão voltadas, ou seja, o sujeito percebe o fenômeno e compreende o seu sentido, seja o fenômeno parte do mundo físico ou próprio do mundo abstrato. Assim, não interessa tanto o fato do fenômeno se manifestar, mas sua essência, o seu sentido (BELLO, 2006). Para tanto, faz-se necessário realizar uma série de operações – denominadas pelo autor de *méthodo* – contemplando-se duas etapas: (1) a redução eidética (a busca do sentido do fenômeno); e (2) a redução transcendental (o sujeito que busca o sentido).

Na primeira (1), a pessoa pode tanto identificar o sentido de alguns fenômenos imediatamente como apresentar dificuldades – em todo o caso, a essência é captada (*eidōs* = aquilo que se capta, intui); desse modo, a pessoa abarca o sentido, excluindo o que não é essencial (BELLO, 2006). Na segunda (2), o ser humano percebe o fenômeno e faz uma reflexão, sendo esta considerada uma consciência de segundo grau, a qual interpela o sujeito sobre o motivo da busca pelo sentido do fenômeno. Desse modo, a consciência pode ser percebida como um ponto de convergência das dimensões da estrutura do ser humano, ou seja, das operações humanas.

Assim, segundo o autor, tem-se a percepção (“ato perceptivo”), que é a própria consciência de algo, o “dar-se conta” do fenômeno, por exemplo, tocar¹¹ algo é uma vivência registrada pela pessoa que, assim, passa a ter consciência deste ato. Em um segundo momento, ela pode fazer uma reflexão¹² sobre essa consciência (“ato reflexivo”). Então, por meio do tato, a pessoa registra os limites do seu corpo físico, percebendo as distinções e conexões entre o seu corpo e os corpos externos. Esse ato pode tanto ser corpóreo, como os instintos, como psíquicos, como os impulsos e as emoções ou, ainda, “espirituais”, como as reflexões, as decisões e as avaliações. Para Husserl, antes da percepção, ainda há a “síntese passiva”. Trata-se de operações – realizadas involuntariamente e em um nível passivo – que estabelecem descontinuidades e heterogeneidades para que o sujeito possa perceber o fenômeno (Idem).

¹¹ De acordo com o autor, as coisas físicas são percebidas por meio da corporeidade, desse modo, é possível afirmar a existência do corpo com base na análise dos atos registrados, ou seja, das sensações corpóreas (BELLO, 2006).

¹² Cabe, aqui, realçar que a reflexão é uma vivência estritamente humana, pois corresponde à capacidade que o ser humano tem de se dar conta do que está fazendo.

4.2 Subjetividade e Empatia

A maior parte dos conceitos é compreendida a partir da relação sujeito-objeto, mesmo os que se referem a objetos abstratos. Para mais facilmente estudar esses conceitos, é possível separar seu conteúdo intelectual, o seu significado, do seu conteúdo afetivo-emocional para determinada pessoa ou grupo de pessoas (AMATUZZI, 2006). Desse modo, o conceito em si pode ser analisado separadamente de sua conotação concreta, do contexto em que está inserido, assim se confere à ciência a objetividade necessária para que seja isenta. Em outras palavras, a objetividade científica encontra-se respaldada pela possibilidade de distinguir os aspectos racionais dos aspectos emocionais de determinado conceito (Idem).

No entanto, apropriar-se dessa experiência apenas em termos cognitivos equivale a fazer dela um objeto isolado que apenas pode ser explicado, mas não compreendido. A subjetividade, enquanto consciência de si, está na essência da experiência e não se pode acessá-la plenamente pelo caminho do conhecimento objetivo. Para aproximar-se do conceito de subjetividade, é preciso incluir-se na busca de significado, rompendo com a relação sujeito-objeto, para apenas depois produzir um discurso expressivo. Nesse ponto, a subjetividade não aparece como algo para se conhecer, mas algo com o qual o sujeito se relaciona (AMATUZZI, 2006). Assim, existem conceitos que não podem ser compreendidos apartados de seus aspectos emocionais, pois a compreensão precisa contemplar os envoltórios afetivo e experiencial sendo que, desta forma, tem-se o sujeito incluído no campo do conhecimento de análise do objeto.

Nessa perspectiva, a pesquisa fenomenológica possibilita uma aproximação do sujeito (o/a pesquisador/a) quanto ao objeto de modo participativo, mobilizando-o para romper com a ontologia validada pelas ciências da natureza. Neste âmbito, “pesquisa do vivido” ou “pesquisa de tendência dialética” são algumas expressões que podem designar a pesquisa da subjetividade dentro da fenomenologia (Idem). Ademais, a postura epistemológica do/a pesquisador/ diante do objeto garante a relevância e a legitimidade da pesquisa fenomenológica da subjetividade. Deste ponto de vista, a objetividade esperada de uma pesquisa científica decorre da intersubjetividade, ou seja, do consenso e da criticidade sobre os pressupostos da pesquisa. Assim, neste campo, o rigor científico da busca do conhecimento não está restrito aos procedimentos positivistas, mas advém da presença do outro enquanto interlocutor (Ibidem).

A pesquisa fenomenológica da subjetividade, no âmbito das instituições de pesquisa e de fomento, transcende a proposta de produzir conhecimento, almejando compartilhar uma

mudança de consciência sobre o fenômeno estudado, que poderá ser compreendido sob um novo olhar. Trata-se de uma pesquisa que tende a modificar a consciência do sujeito e, por consequência, seu modo de ação na realidade. Em síntese, a relação interpessoal ou intersubjetiva – entre sujeitos – permite que o sujeito apreenda a si mesmo e ao outro como pessoas, e, por consequência, o sujeito acessa a parte humanizada do mundo como uma unidade de objetos com sentidos compartilháveis (RANIERI; BARREIRA, 2012).

Stein (1891-1942) (1917 apud BELLO, 2006), filósofa de grande importância para a difusão da obra de Husserl, elucida os aspectos centrais da vivência de empatia por meio de sua obra “O problema da empatia”, na qual a palavra pode ser traduzida a partir do termo alemão *emfühlung*, que significa “sentir em”. Uma outra possível tradução pode ser entropatia, ou seja, a sensação imediata da identificação de outro ser humano, a qual permite acessar um mundo intersubjetivo entre sujeitos, consolidando-se o desenvolvimento cultural dos envolvidos – nesse sentido, a entropatia é anterior a uma possível empatia ou antipatia, que são atos psíquicos (BELLO, 2006).

4.3 Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty

A partir do interesse pela psique, com base na experiência do sujeito e centrada na intersubjetividade, a fenomenologia clássica caminha, portanto, de encontro ao paradigma positivista que, predominantemente, norteava as ciências na época. O método fenomenológico idealizado por Husserl encontra-se presente nas filosofias da existência, em particular nas obras de Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty que, de acordo com Feijoo e Mattar (2014), convergem ao reafirmarem a máxima husserliana que consiste em investigar o fenômeno “indo às coisas mesmas”.

Martin Heidegger (1889-1976), em “Ser e o tempo” (1989/1927), enviesa pelo sentido do ser de modo fenomenológico, na propositura analítica do *Dasein*. Em “Meu caminho para a fenomenologia” (1963/1991), o autor reconhece que se entregou à obra de Husserl e chegou a frequentar suas aulas para ter suas dúvidas esclarecidas, sendo que a “[...] a atividade docente de Husserl consistia no progressivo exercício e na aprendizagem do *ver fenomenológico*” (HEIDEGGER, 1963/1991, p.497. Grifo do autor). Assim, Heidegger se apropriou do método fenomenológico para investigar o fenômeno da existência, alcançando a explicitação da experiência que denominou *Dasein*, ou seja, a estrutura mais original da intencionalidade (FEIJOO; MATTAR, 2014).

De acordo com Heidegger (1963/1991, p.497 apud FEIJOO; MATTAR, 2014), Husserl “[...] exigia tanto a renúncia a todo uso não crítico de conhecimentos filosóficos como impunha não se trazer para o diálogo a autoridade dos grandes pensadores”. No entanto, o filósofo de “Ser e tempo” (1927/1989) se afasta de Husserl em sua analítica, ao romper com a categoria da consciência, argumentando que fenomenologia da consciência de Husserl limitaria a visão da hermenêutica fenomenológica do *Dasein* (FEIJOO; MATTAR, 2014).

Já Jean-Paul Sartre (1905-1980) defendeu um projeto voltado para a fenomenologia em “Uma ideia fundamental da intencionalidade de Husserl” (SARTRE, 1947/2005), assumindo uma postura fenomenológica para “apreender o que se mostra”, acompanhando os vetores e a mobilidade estrutural no fenômeno. Nessa perspectiva, o fenômeno se dá dentro de seu espaço mostrativo, suprimindo a ideia de realidade objetiva ou subjetiva, pois que o fenômeno acontece no interior das relações intencionais (FEIJOO; MATTAR, 2014). Nesse contexto, o autor percebe a consciência por meio da atitude fenomenológica como fluxo, dinâmica, explosão: “Ser é explodir dentro do mundo” (SARTRE, 1947/2005, p.56), ou seja, a consciência não é interna ou fechada em si, mas pura exterioridade, assim, assim, sujeito e o objeto não têm uma relação, eles **são** a relação (FEIJOO; MATTAR, 2014). Ressalta-se, ainda, que Sartre compreendia o afeto para além de algo advindo de uma consciência reflexiva, como esboçam as teorias psicológicas. De acordo com a intencionalidade husserliana, o afeto é ato e, como tal, o sujeito e o objeto são indissociáveis. Neste ponto, de certo modo, o afeto está ligado à apreensão do mundo (Idem).

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) afirmou seguir os passos de Husserl em “Fenomenologia da Percepção” (1945/1994), compreendendo a fenomenologia como “[...] o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências” (MERLEAU-PONTY, 1945/1994, p.1). Assim, trata-se, segundo o autor, de uma filosofia que recoloca as essências na existência, reconstituindo-se a relação entre o sujeito e o mundo.

Desta forma, ele buscou a essência da percepção pela compreensão do ser humano e do mundo em sua facticidade, argumentando que é a percepção, a modalidade original da consciência. Para o filósofo, “Toda consciência é consciência perceptiva, mesmo a consciência de nós mesmos” (Idem, p.42), desse modo, o filósofo buscou a essência da intencionalidade na experiência da percepção, qual seja, a consciência perceptiva (FEIJOO; MATTAR, 2014):

Heidegger, em uma postura totalmente radical, reduz a intencionalidade ao *Dasein* como abertura, ou seja, horizonte de mostração das coisas. Sartre, por sua vez, defendeu que a estrutura das emoções não se encontra em uma interioridade, mas na articulação consciência e mundo - intencionalidade. Merleau-Ponty rearticula a intencionalidade de modo a alcançar a sua essência na experiência da percepção, referindo-se à consciência perceptiva (p.446).

Finalmente, pontua-se, aqui, que as correntes filosóficas e psicológicas problematizam o fato de haver uma divisão entre o que é, de fato, real e o que é fruto de uma interpretação individual – neste caso, podendo divergir quando o agente em questão muda. Nesse sentido, cabe compreender como a fenomenologia, como método de investigação e corrente filosófica, auxilia no trabalho da investigação psicológica.

4.4 A fenomenologia na Psicologia

Amadeo Giorgi e Tommy Akira Goto são reconhecidos por suas contribuições no sentido de viabilizar a transposição do método fenomenológico da filosofia para a pesquisa em Psicologia Clínica (FEIJOO; MATTAR, 2014). Neste ponto, Castro e Gomes (2011) elencam três modelos de transposição do método fenomenológico para a psicologia: (1) psicologia empírico-fenomenológica; (2) fenomenologia experimental; (3) neurofenomenologia. No entanto, os autores ressaltam que esses modelos não aparentam almejar uma estrutura epistêmica sólida e, se os devidos cuidados não forem tomados, corre-se o risco de se difundir uma fenomenologia em psicologia sem que o método fenomenológico seja, de fato, aplicado.

Haja vista, que a fenomenologia tem sido transposta para psicologia em um formato despreocupado quanto aos seus preceitos filosóficos, Goto (2008) reforça que a psicologia fenomenológica proposta por Husserl em suas últimas pesquisas pode embasar uma psicologia rigorosamente científica em seu método. A esse respeito, ainda, Giorgi (2006) ressalta que o sucesso da utilização da fenomenologia de Husserl na psicologia contempla três momentos: (1) adotar a atitude fenomenológica; (2) encontrar o fenômeno que interessa estudar; (3) usar o processo de variação livre da imaginação para determinar sua essência e, por fim, descrever cuidadosamente a essência da descoberta. Nesse sentido, a fenomenologia deve ser incorporada como fundamento para a psicologia científica e não apenas como uma abordagem enquanto compreensão de mundo.

Augras (1986), em “O ser da compreensão”, inicia sua obra questionando se haveria outros caminhos de conhecimento do sujeito diferentes da Psicanálise. E lança a hipótese de que a fenomenologia e o existencialismo fossem possibilidades razoáveis. A origem dessa ideia veio da necessidade de um embasamento teórico diverso da abordagem psicanalítica dentro do campo do psicodiagnóstico. Partindo da premissa de que a Psicanálise domina o discurso psicológico e que, por isso, o vocabulário clínico é permeado de palavras que abordam patologias, aspectos normais e anormais, a autora propõe uma forma alternativa de aproximar-se dos problemas dos indivíduos.

A despeito da dicotomia clássica tendo a saúde como oposição à doença, a autora aponta que a saúde ocorre na dialética, ou seja, nas interações entre estados de equilíbrio e desequilíbrio. Com isso, temos uma primeira definição que nos ajuda a ampliar nossa forma de ver o sujeito:

A vida procede dialeticamente. “Ordem” e “desordem” são etapas constantes no desenvolver do homem e do mundo. Haverá doença, pois, se a relação subsistir em termos de desordem, permanecendo o indivíduo num comportamento estereotipado, invariante, alheio às estimulações do ambiente, ou reagindo inadequadamente. É óbvio que desordem e parada podem igualmente ocorrer no mundo, tais como crises sociais, cataclismos, ou até, mais simplesmente, ambiente inadequado. Nesse caso, a saúde do indivíduo será avaliada em sua habilidade para não só manter o equilíbrio, mas também superar a crise do ambiente, utilizando então sua capacidade criadora para transformar esse meio inadequado em mundo satisfatório. Vê-se que essa definição de saúde como processo de criação constante do mundo e de si integra também o conceito de doença: saúde e doença não representam opostos, mas etapas de um mesmo processo (AUGRAS, 1986, p.12).

Em segundo lugar, a autora aborda a “situação existencial”, que quer dizer do encontro entre o examinador e o examinado. Esse momento é uma “atualização de uma situação geral entre o eu e o outro” (p.13). A autora prossegue defendendo a tese de que, para compreender o cliente Parte da descrição do seu mundo e da forma como ele se encontra. O objetivo não é interpretar o que ele diz ou a forma como se comporta, mas o significado se dá a partir do que ele manifesta na situação presente. Neste percurso, o examinador deve ser capaz de observar, deduzir e apreender, a fim de que o significado surja a partir do encontro com o cliente por meio da intersubjetividade.

Minha postura enquanto pesquisador foi moldada seguindo o princípio exposto por Augras (1986, p.15):

[...] nos foi ensinado há muito tempo que o psicólogo deve ser um modelo de neutralidade, e abstrair-se da relação, para julgá-la com a devida

objetividade. Ou seja: para compreender o que acontece com alguém, ele deve esquecer que ele mesmo é gente também. Somente os conhecimentos adquiridos mediante o estudo dos autores curriculares podem ser utilizados para o diagnóstico. Até a cultura pessoal não-acadêmica deve ser desconsiderada. Ora, porque um poema não pode ser tão esclarecedor quanto um tratado, para entender a riqueza do mundo de uma pessoa? Para ousar reconhecer-se como sujeito atuante, e vivenciar-se em sua totalidade para alcançar a complexidade do outro, mais uma vez se afirma a necessidade do respaldo filosófico.

Husserl propôs que o método fenomenológico pudesse estabelecer os fundamentos da compreensão do fenômeno. Neste sentido, a única objetividade possível seria através da subjetividade do observador. E, sendo assim, torna-se por si só limitada. O homem é constituído de natureza, história e existência. E, como forma de contribuir pra nosso percurso metodológico, Augras (1986, p.20) argumenta que “A percepção do mundo estabelece a coexistência do sujeito e do objeto, na sua interdependência. A consciência do objeto é parte integrante desse objeto”. Sendo assim, a existência é decorrente da cisão entre a consciência de si e do mundo. Tal como:

A realidade humana exprime-se na sua dimensão de ser no mundo. Ser no mundo significa existir para si e para o mundo, não apenas o mundo da natureza, configurado em termos humanos, mas também, é claro, o mundo social em que o ser com os outros assegura a realidade no modo da coexistência. Isso que dizer que, a medida que homem e objetos se encontram, eles se atualizam, logo, novos significados emergem e formam novas compreensões.

Antes de partirmos para os aspectos práticos do método, é necessário ressaltar que a humanidade nada mais é do coexistir. Como seres sociais, dependemos do nosso encontro com outros seres para desenvolver e sobreviver. Neste sentido, é belo dizer que compreender a si mesmo está alicerçado no nosso reconhecimento de que coexistimos. Além disso, é assim que conseguimos compreender o outro. Compreender a si mesmo perpassa então pelo estranhamento. Logo, conhecer o outro passar pela compreensão de que ignoramos a nós mesmos. É o outro que vai atuar como modelo para a construção da nossa própria imagem. Essas reflexões além de nos servir como parâmetro metodológico, explica nossa forma de entender os vínculos familiares, como relação fundamental na formação do sujeito.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A perda de influência dos métodos de pesquisa embasados no positivismo balizou as discussões sobre os limites e as possibilidades da ciência no final da década de 1970, particularmente no âmbito da Psicologia. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa ganhou espaço e se mostrou como uma epistemologia que busca o conhecimento e a inteligibilidade do real (GONZALEZ-REY, 2003). Etimologicamente, o termo ciência pode ser traduzido como conhecimento, entretanto seria de um reducionismo negligente defini-la de forma tão simplória. Ademais, são tantas as formas de conhecimento provenientes das relações humanas, que a visão de mundo da ciência seria pouco relevante.

Podemos ampliar o conceito de ciência, agregando a ideia de um corpo de conhecimentos sistematizados com finalidades específicas. Desse modo, a ciência nasceria de uma busca pela essência do objeto estudado e seria movida por uma necessidade fundamental de conhecer a verdade. De acordo com Gil (2008, p.2), “[...] a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos”. Não obstante, algumas religiões contemplam o mesmo objetivo ao interpretarem a realidade e explicarem os seus fenômenos. Logo, com base nessa definição preliminar, os dogmas religiosos poderiam ser classificados como conhecimentos científicos.

A ciência, no entanto, pode se distinguir das demais formas de conhecimento por estar embasada pelo princípio da verificabilidade, nestes termos, a ciência se revela como uma “[...] forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (Ibidem), sendo possível afirmar que o método científico se torna a variável fundamental na sua definição. Assume-se, assim, como método científico, o “[...] conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotados para atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p. 8). Desse modo, o método é o caminho que torna a ciência uma forma relevante e representativa de conhecimento. Pontua-se, portanto, que a relação do/a pesquisador/a com o método de pesquisa deve ser pautada pelo equilíbrio, ou seja “[...] encarar as normas metodológicas como dogmas significa perder de vista as sutilezas e as mudanças que a realidade estudada apresenta” enquanto, por outro lado, “[...] enfrentar a realidade sem critérios metodológicos pode significar, entre outras coisas não chegar a lugar algum” (LUNA, 1996, p. 1).

5.1 Participantes da pesquisa

Os/As participantes selecionados para esta pesquisa são pessoas lésbicas e *gays* habilitadas e cadastradas para adoção junto ao fórum de um dado município, portanto, apresentaram os critérios de elegibilidade (a): estarem, no momento da pesquisa, habilitados para adoção e (b) identificarem-se como pessoas lésbica, *gay*, bissexual, travesti, transexual, transgênera ou *queer*. Descartou-se as pessoas que já estavam avançadas no seu processo de adoção, ou seja, já tinham sido convocadas para conhecerem uma ou mais crianças/adolescentes disponíveis para adoção.

Optou-se, ainda, por indivíduos que apresentassem uma experiência significativa em relação ao objeto de pesquisa, partindo da premissa de que esta experiência lhes conferiria autoridade sobre o tema e traria maior interesse do/a respondente à compreensão do tema. Levou-se, também, em conta, o fato de que os/as participantes pudessem incorrer em discurso fundamentado em relatos de terceiros/as, em notícias ou em uma narrativa ficcional.

Outra observação é que, sobretudo, em investigações fenomenológicas, não se aplica qualquer tipo de técnica amostral estatística, pois o objetivo de estudo é a busca da dimensão existencial da vivência do/a participante. Assim, tão logo o/a pesquisador/a considere que os relatos são suficientes para exprimir ou descrever o fenômeno, ele/a pode suspender a coleta evitando, assim, a saturação. Com efeito, os critérios de validação comuns em pesquisas quantitativas são incompatíveis em pesquisas fenomenológicas (BARREIRA; RANIERI, 2013).

Isto posto, no total, foram selecionados 06 (seis) sujeitos, sendo 04 (quatro) mulheres cisgêneras lésbicas e 02 (dois) homens cisgêneros *gays*. A fim de preservar a identidade dos/as participantes, adotou-se nomes fictícios para os/as mesmos/as e para instituições às quais pudessem fazer referência no momento da entrevista. Os nomes foram escolhidos em uma lista dos nomes mais comuns no Brasil com a finalidade de mostrar que essas pessoas são reais e estão presentes no cotidiano do/a leitor/a. É importante esclarecer que, no momento da coleta dos relatos, apresentaram-se como casais: Ana/Adriana e Sandra/Maria. Carlos e Antônio estavam separados dos seus respectivos cônjuges, com quem deram entrada no processo de adoção¹³.

¹³ Optou-se por suprimir informações socioeconômicas dos/as participantes, tendo em vista que não se pretendeu apresentar um perfil dos/as adotantes, mas apreender como aqueles sujeitos relatavam suas experiências singulares sobre as motivações e expectativas parentais diante da sua condição de pessoa lésbica/*gay* adotante.

5.2 Instrumentos de coleta de dados

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa ou naturalística e exploratória. Nesse caminho, pretendeu-se integrar ferramentas de coleta e análise de dados para discutir e buscar a subjetividade de questões que surgiram ao longo do trabalho em que foram contempladas (1) uma fase de coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas¹⁴, e (2) uma fase de análise de resultados.

De acordo com Gil (2008), as entrevistas permitem que o investigador entre em contato com a realidade vivenciada pelos sujeitos, além de constituir uma das estratégias de coleta de dados mais utilizada nas Ciências Sociais, podendo ser definida como:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p.109).

No caso específico deste estudo, a opção pela utilização da entrevista enquanto estratégia de coleta de dados se deu em função do caráter de seu objetivo, considerando-se que o testemunho oral permite a revelação de uma experiência singular, ou seja, através deste recurso, pode-se perceber como o fenômeno se apresenta para o/a respondente, no exato momento da narrativa. Com base nesta compreensão, o roteiro de entrevistas foi elaborado com vistas a compreender como os sujeitos vivenciavam suas motivações e expectativas frente à parentalidade no seu processo de adoção. Buscou-se, assim, elaborar questões que conduzissem à essência dos fenômenos estudados com base no que os/as participantes trouxessem¹⁵ para suas consciências durante as entrevistas, no horizonte de aprofundamento da análise das subjetividades nos relatos.

Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa se dedica ao conhecimento mais aprofundado, permitindo explorar situações reais, contextualizar determinada investigação e explicar relações de causalidade em circunstâncias complexas. Além disso, vale esclarecer que o uso de entrevistas nas pesquisas sociais permite acesso a diferentes aspectos da vida social de um sujeito ou grupo e obtém informações mais profundas sobre o comportamento

¹⁴ A pesquisa contou com um roteiro semiestruturado de entrevista - Apêndice B.

¹⁵ Os relatos foram gravados e transcritos na íntegra, da forma exata das expressões orais dos/as respondentes, podendo conter erros gramaticais, expressões coloquiais e gírias.

humano. Por outro lado, reconhece-se que este recurso conta com o surgimento de aspectos limitadores, como: a desmotivação do entrevistado; a inadequação de algumas questões que pode comprometer a compreensão do/a respondente; a não fidedignidade das respostas; a pouca habilidade do/a entrevistador/a; e o custo envolvido na capacitação de entrevistadores/as.

Os procedimentos técnicos para a construção do roteiro de entrevista contemplaram uma série de cuidados e foram organizados por quatro (4) fases, tais como: (1) determinação da forma e conteúdo; (2) quantificação e ordenação; (3) apresentação; e (4) avaliação e validação.

Quanto à determinação da forma e do conteúdo (1), foram observados diversos fatores. A entrevista contemplou 2 (dois) blocos de questões abertas, ou seja, discursivas. No primeiro, a questão norteadora visou apreender o que motivou o desejo por se tornar pai/mãe; no segundo bloco, a proposta era compreender como os entrevistados estavam vivenciando a espera na fila de adoção. De forma geral, em relação ao conteúdo, as questões se referiram a: fatos (dados concretos e fáceis de precisar); questões sobre crenças (dizem respeito a fenômenos subjetivos, que podem ser mensurados apenas segundo escalas específicas e questões sobre comportamentos e concernem às situações passadas ou presentes que constituem um indicador expressivo de comportamentos futuros) (GIL, 2008).

As informações levantadas também foram categorizadas de acordo com as naturezas do conteúdo – factual ou opinativa. As questões de natureza factual dependem de pouca interpretação no ato da coleta, buscando-se maior sistematização dos dados; as de natureza opinativa exprimem concepções do/a informante a respeito de si próprio, de uma situação ou de outrem e implicam certa subjetividade nos atos de coleta e de análise (LUNA, 1996).

Em relação à quantificação e ordenação (2), considerou-se a melhor organização para permitir a fluidez da entrevista. O roteiro semiestruturado foi elaborado com base em um número reduzido de questões para garantir a obtenção de relatos mais abrangentes. Já a apresentação (3) foi orientada para facilitar as operações de codificação e de tabulação. Contemplou-se uma linguagem clara e concisa e a segmentação das questões em duas seções coerentemente articuladas.

A pesquisa-piloto representou a fase de avaliação e validação (4) e visou evidenciar possíveis falhas na redação dos instrumentos e apontar procedimentos de aprimoramento para eles. Nesse ponto, foram observados, entre outros aspectos, a precisão; a coesão; e a adequação da redação das questões em relação às propostas da pesquisa (GIL, 2008). O instrumento foi testado por quatro pares revisores/as, ou juízes/as, classificados/as em 2

(dois) grupos, de acordo com características específicas: pessoas habilitadas para adoção; e pesquisadores/as da área. Os/As pares revisores/as, respectivamente, compartilhavam dos critérios de elegibilidade da pesquisa e tinham considerável experiência como professor/a universitário/a e relevante atuação acadêmica, como é o caso da orientadora deste trabalho. Algumas alterações foram sugeridas para aprimorar o instrumento, sendo que a maior parte foi acatada, contribuindo para a construção da versão final.

Barreira e Ranieri (2013) – que estudaram a utilização de entrevistas em pesquisas na área da Psicologia como forma de acessar vivências dos sujeitos à luz das contribuições fenomenológicas de Edith Stein – apontam que tem havido maior procura da obra de Stein no Brasil, nas últimas décadas, segundo a qual nas entrevistas em profundidade, é possível a ocorrência da relação dialógica entre o/a pesquisador/a e o sujeito, que é a via de acesso possível para compreender a experiência vivida pelo/a entrevistado/a, por meio de uma escuta suspensiva.

Demarca-se que as investigações fenomenológicas em Psicologia com entrevistas se diferem da atitude filosófica fenomenológica, pois, nas entrevistas, existe uma reflexão que não é unilateral: pesquisador/a e entrevistado/a se unem e compartilham a reflexão que surge a partir da empatia, o que permite que o vivido seja revelado na intersubjetividade. Do contrário, ou seja, sem que emergja o intersubjetivo, não há porque falar de entrevista fenomenológica (BARREIRA; RANIERI, 2013).

Quanto ao objeto de estudo fenomenológico em questão, qual seja, “motivações e expectativas parentais de casais *gays* e *lésbicos* pretendentes a adoção”, o que se buscou foi compreender e isso permite “[...] colocar o objeto em movimento, o que corresponde a um movimento intencional de modificação da consciência do objeto na direção de seu reconhecimento e compreensão” (Idem, p.455).

Nesse sentido, a intencionalidade contida na identificação e na compreensão da vivência dos sujeitos entrevistados corresponde à redução fenomenológica, que é o objetivo analítico do estudo. Além disso, a construção desse objetivo foi sendo tecida desde a introdução, onde se demarcou os pontos teóricos que sustentam a pesquisa, especialmente a partir das rupturas heteronormativas e generificadas.

Então, o que dizer sobre as entrevistas que se orientam a partir da fenomenologia? Em primeiro lugar, o roteiro deve permitir que os/as participantes possam narrar suas experiências de forma expressiva. No caso desta pesquisa, duas questões nortearam o início da coleta dos testemunhos: as motivações e as expectativas parentais. Os/as entrevistados/as foram encorajados pelo pesquisador a refletir e detalhar suas experiências diante da decisão

de se tornarem pais/mães e depois da sua espera na fila de adoção. As novas perguntas emergiram da curiosidade despertada durante as entrevistas, que vão em busca de conferir sentido e tornar mais evidentes aspectos que, possivelmente, ainda pudessem estar pouco nítidos:

A questão retoma algo desse vazio de sentido, solicitando justamente que a experiência que implicitamente o faz seja expressa a fim de que se o preencha. Assim como as perguntas pré-definidas do roteiro, estas novas questões buscam suscitar no sujeito a retomada das experiências e sua elucidação no momento da entrevista (BARREIRA; RANIERI, 2013, p.458).

Retoma-se, aqui, a ideia de que, tratando-se da perspectiva fenomenológica, a própria entrevista já se configura como um ato pré reflexivo pois, com efeito, o mesmo constitui em si uma articulação com o fenômeno da empatia. Nesse sentido, a análise passa, primeiramente, por aquilo que o vivido, agora narrado, suscita ao/à pesquisador/a, pelo que lhe chamou atenção e que, de alguma forma, lhe tocou. Não se trata simplesmente de descrever ou informar. Para o/a entrevistador/a atento/a, com interesse genuíno na experiência contada – o fenômeno – a pesquisa se torna algo experiencial a partir da vivência do/a outro/a tratando-se, portanto, de uma ação permeada pela empatia. Para Stein, a dinâmica empática tem três graus: (1) “emergir da vivência”; (2) “explicitação preenchedora”; e (3) “objetivação compreensiva da vivência explicitada” (BARREIRA; RANIERI, 2013).

Ressalta-se, ainda, que, no ato da entrevista fenomenológica, todo o processo deve ser conduzido para uma atitude pessoal que permita a percepção do fenômeno a partir da proximidade experiencial.

5.3 Campo de pesquisa

Toda a coleta de dados foi realizada em uma única cidade de grande porte do interior do estado de São Paulo, que não será identificada, embora outras duas cidades tenham sido consideradas. Com relação a essas outras, na primeira, não foram obtidas as devidas autorizações para a realização da pesquisa junto ao departamento apropriado e, na segunda, apesar de autorizado, não havia pessoas dentro do perfil necessário para condução do estudo.

5.4 Coleta dos dados

O planejamento das ações para a coleta de dados ocorreu com base nas informações disponíveis no *site* do fórum da cidade selecionada como campo de pesquisa. Em seguida, deu-se início à obtenção das devidas autorizações para dar início à pesquisa: uma carta de intenções foi protocolada no fórum no dia 26 de novembro de 2017; após os devidos esclarecimentos, a autorização (Anexo A) para proceder ao trabalho foi obtida no dia 30 de novembro do mesmo ano. Desse modo, a fase de coleta de dados ocorreu no ano de 2018, durante o primeiro semestre letivo.

5.5 Análise dos dados

Após a transcrição das entrevistas, iniciou-se a leitura crítica que seguiu objetivos previamente estabelecidos e se desenvolveu em quatro fases de profundidade:

1. Leitura preliminar e exploratória dos materiais levantados: essa etapa permitiu o reconhecimento da linguagem utilizada, dos objetivos propostos e das temáticas tratadas;
2. Leitura seletiva: nessa etapa foram levantadas e sistematizadas as informações relevantes apresentadas em cada material. Os elementos relevantes obtidos foram anotados em uma ficha de documentação, que era complementada a cada nova fase de análise, como proposto por Gil (2008). A formulação dessa ficha de documentação foi orientada por um roteiro levantado na literatura (MARIN, 2001) que pretendeu delimitar o corpo de dados significativos para esta pesquisa.
3. Leitura analítica: cuja finalidade é “ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que possibilitem a obtenção de respostas de pesquisa” (GIL, 2008, p. 75). Essa fase ocorreu de forma articulada com os problemas de pesquisa e com os objetivos desta investigação;
4. Leitura interpretativa: estabeleceu as relações entre os relatos das fontes pesquisadas e outros conhecimentos. Nessa fase, ocorreu a compreensão dos fenômenos estudados à luz dos referenciais teórico e metodológico (Capítulos 1 a 5).

Após a realização das entrevistas, foram realizadas a análise e a interpretação dos relatos, processos conceitualmente distintos, apesar de estritamente relacionados. A análise

de dados tem por objetivo “[...] organizar e sumariar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto pela investigação”, por outro lado, a interpretação tem como intuito “a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 2008, p. 156).

A reflexão foi iniciada com as entrevistas, a partir da escuta suspensiva e prosseguiu na análise intencional, cujo foco é transpor a experiência singular para algo mais geral sobre o vivido a respeito do tema. Logo, o processo de cruzamento intencional, passando pela variação imaginária, possibilitou uma “limpeza” de características não essenciais, para focar apenas nas constitutivas do objeto. Assim, a leitura dos relatos transcritos permitiu que os testemunhos possam se cruzar e que os elementos comuns das vivências individuais ressaltem aos olhos do pesquisador (BARREIRA; RANIERI, 2013).

A cada leitura e releitura das narrativas foram tecidas possibilidades, interpretações e novas questões, possibilitando a compreensão do tipo de linguagem dos entrevistados, a partir da apreensão do sentido do todo. Em seguida, dividiu-se o material em unidades de significado, elaboradas a partir da atitude do pesquisador de maneira espontânea. O passo seguinte foi transformar as experiências cotidianas narradas em conteúdos psicológicos, a fim de formular categorias, com base em situações concretas. Finalmente, a síntese das unidades de significado foi descrita e devidamente exemplificada (MARTINS, BICUDO, 2005).

5.6 Apontamentos éticos

O/a pesquisador/a está sujeito aos princípios éticos que subjazem toda pesquisa acadêmica (APA, 2012). Esses princípios não foram abandonados, pois são responsáveis pela conduta do/a pesquisador/a como membro do cenário acadêmico. Nesse sentido, é importante mencionar que esta pesquisa seguiu as orientações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, organizadas no regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, sendo submetida e aprovada pelo órgão.

O Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), ou seja, o identificador do projeto que respalda o/a pesquisador/a, demonstrando que apresentou seu projeto para aprovação ética foi registrado sob o número 77127117.4.0000.5400. A aprovação ocorreu no dia 22 de novembro de 2017, sob parecer de número 2.392.432. Mesmo o relatório final, que deve ser apresentado ao CEP da instituição após o encerramento da pesquisa, já foi encaminhado. Finalmente, todos/as os/as participantes assinaram o Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a divulgação do seu testemunho nesta tese e em outros formatos de comunicação científica.

6 ACHADOS PELO CAMINHO

Uma das minhas convicções mais profundas diz respeito à razão de ser da pesquisa científica e da explicação teórica. Em minha opinião, a finalidade capital deste tipo de empreendimento é a organização coerente de experiências pessoais significativas. A pesquisa não me parece, pois, alguma atividade especial, quase esotérica, ou um meio de adquirir prestígio. Vejo a pesquisa e a teoria como um esforço constante e disciplinado visando descobrir a ordem inerente à experiência vivida (ROGERS; KINGET, 1975, p. 149).

Início este capítulo com as palavras de Rogers e Kinget, por sentir que as mesmas expressam um desejo pessoas durante toda essa jornada de encontro com subjetividades que me tocaram bem antes mesmo da ocorrência de um contato real. Resolvi adotar uma postura na escrita, diversa do que até agora eu havia proposto. Neste novo momento, decidi colocar-me em primeira pessoa para que, ao usar a “narrativa do pesquisador”, comunicasse uma experiência intersubjetiva que, acredito, facilita a compreensão dos/as leitores/as sobre sentidos evocados na relação pesquisador/a-entrevistados/as (MACÊDO; CALDAS, 2011).

No contexto de pesquisa-intervenção psicológica, seja para fins clínicos ou teóricos, Rogers nos presenteia com alguns princípios que permitem que os/as entrevistados/as se sintam livres para dizerem seus mais profundos sentimentos, ainda que sejam contraditórios, como a não-identificação (ainda que tenhamos trajetórias que se cruzem) e a resposta não-reproadora. Esses fundamentos foram melhor elaborados na concepção de empatia tal como conhecemos hoje, quer dizer, o bom terapeuta/entrevistador/a deve ter a “[...] capacidade de compreensão **como se fosse ele próprio**, à ausência de coerção ou pressão e ao calor da aceitação” (O’HARA, 2019, p.4, grifo nosso).

Os resultados da pesquisa fenomenológica emergiram a partir dos fatos intersubjetivos, logo, o tempo todo estive intrinsecamente implicado nesses dados, pois meu modo de narrar que condensou os significados partilhados no momento das entrevistas. As histórias agrupam as experiências, enriquecendo-as com detalhes. Por tudo isso e pelo estilo dialético, a pesquisa fenomenológica é considerada colaborativa (MACÊDO; CALDAS, 2011).

Outras duas técnicas de pesquisa fenomenológica, às quais também recorri, foram a utilização da “pergunta disparadora” e a “versão de sentido”. Primeiro, usei a versão de sentido quando relatei livremente, logo após o contato com as narrativas, as reações que experienciei com aquele encontro. Segundo, quanto ao uso das perguntas disparadoras, entendo que a forma como a entrevista se deu, ou seja, mais aberta e dialógica, permitiu que os sujeitos entrassem em contato com suas vivências, facilitando a descrição das mesmas e me permitindo apreender os significados daquelas experiências. Não apenas o vivido de modo singular, mas questões relacionadas à cultura, psique, ideologias, dentre outros.

Essa flexibilidade me possibilitou caminhar junto aos discursos dos sujeitos e observar os significados sendo apreendidos. Embora, em alguns momentos, os sujeitos tenham se emocionado e a entrevista tenha adquirido um caráter terapêutico, consegui sustentar a pesquisa por meio dos objetivos previamente estabelecidos. Vale lembrar que toda a análise dos dados foi solitária, mas procurei seguir os passos, já descritos anteriormente, de: (1) ler todas as transcrições na íntegra, (2) encontrar as unidades de significados, (3) transformar tais unidades dentro de um entendimento psicológico e (4) ir ao encontro daquilo que foi comum aos entrevistados/as (IDEM).

Os objetivos que conduziram esse processo investigativo se sustentaram pelo desejo de identificar e compreender as motivações e as expectativas sobre a parentalidade de pessoas lésbicas e *gays* pretendentes à adoção. Nesse sentido, esta apresentação de resultados e discussão seguiu algumas etapas até poder esboçar os achados de interesse. Como foi possível perceber nos capítulos anteriores, a proposta de uma investigação fenomenológica aplicada à Psicologia exige uma reflexão tanto sobre a realidade dos/as participantes como da minha própria realidade. Sobretudo, essa imersão deve dar-se comprometida com essa realidade. Quando me coloquei diante desse contexto, interessado nele, o afetei (percurso e resultados) de maneira consciente ou inconsciente. Quando olhei para esse fenômeno, olhei para mim mesmo e para meu modo de perceber essa realidade.

Amatuzzi (2006) nos convida a refletir sobre o conceito de subjetividade e o caminho metodológico que possibilita sua investigação. Para ele, a objetividade é própria das pesquisas positivistas, como já exposto. Logo, apenas por meio de uma pesquisa-intervenção e pela construção de uma relação intersubjetiva é que se poderá acessar, de fato, a subjetividade. Para o autor, a subjetividade está entranhada na experiência e, por isso, é necessário um movimento de aproximação pessoal. O mesmo autor (2006) explica que, nesse percurso, os pensamentos, os sentimentos e as decisões estão, necessariamente, ligados. Portanto, o objeto não está pronto para que possa ser conhecido. Mas, a partir do encontro, do

relacionamento com ele, de uma aproximação experiencial, é que surge alguma compreensão. Enfim, “[...] se o pesquisador não se deixar ‘tocar’ pela subjetividade do outro, permitindo que ela faça um sentido humano para ele, estará pesquisando a objetividade e não a subjetividade” (AMATUZZI, 2006, p.95).

Em síntese, o autor afirma que via cognitiva não possibilita o acesso à subjetividade dado que esta mobiliza os sujeitos a se aproximarem dos seus sentimentos. Outro ponto é que a investigação sobre a subjetividade modifica a consciência de todos/as os/as envolvidos/as: entrevistador/a, terapeuta, cliente, entrevistados/as e leitores/as. No caso da presente pesquisa, a exemplo, a tessitura das análises está disposta, portanto, ao/à pesquisador/a, entrevistados/as e leitores/as que, igualmente, serão provocados/as a “[...] recriar(em) a presença viva da realidade questionadora de onde partiu” (AMATUZZI, 2006, p.96).

Desta forma, as lentes fenomenológicas permitem mirar a vida humana em suas diferentes nuances, deslocando o olhar das concepções deterministas e biologizantes que, tendem, por estarem limitados, a reduzir e naturalizar, muitas vezes, universalizando, diversos tipos de informação. É nesse sentido que se ressalta a importância deste ajuste do no sentido de compreender os sujeitos no seu processo interacional com o meio, pois tudo o que os circunda, compõe seu campo existencial e forma um fenômeno singular.

Nesta dinâmica, é preciso considerar, sobretudo, a noção de campo que preconiza a situação como um todo, ou seja, falar de um indivíduo e de sua história é conhecer seu ambiente e as complexas relações sociais que compõem sua cultura (PARLET, 1991). Assim, “[...] o primeiro mandamento da Fenomenologia, “voltar às coisas mesmas”, colocando entre parênteses tudo o que é dito sobre elas, seja pelo senso comum, seja pela ciência ou pela tradição filosófica” (TAVARES, 1984, p.38).

Segundo Tavares (1984), a Fenomenologia de Husserl pode ser entendida por duas vertentes: (1) a primeira, a programática, que apresenta a redução fenomenológica e critica a teoria kantiana e o empirismo; (2) a segunda, a execução, que expõe as entranhas da Fenomenologia. Nesse sentido, os esforços do autor estavam voltados à episteme, ou seja, à elaboração de um método de conhecimento sobre a descrição da consciência. Este percurso segue três princípios: (1) a *epoché* ou suspensão do juízo, já que, diferente do cartesianismo, o fenomenólogo não deve realizar julgamento sobre a existência ou veracidade de um fato ou objeto. Ele deve refletir apenas sobre o sentido deles para a sua própria existência. (2) No segundo princípio, a neutralização, o fenomenólogo se coloca de forma impessoal, analisa o fenômeno ‘de fora’ e se utiliza de um discurso indireto; (3) na redução, o fenomenólogo faz um relato descritivo daquilo que vê e não introduz suas representações. O sujeito (“noese”) e

o objeto (“noema”) estão em constante relação, o que vai determinar como um mesmo fenômeno pode se configurar de maneiras diversas, dependendo do referencial que se toma:

[...] o noema não pertence realmente à consciência; ele é a objetividade do objeto, o sentido da coisa para a consciência, mas não é a própria coisa nem um momento realmente subjetivo, já que se dá como objeto para a consciência. Nem é do mundo, nem da consciência (como a noese), mas o mundo ou alguma coisa do mundo para a consciência (TAVARES, 1984, p.38).

Tavares (1984) também esmiúça a teoria kantiana sobre a intencionalidade da consciência. Essa noção foi melhor elaborada por Husserl, que acrescentou que a consciência pode ser definida a partir do objeto que visa, ou seja, para se conhecer um objeto, é preciso analisar a imagem que ele reproduz. As teorias fenomenológicas têm se dedicado a compreender os sofrimentos do ser humano na contemporaneidade, que é marcado por uma sociedade impessoal que, por sua vez, provoca sentimentos de isolamento social, ao mesmo tempo em que aliena o indivíduo do seu *self* verdadeiro.

Como consequência desse distanciamento do indivíduo do eu interior, as relações não se tornam tão significativas, o que contribui para um não desenvolvimento do senso de identidade. Victor Frankl (1979) abordou as relações entre psicopatologia e sociedade por um viés fenomenológico, mencionando como era frequente a queixa de “vazio existencial” nos consultórios, como um sentimento sem definição, antagônico ao prazer, descrito como uma sensação de que a vida é frívola e caótica.

Para este autor, há algumas ponderações que auxiliam na compreensão do sofrimento psíquico humano: primeiramente, o ser humano não tem uma programação instintual como os animais, nem mesmo dos seus antecessores que viveram em outros momentos da história. Isso o lança em um mar de possibilidades que acarreta em não saber o que fazer. Corre-se, assim, o risco de o sujeito fazer a vontade do outro e não a sua própria. Com efeito, cabe a reflexão sobre auto realização, busca pela felicidade e sentido de vida, tendo em vista que, se a realização pessoal fosse o propósito único e final do ser humano, haveria certo grau de esvaziamento do seu sentido. Isto porque, realizar-se também está relacionado aos relacionamentos que construímos com nossos pares e pela busca incessante pelo sentido da vida. Logo, a lição que expressa pelo autor supracitado é que o ser humano, ao longo da sua jornada, deve buscar fazer-se a si mesmo, pois isso seria a sua motivação para a autenticidade.

Para a fenomenologia existencial, só é possível compreender o comportamento de um indivíduo se o analisarmos inserido em seu contexto, assim, todas as suas expressões são formas de “ser-no-mundo”. Nesse sentido, um ser humano sempre será em relação a alguma coisa. O sintoma, por exemplo, emite informações, que repercutem tanto no corpo, quanto na mente do sujeito, por este motivo, o trabalho do terapeuta e do/a pesquisador/a é facilitar essa compreensão do outro e seus modos de ser.

O sujeito existencial está em construção, em elaboração, ele não possui um destino pré-estabelecido, pois a todo instante ele está escrevendo sua própria história a partir do “projeto” (TAVARES, 1984). À fenomenologia caberá, então, a função de fazer com que o/a pesquisador/a se esvazie de seus pré-conceitos ou daquilo que possa ser um “ponto de vista”, que distorça a realidade do fenômeno. Portanto, ele/a deverá fazer uma leitura do real se esquecendo de pré-valores e fantasias, exigindo de si mesmo/a constante análise das suas próprias convicções, vendo “o fenômeno como nos é dado” (MAY, 1979, p.135).

Rogers (1983 apud AMATUZZI, 1990) ao discorrer sobre sua genuína satisfação quanto ao ato de ouvir alguém, afirma que o/a terapeuta/pesquisador/a experimenta uma alegria plena quando consegue, de fato, ouvir seu/sua semelhante. Nesse sentido, destaca-se que a escuta é anterior à fala, pois abre o caminho de acesso para as relações com o mundo e com o outro. Entretanto, é comum que as pessoas pouco atinjam o nível do “dizer”, embora falem demasiadamente, desta maneira, ao se considerar apenas a fala, exclui-se o significado das palavras. Neste ponto, Rogers (1983 apud AMATUZZI, 1990) explica que quando realmente se ouve o outro, o contato se estabelece a ponto de provocar um enriquecimento pessoal para todas as partes. Assim, segundo o autor, ouvir é se fazer presente, logo, no momento do encontro, há uma ressonância para que se possa conhecer os significados dos pensamentos e das palavras.

Destarte, ao considerar o sujeito como um ser holístico, a fenomenologia torna imprescindível compreender o modo de ser do sujeito no mundo através da sua relação com o meio. Nesse sentido, permite que o ser humano faça contato com tudo que integra seu campo, sendo que nada que acontece em um campo em que o sujeito está inserido é neutro para outro campo. Por isso, a ação consiste em fazer com que o sujeito entre em contato consigo mesmo, conheça-se, perceba-se, para, então, agir a seu favor. O objetivo desse viés, portanto, é promover o processo de crescimento para que o indivíduo desenvolva todo seu potencial. Isso se dá através da integração entre partes conhecidas e desconhecidas do ser humano, e da ampliação de sua consciência sobre seu funcionamento e suas escolhas, gerando-se a autoconsciência (SILVA; BAPTISTA; ALVIM, 2015).

Diante do exposto e dado que o fundamento principal da investigação fenomenológica é a *epoché*, o que significa que mesmo antes de conhecer os seis sujeitos e suas histórias, precisei adotar uma postura de suspensão dos meus saberes anteriores, fossem teóricos ou com base nas minhas experiências. Na sequência, após transcrever as entrevistas, cada história foi lida individualmente, sentida e sintetizada. O passo seguinte foi o encontro com as unidades de significação, ou seja, aquilo que se tornou mais evidente e marcante nas falas dos/as entrevistados/as, seguido da análise de variação livre e imaginária, em que se propôs a identificação dos sentidos comuns nas entrevistas ou seja, a essência que se buscou apreender. Finalmente, houve espaço para o incremento teórico, realizado a partir de estudos sobre: parentalidade; adoção, família; e homoafetividade.

Ressalta-se, ainda, que abordar motivações e expectativas parentais para lésbicas e *gays* trouxe algumas unidades de significação, como as noções de: cuidado; segurança/estabilidade financeira; visões e receios sobre adoção; frustração com a espera; liberdade, “ser” pai/mãe como parte do desenvolvimento pessoal; identidade; família.

Assim, além do já exposto, outras questões surgiram, como: haveria alguma resistência do sistema quanto ao processo de adoção para casais homoafetivos? Quais as visões sobre parentalidade são compartilhadas no senso comum? Quais os desejos que permeiam a subjetividade dos/as pais/mães sobre a adoção? Quais as idealizações ou projeções sobre o/a filho/a? Nesse sentido, a Fenomenologia Clássica de Husserl possibilitou adentrar nos aspectos culturais seguindo o rigor sistemático para conhecer essas experiências (LEITE; MAHFOUD, 2010), como será aprofundado a seguir.

6.1 Parentalidade: definições e motivos

Para que o/a leitor/a possa entender como iniciei minha análise solitária apresento, na tabela a seguir, fragmentos de como organizei os relatos, seguidos de suas presentificações de sentido para a primeira categoria analisada que se refere às motivações parentais:

Tabela 1 – Relatos/Presentificações de sentido I

| RELATO - MOTIVAÇÃO | PRESENTIFICAÇÃO DE SENTIDO |
|---|---|
| <p>Ana: “Bom, na verdade a minha irmã é de adoção [...]. Eu sempre falei para minha mãe que eu achava muito bonito, né, assim para nós não tem diferença nenhuma, então eu sempre falei para ela que mesmo que eu tivesse filhos meus, eu queria fazer uma adoção de pelo menos um filho”</p> <p>“[...] com o tempo, que eu tive a minha escolha sexual, daí eu continuei com aquela vontade de ter um filho, mesmo que fosse adotivo”</p> <p>“E aí a gente tem uma estabilidade”</p> | <p>O modelo da sua família de origem trouxe o desejo pela adoção. Acredita que é um gesto “bonito” e que não há diferença entre filho/a biológico/a ou adotivo/a.</p> <p>A clareza sobre sua orientação sexual não a fez perder o desejo de ser mãe.</p> <p>A estabilidade financeira e de estar em um relacionamento amoroso sólido ajudou a consolidar o desejo pela maternidade.</p> |
| <p>Adriana: “porque, como eu vim para cá primeiro para poder batalhar a vida, eu falei ‘agora’ – como eu já tinha dado uma estabilizada –, eu falei ‘agora já é o momento’, né, então tipo assim, eu dei só uma parada mesmo, mas eu sempre tive essa vontade de ser mãe, mas nunca assim... Porque não adiantava nada eu ter um filho e não dar um lugar bom para ele, aí eu consegui e agora é o momento”.</p> <p>“Aí, com o passar do tempo você vê que aquilo lá vai ficando meio vazio, aí eu vi minhas amigas lá com os filhos e tal e aí começou a dar essa coisa de ser mãe, mas eu nunca fui a fundo, né?”</p> <p>“Aí pela minha idade não daria mais para ser mãe, no caso que eu já passei as fases lá da idade... Aí o fato de ser adoção para mim era o mais, era o melhor, no caso, né?”</p> <p>“Aí um dia, quando eu conheci a [ANA], eu falei ‘não – ela tem uma irmã também adotiva. [...] Sabe quando você para no tempo, você pensa, mas você para, aí quando você encontra uma pessoa aí fala ‘não, é isso e vamos pelo mesmo caminho’, entendeu? (riso)”.</p> | <p>O desejo/sonho pela maternidade sempre existiu, mas esteve condicionado a necessidade de prover condições físicas consideradas mínimas para a sobrevivência e bem-estar da criança.</p> <p>O sentimento de falta/vazio que se tornou evidente ao se afastar da família de origem.</p> <p>A maternidade gestacional deixou de ser uma opção em decorrência da idade, abrindo espaço para se pensar em adoção.</p> <p>Encontrar uma parceira que compartilhava do mesmo projeto impulsionou o seu desejo de se tornar mãe.</p> |
| <p>Carlos: “Agora, quando eu me encontrei com ele [ex-parceiro] e ele trouxe esse desejo dele e ele me instigou a abraçar esse desejo dele, é como se eu retomasse aquele meu sonho antigo</p> | <p>O entrevistado relatou que seu desejo pela paternidade existia dentro de um modelo heteronormativo e que este foi reativado quando conheceu o ex-parceiro com quem deu entrada</p> |

| | |
|---|---|
| <p>que, embora tivesse um outro modelo, ele ganhou uma nova roupagem aí dentro do relacionamento com o [ex-parceiro] e aí eu pude perceber que mesmo sendo <i>gay</i> eu podia construir uma família ideal”</p> <p>“Mas qual a importância de ter um filho? Seria fundamental? Não que seria fundamental... até talvez por isso que durante uma fase eu tenha desistido dessa ideia, mas para mim seria algo a mais, me traria muito mais felicidade, me complementaria muito mais se eu tivesse um filho, tivesse alguém com quem me preocupar, alguém com quem eu possa construir uma história junto, manter uma relação de pai e filho... poder, na minha velhice, se lembrar de mim... coisas que me trazem muita alegria que me fazem, hoje, me manter com esse propósito de me manter na fila da adoção, mesmo tendo passado pelo baque da separação... de eu ter me separado... não significou...”</p> <p>“Aí talvez eu posso até dizer que é legal adotar porque eu vou resgatar uma criança que está na penúria, que está triste... eu não penso exatamente assim, eu vejo também assim, mas eu sinto que também o ato de adotar é importante para mim”.</p> | <p>no processo de adoção. Foi a partir dessa relação que ele assumiu sua homossexualidade e ele refletiu que era possível ser pai, ainda que <i>gay</i>.</p> <p>E reflete sobre o que o motiva, fazendo questionamentos. Percebe que ele deixou esse tema fora da sua vida por muito tempo. Conclui que ser pai o tornaria mais feliz. Que seria alguém para compartilhar a vida. Hoje a adoção não tem mais ligação com um/o parceiro, mas com o desejo de contribuir com o desenvolvimento de alguém.</p> <p>Adoção para ele é além de uma possibilidade de retirar a criança de um histórico de tristeza. Mas é parte hoje do seu plano pessoal de ter uma família, ter momentos bons com a criança. É importante pra ele mesmo.</p> |
| <p>Antônio: “Mas eu sempre tive vontade de adotar, que o grande diferencial é fazer a diferença na vida de outra pessoa [...] E eu quero adotar, o que eu quero estar passando isso para frente não é esse tipo de visão que eu tenho, a visão que eu tenho é apenas de formar um ser humano com uma boa índole, uma boa..., sabe, ele poder esquecer esse passado de rejeição que ele teve até chegar no processo de adoção para chegar nos meus braços, é isso”.</p> | <p>A história de abandono paterno de Antônio parece ter interferido na sua decisão de ser pai. Ele sempre quis adotar e ajudar a criança a reparar aquele histórico de rejeição.</p> |
| <p>Sandra: “Na verdade, essa motivação é assim uma coisa visceral para mim, né... É algo que, praticamente, eu me vejo como mãe desde sempre, né... Que eu me lembre, a primeira lembrança que eu tenho do desejo é aos 14 anos [...] hoje eu vejo que o papel mãe é o que eu faço de melhor, então realmente eu tava certa no que eu queria a minha vida inteira, que era um desejo de uma vida inteira era ser mãe... e eu sabia do desejo, mas não sabia por que, só sabia que era uma necessidade, não sei explicar muito o visceral, mas era uma necessidade que eu precisava preencher...”.</p> | <p>Ser mãe era um desejo que se mostrava como algo integrador do seu ser. Constituinte da sua identidade.</p> |
| <p>Maria: “Eu vim de um núcleo familiar muito forte, tenho família grande que sempre gostou muito de ficar junto, então eu sempre quis ter</p> | <p>O sentimento de unidade e a presença marcante de sua família de origem gerou o desejo ter sua própria família.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>família”.</p> <p>“[...], mas como eu sempre soube que era <i>gay</i>, eu imaginei que quando fosse ter a minha família eu fosse me casar com uma mulher que tivesse filhos, ou com uma mulher que fosse engravidar”.</p> | <p>A homossexualidade parece circunscrever a possibilidade de exercer a maternidade. A adoção não foi a primeira opção.</p> |
|---|---|

Fonte: Silva (2021).

A partir do quadro, observa-se que as narrativas relativas às motivações para se tornar pai/mãe são múltiplas. Dentro dos aspectos motivacionais para a parentalidade, percebeu-se: a influência do modelo parental da geração anterior; o cuidado e suporte para o desenvolvimento de uma nova vida; o “não ser mãe” como uma experiência de vazio; uma possibilidade de “resgatar” aquela criança; a possibilidade de crescer enquanto indivíduo; a maternidade como um pertencimento, uma identificação, como aquilo que a entrevistada sente que “faz melhor” em sua existência; e o anseio de ter uma família, assim como a sua de origem, onde se compartilha a união e o afeto. Embora esses recortes pertençam a indivíduos diferentes, acredita-se que expressem algo em comum, o que será chamado de “essência da motivação parental”.

Para alguns/mas candidatos/as, o processo de adoção é uma prática considerada natural por suas famílias de origem, independentemente da orientação sexual dos indivíduos. Quando Ana tinha 11/12 anos, sua mãe adotou sua irmã e ela relatou, pela primeira vez, sua experiência como “mãe” da sua irmã, já que sua mãe precisava trabalhar fora de casa. Assim, por já ser mais crescida, Ana se incumbiu dos cuidados com a irmã recém-chegada, considerando, atualmente, a adoção um gesto bonito e uma forma de ajudar aquela criança que está sem o convívio familiar.

Ela acredita que o vínculo afetivo ultrapassa o biológico-sanguíneo pois, na adoção o “amor é construído”. Ana conta que, ao ver o estilo de maternidade da sua mãe, sentiu desejo de ser mãe também. Destacou, ainda, o tratamento igualitário e o cuidado com as filhas como a origem do seu desejo de ser uma “*boa mãe também*”, como pode ser verificado nos trechos a seguir: “*eu acho, né, então não eu acho que por ela ter sido uma boa mãe mesmo é que dá vontade de ter um filho*” (ANA).

Em outro momento, Ana comentou sua experiência com a adoção em dois momentos distintos de sua história: primeiro, vendo a adoção da sua irmã e, agora, na condição de adotante. Ao mesmo tempo, ela revela quais suas idealizações sobre adoção e sua visão sobre a construção do vínculo afetivo:

Continuo achando muito bonito, tanto da parte da minha mãe quanto hoje, eu acho que muita gente poderia fazer isso, ia ajudar muitas crianças que estão ali nesse estado, sabe, eu acho que é um gesto de amor, que eu acredito que não tenha diferença de filhos, não tem como ter, porque às vezes você pega um sobrinho seu, você ama tanto aquele menino como se ele fosse seu filho... às vezes você não gostaria tanto daquela criança, e não tem sangue, não tem nada... o [FILHO DA AMIGA] que ela estava dando de exemplo, ele não é nada nosso de sangue, ele é filho de uma amiga nossa, sabe, a gente tem ele como se fosse nosso menino porque viu crescer dentro da barriga e tudo, então eu acredito que não é laço de sangue que une, sabe, do jeito que é, o amor que é construído, então assim, eu não sei se é isso, estou perdendo o foco, né... mas... é a relação da minha mãe com a adoção... da parte do meu pai também sempre teve muito amor também e a minha mãe também sempre fez de tudo para nós sermos iguais: comprava uma roupa para uma e comprava para outra, comprava uma bolacha e comprava para a outra, se não ia ter para as duas, então não ia ter, sabe, não comprava um só, né, então minha mãe sempre foi muito correta também nessa parte, é mesmo desde pequenininha para ela igual, era filha normal.. Então eu só tenho coisa boa dessa parte para falar. Não tem nenhuma passagem ruim... (ANA).

Adriana, esposa de Ana, menciona, na sua narrativa que, em boa parte da sua vida, ela buscou autonomia e segurança financeiras e que, por isso, a ideia de uma maternidade estava distante. Porém, ao se sentir mais estabilizada financeira e emocionalmente, passou a considerar a maternidade, mas não por meio da gestação, em razão da sua idade. Além disso, o fato de ter constituído uma relação mais consistente com Ana possibilitou que abrisse espaço para se olhar como uma mãe:

Aí, com o passar do tempo você vê que aquilo lá vai ficando meio vazio, aí eu vi minhas amigas lá com os filhos e tal e aí começou a dar essa coisa de ser mãe, mas eu nunca fui a fundo, né? Eu falava 'ah não...' E vou deixando... vai passando, vai passando... Aí quando eu conheci a [ANA] eu comecei a já mais pensar, a gente começou a pensar da mesma forma, aí eu resolvi mesmo 'Não, é isso que eu quero mesmo', e eu sempre gostei de criança, sempre me dei bem com criança, então tudo... eu que criei meus irmãos, né, desde pequenos eu sempre criei eles, então eu falei 'agora eu acho que é a minha vez de ser mãe...' Aí pela minha idade não daria mais para ser mãe, no caso que eu já passei as fases lá da idade... Aí o fato de ser adoção para mim era o mais, era o melhor, no caso, né? (ADRIANA).

O desejo de Carlos de se tornar um pai passou por dois momentos distintos e marcantes na sua história de vida: inicialmente, não se via capaz de assumir a responsabilidade de cuidado com o outro e, aos poucos, foi percebendo que conseguiria, por isso, o desejo foi despertado. O entrevistado acredita que esse desejo tenha surgido a partir do seu encontro com seu ex-parceiro, que o ajudou a conduzir sua vida como um homem cis

assumidamente *gay*. As visões de Carlos sobre a adoção passam pela imagem do “resgate” da criança em situação de abandono. Ele conta que tem um irmão adotivo. Além disso, para ele, a parentalidade apresenta aspectos contraditórios: ao mesmo tempo em que é algo importante, tolhe sua liberdade. A seguir, Carlos menciona o processo reflexivo sobre sua disposição interna para a paternidade, além de seus receios quanto à responsabilidade de cuidar de outra pessoa:

[...] eu acho que eu, eu num primeiro contato eu fiquei muito pensativo, eu pensava será que eu dou conta? Será que seria legal, né... quando a gente iniciou o relacionamento eu não tinha... eu morava sozinho e não tinha... preferia não ter nada – não ter nenhuma planta, nenhum cachorro, muito menos um... eu não imaginava ter uma criança, né? Daí quando eu iniciei o relacionamento com ele, ele me mostrou que eu podia encontrar belezas na vida tendo um cachorrinho, ou tendo um gatinho que é o que realmente aconteceu, e logo que chegaram o cachorrinho e o gatinho em casa foi paixão à primeira vista; e até plantinha também, tipo assim, era um comprometimento que eu tinha, que eu antes achava que eu não fosse dar conta que (inaudível) as minhas correrias, ou familiares ou de trabalho – (CARLOS).

Em seguida, ele apresenta as razões para sua relutância, em especial suas preocupações com aspectos práticos da sua rotina diária:

Agora, por que eu relutava? Talvez num primeiro momento, eu imaginava, não sei se eu vou ser um bom pai né, eu não sei se eu vou conseguir, é isso que a gente falou – que eu falei há pouco – se eu vou dar conta de cumprir a contento a missão de ser pai... nem eu sei fazer comida, nem passar roupa, eu vou conseguir cuidar de uma criança que tem tantas necessidades, né? Mas eu percebi que não, porque o principal seria o amor e o carinho que ela precisaria. E as outras coisas, a gente vai... são coisas materiais que devem ser resolvidas como, por exemplo, fazer a comida, mas seria um problema menor, o problema principal seria a minha disposição de estar com ela, em acolhê-la na minha vida, em construir uma vida junto, eu me apaixonei pela ideia! (CARLOS).

A história de Antônio foi marcada por abandono parental, vivenciado como rejeição. Seu pai formou nova família enquanto ele ainda era criança, o que fez com que perdessem o vínculo desde muito cedo. Para ele, a adoção é vista como uma possibilidade de reparação, para “esquecer o passado de rejeição” vivido pela criança que está acolhida no abrigo. Antônio reconhece em seu irmão mais velho a figura paterna e essa relação é marcada por respeito e admiração sendo, o mesmo, um referencial. Exercendo sua profissão como educador físico, sente-se realizado com o desenvolvimento dos seus alunos. A parentalidade,

para ele, é parte do seu crescimento/desenvolvimento pessoal. A seguir, ele explica como se percebeu impulsionado a ser tornar um pai:

Essa motivação para me tornar pai, ela foi crescendo ao longo das experiências que eu tive na vida: meu pai... eu tive um ponto..., não que ele abandonou a minha família, mas, assim, ele era separado da minha mãe, então eu passava as férias sempre na casa dele e tudo, e quando eu estava com 12 anos ele deixou a segunda família que ele construiu depois do relacionamento com a minha mãe, e abandonou a minha mãe também. Então eu fiquei sem notícias do paradeiro do meu pai, até uns 4 anos mais ou menos atrás, que eu fiquei sabendo por onde ele andava e o que ele estava fazendo, se ele tava realmente vivo ainda (riso indicando tensão/ironia) ... (ANTÔNIO).

E explica sua visão sobre a parentalidade, que contribuiu para entender como concebe esse fenômeno. Logo, reforça a visão de que exercer a parentalidade é assumir um compromisso responsável com o outro:

[...] a responsabilidade de ter a criança, de criar esse ser humano foi imposta para a pessoa a pessoa não escolheu ter essa responsabilidade, e a criança sente isso com certeza, não tenho dúvida nenhuma que isso é um determinante para o desenvolvimento da criança e a criança que é adotada, ela vai ser adotada por alguém que entendeu essa responsabilidade e escolheu ter essa responsabilidade – ter a criança para criar e para se desenvolver. Então é uma escolha que parte de quem está o adotando e também passa pela parte da criança de ser adotado, como eu tinha falado antes: eu acho que a criança dentro da adoção é muito melhor que o laço sanguíneo que acaba sendo em muitas criações, né? (ANTÔNIO).

Para Sandra, observa-se que a maternidade traz e reforça uma identidade, pois essa experiência tem a ver com o que ela “faz melhor”. Alguns receios passam por seu imaginário quanto à adoção tardia, especialmente a preocupação com as marcas da rejeição, violência e abandono a que as crianças ficam expostas. Ela explica o sentimento de ser mãe que lhe ocorre:

É difícil explicar o visceral, né, explicar em palavras o visceral... É uma coisa que faz parte de mim, do meu ser... é como ser... o papel mãe ser mãe fosse parte de mim... se eu não consigo... hoje eu posso dizer, porque hoje eu sou mãe, hoje a gente tem uma bebê, hoje eu vejo que o papel mãe é o que eu faço de melhor, então realmente eu tava certa no que eu queria a minha vida inteira, que era um desejo de uma vida inteira era ser mãe... e eu sabia do desejo, mas não sabia por quê, só sabia que era uma necessidade, não sei explicar muito o visceral, mas era uma necessidade que eu precisava preencher... (SANDRA).

Percebe-se, na fala seguinte, que ser mãe significa, além de se dedicar ao outro que é dependente desta atenção, uma entrega pessoal em sua jornada pessoal de crescimento e transformação:

O que me motiva? Ser mãe. Para mim, eu queria muito ser mãe, porque eu acho que a maternidade faz a gente evoluir, progredir como pessoa, desenvolver habilidades, dar vazão para a semente de amor que está dentro da gente e que a gente nem sabe que existe né, é... Existe uma semente que quando a gente é mãe, essa semente cresce e, de repente, é um amor assim que invade, que se torna maior do que a gente é capaz de dimensionar e de pontificar, então, é realmente uma evolução né, e não é só uma evolução pra gente – a gente tá criando alguém, a gente tá dando forma para um ser da melhor forma que a gente consegue, né, protegendo, cuidando, construindo, fazendo o nosso melhor... a gente está se desenvolvendo e desenvolvendo alguém, então eu acho que coisa melhor no mundo não existe... (SANDRA).

Maria, esposa de Sandra, tem importante senso de família nuclear¹⁶, no entanto, identificar-se enquanto mulher cis lésbica a fez questionar, durante muito tempo, se poderia ter uma família de fato. Esse aspecto realça o imaginário social impregnado por preconceito contra pessoas que fogem à normativa sexual. Seu desejo quanto à parentalidade está fortemente associado à ideia de união, que é sua representação de família. A constituição de um relacionamento estável com Sandra a fez desejar ainda mais o caminho da adoção que, no seu entender, sempre foi um meio natural para que o gay pudesse ter filhos/as.

Eu vim de um núcleo familiar muito forte, tenho família grande que sempre gostou muito de ficar junto, então eu sempre quis ter família, mas como eu sempre soube que era gay, eu imaginei que quando fosse ter a minha família eu fosse me casar com uma mulher que tivesse filhos, ou com uma mulher que fosse engravidar, porque eu mesma [inaudível], mas eu venho de uma família que se reúne muito, que gosta de estar junto, e sou uma pessoa muito família, então eu quis construir a minha própria (MARIA).

A seguir, Maria define o que, para ela, é ser mãe. Embora não tenha vivido a experiência propriamente dita, também associa maternidade à responsabilidade e abnegação:

Não. Mas eu tenho maior noção disso agora, óbvio né, porque a gente só tem essa noção quando passa pela experiência, né... Mas é uma noção que não tem um peso, ou não... É responsabilidade de criar alguém...sem peso, só a noção de que sou responsável, né? Porque eu sei que ela vai acordar à noite, ela vai ficar doente e eu não vou poder dormir, e eu sou responsável por ela, né... Essa é a minha parte, ela tem uma parte dela, né, sou junto

¹⁶ Família nuclear segundo Porto (2002).

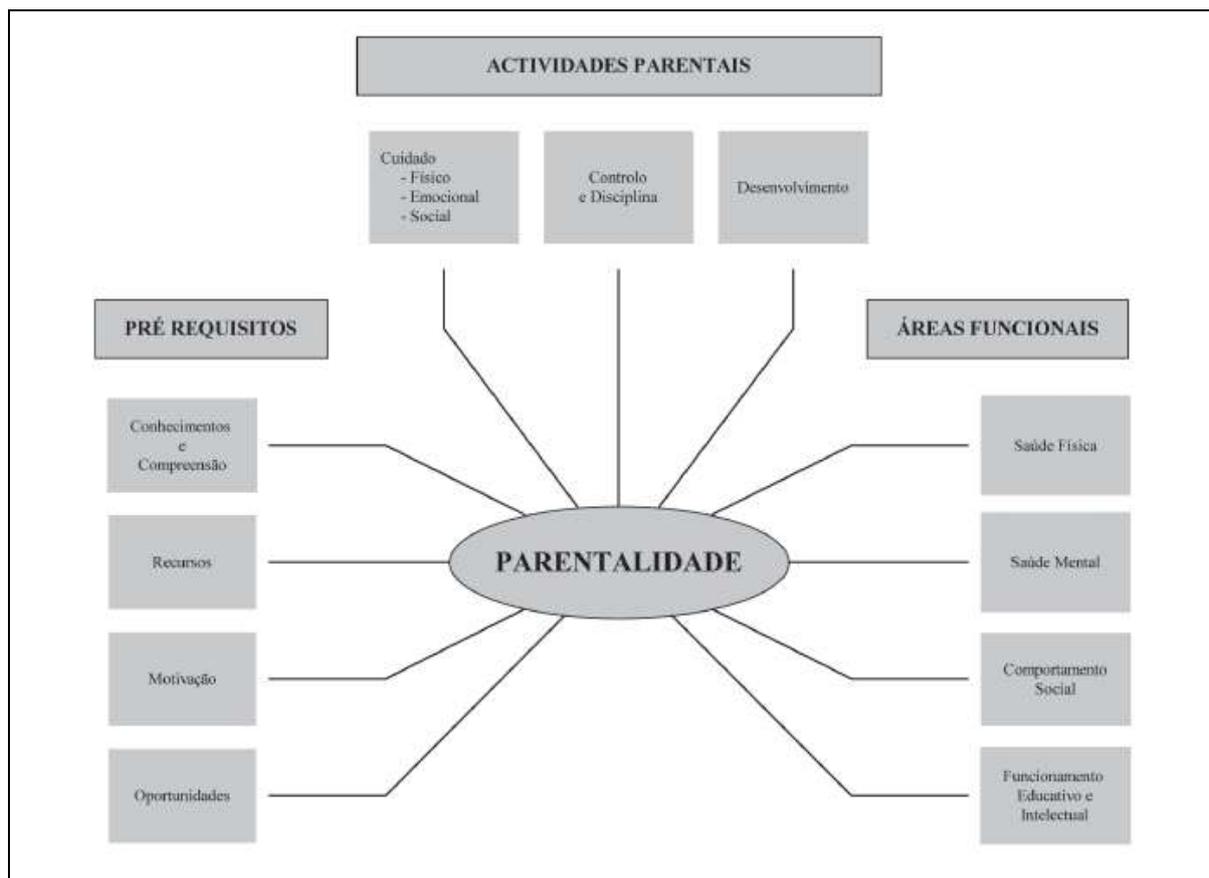
com ela [se refere à esposa], então isso às vezes é difícil sim, mas não é pesado (MARIA).

Observa-se que, aqui, a parentalidade ficou marcada pela transmissão de valores, educação, brincar, compartilhar as experiências da vida, sentir a existência de fato de uma família.

A parentalidade envolve, necessariamente, a capacidade de prover cuidados e suporte que garantam o pleno desenvolvimento da criança nos níveis físico, psíquico e social. O constructo *parenting* é recente, e vem sendo empregado na literatura acadêmica, ainda sem uma tradução bem delimitada para outros idiomas. Porém, no português, o termo parentalidade vem sendo usado para delimitar as competências que resguardam a vida e o desenvolvimento infantis em um espaço de não vulnerabilidades e em seja possível a ampliação da sociabilidade e da autonomia da pessoa, para esta ser capaz de gerir sua vida no futuro. Essa tarefa é complexa e desafiadora para o indivíduo.

Adicionalmente, há uma transmissão intergeracional segundo a qual a primeira geração acompanha e prepara a segunda para se enfrentar os desafios presentes em cada etapa do ciclo vital. Vale dizer que a parentalidade é, ainda, definida e disseminada conforme a cultura e o contexto dos sujeitos (BARROSO; MACHADO, 2010). Em relação a este aspecto, os autores apresentaram o modelo proposto por Hoghughi (2004) (Figura 1), que integra proposições teóricas de Brofenbrenner e Belsky, apresentando-se 11 (onze) dimensões parentais. A partir desse padrão, a parentalidade é constituída por “atividades parentais”:

Figura 1 – Dimensões da Parentalidade



Fonte: Barroso e Machado (2010, p.213).

Conhecer, portanto, os estilos parentais bem como as dificuldades encontradas nessa tarefa, pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção na família. Para isso, estudar os determinantes parentais, tendo em mente que são formados por características psicológicas e demográficas, é primordial, pois a combinação de atributos individuais, históricos e sociais influencia os estilos de parentalidade. Com efeito, propondo um *continuum* sobre o cuidado com crianças, são considerados dois polos antagônicos: de um lado, estilos marcados por maus tratos e, de outro, a parentalidade sensível. Em geral, as tentativas de compreender esse fenômeno detêm uma visão biopsicossocial dos sujeitos. No entanto, os determinantes condicionados por fatores sócio contextuais e ecológicos foram analisados e classificados em três níveis: (1) individuais relativos aos/às pais/mães; (2) individuais da criança; (3) relações ampliadas (BARROSO; MACHADO, 2010, p.218):

Assim, o modelo assume que as histórias desenvolvimentais dos pais, o seu relacionamento conjugal e a sua posição profissional influenciam as suas personalidades e estado psicopatológico, que, por sua vez, afectam o processo de parentalidade e este, conseqüentemente, tem efeitos no desenvolvimento infantil. Do mesmo modo, o funcionamento psicológico

parental, promovido em parte pela sua história desenvolvimental, influencia directa e indirectamente as relações maritais, o funcionamento das redes sociais e as próprias experiências ocupacionais.

A abordagem científica dos impactos da parentalidade no desenvolvimento infantil realçou, por longo tempo, o papel da família, porém, na contemporaneidade, outras discussões têm surgido, reforçando o papel da genética/hereditariedade, relações entre os pares e comunidade vizinha (Idem). Como mencionado, o estudo sobre a parentalidade vem se consolidando a partir da década de 1960, dentro das pesquisas em Psicologia da a Psicanálise que têm se ocupado de compreender os impactos subjetivos nos/as pais/mães, considerando o seu desejo de ter um/a filho/a.

Como já esboçado, historicamente, o Iluminismo e o Romantismo do século XVIII trouxeram o “amor” ou “afeto” para dentro das relações familiares. Até aquele momento, as relações se estabeleciam para garantir a acumulação de patrimônio. A partir de então, as escolhas dos indivíduos passaram a ser valorizadas e os laços maritais e parentais calcados no afeto (ZORNIG, 2010).

A primeira observação sobre a família deu-se no século XVI, a partir de cenas campestres. A vida familiar foi demonstrada pelos/as artistas primeiro na rua (espaço público), para só depois voltar-se para o espaço particular. Com a menção da criança na história, deu-se início à configuração do núcleo familiar tal como se conhece hoje (ARIÈS, 1978/2011). No trecho a seguir observa-se a representação do desenvolvimento de uma cena familiar do noivado do casal, até a chegada do primeiro/a filho/a:

A representação começa pelo noivado. A seguir, a jovem mulher aparece vestida com um traje de cerimônia sobre o qual foram costurados pequenos discos de metal: seriam simples enfeites ou seriam moedas, já que as moedas desempenhavam um papel no folclore do casamento e do batismo? A terceira face representa a cerimônia do casamento, no momento em que um dos cônjuges segura uma coroa sobre a cabeça do outro: rito que subsistiu na liturgia oriental. Então, os noivos têm o direito de se beijar. Na quinta face, eles estão deitados nus no leito nupcial. Nasce uma criança, que aparece enrolada em cueiros e segura pelo pai e a mãe juntos. Suas roupas parecem mais simples do que na época do noivado e do casamento: eles se tornaram pessoas sérias, que se vestem com uma certa austeridade ou segundo a moda antiga. A sétima face reúne toda a família, que posa para um retrato. O pai e a mãe seguram a criança pelo ombro e pela mão. Já é o retrato familiar, tal como o encontramos no *Le Grand Propriétaire*. (ARIÈS, 1978/2011, p. 201)

O sentimento de família como conhecemos hoje só surgiu na literatura a partir do século XVIII e vem sofrendo diferentes transformações à medida que a sociedade e a cultura se reorganizam de acordo com as demandas dos indivíduos. Ariés (1978/2011) explica a família a partir do seu papel ambíguo em que, ora o sujeito quer se ver livre de qualquer sombra de opressão, ora deseja ser protegido das fragilidades sociais. Zimmerman e Osório (1997), ao retomarem estudos clássicos de Lévi-Strauss, Freud e Rivière, definem a família como um grupo cujos objetivos são preservar a espécie e alimentar seus descendentes física e emocionalmente, a fim de se preservar a aquisição e a transmissão da cultura.

Para Bronfenbrenner (1996), autor da Teoria Ecológica, na relação entre o desenvolvimento infantil com os mais diferentes contextos, a família é importante como mediadora do par criança-meio. Em sua perspectiva, a moradia (residência) constitui o núcleo do microssistema, lugar em que ocorrem padrões de interação persistentes e evolutivos, gerando transformações. A Teoria Ecológica sustenta, portanto, a ideia de desenvolvimento infantil como um processo favorecido conforme as ações física e social da criança em seu grupo. Neste ponto, não é possível atribuir somente à família, a responsabilidade dos rumos da criança, uma vez que há grande influência das questões socioeconômicas.

É inerente à condição humana a sobrevivência em grupos e agregações sociais que variam de acordo com a cultura quanto à organização e diferenciação. É sabido que nas sociedades primitivas, havia grandes agrupamentos e uma distribuição estável das funções; já na civilização moderna, que sofre as repercussões da revolução industrial, o modelo se complexificou, adquirindo novas habilidades e diferenciações nas estruturas da sociedade. Esta complexificação, segundo Minuchin (1982), vai impor ao ser humano a aquisição de duas capacidades conflitantes: habilidades altamente especializadas; adaptação às constantes mudanças socioeconômicas.

Logo, a família, como sistema organizado e complexo acompanha as transformações sociais e sofre pressões a fim de manter sua finalidade precípua: o desenvolvimento psíquico e social dos partícipes. Da mesma forma, Souza e Chaves (2017) concluem sobre a importância de considerar as diferentes configurações da família moderna e que, justamente por isso, ela é plural, sofre modificações na história e inegavelmente exerce uma marca na formação do indivíduo.

Segundo Figueira (2013), o objetivo primordial da adoção é atender o interesse da criança. Embora o entendimento acerca do que venha a ser o “interesse” seja subjetivo ao aplicador do Direito, há um consenso na literatura de que a adoção deve primar por manter uma vida familiar e social estável para a criança. O Estado deve garantir que a criança tenha

uma família que lhe forneça um ambiente seguro, afetuoso e estável, propiciando seu pleno desenvolvimento físico e psíquico. Assim sendo, não haveria impedimentos para que famílias fora dos padrões tradicionais atendessem ao perfil de futuros adotantes. Sendo assim, o termo homoparentalidade não foi utilizado na presente tese, pois poderia dar a entender que a orientação sexual pudesse interferir na forma como os/as pais/mães exercem sua parentalidade.

O estudo de Araldi e Serralta (2016) revisou, de forma sistemática, a literatura entre a década de 2004 -2014, a fim de analisar as percepções acerca a parentalidade em casais homossexuais. São recentes as conquistas sociais e legais para o público LGBTQIA+ no âmbito da família e da parentalidade conjunta. A origem da parentalidade, com filhos/as biológicos/as ou não, não ocorre a partir do momento da chegada daquele/a filho/a, antes disso, os/as pais/mães já constroem fantasias relacionadas a essa nova relação que será estabelecida.

Com relação às pessoas/casais lésbicas e *gays*, a parentalidade, segue, via de regra, por 5 (cinco caminhos): (1) recomposição familiar; (2) adoção; (3) “barriga de aluguel”; (4) reprodução assistida; (5) coparentalidade. Pesquisas com famílias homoafetivas, em geral, estavam interessadas em avaliar o bem-estar emocional das crianças – tendo em vista a influência da patologização da homossexualidade, que durou até os anos 1980. Por outro lado, estudos mais contemporâneos têm trazido os prejuízos socioemocionais advindos do *bullying* sofrido em filhos/as de pessoas/casais não-heterossexuais.

Rodriguez, Merli e Gomes (2015) objetivaram entender as representações acerca da parentalidade em famílias formadas por homens *gays*. A metodologia usada foi análise do desenho da família, pela ótica psicanalítica. As famílias, como já abordado anteriormente, se formam a partir dos afetos e da transmissão geracional, que são necessários para a formação identitária do sujeito. A noção de pertencimento permite que o indivíduo organize seu mundo simbólico, logo, forme sua subjetividade. Nesse sentido, a transmissão psíquica transgeracional ocorre na parentalidade à medida que a criança recebe alguns enunciados que auxiliam na construção da identidade familiar. A junção entre a maternidade e paternidade, rompendo com modelos tradicionais, deu origem ao conceito de parentalidade, este sendo, portanto, mais fluido ao ultrapassar a questão biológica. Do ponto de vista psicanalítico, tornar-se pai/mãe envolve a aceitação de que algo é herdado dos/as pais/mães e esse modelo exerce influência sobre o modelo de constituição de vínculo e a parentalidade em si dos futuros pais/mães:

Tornar-se pai implica agir tendo os próprios pais como modelo, sendo que não são os pais reais que ocupam o lugar das representações parentais, mas o superego parental que é transmitido de geração em geração, ou seja, as lembranças dos cuidados parentais, das regras, obrigações e interditos (RODRIGUEZ, MERLI; GOMES, 2015).

Santos (2006), em um estudo de orientação fenomenológica e buberiana, buscou compreender como seis homens *gays* e nove mulheres lésbicas, com idade entre 20 a 55 anos, experenciam e significam a parentalidade. O estudo apresentou como resultados que os sujeitos se consideraram mais capazes de exercer a parentalidade a partir da autoaceitação da sua homossexualidade e do estabelecimento de uma relação sólida. Esses dois fatores, assim como observado em nosso estudo, foram decisivos para o desejo de ter um/a filho/a, além de se sentirem mais preparados emocionalmente e economicamente. Funções parentais foram narradas dentro de uma relação intersubjetiva EU-TU. Além disso, os/as entrevistados/as narraram vivenciar preconceito, em diferentes contextos, no exercício parental em decorrência da orientação sexual, mas que foi gradativamente sendo superado, a partir da convivência. Ressalta-se que o modelo familiar heterocêntrico surgiu com frequência nas narrativas.

Dias (2008) explica que a teoria do amadurecimento, proposta pelo psicanalista Donald Winnicott, possui alguns pressupostos básicos: primeiro, a tendência ao amadurecimento é inata, porém requer condições facilitadoras do ambiente para seu desenvolvimento; o fluxo do amadurecimento é contínuo, do nascimento à morte; a visão do teórico rompe com a dicotomia racional biomédica, na qual conceitos de saúde e doença são mutuamente excludentes e os considera como manifestações de ser e estar no mundo; e, por fim, todo e qualquer sofrimento se relaciona a uma fase do amadurecimento. Nas palavras de Winnicott (1983, p.15):

O início do surgimento do ego inclui inicialmente uma quase absoluta dependência do ego auxiliar da figura materna e da redução gradativa e cuidadosa da mesma visando à adaptação. Isto faz parte do que eu denomino “maternidade suficientemente boa”; neste sentido o ambiente figura entre outros aspectos essenciais da dependência, no meio do qual o lactente está se desenvolvendo, utilizando mecanismos mentais primitivos

Considerando todas as etapas do ciclo vital de um indivíduo, a teoria do amadurecimento dedica maior atenção aos primeiros anos de vida, pois a estrutura psíquica e a personalidade estão em construção nessa etapa. São quatro as principais tarefas dessa fase da vida, que seguem em constante aprimoramento nas outras etapas, sendo responsáveis pela

construção da identidade e do senso de existência do indivíduo: “[...] a integração no tempo e no espaço, a habitação da psique no corpo, o início das relações objetais e a quarta tarefa, constituição do si-mesmo” (DIAS, 2008, p.34). Como em outras teorias do desenvolvimento infantil, alguns processos superiores dependem da superação satisfatória de estágios iniciais. Caso haja falha em algum momento, paralisa-se o amadurecimento em razão de uma expressão defensiva e surge o distúrbio emocional.

Logo, a partir das primeiras relações e não do nascimento, tem início o processo maturacional ou emocional. Winnicott (1983) explica que três tendências caracterizam a maturação egóica: a integração no tempo e no espaço; a personalização, que é a união entre o ego e o corpo/suas funções, nesse caso, a pele seria um limite para essa troca; e relações objetais, ou seja, o cuidado, provendo as necessidades primárias do bebê.

O amadurecimento emocional, portanto, pressupõe uma integração entre psique e soma. O bebê recém-nascido não tem consciência de si porque ainda não está integrado, logo, sem um “si-mesmo” para se dar conta. A passagem da dependência absoluta para os estágios precoces, caracteriza-se pela presença corpórea/psicossomática de outro, provendo algumas sensações, que não são de ordem simbólica, mas que forma registros no psiquismo do bebê. Nas etapas seguintes da vida humana, o ambiente fornecerá ou não as condições para o desenvolvimento pessoal, mas nessa etapa inicial o primeiro cuidador é definidor, pois vê o bebê “[...] não apenas como um corpo que tem necessidades físicas, ou seja, capaz de se identificar com as necessidades pré-verbais da criança e lidar com elas, seja nos estados tranquilos, seja nos excitados” (MENDONÇA, 2008, p.76).

Cumprе esclarecer que, segundo o conceito de “mãe suficientemente boa” (WINNICOTT, 1983) – em que “mãe” inclui o pai ou as relações não biológicas, referindo quem acompanha a criança desde o nascimento – tem a tarefa de cuidar do/a seu/sua bebê. Neste ponto, a autora desenvolve o tema da maturação emocional a partir da expressão “suficientemente boa” que, em linhas gerais, se refere à capacidade adaptativa desse/a cuidador/a de perceber, suprir e, mais adiante, frustrar o bebê em suas necessidades. Ressalta-se, ainda, que segundo a autora, a frustração também é importante para o processo de formação da independência. Portanto, o cuidador/a é uma pessoa que apresenta o mundo ao/à bebê e que, por meio dos processos de frustração inerentes ao crescimento, o retira da ilusão, mostrando que suas necessidades podem ser atendidas de outras formas e por outras fontes, mas que isso não ocorrerá de modo imediato e nem sem um esforço próprio (ROCHA, 2006).

Butler (2003) explica que, em oposição à lógica determinista que se pauta nas diferenças sexuais, não é preciso que haja, de fato, a posição de “mãe” e “pai” em uma

família, mas que estas são figuras imaginárias ocorrem a seu modo dentro do grupo familiar. Sobretudo, os vínculos de filiação e parentesco são construídos socialmente e, por isso, a parentalidade pode ser exercida por diferentes pessoas, sem definição de papéis fixos ou hierarquia, o que permite que haja outras referências que exerçam influência ou autoridade nas crianças.

O estudo realizado por Machin (2016), na região da Grande São Paulo, teve como foco casais *gays* e lésbicos pretendentes à adoção ou ao uso de tecnologias reprodutivas para exercerem a paternidade/maternidade. O desejo de formar uma família a partir de filhos/as adotivos/as pode configurar também maior autonomia aos casais, especialmente homens, que não desejam envolver uma terceira pessoa nos seus projetos ou, no caso das mulheres, por estarem fora da idade gestacional e, ainda, por questões financeiras, considerando o alto custo dos procedimentos via tecnologia reprodutiva.

A pesquisa de Andrade (2016) objetivou explorar e compreender as motivações parentais em indivíduos candidatos à adoção, comprando-os com aqueles que estavam prestes a se tornarem pais/mães biologicamente, em especial, aspectos emocionais negativos relacionados a esse momento. A autora comenta que o desejo de ser pai/mãe é compartilhado de modo universal entre as pessoas adultas. E que, por não ser possível a todas as pessoas a concretização desse desejo de maneira espontânea, a adoção se torna uma opção e exige que os indivíduos ressignifiquem essa parentalidade. Em seu levantamento bibliográfico ficou evidente que ainda são poucos os estudos nessa área, especialmente no contexto adotivo.

Quanto à metodologia, tratou-se de um estudo exploratório, com a participação de 73 futuros pais/mães, sendo 41 biológicos e 32 adotivos. Todos responderam a um questionário *online* sobre suas motivações e sintomas emocionais. Os resultados quanto à motivação positiva mais evidente referem-se à gratificação pessoal, ou seja, ter um/a filho/a é parte da realização pessoal daqueles sujeitos. No outro extremo, a motivação negativa levantou preocupações sociais e ecológicas. Os sintomas emocionais não apresentaram diferença significativa entre os grupos e apareceram como ansiedade, depressão e estresse.

Um estudo realizado na Universidade do Porto/Portugal investigou se haveria alguma relação entre a “vivência da adoção” e o “exercício da parentalidade”, ou seja, algo que fosse vivenciado unicamente pelas famílias adotivas e a parentalidade, que é um conceito universal a todo o tipo família. A pesquisa exploratória contou com a participação de 125 pais/mães adotivos e recorreu a uma entrevista e um questionário, que levantaram as vivências dessas famílias com o processo de adoção e os afetos/comportamentos parentais. Concluiu-se que essa relação é existente e significativa. Assim, quanto aos comportamentos, as figuras

parentais adotivas aplicam menos punição e se valem de estratégias intuitivas, corroborando com estudos anteriores, que postulam que os/as pais/mães adotivos/as são mais focados/as na afetividade e são menos autoritários/as.

O estudo também observou que os pais/mães adotivos/as criam os/as filhos/as com valores semelhantes, independente do gênero, idade e tempo passado com a família biológica. No aspecto das emoções parentais, o estudo identificou que as famílias adotivas possuem mais emoções positivas que negativas, o que a literatura corrobora. Não foram encontradas diferenças nas dimensões afetivas da parentalidade. Quanto às ideias relacionadas ao exercício parental, pais/mães adotivos/as são mais favoráveis às expressões emocionais e à comunicação aberta na família, talvez devido à história pregressa de dificuldades da criança. Outro dado é que pais/mães adotivos/as parecem ter mais dificuldade de aplicar disciplina ativa. Famílias adotivas constituídas por pessoas mais velhas, apresentam maior estabilidade entre o casal, maior comunicação entre eles, com mais amadurecimento de suas ideias, relacionadas à educação, por exemplo (COSTA, 2013).

A pesquisa de Da Silva, Cavalcante e Dell'agio (2016) realizou um levantamento do perfil sociofamiliar das pessoas pretendentes à adoção com base no Cadastro Nacional de Adoção. As pesquisas sobre motivações parentais de adotantes de crianças com algum tipo de necessidades física ou mental especial ressaltam que essas pessoas, em geral, relataram vivências pessoais (questões reprodutivas, estado civil, orientação sexual (*gays/lésbicas*) ou uma preocupação com o bem-estar dessas crianças. Esses indivíduos se sentem motivados pelo desejo de partilhar seu tempo com essas crianças que necessitam de maior atenção, e contam com uma rede de apoio de familiares e amigos/as.

Em países desenvolvidos, tem sido prevalente o adiamento em relação ao/à primeiro/a filho/a e a redução das taxas de natalidade. Isso se deve a questões socioeconômicas e à capacidade reprodutiva, informações que requerem maior compreensão das motivações parentais na contemporaneidade. Estudos sobre motivações positivas e negativas analisam custos e benefícios para se ter um/a filho/a. Essas análises sugerem determinar o desejo, a intencionalidade e a decisão reprodutiva. Por se tratar de tema complexo, as investigações ainda se limitam a grupos específicos.

Quanto às motivações parentais positivas, expressa-se a construção de relação única e recíproca de afeto com o/a filho/a, quais sejam: alegria, felicidade, orgulho, cuidado, ensino, estímulo, fortalecimento da relação conjugal, realização pessoal, expectativas sociais, e idade reprodutiva. No tocante às motivações negativas, surgiram: os/as filhos/as associados/as à perda de liberdade pessoal, profissional e no casamento; responsabilidades e preocupações

relacionadas ao cuidado com as crianças, dentre outros. Esses aspectos, ainda que descritos de maneira às vezes diferente nas narrativas dos sujeitos desta pesquisa, também puderam ser observados (GUEDES et al, 2011).

No caso da adoção, é comum que casais, optantes por este modelo parental necessitem processar o luto do/a filho/a biológico/a. A adoção implica reciprocidade, logo, uma constituição de sonhos, sentimentos e possíveis frustrações em duas vias. Aceitar a parentalidade adotiva exige elaboração de crenças e fantasias que, muitas vezes, foram constituídas com base no modelo biológico. Considerando as motivações para a adoção de forma consciente, aparecem os problemas de fertilidade e o desejo de ser mãe e pai. Por outro lado, inconscientemente, aparecem problemas de outras ordens, como: reparação de decepções; necessidade de demonstrar competência; substituição de um/a filho/a perdido/a, etc.

6.2 Expectativas quanto à adoção

O segundo ponto de discussão dessa análise diz respeito às expectativas frente ao processo de adoção, a burocracia e à morosidade brasileira, mas, de uma forma mais sutil, pode-se perceber outras vivências ou ideias que acabaram por enredar a posição daquele/a que “espera”. Em geral, os/as entrevistados/as relataram sentimentos de impotência e frustração. Embora para Carlos e Antônio a espera seja positiva, pois contribui para a organização financeira e o encontro de um novo parceiro com quem possam compartilhar esse momento – condição considerada fundamental para o exercício parental em todos/as os/as candidatos/as –, a impressão geral é a de que o sistema está “falido” e abre espaço para a discussão sobre os padrões heteronormativos da sociedade, que envolvem a definição de família. Sandra e Maria, em razão das experiências frustradas com os abortos que sofreram nos processos de fertilização e a notícia de que seu “perfil” (mulheres lésbicas) poderia impactar em um tempo de espera na fila de adoção por sete anos, se sentem motivadas a tentar uma adoção “à brasileira¹⁷”.

Seguem os trechos das entrevistas e as respectivas presentificações de sentido extraídas da leitura e análise dos dados.

¹⁷ Adoção à brasileira é considerada irregular e uma prática ilícita no Brasil. Caracteriza-se em casos em que alguém registra a criança como sendo seu/sua filho/a, sem que ocorra os trâmites legais necessários à luz do Direito brasileiro.

Tabela 2 – Relatos/Presentificações de sentido II

| RELATO – EXPECTATIVA | PRESENTIFICAÇÃO DE SENTIDO |
|---|--|
| Então eu fico muito frustrada e isso me entristece muito: saber que a gente está aqui, a gente está buscando, e não está tendo esse retorno, sabe, não sei se a gente pode culpar a lei que é demorada, se a gente pode culpar o juiz que é sobrecarregado demais... não sei... a gente foi nas reuniões deles e eles explicaram porque é que às vezes demora um pouco, mas parece que demora demais.(Ana) | A entrevistada colocou em destaque dois sentimentos: frustração e tristeza. Ao mesmo tempo tenta encontrar responsáveis por tamanha morosidade, tendo em vista que a demanda de crianças sem uma família é muito grande. |
| [...] e eu acredito que vai ser uma realização mesmo, uma coisa muito boa para todo mundo – para ele, que vai ter uma família, e para nós, que vamos ter ele dentro de casa, e eu acho que é só isso (Ana) | Ana finaliza sua fala dizendo o quanto ela confia que a adoção é um caminho para a realização, a concretização do sonho de uma família. |
| Olha, na verdade eu fiquei muito decepcionada pela demora (Adriana) | Adriana se diz decepcionada com a morosidade do processo. Pois na sua avaliação, considerando o número de crianças a espera de uma família, esperava que fosse mais rápido. |
| Aí eu acho que não sei se pela opção que a gente tem, você também, atrasam um pouco... isso retarda um pouco a... (Adriana) | Adriana também acredita que a demora possa ter alguma relação com um tipo de homo/lesbofobia estrutural. |
| Eram três questões... o período da transição, a espera, que é uma coisa angustiante, mas que é uma angústia que só bate quando eu paro para pensar e tenho alguma... tipo, alguém me pergunta: “Ah, e como está a adoção?” (Carlos). | Carlos demonstra sentimentos ambivalentes em relação ao tempo de espera: por um lado ele fica aliviado, pois reconhece a importância desse tempo para sua organização sentimental e financeira. Mas, por outro, ele fica angustiado e gostaria que o processo caminhasse mais rapidamente. |
| Olha, o depois da adoção é aquilo que eu te falei, é... eu não quero adotar para completar algo que esteja faltando na minha vida ou para falar ‘ah, eu tenho herdeiro’, não, eu quero adotar para ajudar na formação de um ser humano e que esse ser humano tenha experiências boas, seja um adulto saudável, sabe, tanto fisicamente quanto mentalmente – eu acredito que eu tenho capacidade de fazer isso, de adotar uma criança e fazer ele virar um ser humano que faz a diferença (Antônio). | A expectativa relatada por João diz sobre um desejo de contribuir na formação de um indivíduo saudável e que contribua para uma sociedade melhor. |
| É uma espera longa... Na verdade, a gente parou de esperar, né, a gente procurou por outras formas, resolveu se tornar mãe – eu resolvi que eu ia me tornar mãe por outras formas, por isso me tornei mãe e ela também, porque se a gente fosse depender só da fila para se tornar mãe a gente talvez, no meio do caminho, até tivesse desistido (Sandra). | Quando se falou nas suas expectativas, remeteu à demora e da burocracia que envolve o processo de adoção, o que fez com que o casal optasse pela adoção à brasileira. |
| Um absurdo... [inaudível] esse é um sistema que | Maria foi a mais enfática ao relatar sua |

| | |
|--|--|
| <p>protege, tanto, tanto, que oprime, esmaga, que sufoca. Protege tanto que deixa as crianças no abrigo. Eu acho um sistema muito [inaudível] desse país, né? Eu acho ele é caótico, e ele não protege a criança, ele não permite que pessoas que queiram adotar recebam essas crianças (Maria).</p> | <p>indignação com a morosidade do sistema. O que para ela é mais uma forma de abandono das crianças que deveriam ser protegidas pelo Estado.</p> |
|--|--|

Fonte: Silva (2021)

Alguns fragmentos das entrevistas auxiliam a compreensão da experiência supramencionada para cada sujeito:

Sobre o que eu espero? Eu esperava que fosse mais rápido. Eu espero que dê certo, eu espero que a gente possa ter ele logo aqui, mudar um pouco a vida e a rotina, e eu acredito que vai ser uma realização mesmo, uma coisa muito boa para todo mundo – para ele, que vai ter uma família, e para nós, que vamos ter ele dentro de casa, e eu acho que é só isso (ANA).

Adriana, sua esposa, não escondeu sua frustração e decepção com a excessiva demora e burocratização do sistema:

É o que eu te falei, eu estou muito decepcionada, né, porque era para ter... já sete anos já está... E assim... a gente vai lá e fala 'ah, mas você está no número tal', porque quando a gente entrou na fila, a gente estava no número 120, alguma coisa assim, aí a gente lá... aí a gente ia lá cada 6 meses, eles falavam – a última vez que a gente foi lá a gente tava no 26 –, então a gente fez uma média, então uma criança por mês, então são 12 crianças no ano que está saindo adoção. Então... porque eu vou estar com 50 anos e não saiu essa adoção ainda, então é nessa parte que eu estou muito desmotivada, muito decepcionada com eles, porque eles falam tanto na televisão de adoção, que as crianças precisam, e eles têm essas falhas de demorar tanto o processo... E a gente participou de tudo, está tudo certo, na risca, mas está lá, fica lá, no fundo esse caso está parado lá esse tempo todo... Tenho certeza que muitas mães e muitos... muitas pessoas que querem ser mãe mesmo está na mesma situação, porque começa a ficar muito desgastante, né, porque você fica esperando, esperando, e aí chega uma hora que você perde... não é que você perde a graça, mas você fica desacreditada, você acha que não vai acontecer (riso demonstrando tensão – grifo nosso) (ADRIANA).

A síntese de Carlos sobre sua espera ressalta os dois aspectos já observados:

Ah, eu espero... Espero que o processo seja rápido e que a criança venha rápido, não tão rápido porque eu estou na fase de acertar alguns detalhes, mas não seja muito mais do que isso, até porque eu quero curtir a criança não estando tão velho, né, afinal de contas eu já faço 50 anos e aí eu já não vou dar conta de jogar futebol – não que eu jogue futebol, né, mas se eu...

(riso) Então eu acho que o quanto antes, eu acho que é melhor, até porque eu não quero ser confundido com o vovô da criança, né, é uma preocupação boba, mas é preocupação... É isso... Assim com relação a ter um novo companheiro, para mim, é algo importantíssimo, para mim, mas é algo que eu gostaria realmente que acontecesse da melhor maneira possível, mas aí essa parte eu deixo para o papai do céu, e as coisas acontecem... (CARLOS).

Antônio destacou a importância da espera para sua organização e para que possa desenvolver melhor algumas habilidades que considera construtivas a partir da sua prática laboral com crianças:

É, agora eu estou numa situação pouco complicada, né, porque a gente, eu e o [EX PARCEIRO] a gente não foi lá na assistência, lá na central de adoção lá e falar que a gente já se separou e tal, a gente ainda não conseguiu fazer isso, a gente tem que ir lá e deixar explicado. A minha espera para ser pai é como eu te disse, eu estou me preparando e procurando absorver das situações à minha volta a melhor maneira de poder criar essa criança depois – tanto observando a situação do meu patrão como essas experiências que eu estou tendo na escola, tudo, todo esse convívio né, que eu tenho, está me preparando para a situação de ser pai (ANTÔNIO).

A espera de Sandra e Maria produziu a busca por uma adoção mais rápida, mas que gera angústia enquanto não se legaliza a questão da guarda definitiva:

É uma espera longa... Na verdade, a gente parou de esperar, né, a gente procurou por outras formas, resolveu se tornar mãe – eu resolvi que eu ia me tornar mãe por outras formas, por isso me tornei mãe e ela também, porque se a gente fosse depender só da fila para se tornar mãe a gente talvez, no meio do caminho, até tivesse desistido, porque a gente ia chegar numa idade que a gente teria desistido, porque a nossa motivação é por um bebê, né, a gente tem algumas ideias, desejos, que fazem parte da gente ter um bebê e de criar de uma determinada forma... e um bebê que não venha com marcas de abandono... porque a criança que é colocada em adoção a gente sabe que ela passou por diversas... ela é colocada em adoção porque os pais e a família original não foi capaz de proporcionar condições adequadas de desenvolvimento para ela e promoveu situações de abandono, de maus-tratos, de abuso de diversas formas, né, a gente não podia, a gente não queria adotar uma criança assim, é... A gente queria adotar um bebê que tivesse passado – é óbvio que a nossa bebê passou por uma situação de rejeição, né, por isso ela foi colocada para adoção, mas foi mínima, né, assim, dos males o menor... agora se a gente pegar uma criança de 10 anos, 7, que é o que a gente conseguiria para não esperar tanto, a gente não queria isso... que passou por tudo... uma criança que é colocada em adoção tardia, ela passa por tudo, né, mas talvez a gente nem se tornasse mãe porque a gente ia desistir, né... E então a gente acabou procurando outras formas até que, de repente o jurídico não aprova, né, mas a gente procurou (SANDRA).

Com a expansão das pesquisas em Psicologia da família, tem ocorrido uma abertura para a compreensão dos fenômenos que circundam outros grupos familiares. Percebe-se que os movimentos sociais e políticos possuem uma parcela importante de contribuição para esse crescimento. Com efeito, outros temas foram trazidos para a pauta, como a união civil homoafetiva e a vivência da parentalidade, seja biológica ou por meio da adoção.

Meletti e Scorsolini-Comin (2015) investigaram a conjugalidade e as expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais em um estudo realizado com quatro casais homoafetivos. Para tal, seguiram um roteiro de entrevista que se orientava em relação aos afetos e às suas expectativas parentais. Além disso, foi utilizada a técnica da história de vida. Em suma, os casais trouxeram o estigma tecido pela sociedade, que aponta como problemática uma parentalidade exercida por pessoas do mesmo sexo. Isso se dá pelo conceito já discutido amplamente do modelo tradicional de família cisheteronormativa e nuclear. As situações adversas em razão de homo/lesbofobia pareceram impactar na concretização do desejo da parentalidade; sobretudo, reflexões sobre se eles poderiam influenciar na orientação sexual dos seus/suas filhos/as e preocupações com a situação financeira e o desejo de promover um ambiente estável, perpassaram no imaginário dos/as entrevistados/as.

Em outro estudo Ximenes e Scorsolini-Comin (2018) partiram de relatos de psicólogos que atuam no sistema judiciário para trazerem uma perspectiva diferente sobre a parentalidade homoafetiva. Os autores deram relevo para o fato de que, na sociedade contemporânea, os casais homoafetivos têm buscado exercer a parentalidade por meio da adoção. A validação da união civil em 2011 e a criminalização da homofobia são marcos nacionais da garantia de direitos das famílias homoafetivas. A Carta Magna brasileira garante a igualdade, sem discriminação, de todos/as os/as brasileiros/as, o que torna inconstitucional qualquer forma de preconceito contra pessoas lésbicas e *gays*. Importante dizer que há uma ideia vinda do senso comum de que, pessoas lésbicas e *gays*, por estarem “fora” da ordem natural, não seriam parte do grupo de pessoas “aptas” à parentalidade.

Vale dizer, além disso, que não há evidências científicas que apontem para diferenças impactantes no desenvolvimento psíquico de crianças criadas por pais/mães héteros ou *gays*/lésbicas. Outro ponto é que a parentalidade não está ligada ao sexo, mas à forma com que os sujeitos lidam com as práticas educativas, importantes na formação de crianças e adolescentes. Os autores abordaram, a partir das narrativas dos profissionais entrevistados/as, a percepção social de que a família homoafetiva está em débito com o modelo familiar tradicional, como se sempre houvesse a necessidade dos papéis de mãe/pai, para que a

parentalidade fosse devidamente exercida. Isso, na verdade, acaba por ocasionar mais pressão sobre os/as mães e pais enquanto pessoas lésbicas e *gays*, pois que já lutam diariamente para superarem inúmeros preconceitos.

Em outro estudo, Goldberg, Kinkler e Hines (2011), com base em dados de 45 casais lésbicos, 30 casais *gays* e 51 heterossexuais que adotaram recentemente uma criança, buscaram criar e validar um instrumento que diferenciase a percepção do estigma social sobre a adoção e a internalização de estigma de adoção. Os resultados e discussões trouxeram evidências relevantes para a pesquisa em pauta, sobretudo indicando o sentimento de alguns/mas entrevistados/as sobre uma vivência de preconceito como adotantes lésbicas e *gays*.

Em primeiro lugar, importa referir que os resultados destacam a importância de se distinguir entre “percepções de estigma” e “internalização de estigma”. Assim, pelo menos para a amostra da presente Tese, percebe-se a existência de estigmas sociais em torno da adoção, mas os mesmos não são, necessariamente, internalizados. Este achado tem utilidade prática, na medida em que sugere que os/as pais/mães adotivos/as que encontram o estigma de adoção (por exemplo, em sua família imediata, ou na escola de seu/sua filho/a) não são necessariamente vulneráveis à internalização do mesmo. Além disso, os dados não sugerem relação, entre criar consciência do estigma de adoção e internalizá-lo

O segundo objetivo do estudo era verificar se certos fatores como orientação sexual, gênero, *status* de adoção preferencial e *status* adotivo transracal/racial, influenciam a percepção e a internalização do estigma de adoção. Partiu-se, neste tema, da hipótese de que as mulheres heterossexuais devem relatar os níveis mais altos tanto de estigma percebido como de estigma internalizado, no entanto, os dados revelaram que todas as mulheres, independentemente da orientação sexual, relataram níveis mais elevados de estigma percebido, embora não houvesse diferenças de gênero em relatórios de estigma internalizado.

Desta forma, as mulheres lésbicas parecem ser tão sensíveis aos pressupostos e normas fundamentais sobre a família nuclear quanto as heterossexuais. É possível que esta descoberta reflita o fato de as mulheres compartilharem socialização, ou seja, independentemente de seus papéis adultos e expectativas associadas, são sensibilizadas para as construções sociais da maternidade pelo fato de que a feminilidade está inextricavelmente ligada à gravidez em termos biológicos.

Além disso, vale ressaltar que a orientação sexual por si só não afetou a percepção ou a internalização do estigma de adoção, ou seja, não houve diferenças entre casais do mesmo sexo e heterossexuais em suas pontuações nas duas subescalas. Uma possível explicação é

que casais do mesmo sexo que adotam podem facilmente diferenciar entre o estigma que percebem no ambiente, devido a seu *status* de mesmo sexo e o que percebem devido ao seu *status* de pai/mãe. Além disso, em nossa amostra, os casais do mesmo sexo estiveram majoritariamente concentrados em áreas urbanas, onde as estruturas familiares alternativas são tipicamente mais comuns.

Moyer e Goldberg (2015) exploraram as respostas dos/as pais/mães adotivos/as com relação a características inesperadas de seus/suas filhos/as. Noventa indivíduos – 45 casais, 30 dos quais adotaram por meio do bem-estar infantil e 15 via adoção doméstica privada – foram entrevistados/as três meses após a colocação adotiva em relação às expectativas não atendidas sobre a idade, sexo, raça e necessidades especiais de seus/suas filhos/as. As expectativas não atendidas eram especialmente estressantes quando os/as pais/mães não tinham apoio e quando perceberam pouco espaço para ‘moldarem’ – no sentido de trabalharem valores – seus/suas filhos/as. Em contraste, as percepções de suporte adequado e flexibilidade cognitiva pareceram facilitar experiências positivas durante transição dos/as pais/mães para a paternidade/maternidade adotiva.

Ainda no mesmo estudo, as implicações para os profissionais são discutidas, incluindo sugestões para o treinamento pré-adoção e fornecimento de suporte pós-adoção. As preferências de filhos/as de pais/mães adotivos/as receberam pouca atenção empírica. Ao contrário dos/as pais/as biológicos/as, os indivíduos que adotam podem, teoricamente, controlar ou, pelo menos, especificar preferências quanto às características de suas crianças (por exemplo, gênero e necessidades especiais). Em geral, possíveis adotantes tendem a preferir crianças que são da mesma raça que eles, com menos de três anos e que não possuem necessidades especiais significativas. Essas características são bastante diferentes das características da maioria das crianças no sistema de bem-estar infantil, como já mencionado.

No entanto, alguns/mas pais/mães expressam preferências mais flexíveis por não quererem prolongar a espera, chegando a enfatizar que sua principal prioridade é adotar uma criança saudável. Assim, para alguns/mas, o desejo de se tornarem pais/mães é tão fundamental que reduz a necessidade de colocar limitações no tipo de criança que eles/as preferem. Neste ponto, o estudo de Moyer e Goldberg (2015) sugere que os/as pais/mães adotivos/as não são sempre contemplados/as com crianças que correspondem às suas preferências pré adotivas.

Em sua revisão da literatura sobre o tema da interrupção da adoção, os autores descobriram que alguns/mas assistentes sociais persuadiram os/as pais/as a estarem abertos para receberem crianças “difíceis de colocar”, com a finalidade diminuir o tempo de

finalização das suas adoções. Tais circunstâncias podem gerar consequências negativas, pois adotar uma criança que não combina as expectativas iniciais aumentará o estresse na família, bem como a possibilidade de reversão da adoção. Destaca-se que pais/mães lésbicas e *gays* eram mais propensos/as a descreverem expectativas não atendidas relacionadas ao gênero da criança, bem como raça, em comparação com os/as pais/mães heterossexuais.

Os/As pais/mães expressaram uma série de reações às suas expectativas não atendidas, incluindo estresse considerável, estresse administrável, reações neutras sem estresse e “surpresa agradável”. Todos/as os/as pais/mães que relataram a chegada de uma criança com necessidades especiais inesperadas mencionaram um estresse considerável ou controlável. Por outro lado, nenhum pai que experimentou expectativas não atendidas em relação à raça ou sexo relatou um estresse considerável, embora alguns tenham notado que experimentaram estresse administrável.

Quanto à idade de uma criança fora da esperada, os/as pais/mães relataram uma ampla gama de reações, desde um estresse considerável até uma “surpresa agradável”. Nove participantes, ou seja, 11% dos/as participantes do estudo (três mulheres lésbicas, um casal; três homens *gays*, duas mulheres heterossexuais e um homem heterossexual) explicou que, embora tenham recebido algum suporte profissional, o mesmo foi insuficiente. Todos/as esses/as pais/mães adotaram através do sistema de bem-estar infantil.

É interessante notar que em nosso estudo, não apareceram predileções quanto raça e gênero, e apenas uma mulher expressou inquietações quanto à idade. Não sabemos se o conceito poderia ter sido melhor explorado ou se de fato a angústia da espera e da burocracia ocupava as maiores inquietações dos entrevistados. Como narrado em uma das entrevistas, a ideia de que a maternidade para uma mulher lésbica seria impensável há alguns anos, talvez tenha suprimido outros sentimentos relacionados à expectativa. Como se socialmente não se pudesse ter o direito de sonhar ou esperar pela constituição de uma família fora da “norma”.

Como também assinalaram Huber e Siqueira (2010), o processo de adoção gera sentimentos e expectativas intensos. De forma frequente apareceram as preocupações sobre a genética e o sentimento de falha quando diante da possibilidade de os filhos adotivos desejarem conhecer os pais biológicos. Além da demanda por apoio psicossocial antes e após a adoção. Tais expressões não surgiram em nosso estudo, cabendo uma hipótese que pode ser melhor explorada no futuro ou ainda sobre a criação de espaços de escuta e suporte para pessoas LGBTQIA+ para que elas possam dialogar sobre suas angústias ao longo do processo adotivo.

No entanto, apesar desse contexto bastante favorável, estamos longe ainda do ideal. Lidamos, diária e infelizmente, com a homofobia, que registra números realmente assustadores. Se o que buscamos é uma sociedade justa e igualitária, precisamos voltar atenção para a parcela da população que vive ameaçada e marginalizada simplesmente por ser como é. Não se pode mais coadunar com uma sociedade que nega direitos com base unicamente na orientação sexual. E, nesse sentido, a escola se torna elemento fundamental, pois é ali que temos grande possibilidade de mitigar o preconceito. Importante mencionar novamente que a adoção é um direito amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Lei tem como pré-requisito que o adotante seja mais de 18 anos e que possua uma diferença de 16 anos em relação ao adotado. Não há restrições ou comentários quanto à raça, gênero ou orientação sexual. Mas, conforme elucidaram (MACIEL; PEREIRA, 2019), no estudo de caso conduzido por eles sobre a primeira adoção por pais gays, foi possível identificar a situação de preconceito vivenciado durante a primeira tentativa do casal ocorrida em 1998. A solicitação foi indeferida, pois não se tratava de uma família “normal”. Apenas após seis anos o casal conseguiu a adoção de suas duas filhas. A literatura apontou também que filhos de casais homossexuais tendem a sofrer mais bullying. Sobretudo por que o Brasil ainda é um país cuja homofobia está entranhada na sua cultura, com discursos conservados, que são a causa do elevado número de agressões e mortes às pessoas LGBTQIA+. É por esta razão que trazer esse conhecimento para a interlocução entre escola, famílias e comunidade é tão necessário.

Apesar de a parentalidade ser um tema de interesse do mundo acadêmico, desdobrando-se, em diversas investigações, ainda são incipientes as discussões relacionadas à parentalidade exercida por lésbicas e *gays*. Ainda perdura, nos contextos científico e social, alguma rejeição/exclusão quanto se refere o termo “parentalidades homoafetivas”, o que significa dizer que, até meio século atrás, uma lésbica ou um *gay* só vivenciava a parentalidade em relações heterossexuais. Na transição para a maternidade/paternidade, os indivíduos se veem confrontados com a necessidade de reestruturarem suas identidades para incluírem uma nova, a de “ser pai” (FOSSOUL et al, 2013).

Essa nova identidade é, assim, adicionada a identidades pré-existentes e diz respeito ao grau de homofobia internalizada como ser adulto através de estigmas sociais como: a homossexualidade não é saudável; pessoas lésbicas e *gays* são menos capazes de cuidar de uma criança do que heterossexuais; toda criança precisa de uma mãe e um pai; os homossexuais não podem construir uma boa identidade de gênero, dentro dos padrões que a sociedade impõe, etc. Como resultado, essas pessoas que desejam se tornar pais/mães da

mesma forma que os heterossexuais se sentem menos capazes de criar filhos/as, o que gera preocupação e insegurança quanto ao futuro de seus/suas possíveis filhos/as. Esses casais também têm preocupações reais com o desenvolvimento de seus/suas filhos/as e temem por seu bem-estar social e psicológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É comum o ditado de que não há uma “receita” ou um caminho previamente delineado para que cada pessoa desenvolva e exerça sua parentalidade. Relações estão em movimento. Desdobram-se e desenrolam-se a partir do vivido, do experienciado. Assim como o ser. Aquele/a que, internamente, se dispôs a se envolver com outro em uma relação de cuidado parental, o faz carregando consigo sua bagagem, sua história, sua cultura e a sua imagem social.

Na verdade, a chegada de um/a filho/a parece despertar as mais diferentes fontes de opiniões sobre criação, educação, nutrição, segurança, vínculo, cuidado e afeto. O ponto é que olhares externos não são capazes de dar uma resposta satisfatória ou adequada, na maioria das vezes. É importante apontar que, segundo os/as entrevistados/as, a noção de família envolve o desejo por segurança e acolhimento que muitos nem mesmo vivenciaram nas suas famílias de origem e união. Tornar-se pai/mãe de alguém por meio da adoção tem um significado um pouco maior comparado à parentalidade biológica porque envolve o desejo de prover afeto a alguém que, anteriormente, viveu uma condição de abandono ou sofrimento.

A história de vida das pessoas entrevistadas parece ter influenciado na sua decisão. Alguns possuem irmãos não biológicos ou observaram avós e tios ampliando a família por meio da adoção. Muitos afirmaram a adoção como um “gesto de solidariedade”, embora não tenham utilizado explicitamente este termo. Quanto às expectativas, não obstante, as maiores queixas terem se direcionado à excessiva burocratização brasileira e à lentidão do sistema, os/as pretendentes relataram suas fantasias quanto à transmissão de valores, a partilha de interesses e um sentimento de plenitude com a chegada do/a filho/a.

As transições pelas quais a família veio passando até chegar no modelo contemporâneo, em uma dinâmica de desconstrução da ideia de família romântica fundamentada nas desigualdades de gênero, são reafirmadas nos depoimentos, dando consequência às próprias relações de parentesco e consanguinidade e foram se modificando, dando espaço para novos e diferentes vínculos afetivos. Diante desta desconstrução, surgem algumas perguntas: “O que é ser pai”? “O que é ser mãe”? Quais são as mudanças nas normas parentais? Que discursos são produzidos e construídos em torno da figura parental? Que distinções sócio-históricas fazemos com respeito às distinções parentais socialmente

situadas ou de gênero?” Para lançar luz sobre as “metamorfozes da figura parental” é preciso, portanto, compreender que o pai não é mais visto apenas como um progenitor biológico, com uma função de sustento, mas como um “educador” e como alguém que compartilha as atividades domésticas com os familiares, por exemplo, o que era feito exclusivamente pela figura da mãe-mulher. Nesse sentido, a figura parental tem gênero e ainda é considerada dentro de estruturas normativas tradicionais, fato que reforça o desenvolvimento de estudos que exercitem um olhar mais igualitário e de igualdade em torno do trabalho invisível das mães e sobre a divisão das atividades domésticas.

O conceito de parentalidade ganhou mais notoriedade a fim de sustentar o argumento da relevância dos vínculos entre mães, pais e filhos/as. Por meio de estudos e pesquisas, observou-se que existe uma polissemia do conceito e uma confusão conceitual entre parentalidade e paternidade. No caso da parentalidade esperada/exercida por pessoas lésbicas e *gays* participantes desta pesquisa, foi importante mencionar as questões relacionadas ao preconceito que os/as mesmos/as carregam em razão da sua orientação sexual bem como os impactos causados na decisão pela parentalidade. Essa “homofobia internalizada” pode tanto influenciar os casais na decisão de se tornarem mães ou pais como ter o efeito de prolongar o período de reflexão e espera das pessoas antes de, ‘embarcarem’ em um procedimento ou ação em direção à maternidade ou à paternidade.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se a variável, relativa aos/às entrevistados/as, de se tratar de pessoas em diferentes momentos da construção da conjugalidade, de modo que muitos dos seus desafios se referem a adaptações do cotidiano no que tange aos aspectos materiais (organização doméstica e financeira), com menções ainda pouco claras à parentalidade ou à oficialização do relacionamento. Trata-se, ademais, de casais com experiências conjugais ainda limitadas e recentes. Vale ressaltar ainda que seria importante um recorte racial em outro momento.

Nestes termos, entende-se que ‘trazer à baila’ experiências de casais unidos há mais tempo e com mais idade possibilitaria reflexões importantes no estudo de parentalidade. Por se tratar de um estudo qualitativo, os achados aqui discutidos devem ser considerados com parcimônia, a fim de que possam, ainda que de forma incipiente, ser disparadores de reflexões por parte de pesquisadores e profissionais da Psicologia.

Mesmo diante destas limitações, portanto, as experiências narradas pelos/as entrevistados/as são relevantes por apontarem aspectos relacionados à construção das suas motivações e expectativas quanto à parentalidade no contexto da adoção. Conhecer as nuances desses relacionamentos, seus anseios e suas demandas, pode contribuir para o

delineamento de intervenções que, de fato, atendam a essas pessoas sem, no entanto, construir categorias estanques, haja vista que a literatura recente tem afirmado cada vez mais similaridades entre arranjos homo e heterossexuais.

A busca de compreensão das facetas do relacionamento conjugal em pessoas do mesmo sexo foi realizada a fim de auxiliar os profissionais de saúde, da educação e das diversas áreas das ciências humanas a reverem posicionamentos e elaborarem discursos menos estereotipados, compreendendo que as vinculações estabelecidas se referem à ordem dos afetos e não necessariamente à orientação sexual. Nesse sentido, trazer os achados deste estudo para o campo das psicoterapias de família e de casal, possibilita a ampliação do repertório acerca da temática, fomentando práticas mais condizentes com as atuais abordagens de gênero e de cuidados à população LGBTQIA+. No campo social, esse estudo contribui inequivocamente para a revisão de conceitos que orientam as políticas públicas e as decisões jurídicas, no sentido de garantir direitos a essa população.

Ainda sobre as limitações, ampliar a amostra e conhecer a experiência de outros sujeitos é uma proposta futura. Promover a escuta de outros casais, inclusive daqueles/as que já experienciaram a adoção é relevante no sentido de conhecer as práticas vigentes, identificar possíveis lacunas e fomentar o desenvolvimento de estratégias que estejam atentas aos desafios da família e da sociedade na contemporaneidade.

Considera-se, ademais, que o exercício exploratório retratado nesse estudo pode ser deflagrador de diferentes discussões entre profissionais que tecem a rede no campo da adoção em várias vertentes, ampliando as potencialidades dessa investigação tanto para a prática, como para o cenário da pesquisa científica no horizonte de mudanças nas políticas públicas de adoção e, conseqüentemente, das transformações sociais. Por fim, este estudo pode ser um ampliador de olhares para adoções futuras com mais respeito às diversidades que devem se instalar na nossa sociedade de maneira mais harmoniosa e respeitosa, de forma que todos e todas possam vivenciar e construir suas famílias com dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, S. Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus. In: WALL, K.; AMÂNCIO, L. **Famílias e Género em Portugal e na Europa**. Lisboa: ICS, 2007. p. 35-91.

ALVES, D. G.; LEMOS, A. A.; MORAES, M. C. M. B.; HALPERN, E. E.; LEITE, L. C. A motivação missionária religiosa dos profissionais das unidades de acolhimento para jovens: problema ou solução? **Revista de Terapia Ocupacional**. Universidade de São Paulo, v. 23, n. 2, p. 137-145, maio/ago. 2012.

ARALDI, Marina Ortolan; SERRALTA, Fernanda Barcellos. Parentalidade em casais homossexuais: Uma revisão sistemática. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora , v. 10, n. 2, p. 31-39, dez. 2016 . Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ARAÚJO, U. F. de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC,1981.

AUGRAS, Monique. **O ser da compreensão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

AZEVEDO F et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, 2007.

BRUNER, J. **Juego, pensamiento e language**. Paris: Perspectivas,1986.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. Brasiliense, 2017.

BOARINI, Maria Lucia. **Indisciplina escolar: uma construção coletiva**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 17, n. 1, 2013.

BOS, H. M. W., VAN BALEN, F.; VAN DEN BOOM, D. C. (2007). Child adjustment and parenting in planned lesbian-parent families. **American Journal of Orthopsychiatry**, 2007, 77(1), 38–48.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei Nº9394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <<http://grad.unifesp.br/alunos/cg/ldb/LDB.pdf>>.

BRASIL. Código Civil. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Brasília, DF, 2013.

BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução de Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfound. Bauru: EDUSC, 2006.

BIGNER, J. J. Raising our sons: *gay men as fathers*. **Journal of Gay and Lesbian Social Services**, v. 10, n. 1, p. 61-77, 1999.

BORRILLO, D. O indivíduo homossexual, o casal de mesmo sexo e as famílias homoparentais: análise da realidade jurídica francesa no contexto internacional. In: LOYOLA, M. A. **Bioética: reprodução e gênero na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: ABEP, 2005. p. 175-211.

BOS, H. M. W.; VAN BALEN, F.; VAN DEN BOOM, D. C. Child adjustment and parenting in planned lesbian families. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 77, p. 38-48, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMARGO, M. L. **Adoção: vivências de parentalidade de adultos adotados**. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP. Tese de Doutorado, 2010.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desafiliação precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: **Saúde e loucura** 4. São Paulo: Hucitec, 1994.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, T. G., & GOMES, W. B. (2011). Movimentos fenomenológicos: controvérsias e perspectivas na pesquisa psicológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 27(2), 233-240.

- COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 19, n 3, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2020.
- CERBONE, David R. **Fenomenologia**. Editora Vozes Limitada, 2012.
- CERQUEIRA, Daniel. **Mapa de homicídios ocultos no Brasil**. Texto para Discussão 1848, Brasília, DF, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), jul. 2013
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**, v. 1, p. 13, 2004.
- CORTES, Janaina et al. A educação machista e seu reflexo como forma de violência institucional. **Anais... XVII Seminário Internacional de Educação no MERCONSUL**. Universidade de Cruz alta, 2015.
- COSTA, Veridiana Alves de Sousa Ferreira. A Carência de fronteiras na adolescência da atualidade: o adolescente em pane. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 17(3): 13-22, dezembro, 2017. Pernambuco, 2017.
- COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 9, p. 235-248, 2005.
- COOLEY, Charles Horton. **Social organization**. Transaction Publishers, 1983.
- CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **O custo anual de um preso no Brasil**. Centro de Estudos Judiciários no Brasil. Brasília, 2018.
- CRITELLI, D. M. **A análise do sentido: uma aproximação e interpretação da real orientação fenomenológica**. São Paulo: Educ./Brasiliense, 1996.
- DARTIGUES, A. **O que é fenomenologia?** 8ª. ed. São Paulo: Centauro, 2003/1973.
- DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2000, 16(3), 221-231.
- DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. São Paulo: DWW Editorial, 2012.
- DIAS, E. A teoria winnicottiana do amadurecimento como guia da prática clínica. **Nat. hum.** São Paulo, v. 10, n. 1, p. 29-46, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 abr. 2019.
- DE SOUZA, Sheila Mendonça. **Dispersão de Homo sapiens e Povoamento dos Continentes**. 2011.

DEUSDARÁ, B. Pesquisa de campo em análise do discurso: construindo um dispositivo de aproximação aos sentidos do trabalho no cotidiano escolar. **Signum. Estudos de Linguagem**, v. 16, p. 35-57, 2013.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 73-80, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2020.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

ESSY, Daniela Benevides. **A Lei Maria da Penha e a (in) eficácia do escopo preventivo no combate à violência contra a mulher**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

FACCHINI, R. **Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico**, Campinas, v. 10, n. 18-19, p. 397-430, 2003.

FANTÁSTICO. **Comunidade virtual une gente que está atrás de parceiro para ter filho**. G1, 23 jul. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/07/comunidade-virtual-une-gente-que-esta-atras-de-parceiro-para-ter-filho.html>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FEIJOO, A. M. L. C.; MATTAR, C. M. A fenomenologia como método de investigação nas filosofias da existência e na psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 4, p. 441-447, out-dez 2014.

FERRAREZI, C. J. **Guia do trabalho científico do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Contexto, 2013.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato&versões**, n. 2, p. 3-16, 2009.

FULCHER, M.; SUTFIN, E.; PATTERSON, C. J. Individual differences in gender development: associations with parental sexual orientation, attitudes, and division of labor. **Sex Roles**, v. 58, p. 330-341, 2008.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas** (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FIGUEIRA, Diogo Caldas. A adoção no âmbito da parentalidade homoafetiva, **e-cadernos CES [Online]**, 20, 2013, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1658>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FONSECA, Claudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, p. 769-783, 2008.

FOSSOUL, Charlotte et al. La transição à la parentalité chez les couple homosexuels: étude exploratoire. **Thérapie familiale**, v. 34, n. 2, 2013.

FREITAS, M. T. A. Janela sobre a utopia: computador e internet a partir do olhar da abordagem histórico-cultural. In: Reunião anual da ANPEd - Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 32, 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu: 2009.

FRIDMAN, Luis Carlos. **Vertigens pós-modernas** (Giddens, Touraine, Bauman). Lua Nova, São Paulo, n. 47, Aug. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

FRIZZO, Giana Bitencourt et al. O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. (org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

GALLIANO A. G. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: LTC 1989.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAM, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 320p. São Paulo: Perspectiva, 1961/1992.

GOHN, M. da G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GONZALEZ, Débora de Fina. Entre público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 151, 2014.

GONZÁLEZ et al. **Ajuste psicológico e integración social en hijos e hijas de familias homoparentales**. **Infancia y Aprendizaje**, 2004, 27(3), 327-343

GORIN, Michelle Christof et al. O estatuto contemporâneo da parentalidade. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 3-15, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Estudos sobre desenvolvimento humano no século XIX: da biologia à psicogenia. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 535-557, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jan. 2020.

GATO, J.; FONTAINE, A. M. Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 312-322, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIORGI, A. Difficulties encountered in the application of the phenomenological method in the social sciences. **Análise Psicológica**, 3(24), 353-361. 2006

- GOLDBERG, Abbie E.; KINKLER, Lori A.; HINES, Denise A. Perception and internalization of adoption stigma among *gay*, lesbian, and heterosexual adoptive parents. **Journal of GLBT Family Studies**, v. 7, n. 1-2, 2011
- GONZÁLEZ REY, F. **Epistemologia cualitativa y subtetividad**. São Paulo: Educ., 2003.
- GONZÁLEZ, M. M. et al. Ajuste psicológico y interacción social en hijos y hijas de familias homoparentales. **Infancia y Aprendizaje**, v. 27, n. 3, p. 327-343, 2004.
- GOTO, T. A. **Introdução à psicologia fenomenológica**. São Paulo: Paulus. 2008.
- HALPERN, E. E.; MORAES, M. C. M. B.; LEITE, L. C. Seleção, capacitação e formação dos cuidadores dos abrigos: o hiato entre o previsto e o real. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, 2014. No prelo.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**: parte I. Tradução de M. S. Cavalcante. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1989/1927.
- HEIDEGGER, M. **Meu caminho para a fenomenologia**. Tradução de E. Stein. São Paulo: Nova Cultura, 1991/1963.
- HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. **Ser pai, ser mãe - parentalidade**: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 47-51.
- HUSSERL, E. **Investigações lógicas**. Tradução de P. Alves e C. Marujão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1901/2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 21-47.
- IGARAPÉ. **Violencia, drogas y armas: ¿Otro futuro posible?**. Rio de Janeiro, mar. 2013..
- INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Indicadores Sociais do Ceará - 2017**. Fortaleza, IPECE, 2018.74p.: graf. tabs. ISSN 1983-4934
- JACOB-ALBY, V.; VIVES, J. M. Parentalité et paternité: les nouvelles modalités contemporaines du “faire famille”. **Dialogues: Famille & Couples**, v. 207, p. 19-30, 2003.
- KREUTZ, C. M. et al. O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. **Rev Bras Cresc Desenv Hum**, v. 15, n. 3, p. 84-94, 2005.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOWALSKI, Robin M. et al. Bullying na era digital: Uma revisão crítica e uma meta-análise de pesquisas sobre cyberbullying entre jovens. **Boletim psicológico**, v. 140, n. 4, p. 1073, 2014.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu. In J. LACAN, **Escritos** (pp.96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

LEAL, José Carlos. **A Maldição da Mulher**: de Eva aos dias de hoje. São Paulo: Editora DPL, 2004.

LEVINZON, Gina Khafif. **Adoção**. Casa do Psicólogo, 2004.

LEITE, L.C. **A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

LEITE, L.C. **A magia dos invencíveis**: os meninos de rua na Escola Tia Ciata. Petrópolis: Vozes, 1991.

LEITE, L.C. **Meninos de rua**: a infância excluída no Brasil. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Saraiva/Atual, 2001/2012.

LEITE, L. C.; LEITE, M.E.D; e BOTELHO, A.P., (Org.). **Juventude, desafiliação e violência**. Rio de Janeiro: Contracapa; 2008.

LEITE, R. M.; NORONHA, R. M. L. **A violência contra a mulher**: herança histórica e reflexo das influências culturais e religiosas. 2015.

LEITE, et al. **Violência, juventude e saúde mental**. Instituto de Psiquiatria/Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPUB/UFRJ, (Relatório final não publicado), 2011.

LIMA, Larissa Alves de Araújo et al. Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 11, p. 139-146, 2016.

LÔBO, Gutierrez Alves; LÔBO, José Tancredo. Gênero, machismo e violência conjugal: um estudo acerca do perfil societário e cultural dos agressores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Revista Direito & Dialogicidade**, v. 6, n. 1, p. 45-56, 2015.

LUCYK, V. P. K. Precarização do trabalho docente, na dinâmica do capitalismo contemporâneo. XIV Jornada do HISTEDBR - **Pedagogia histórico-crítica e revolução**: 100 anos da revolução Russa, 2017, Foz do Iguaçu. **Pedagogia histórico-crítica e revolução**: 100 anos da revolução Russa, 2017.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEBOVICI, S. Diálogo Leticia Solis-Ponton e Serge Leibovivi. In: SOLIS-PONTON, L. **Ser pai, ser mãe - parentalidade**: um desejo para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 21-27.

LEVI -STRAUSS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHIN, Rosana. Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000200350&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 jan. 2020.

MACIEL, W. M., & PEREIRA, P. C. (2019). A primeira adoção homoafetiva no Brasil: um estudo de caso. **Revista De Psicologia Da Criança E Do Adolescente**. 2019: 9(2), 63–77. Obtido de <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2711>

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELETTI, Alexandre Trevisani; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 17, n. 1, abr. 2015. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de C. A. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994/1945.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Campinas: Papirus, 1990/1946.

MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito**, ISSN 2317-6172. Rio de Janeiro, 2016.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Tradução de Kinsch e Maia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. 2136 p.

MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, R. **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 75-111.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARQUES, Mario Osório. **A escola no computador: linguagens rearticuladas, educação outra**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.

MARQUES, C.A.; MARQUES, L.P. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão**. Práticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

- MARTY, F & Cardoso, M. R. (2008). Adolescência: um percurso franco-brasileiro. In F. Marty & M. R. Cardoso (Orgs.), **Destinos da adolescência** (pp. 9-16). Rio de Janeiro: 7Letras.
- MENDONÇA, Maria Emília. A teoria do amadurecimento pessoal de D. W. Winnicott e a fisioterapia. **Winnicott e-prints**, São Paulo, v. 3, n. 1e2, p. 1-30, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2008000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mai 2019.
- MONTEIRO, Felipe Mattos; ROCHA, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2010.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004
- MORAES, M. C. M. B.; LEMOS, A. A.; ALVES, D. G.; HALPERN, E. E.; LEITE, L. C. Saúde mental de cuidadores de abrigos para adolescentes com transtornos psiquiátricos ou neurológicos. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462012000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2014.
- MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, n. 2, p. 258-273, 2005.
- MOYER, April M.; GOLDBERG, Abbie E. ‘We were not planning on this, but...’: adoptive parents’ reactions and adaptations to unmet expectations. 2015.
- MUCCHIELLI, Roger. **A dinâmica de grupo**. Tradução de Renato Couto Bacelar Nunes. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. A evolução do conceito de família. **Revista Pitágoras**, v. 3, n. 3, 2012.
- NOVAES, R.; VANNUCCHI, P. (org). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- OLIVEIRA, João Cândido De. **Segurança e Saúde no Trabalho**: uma questão mal compreendida. Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, São Paulo em Perspectiva, 17(2) 2003.
- ORWELL, George. **Nineteen Eighty-Four**. Londres: Martin Secker & Warburg, 1949.
- OZELLA, S. (org). **Adolescências Construídas**: A Visão da Psicologia Sócio histórica. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIVA, M. L. M. F.; BORUCHOVITCH, E. Orientações motivacionais, crenças educacionais e desempenho escolar de estudantes do ensino fundamental. **Psicologia em Estudo**, 2010, 15(2), 381-389.
- PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 31-40, 2005.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, n. 39, p. 51-71, 2011.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012

RANIERI, L. P.; BARREIRA, C. R. A. A empatia como vivência. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 23, p. 12-31, out 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a23/ranieribarreira01>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

RIBEIRO, D.; MOREIRA NETO, C.A. **A fundação do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992.
ROCHA, Marlene Pereira da. Elementos da Teoria Winnicottiana na Constituição da Maternidade. **Dissertação de mestrado**. PUC, São Paulo, 2006.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; MERLI, Laura Fernandes; GOMES, Isabel Cristina. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 751-762, set. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2020.

RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zazar, 2003.

RESENDE, Cláudia. Raça, racismo e etnicidade: conceitos pouco visíveis num contexto pouco visível. In: **Actas do VI Congresso Português de Sociologia–Mundos Sociais: saberes e práticas**. 2008. p. 77-95.

RODRIGUES, Adriana Severo. Raça, gênero e sistema prisional: relato de experiências com mulheres negras que cumprem penas em regime aberto ou semiaberto. **Revista África e Africanidades**, v. 1, n. 3, 2008.

SADALA, M. L. A. **A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau Ponty**. Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa. 2004.

SANTROCK, John W. **Adolescência**. AMGH Editora, 2014.

SANTANA, Maria Torres. Desigualdades e diversidade na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012.

SANTOS, B.S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, BS. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **Educação para a Diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica**. Universidade Estadual do Norte do Paraná - Campus De Cornélio Procópio, 2008.

SANTOS, Yurín Garcêz de Souza; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função a profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARTRE, J.-P. **Situações I: críticas literárias**. Tradução de C. Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2005/1947.

SARTRE, J. P. **O ser o nada**. 15ª ed. Rio de Janeiro: 2007.

SASSON, Melissa Daiane Hans; SUZUKI, Verônica Kimmelmeier. Adoção de crianças maiores. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 11, n. 2, p. 58-71, 2017.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: edições Loyola, 1993.

SILVA, Claudio Gomes da. A Importância do Uso das TICS Na Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 08, Vol. 16, pp. 49-59, agosto de 2018.

SILVA, Érick Roberto Freire de Araújo A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo, 2016 142 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

SILVA, Sergio Gomes da. Do feto ao bebê: Winnicott e as primeiras relações materno-infantis. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 29-54, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPARGO, T. **Foucault and queer theory**. New York: Totem Books, 1999.

STRATHERN, M. Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

TEIXEIRA, L. C. (2014). O sujeito adolescente e a intervenção psicanalítica: notas a partir de um caso clínico. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 17(3), 797-804.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Editora Garamond, 2007.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: **História da Vida Privada**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VENCATO, A. P. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhança entre transgêneros. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18-19, 2003.

VIANNA, Elisete Soave. **O despertar para a autonomia, protagonismo e alteridade sob a concepção da pedagogia salesiana e de Paulo Freire**. Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL. São Paulo, 2016.

WARNER, M. **The trouble with the normal: sex, politics, and the ethics of queer life**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. **Revista Conjuntura Social**, 2004.

WE ARE SOCIAL. **Digital 2019: Global digital yearbook**. Essencial digital data for every contry in the world. Nova York, 2019.

XIMENES, Flávia; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina , v. 9, n. 1, jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

ZAMBRANO, E. **Parentalidades “impensáveis”**: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123-147, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa foi pautada no objetivo geral de identificar e compreender as motivações e as expectativas sobre a parentalidade de pessoas não heterossexuais pretendentes à adoção.

Título: Motivações e expectativas sobre a parentalidade de pessoas não heterossexuais pretendentes à adoção (provisório).

Pesquisador: Érick Roberto Freire de Araújo Silva.

Orientadora: Célia Regina Rossi.

Instituição: Unesp – Faculdade de Ciências e Letras, *campus* de Araraquara.

A eticidade desta pesquisa se baseia nos seguintes princípios: autonomia – pressupõe-se o consentimento livre e esclarecido dos/as colaboradores/as, que serão tratados/as com dignidade, respeitados/as em sua autonomia e protegidos/as em sua vulnerabilidade; beneficência e não maleficência - compromete-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; justiça e equidade – atesta-se a relevância social da pesquisa, sendo garantida a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação social e humanitária. Ressalta-se que a responsabilidade deste pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

Nesse contexto, são asseguradas: a confidencialidade e a privacidade dos colaboradores; a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos/as colaboradores/as; a liberdade do/a colaborador/a de se recusar a participar, ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização ou prejuízo; a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia; a ausência de despesas decorrentes da participação na pesquisa; a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Torna-se importante realçar que há riscos mínimos em qualquer tipo de pesquisa que envolva seres humanos. O risco é a possibilidade de danos à dimensão física, psicológica,

moral, intelectual, social, ou cultural do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente. Nesta pesquisa os riscos podem ser psicológicos, como os distúrbios emocionais, decorrentes da interação com o conteúdo da entrevista; morais e intelectuais, como a divulgação de informações sigilosas, decorrente de falhas dos protocolos de segurança; sociais, como as ações invasivas à intimidade da pessoa, decorrentes da formulação das questões. No entanto, os riscos serão minimizados ao máximo, de acordo os protocolos éticos estabelecidos. O/A colaborador/a receberá uma via deste documento.

O/A colaborador/a poderá entrar em contato para pedir esclarecimentos pelo número de telefone (16) 99788-3146 ou pelo e-mail erick.usp@gmail.com.

Assinatura do pesquisador

Eu, _____,
portador/a do RG nº. _____, considerando, que fui informado/a dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a colaborador/a

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Faculdade de Ciências e Letras do *campus* de Araraquara – Unesp, localizada na Rodovia Araraquara – Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara/SP – Telefone: (16) 3334-6263.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

Roteiro de questionário semiestruturado desenvolvido pelo autor durante fase de planejamento para coleta de dados de pesquisa de doutorado.

Esta pesquisa foi pautada no objetivo geral de identificar e compreender as motivações e as expectativas sobre a parentalidade de pessoas não heterossexuais pretendentes à adoção

Bloco I (motivação)

Questão principal:

- Como surgiu a motivação para se tornar pai/mãe?

Questão complementar:

- Como se manifestou a vontade para exercer a paternidade/maternidade?

Bloco II (expectativa)

Questão principal:

- Como está sendo para você a espera para se tornar pai/mãe?

Questão complementar:

- Como você está se sentindo enquanto espera para exercer a paternidade/maternidade?

ANEXOS

ANEXO A

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA DA
INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DO ISODO DA COMARCA DE
ESTADO DE SÃO PAULO SENHOR DOUTOR

Def.º. Comunic. nº. 30/11/2017.
 [Redacted Signature] *30/11/2017.*
 [Redacted Stamp] *30/11/2017.*
 [Redacted Stamp] *30/11/2017.*

Eu ÉRICK ROBERTO FREIRE DE ARAÚJO SILVA, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 39.079.446-6/SP, inscrito no CPF sob o nº 334.204.698-88, residente e domiciliado na Rua Newton Stilac Leal, nº 461, apartamento 53, bairro Jardim Botânico em Ribeirão Preto/SP, endereço de e-mail erick.usp@gmail.com, telefone (16) 99788-3146 venho à douta presença de Vossa Excelência apresentar o presente pedido de **autorização judicial para coleta de dados de pesquisa de campo para projeto de doutorado** nos seguintes termos:

Sou aluno regular do curso de doutorado do **Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar** (programa recomendado pela CAPES conforme Portaria Ministerial nº 656, de 22/05/2017, publicada no D.O.U. de 23/05/2017) junto à **Faculdade de Ciências e Letras (FCL)** da **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”** (Unesp), *campus* de Araraquara/SP, orientado pela Prof. Dr. Célia Regina Rossi, com o projeto de pesquisa intitulado: *“Motivações e Expectativas sobre a Parentalidade de Pessoas não Heterossexuais Pretendentes à Adoção”* (projeto resumido anexo) dentro da linha de pesquisa **Sexualidade, Cultura e Educação Sexual**, projeto este que foi aprovado em 21/11/2017 pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) sob nº 77127117.4.0000.5400 (aprovação anexa).

Almejo compreender as motivações e as expectativas sobre a homoparentalidade de pretendentes à adoção e necessito entrevistar as pessoas não heterossexuais habilitadas e cadastradas perante esta Vara da Infância e Juventude.

Enfatizo que a eticidade desta pesquisa se baseia nos seguintes princípios: **autonomia** – pressupõe-se o consentimento livre e esclarecido dos colaboradores, que serão tratados com dignidade e protegidos em sua vulnerabilidade; **beneficência e não maleficência** – compromete-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; **justiça e equidade** – atesta-se a relevância social da pesquisa, sendo

garantida a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Ressalto que a responsabilidade deste pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

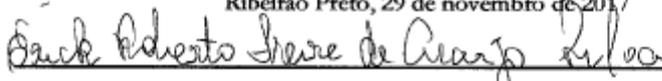
Para realizar a referida pesquisa primeiramente necessitaria que Vossa Excelência autorizasse que o Setor Técnico desta digna Vara da Infância e Juventude fornecesse: o número de casais (ou de pessoas, no caso de solteiros) habilitados no cadastro de pretendentes à adoção nesta Comarca na data da realização da consulta; desse total, o número de casais formados por pessoas do mesmo sexo/gênero (ou de pessoas não heterossexuais, no caso de solteiros); e por fim, os dados de contato dos pretendentes que se enquadram no perfil da pesquisa, ou, considerando que esses dados são sigilosos, a autorização para que o Setor Técnico dessa digna Vara estendesse o convite à estas pessoas em meu nome, para que querendo cedam seus dados e participem da pesquisa por meio de uma única entrevista realizada por mim.

Saliento ainda que nem a instituição e nem os seus funcionários serão identificados na pesquisa, sendo tratados em futuras publicações como pertencentes a uma “cidade do interior do estado de São Paulo”, e que os dados obtidos com as pessoas que aceitarem participar da pesquisa serão usados somente para fins acadêmicos, sendo que os mesmos precisarão assinar um termo de consentimento que garantirá: a confidencialidade e a privacidade dos colaboradores; a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas; a liberdade do colaborador de se recusar a participar, ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização ou prejuízo; a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia; a ausência de despesas decorrentes da participação na pesquisa; a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Assim, venho por meio deste requerimento comunicar Vossa Excelência as minhas intenções de pesquisa e solicitar sua autorização e sua colaboração através do referido consentimento.

Aguardo deferimento.

Ribeirão Preto, 29 de novembro de 2017



Erick Roberto Freire de Araújo Silva

ANEXO B - ENTREVISTAS

[ANA]

[Bloco I]

A princípio, eu gostaria de saber como surgiu essa motivação para se tornar mãe.

Bom, na verdade a minha irmã é de adoção, ela veio de um orfanato de [CIDADE]. Eu sempre falei para minha mãe que eu achava muito bonito, né, assim para nós não tem diferença nenhuma, então eu sempre falei para ela que mesmo que eu tivesse filhos meus, eu queria fazer uma doação de pelo menos um filho, com o tempo, que eu tive a minha escolha sexual, daí eu continuei com aquela vontade de ter um filho, mesmo que fosse adotivo. E aí a gente tem uma estabilidade, tudo, a gente se gosta, eu falei assim ‘vamos tentar’, e ela gostou da ideia também, e aí a gente foi fazer a adoção, mas na verdade o estímulo mesmo veio de casa.

Você pode contar um pouco mais sobre a sua relação com a sua irmã e como isso interferiu e tem te motivado?

Olha, de pequenininha, assim que ela chegou, eu já estava lá babando... – que elas chegaram à noite e a gente sempre teve uma relação bem... que tem, assim, ela sempre foi muita apegada, apegada mesmo, e como eu queria muito, que eu era filha única e eu queria muito, eu já tinha quase onze anos, tinha dez para onze, então a gente era muito grudada e eu que acabei cuidando mais, né, porque a minha mãe trabalhava e tudo, então quem levava na escola era eu, dava comida era eu, banho, médico, tudo era eu, eu senti até fiquei meio sobrecarregada na época... que a minha mãe teve um problema de saúde e tudo, então a nossa relação sempre foi muito boa e ficou mais conturbada um pouco depois que ela cresceu, ficou adolescente... e aí é mais complicado, mas em relação a amor, a atenção, a gente tem uma ótima relação.

Você falou que achou uma ação bonita da sua mãe ter adotado a sua irmã. Você pode falar um pouco sobre isso, sobre essa sensação, sobre a sua mãe, e o que isso significou para você naquele momento, e o que significa hoje?

Continuo achando muito bonito, tanto da parte da minha mãe quanto hoje, eu acho que muita gente poderia fazer isso, ia ajudar muitas crianças que estão ali nesse estado, sabe, eu acho que é um gesto de amor, que eu acredito que não tenha diferença de filhos, não tem como ter, porque às vezes você pega um sobrinho seu, você ama tanto aquele menino como se ele fosse seu filho... às vezes você não gostaria tanto daquela criança, e não tem sangue, não tem nada... o [FILHO DA AMIGA] que ela estava dando de exemplo, ele não é nada nosso de sangue, ele é filho de uma amiga nossa, sabe, a gente tem ele como se fosse nosso menino porque viu crescer dentro da barriga e tudo, então eu acredito que não é laço de sangue que une, sabe, do jeito que é, o amor que é construído, então assim, eu não sei se é isso, estou perdendo o foco, né... mas... é a relação da minha mãe com a adoção... da parte do meu pai também sempre teve muito amor também e a minha mãe também sempre fez de tudo para nós sermos iguais: comprava uma roupa para uma e comprava para outra, comprava uma bolacha e comprava para a outra, se não ia ter para as duas, então não ia ter, sabe, não comprava um só, né, então minha mãe sempre foi muito correta também nessa parte, é mesmo desde pequenininha para ela igual, era filha normal.. Então eu só tenho coisa boa dessa parte para falar. Não tem nenhuma passagem ruim... teve umas passagens ruins, mais na parte pessoal dela ficar doente – ela perdeu o neném... assim que ela descobriu que estava grávida, ela recebeu a ligação do orfanato, só que ela não sabia que ela tava grávida, minto, assim que ela foi lá buscar e veio, umas semanas depois ela descobriu que estava grávida, só que depois ela perdeu o neném, então assim, na verdade, essa passagem foi muito difícil para nós, mas foi só esse momento ruim mesmo.

Você acha que de alguma forma isso interferiu no que você sente hoje pela sua irmã, essa perda que a sua mãe teve?

A perda do aborto? Não. Não necessariamente. Não é porque ela teve um aborto realmente por problemas físicos, fisiológicos dela, ela não teve um aborto por um motivo assim... eu acho, né, então não eu acho que por ela ter sido uma boa mãe mesmo é que dá vontade de ter um filho.

Durante a história você falou que quando você fez a escolha você refletiu também sobre essa possibilidade de ser mãe e decidiu também que você faria a adoção. Nesse momento, o que mudou, e o que não mudou nessa sua vontade de ser mãe?

Não mudou nada, assim, aumentou, porque como até então era uma vontade minha, era complicado, a partir do momento que eu consegui dividir isso com [ADRIANA], aí ficou mais tranquilo, ficou mais leve, ficou mais natural, sabe, e aí a gente foi lá no Fórum para dar entrada, para ver como que funcionava, fez lá tudo certinho que eles pedem lá e o nosso arrependimento é de não ter ido quando a gente se conheceu, né, porque demorou tanto que talvez hoje a gente já estava com o nosso menino... mas porque a gente quis esperar para ter certeza do nosso relacionamento, ter certeza que estava firme, se não estava firme, ter uma estrutura também, uma casinha, um carro, alguma coisa para a criança, para depois a gente ver se dava certo, agora está demorando... (riso indicando tensão)

Então de certa forma coincidiu o momento em que você fez a escolha e o momento em que você conheceu a [ADRIANA]? Isso interferiu na forma de amarrar essa vontade, ou foram momentos diferentes?

Não, eu acho que foi tudo junto mesmo...

E sobre o relacionamento que você tem com o [FILHO DA AMIGA], o que você pode falar sobre essa... Como o contato com ele interfere nessa vontade?

Interferência na vontade de ter filho eu não sei se tem alguma não, eu acho que não tem não... porque é boa, porque a gente vê todos os prós e os contras de se ter um filho, porque... é a dificuldade dela de ir buscar e levar ele de um lado para o outro, então ainda bem que tem a [ADRIANA] para ajudar, então isso já é um problema em se ter um filho, você tem que ter um horário, você tem que ter toda uma vida moldada, né, mas mesmo assim a gente prefere ter aí a parte dele de estar aqui, e a gente ter esse contato com ele é muito gostoso, eu acho que ele até acaba suprimindo um pouco essa falta da gente não ter um filho porque a gente volta tudo para ele, para brincar com ele, para fazer as coisas é para ele, tá no mercado ‘ai, o [FILHO DA AMIGA] vai estar lá em casa, vou comprar isso que ele gosta...’, né – ele gosta de tomar um lanche na hora que ele chega –, então ele já tem... então já sempre tem que ter as coisas em casa para ele, então acaba, eu acho, que suprimindo a falta um pouco...

A princípio, na primeira parte, da sua vontade de ser mãe, essa primeira parte acabaram as perguntas. Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar sobre o que te

motivou, ou como se manifestou essa vontade de ser mãe? Tem algo que você gostaria de acrescentar?

Eu acho que não...

[Bloco II]

Agora eu gostaria de perguntar como está sendo para você – você até já relatou um pouco sobre esse assunto – mas como está sendo para você essa espera em se tornar mãe?

Frustrante né, é muito triste. Eu ponho assim porque a gente vê tanta criança nos locais da adoção, nos orfanatos esperando, a gente sabe muito bem que essa criança vai crescer e vai perder essa oportunidade, porque tem aquele que é um pouquinho maiorzinho, mas não tem tanto assim, então... Minha mãe trabalhou em um pequeno orfanato e tinha um menino lá que ele ficou maior de idade e ele teve que sair do orfanato, ele foi obrigado, sem familiar, sem estrutura e sem nada, ele teve que sair, então, assim, quantos e quantas não passam por isso, sabe? É muito triste de pensar... Então eu fico muito frustrada e isso me entristece muito: saber que a gente está aqui, a gente está buscando, e não está tendo esse retorno, sabe, não sei se a gente pode culpar a lei que é demorada, se a gente pode culpar o juiz que é sobrecarregado demais... não sei... a gente foi nas reuniões deles e eles explicaram porque é que às vezes demora um pouco, mas parece que demora demais.

Você consegue se lembrar no começo, quando vocês acabaram de entrar na fila, antes de vocês serem tomadas por essa frustração da demora, como você se sentia?

Nossa senhora! Eu fiquei ansiosa, eu já sou ansiosa então eu já ficava fazendo planos dentro de casa, onde que ia ser o quarto, ia ser a cama, aonde que eu ia colocar o guarda-roupa... eu já queria ir comprando as coisas para guardar porque vai que eles ligavam e a gente tinha que ir buscar... Porque com a minha mãe foi muito rápido, a minha mãe foi seis meses de espera, seis meses, e a minha irmã tinha um ano... Então, assim, eu fiquei nessa, nesse entusiasmo, sabe, ‘nossa, vai ser rápido, ai meu Deus, ai meu Deus, a gente precisa se organizar’, e não sei o que é foi passando ano, então a gente tava assim lá no auge... Eu sou mais assim e ela não, ela é mais segura, sabe, ela ‘depois que acontecer a gente vê’, eu não, eu fico sonhando, sonhando, sonhando, aí não acontece e eu fico toda frustrada, toda triste.

Então naquele momento lá eu tava muito ansiosa, muito feliz, já tava me realizando ali sem nem ter acontecido (riso que indica tensão) Hoje eu estou lá em baixo, quase desistindo...

Você pensa nisso?

Eu não, ela pensa. Ela já me falou que se não saísse no começo do ano, a gente ia para cancelar, e eu: ‘espera mais, vamos esperar mais... (riso tenso) Mas acho que vai passando e a gente pensa: há tantos anos atrás eu estava com uma disposição, hoje eu já não estou com toda aquela disposição, então se a criança vem com tal idade daqui tanto tempo, como a gente vai fazer, né, a gente ficou pensando nisso, mas estamos esperando, estamos esperando...

E você imagina como você acha que vai ser quando a criança chegar?

(A entrevistada faz uma pausa razoável para responder)

Nossa, vai ser tão bonitinho, né? Ai, quando chegar, se eu for pensar nos prós e nos contras, porque eu penso mais nos prós, quem pensa mais nos contras é ela, mas vai ser muito bom, eu acho que vai trazer a vida para dentro de casa, vai trazer vida para ela – porque ela perdeu os pais agora, então ela também sente muito, então para ela eu sei que vai ser um novo recomeço sabe, assim, maravilhoso, e para mim vai ser uma realização.

Você consegue imaginar como vai ser, além dessa sensação de realização?

Imaginar? Você fala de ver ele correndo aqui, ele brincando, eu levando na escola, essas coisas? Consigo. Já pensei que vou ter que mudar um monte de coisa em casa. Já pensei na escola, já penso na minha mãe, que vai querer ficar mais tempo com ele e que vou ter que brigar e competir com ela para ficar com ele em casa, né... essas coisas a gente imagina, a gente vê, eu vejo as coisas na loja e às vezes eu quero comprar, sabe, e a imaginação vai embora, vai longe....

Sobre a sua expectativa, sobre o que você está sentindo, e sobre o que você espera você tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Sobre o que eu espero? Eu esperava que fosse mais rápido. Eu espero que dê certo, eu espero que a gente possa ter ele logo aqui, mudar um pouco a vida e a rotina, e eu acredito que vai ser uma realização mesmo, uma coisa muito boa para todo mundo – para ele, que vai ter uma família, e para nós, que vamos ter ele dentro de casa, e eu acho que é só isso.

Posso encerrar?

Pode.

[ADRIANA]

[Bloco I]

A princípio, eu gostaria de saber como surgiu a motivação para se tornar mãe.

Olha... eu, na verdade, assim, eu trabalhei... vim para cá para [CIDADE] muitos anos, então a minha preocupação maior no começo era mais, assim, ficar... se preocupar em ter uma casa, em ter, né? Aí, com o passar do tempo você vê que aquilo lá vai ficando meio vazio, aí eu vi minhas amigas lá com os filhos e tal e aí começou a dar essa coisa de ser mãe, mas eu nunca fui a fundo, né? Eu falava ‘ah não...’ E vou deixando... vai passando, vai passando... Aí quando eu conheci a [ANA] eu comecei a já mais pensar, a gente começou a pensar da mesma forma, aí eu resolvi mesmo ‘Não, é isso que eu quero mesmo’, e eu sempre gostei de criança, sempre me dei bem com criança, então tudo... eu que criei meus irmãos, né, desde pequenos eu sempre criei eles, então eu falei ‘agora eu acho que é a minha vez de ser mãe...’ Aí pela minha idade não daria mais para ser mãe, no caso que eu já passei as fases lá da idade... Aí o fato de ser adoção para mim era o mais, era o melhor, no caso, né?

Entendi... você falou no começo que você nunca foi a fundo. Você pode falar um pouco mais sobre isso?

Porque como eu criei meus irmãos, então nunca me passou na cabeça na época... eu já fui mãe uma vez de pequenos, mas a partir do momento que eu vim para cá e fiquei sozinha, aí você já começa a falar ‘poxa, uma ...’ Eu sou sozinha aqui em [CIDADE], né, por parte de família, então filho seria o momento certo de ter nesse (inaudível) porque, como eu vim para cá primeiro para poder batalhar a vida, eu falei ‘agora’ – como eu já tinha dado uma estabilizada –, eu falei ‘agora já é o momento’, né, então tipo assim, eu dei só uma parada mesmo, mas eu sempre tive essa vontade de ser mãe, mas nunca assim... Porque não adiantava nada eu ter um filho e não dar um lugar bom para ele, aí eu consegui e agora é o momento.

Entendi. Você falou que sempre teve vontade, né?

Sim.

E você consegue lembrar em que momento isso apareceu na sua cabeça pela primeira vez?

Eu acho que foi logo quando eu saí de casa, porque eu sou muito apegada com a minha família, né, então eu senti essa necessidade sabe, eu senti falta, vazio, né? Aí eu falei ‘agora eu acho que é o momento de ser mãe’, por enquanto quando eu estava para lá e para cá não dava... Então esse foi o momento, o coração sempre falou de ser mãe mas, assim, eu acho que pelo fato da minha opção sexual eu não tinha pensado na possibilidade de uma adoção na época, então foi passando o tempo, passando o tempo, então (riso), aí chegou nesse e eu falei ‘agora é o momento, né, que eu estou estabilizada, tenho uma casa, então agora vamos ver o que é que dá para fazer...’ (riso)

Você pode não precisa responder qualquer pergunta se você achar que estou sendo muito invasivo...

(A entrevistada concorda)

Você falou em vários momentos de preencher um vazio – que você sempre teve essa vontade, sentia esse vazio e estava aguardando o momento certo para você estar estabilizada para conseguir dar boas condições para essa criança. Você consegue falar um pouco mais sobre esse vazio que você sentia? Como isso começou...?

É como eu falei, eu vi as minhas amigas também todas elas casando e seguindo a vida e, sabe quando você vai falando ‘ai, eu tô ficando para trás, vou ficar velha, né...’ E como eu sou muito família, eu sou muito de apego, eu falei ‘não, tem que ser... tem que ter...’ – já que pela idade já tinha passado o tempo – ‘deve ter...’ Aí um dia, quando eu conheci a [ANA], eu falei ‘não – ela tem uma irmã também adotiva, né – a gente pode ver certinho isso aí (inaudível)’ Eu sempre quis né, mas aí foi um reforço a mais quando eu conheci a [ANA]. Porque até então eu não... Sabe quando você para no tempo, você pensa, mas você para, aí quando você encontra uma pessoa aí fala ‘não, é isso e vamos pelo mesmo caminho’, entendeu? (riso)

[Bloco II]

Entendi. E como você se sente enquanto espera para se tornar mãe?

Olha, na verdade eu fiquei muito decepcionada pela demora – já faz quase sete anos que a gente está na fila e eu mesmo, que nem eu te falei, eu estou numa idade que eu, vamos por, assim, se for 7 anos, vamos pôr há um ano, dois anos, se você já está com a criança, então você consegue acompanhar e tal, aí você vai ficando mais velha e você já vai ficando mais perdendo o pique, aquele fôlego, então eu estou muito meio decepcionada dessa parte da demora, sabe? Aí eu acho que não sei se pela opção que a gente tem, você também, atrasam um pouco... isso retarda um pouco a... porque é que nem a gente estava conversando: criança tem muito para ser adotada, e elas também vão crescendo, vão passando... para chegar... lá é parado, não consegue desenvolver isso e a criança fica lá e daqui a pouco sai com 18 anos de lá porque ninguém adotou, e tem muita gente na fila de espera também por aí...

Você acha que pode ter alguma relação?

Ah, eu acho que sim, eu acredito que sim, eles não podem falar diretamente, mas eu acredito que eles dão uma pensada aí, não sei...

Entendi. E como você acha... Quais são as expectativas quando a criança chegar?

Não sei se porque a gente está muito afoita... Eu acho que vai ser muito bom porque é o momento certo, porque com a gente tá mais tranquila, cada uma já tem seu emprego certo, tá numa casa, tem um carro, tudo estabilizado, então eu acho que vai ser... agora a gente vai ter tempo para ele, porque se, vamos supor, tivesse vindo em um tempo que eu não tivesse na época, que eu falei para você aqui no começo, às vezes ficava aquela correria e você acaba se perdendo e não dava a atenção que precisava para a criança, mas agora, como a gente já está estabilizada, eu penso que vai ser só viver para ele mesmo, para a criança.

Você consegue imaginar alguma coisa, como que vai ser?

Eu sou muito brincalhona. Eu acho que nessa parte de brincar – a [ANA] é mais firme né, e eu já sou mais a parte de brincar, de zoar com a criança, tanto é que eu tenho um sobrinho que a gente fala que eu cuido desde a barriga da mãe dele, então ele vem para cá, ele chama de tia eu, ela, a gente é muito apegado, ele vem direto, não quer nem ficar com a mãe dele, então eu acredito que vai ser da mesma forma, com certeza.

Esse relacionamento que você tem com seu sobrinho, você vê muita coisa que você espera que aconteça com seu filho?

Sim. Na parte da educação, sabe? De ensinar ele as coisas certas, porque hoje em dia o mundo... para dar educação para os filhos é muito difícil, então você tem que ter um pulso firme, você tem que ter... bem, seguir uma meta e passar para ele... assim, que eu aprendi as coisas boas, passar para ele também.

Você consegue contar um pouco mais sobre a sua experiência, a sua relação com seu sobrinho?

Olha, eu levo para escola, que nem, a mãe dele trabalha e não dá o horário de ir buscar, né, então eu fico com a moto, eu fico com ele, vou levo para escolinha e, assim, ele vem para casa, que fica assim como se fosse na casa dele, eu acho que até fica mais à vontade do que quando está na casa dele, então eu tento agradecer ele da melhor maneira possível – fico com ele brincando no sofá, ou às vezes a gente zoa e ficar fazendo brincadeira, então sabe, essa parte eu acho que eu sou muito careta, eu sou assim, eu tenho pique para brincar, de zoar com ele, mas a parte mais severa, a de educar já é a [ANA] que é mais firme... eu tenho o coração muito molse ele falar ‘ah tia [ADRIANA], deixa...?’ Eu falo não uma vez, e ele fala ‘ah tia [ADRIANA]...’, aí o meu coração já começa a amolecer, então aí eu já faço, então... mas dando já uma dura, mas fazendo a vontade dele, né?

Então você está contando que vocês vão se complementar nessa parte...

Isso. Porque ela já é mais dura, se uma coisa, assim, ah não, não é não. Ele pede para ela, se ela falar não, ele fica quietinho, mas comigo ele já sabe que ele consegue arrancar porque ele sabe me dobrar, eu não consigo falar ‘não’, não sei se é certo, mas é o meu jeito de brincar...

E com relação à motivação, à vontade de ser mãe, tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Não, não, é isso.

E com relação a como você se sente e ao que você espera, tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Não... É o que eu te falei, eu estou muito decepcionada, né, porque era para ter... já sete anos já está... E assim... a gente vai lá e fala ‘ah, mas você está no número tal’, porque quando a gente entrou na fila, a gente estava no número 120, alguma coisa assim, aí a gente lá... aí a gente ia lá cada 6 meses, eles falavam – a última vez que a gente foi lá a gente tava no 26 –, então a gente fez uma média, então uma criança por mês, então são 12 crianças no ano que está saindo adoção. Então... porque eu vou estar com 50 anos e não saiu essa adoção ainda, então é nessa parte que eu estou muito desmotivada, muito decepcionada com eles, porque eles falam tanto na televisão de adoção, que as crianças precisam, e eles têm essas falhas de demorar tanto o processo... E a gente participou de tudo, está tudo certo, na risca, mas está lá, fica lá, no fundo esse caso está parado lá esse tempo todo... Tenho certeza que muitas mães e muitos... muitas pessoas que querem ser mãe mesmo está na mesma situação, porque começa a ficar muito desgastante, né, porque você fica esperando, esperando, e aí chega uma hora que você perde... não é que você perde a graça, mas você fica desacreditada, você acha que não vai acontecer (riso demonstrando tensão).

Ok muito obrigado.

(Encerra-se a entrevista)

[CARLOS]

[Bloco I]

A princípio, eu gostaria de saber como que surgiu a motivação para se tornar pai.

É... Eu fui casado durante quatro anos com o [EX COMPANHEIRO], que foi... o meu companheiro que, que me encorajou a, inclusive, me encorajou a sair do armário né? (fala rápida)... me encorajou a me reconhecer como... quebrar barreiras socialmente estabelecidas (fala rápida) internamente né, e me reconhecer entre família familiares e amigos e tal como *gay*, e a gente assume a relação, então realmente até porque eu estava disposto... estive disposto até o final do nosso relacionamento que se encerrou em setembro (inaudível) em agosto a desenvolver um relacionamento pleno em todos os sentidos, então diante disso a gente, nós conversávamos sobre muitos assuntos, e certa vez ele falava – ele falava bastante sobre o desejo dele de ser pai né, de adotar, mesmo ele sendo *gay* e ele já havia tido... já havia sido casado com uma mulher e ele tinha essas planos com ela, mas acabou achando melhor se separar dela e... esse relacionamento me trouxe esse sonho... até então eu não tinha muito pensado nesse assunto, até o início do nosso relacionamento, até o momento que ele começou a trazer para as nossas conversas a dois esse... esse tipo de tema, mas... eu me interessei pelo assunto (inaudível)... eu acho que eu, eu num primeiro contato eu fiquei muito pensativo, eu pensava será que eu dou conta? Será que seria legal, né... quando a gente iniciou o relacionamento eu não tinha... eu morava sozinho e não tinha... preferia não ter nada – não ter nenhuma planta, nenhum cachorro, muito menos um... eu não imaginava ter uma criança, né? Daí quando eu iniciei o relacionamento com ele, ele me mostrou que eu podia encontrar belezas na vida tendo um cachorrinho, ou tendo um gatinho que é o que realmente aconteceu, e logo que chegaram o cachorrinho e o gatinho em casa foi paixão à primeira vista; e até plantinha também, tipo assim, era um comprometimento que eu tinha, que eu antes achava que eu não fosse dar conta que (inaudível) as minhas correrias, ou familiares ou de trabalho – eu tenho um engajamento, um espaço religioso bastante grande em movimentos sociais e dentro da igreja, e eu pensava: ‘não, eu vou viajar e vou deixar planta sem aguar, ou vou deixar os cachorros e o gato sem comer... na verdade eram os gatos e o cachorros... porque eram dois gatos e um cachorro né, mas a convivência com ele me mostrou que, não apenas eu daria conta mesmo que a gente tivesse que compartilhar as tarefas e... levar para minha mãe cuidar, ou combinar com ela dela levar comidinha e tal, mas eu percebi que eu daria conta disso né, e que mais do que isso... e que isso seria saboroso na minha vida, né? eu

gostei da experiência e tal... na verdade, bem – depois eu falo dos comentários aleatórios né... mas aí ele, depois de um tempo, (inaudível) essa proposta para nossa relação e aí eu fiquei meio... num primeiro o momento eu acho que eu fiquei... recusei a pensar sobre o assunto... eu relutei, um pouco, digamos assim... talvez eu até tivesse resgatando aquela minha posição anterior de não querer me comprometer muito né, ainda mais com uma coisa tão séria... mais séria ainda – não que não seja sério cuidar de uma planta, ou cuidar de um gato e de um cachorro, mas eu imagino que a complexidade e o grau de comprometimento exigido por uma criança seja muito maior né, e por isso eu relutei inicialmente... mas aí a gente conversou e fomos então visitar uma ONG que fica na [BAIRRO] é... sobre... uma ONG que... voltada para adoções, voltada à formação de casais interessados em adoção, chama [ONG]... acho que a ONG até já mudou de nome, mas ainda existe, até porque eles me mandam *WhatsApp* periodicamente para que eu vá lá visitá-los... na verdade eu que certa vez passei pela rua e vi aquele cartaz ali "ah você quer adotar venha nos visitar" e tal, aí eu resgatei isso na memória e comentei com ele, visitei na *internet*, e fomos então visitar a ONG... e foi super interessante... a gente se inscreveu no curso...porque é um curso de preparação para casais interessados, casais ou pessoas que querem adotar mesmo sendo solteiras, ou mesmo sendo casais homossexuais e não se veda nada lá e eu achei... eu gostei muito da experiência porque foi um curso que abriu a minha mente, me ajudou a quebrar ainda mais as barreiras internas que eu tinha e vi que eu daria conta desse desafio...

Agora, por que que eu relutava? Talvez num primeiro momento, eu imaginava, não sei se eu vou ser um bom pai né, eu não sei se eu vou conseguir, é isso que a gente falou – que eu falei há pouco – se eu vou dar conta de cumprir a contento a missão de ser pai... nem eu sei fazer comida, nem passar roupa, eu vou conseguir cuidar de uma criança que tem tantas necessidades, né? Mas eu percebi que não, porque o principal seria o amor e o carinho que ela precisaria. E as outras coisas, a gente vai... são coisas materiais que devem ser resolvidas como, por exemplo, fazer a comida, mas seria um problema menor, o problema principal seria a minha disposição de estar com ela, em acolhê-la na minha vida, em construir uma vida junto, eu me apaixonei pela ideia! Depois o nosso relacionamento desgastou um pouco e tal e foi iniciativa dele, não foi minha, ele achou melhor, acho por bem separar – eu não quis dar gato, nem o cachorro para ele né porque, afinal de contas, ele foi embora de casa e também não abri mão do projeto de ter filho, ele saiu, é claro a gente não está mais junto, agora se ele quiser ter um filho, que ele tenha sozinho, ou com outro companheiro, mas o meu projeto de ter filho continuou sendo meu, até agradeço por ele ter colocado essa

sementinha em mim ,esse desejo de ser pai, de me ajudar a descobrir que eu seria capaz de assumir esse desafio e foi isso, então é isso.

Você comentou sobre essa experiência que você teve nessa ONG. Você pode me falar um pouco mais como foi essa experiência, como ela foi representativa?

Assim, foi uma experiência formativa para mim, de saber como que é, não só para saber o trâmite da adoção, falar sobre as filas longas, ou trocar informações, fazer pergunta, mas trocar experiências com pessoas que estavam na fila, e também com pessoas que já haviam... tinham sido agraciadas pela adoção, estavam em processo de busca de informação, isso foi bem interessante. Num primeiro momento, eu fiquei um pouco acanhado pelo fato de eu ser *gay*, de nós sermos *gay*, e estarmos no meio de casais heterossexuais, somente casais heterossexuais e algumas mães que também queriam ser... que queriam também adotar e não eram casadas, mas queriam adotar sozinhas, mas nós fomos muito bem acolhidos por todos e éramos meio que um modelo diferente assim de... não sei... o gostoso é que a gente pôde trocar muitas informações sem nenhum tipo de discriminação, sem nenhum tipo de obstáculo... E foi muito gostoso essa convivência, inclusive depois a gente fez até uma festa na minha casa, de confraternização de encerramento da formação... e foi um período que eu pude conhecer pessoas que comungavam do mesmo projeto que eu, e me deu força não apenas para ter informações objetivas de como que é se candidatar a ser pai, a participar de um projeto de adoção, como também a segurar a ansiedade, a como planejar depois... e também me ajudou a aprender, embora eu acredite que esse aprendizado seja no dia a dia, quando eu tiver a criança, mas me ajudou a meio que antever como é que será quando eu tiver a criança comigo... É isso... foi uma experiência realmente muito válida.

O que você sentiu quando você foi acolhido por essas pessoas?

Eu me sentir igual a elas porque, pelo fato da gente... de nós sermos *gays*, a gente achou que fosse ser recebido com muita estranheza correndo o risco de se isolar no grupo, mas foi uma relação harmoniosa, natural, não sei se porque aquelas pessoas específicas tinham um posicionamento e fossem muito abertas para outros modelos de parentalidade, mas foi como eu disse antes: pelo menos me deu mais coragem de enfrentar esse desafio que era de passar pelo processo de adoção, o fato de ter encontrado pessoas que me deram informações objetivas de como esse processo é, que me mostraram que não é pelo fato de eu

ser *gay*... não quer dizer que eu vou ser mais, ou menos pai, ou pai de menor qualidade... talvez requeira, da nossa parte, alguns cuidados, principalmente na conversa com a criança, por exemplo, na hora da criança ir na escola, na reunião de pais, por exemplo: ‘ah, mas cadê sua mãe?’, ‘nossa, você tem dois pais eu só tenho um pai’, ‘cadê sua mãe’... São desafios que depois devem ser enfrentados junto com a criança, no dia a dia, têm que ser encarados, com certeza, até porque eles surgirão, até porque a realidade da sociedade ainda é uma sociedade em que a gente tem bastante discriminação, bastante preconceito né... Mas eu conversando ali com a psicóloga, a terapeuta, a assistente social, e com o resto da galera, eu senti que isso não seria um bicho de sete cabeças, né, a gente precisa realmente se envolver, não adianta achar que a criança vai resolver sozinha os problemas e que não vai sofrer *bullying* na escola porque o pai é *gay*, mas é um assunto que tem que ser encarado... mas para mim ficou bem claro de que seria possível não só encará-lo, como superá-lo.

(Pausa/o entrevistado atende o telefone)

No começo da sua fala, você falou que o seu marido trouxe isso para você, essa questão para o relacionamento, e você começou a pensar nisso para viver um relacionamento de uma forma plena. Você pode falar um pouco mais sobre isso?

Sim, talvez porque, embora eu tenha tido relacionamentos com mulheres, eu já tive planos de construir uma família normalzinha papai, mamãe, filhinho, e aí eu sinto que eu tinha, nessa fase, um desejo de ser um pai normal né – é imbecil dizer isso, ‘um pai normal’, achando que uma pai *gay* não seja normal mas, internamente, talvez eu tivesse isso, embora eu já soubesse no fundo de que eu era *gay* mesmo quando eu namorava meninas, não era *gay*, mas eu tinha atração por homem, mas eu tinha o desejo de construir uma família e talvez até por isso que eu tivesse me esforçado e, às vezes, até planejado me casar com algumas delas então, de uma certa maneira, eu tinha dentro de mim o desejo de construir uma família nuclear tida como ‘normal, e depois disso, quando começou ficar mais claro ainda de que eu sou *gay*, eu meio que abortei essa ideia de ter filhos: ‘quem sabe se eu der muita sorte, ainda vou arrumar um marido, mas não exatamente ter filho, constituir uma família nuclear fora dos padrões, talvez até porque seria muito desafiador, seria um peso a mais’.

Agora, quando eu me encontrei com ele e ele trouxe esse desejo dele e ele me instigou a abraçar esse desejo dele, é como se eu retomasse aquele meu sonho antigo que, embora tivesse um outro modelo, ele ganhou uma nova roupagem aí dentro do relacionamento com o

[EX COMPANHEIRO], e aí eu pude perceber que mesmo sendo *gay* eu podia construir uma família ideal – que, para mim seria ideal –, o meu companheiro e também um filho... Mas qual a importância de ter um filho? Seria fundamental? Não que seria fundamental... até talvez por isso que durante uma fase eu tenha desistido dessa ideia, mas para mim seria algo a mais, me traria muito mais felicidade, me complementaria muito mais se eu tivesse um filho, tivesse alguém com quem me preocupar, alguém com quem eu possa construir uma história junto, manter uma relação de pai e filho... poder, na minha velhice, se lembrar de mim... coisas que me trazem muita alegria que me fazem, hoje, me manter com esse propósito de me manter na fila da adoção, mesmo tendo passado pelo baque da separação... de eu ter me separado... não significou... e para mim eu acho que foi uma evolução, não foi o fim desse meu sonho, até porque talvez o meu companheiro – eu posso ter outros companheiros, mas o meu sonho de ter o meu filho, ele continua intacto e querendo... e tendo esse mesmo plano de ter uma criança comigo e de acompanhar, de contribuir com o desenvolvimento dela, de crescer junto com ela e de ver que eu posso contribuir com alguém no seu crescimento... Aí talvez eu posso até dizer que é legal adotar porque eu vou resgatar uma criança que está na penúria, que está triste... eu não penso exatamente assim, eu vejo também assim, mas eu sinto que também o ato de adotar é importante para mim, não apenas para tirar a criança do orfanato... não é uma ação social, faz parte de um plano de construir uma família e eu acho que um plano muito gratificante, embora, talvez, eu acolha uma criança não tão nova porque lá na ficha de adoção a gente colocou a idade entre quatro e cinco anos de idade, não é um recém-nascido, mas eu sinto que é mesmo com essa idade que eu posso contribuir muito e viver coisas maravilhosos com essa criança, e contribuir sobremaneira no desenvolvimento dela... inicialmente... como era sua pergunta? Sobre plenitude... Sobre plenitude, né, eu falei até com a psicóloga que eu gostaria muito de comprar um globo terrestre para criança e fazer uma coisa que eu não consegui ser quando eu era criança – que era ter um globo terrestre... – e a gente chega, assim, e fica olhando os países e vendo, e dizendo: ‘olha, aqui do lado fica o Brasil, aqui fica tal lugar, aqui a tal lugar... Aí a psicóloga falou assim: ‘segura suas pretensões porque, às vezes, a criança não vai querer ter um globo terrestre, às vezes a criança vai querer ter outra coisa...’, mas eu fico muito feliz de poder tecer esse sonho, em poder um dia me deparar com essa necessidade d’filho, o que você precisa, o que você quer, o que você curte?’ Às vezes até pode citar o globo terrestre (riso), mas talvez o globo terrestre atenda mais um desejo do pai do que da criança... (riso), e é isso.

Você citou, em um determinado momento, sobre engajamento religioso e as viagens que você faz com relação ao... impedimento de você poder se tornar pai. Você podia falar sobre isso?

É... seria... como eu tenho uma vida corrida – na semana passada estava em [CIDADE], na semana que vem talvez eu vá para o [ESTADO]..., talvez – por conta do meu trabalho às vezes eu preciso viajar, né, mas não sei, talvez quando a criança chegar seja um outro trabalho, eu esteja em uma outra configuração laboral aí, sei lá, eu teria minha própria empresa, eu teria uma *home office*, eu estou disposto a me reorganizar quando a criança chegar e poder, porque é óbvio, eu não vou poder me anular, mas eu preciso me reorganizar para poder acolher ela da melhor maneira né, acolhê-la com plenitude mesmo... Agora, as atividades da igreja, realmente ela, assim, hoje bem menos... no passado era muito mais... eu trabalho com juventude com a [LOCAL DE TRABALHO] e aí isso sempre requer atividade, reunião, eventos, mas também me possibilita inclusive entender melhor essa faixa etária, saber lidar melhor com o outro, eu acho que mais ajuda do que atrapalha e essa fase de bastante afazeres por eu estar numa coordenação também é momentânea, talvez quando a criança chegar eu possa ‘agora eu não posso, mais para frente eu volto assessorar vocês’, porque eu sou um velhinho assessorando os jovem, mas talvez eu possa, no futuro, (inaudível) já de bengala, continuar assessorando jovens, não tem importância... Mas agora a questão do trabalho, realmente eu vou precisar me reorganizar mais ainda, porque trabalho é trabalho, a gente precisa... talvez contar com ajuda de familiares em alguns momentos, não sei, sinceramente eu não imagino como será, ou quem sabe até lá eu esteja casado de novo, com um novo companheiro só que é claro, eu também tenho que abraçar esse projeto, e com isso a criança na vida dele e se isso acontecer, na verdade isso passa a ser inclusive uma condicionante – vou fazer... vou abrir um processo de licitação, né, (riso), para arrumar um novo companheiro que acolha esse tipo de ideal... de repente dentro dessa nova configuração eu consiga ter mais tranquilidade né, ter a criança e ter com quem deixar, não me preocupar na hora de viajar, e quem sabe eu nem precise mais viajar no futuro tanto, apenas viajar para ir para praia com própria a criança, embora eu goste de viajar, bastante...

Em um momento você falou que a sua mãe poderia... Seria uma possibilidade ela te ajudar com relação à criação da criança. De alguma forma ela contribuiu para essa construção de como você quer ser pai, o que é a parentalidade?

Na verdade não, ela nunca influenciou. Depois que eu, que nós dissemos, [EX COMPANHEIRO] e eu, dissemos para ela, para os meus pais, que a gente estava a fim de entrar na fila da adoção, ela quase que soltou rojões né, porque nenhum dos outros filhos dela – que eu tenho mais cinco irmãos até hoje –, ninguém deu um neto para ela e, de repente o primeiro neto é do filho *gay*, sem reprodução (expressão incerta/pouco audível), mas eu tenho já um irmão que ela adotou e, para ela, seria uma grande satisfação... e ela pergunta: ‘mas quando você vai buscar a criança?’ Como se a criança fosse buscada no supermercado, né? (riso)... ‘não mãe, tenha paciência, a gente ainda está no processo de adoção’... Mas ela, os meus pais acolheram o projeto com muita felicidade e, com certeza, vão ser grandes apoiadores quando a criança chegar e, assim... a minha mãe se certificou, quando eu me separei do [EX COMPANHEIRO], de qu’ah, você continua com o seu projeto com seu filhinho, né?’ Aí eu falei: ‘continuo mãe, continuo com o projeto’... Não é a separação a dor da separação que vai me fazer deixar de manter esses planos que são tão valiosos para mim, até porque não é alguma coisa, não é um plano que você hoje tem e amanhã você tira... quando eu abracei esse projeto era realmente uma coisa sincera, de alma mesmo, não era um plano que estava condicionado a ter um companheiro.

Você disse também em algum momento (Pausa/o entrevistado atende o telefone)

(Retomada da pergunta) Você disse que em relacionamentos anteriores, quando você namorava com mulheres você já pensava, de alguma forma, em construir essa família. Como era essa construção, como era essa motivação para ser pai e como ela foi evoluindo? Como surgiu naquele momento?

Porque no fundo no fundo eu não ia com tanta (inaudível), com tanta alegria, assim, de uma maneira tão esfuziante assim me casar com uma mulher, talvez por isso não tivesse tanta força para mim, seria apenas algo natural: ‘ah, eu vou casar um dia, eu vou ter filhos, como algo natural... e aí esses filhos vão me dar netos, e a gente sempre vai ter domingo com casa numerosa, criança para todo lado’, alguma coisa assim, mas hoje eu penso que eu não vislumbrava isso com tanta... tanto ânimo né, não sei se é exatamente por conta de eu ser *gay* e talvez eu estar um tanto quanto... isso não era muito claro para mim na época... Mas de eu não estar tão satisfeito assim com os relacionamentos... por exemplo: uma vez uma namorada minha suspeitou que ela estava grávida e, assim, foram três dias de suspeita, e eu fiquei super feliz – era no meio do carnaval e aí eu fiquei internamente super feliz –, aí: ‘então, se ela

estiver grávida a gente dá um jeito de se organizar, de casar logo’, ela morava em [CIDADE], ‘ela agora vai para [CIDADE]’, e morar junto, quer dizer, eu reorganizei a minha vida em função da possibilidade dela estar grávida e eu reconheço que eu fiquei muito feliz com aquele risco, com aquela possibilidade de realmente ela estar grávida, mas aí depois eu fiquei decepcionado porque não se confirmou... Mas eu acho que foi o momento mais palpável que eu tenho na minha vida antes do [EX COMPANHEIRO] de ter pensado, realmente de ter pensado mais detalhadamente como seria a experiência de ser pai. Depois eu tive, inclusive, namorados homens, também com um deles eu tive esse tipo de pensamento, de plano... e é algo que apenas foi retomado realmente quando eu conheci o [EX COMPANHEIRO]. Então antes era, para mim... eu encarava apenas como algo natural de um relacionamento com uma mulher e de um casamento né, mas que eu nunca pensei com profundidade, é como se fosse algo bem distant ‘ah, um dia quem sabe se eu casar naturalmente vai ter filhos...’ Eu, por exemplo, nunca tinha aventado a possibilidade de adotar antes de ter conversado com o [EX COMPANHEIRO] sobre o assunto, de ter entrado no curso do... não lembro aonde... lá da [BAIRRO]...

Você falou também que conversa com o psicólogo sobre as questões da parentalidade. Como isso contribuiu para construir este conceito?

Esse psicólogo foi um psicólogo do Fórum, né...

Não era nenhuma terapia...?

Não. Foi o psicólogo do Fórum, né, que te pergunta, até porque ele tem que dar o parecer dele para o juiz para que o juiz aprove – na verdade, aconteceu uma situação, né: o [EX COMPANHEIRO], um ano antes da separação, o [EX COMPANHEIRO] foi para [PAÍS] a trabalho e tal e ele antes de ir, ele fez uma coisa que eu não gostei... ele foi ao Fórum e tirou o nome dele do processo. Para mim, já era o indício de que ele não estava muito a fim da nossa relação, né, porque, a princípio, ele voltaria... Por que ele colocaria um ponto final da presença dele em um projeto que a gente tinha em comum? Só que quando ele tirou o nome dele do processo, o juiz entendeu que não havia uma estabilidade na relação do casal, e aí o juiz arquivou o processo de adoção, mas aí deu um problema no trabalho dele ele voltou para o Brasil e quis retomar o desejo dele de fazer parte do processo de adoção, né, só que aí estava arquivado e a gente teve que fazer todo processo de entrevista de novo para que

a gente voltasse para fila da adoção. A psicóloga disse – psicóloga? (o entrevistado mesmo se pergunta) É..., porque nós tivemos entrevista com psicóloga e com assistente social, então a assistente social teve que nos visitar e teve todo esse trâmite de novo, e ela que indagava, fustigava a gente dessas situações, tanto na nossa entrevista individual quanto na nossa entrevista, com o casal, exatamente para saber as motivações, nossos planos e, enfim, tudo relacionado, até para que ela pudesse depois fazer o parecer para o juiz e é com ela que eu falava tudo.

Você falou que você tem um irmão adotivo... E como isso contribuiu, de alguma forma, na sua infância, na sua Juventude?

Então, esse irmão adotivo chegou em casa, ele já tinha 13 anos, e eu já tenho quase 30, então não fez muita diferença né... Faz 10 anos, então eu tinha 30 anos, que hoje eu tenho 41, eu tinha 30 anos quando ele chegou em casa. Ele é parente do marido da minha irmã, parente distante, e ele tinha sido abandonado pela família: a mãe dele morreu e o pai dele colocou os três filhos com uma tia doente que já não dava conta mais de cuidar das três crianças... não, na verdade, adolescentes, quase jovens... 13 anos... ele era o mais novo, os outros eram mais velhos, e aí a minha irmã chegou na minha mãe e perguntou, contou a história e a minha mãe adorou a ideia e já trouxe, mas... é porque eu estava fazendo um curso em [CIDADE], aí eu cheguei e ela falou assim – ela me chama de [APELIDO], né – ‘[APELIDO], eu tenho uma coisa para te falar, vai lá na sua cama...’ Aí ele estava deitado na minha cama... ‘o que você acha?’ Contou a história: ‘[APELIDO], eu só estou esperando você para dar opinião para a gente confirmar se vai ficar com ele...’ eu falei: ‘Mãe, por mim, tranquilo, já pode ficar dormindo na cama né... (riso) E na minha opinião, hoje ele é o mais próximo da minha mãe, o que se mais preocupa com ela.

É o último trecho dessa primeira parte da entrevista... Você falou, em algum momento, que você tinha barreiras internas que impossibilitavam você de vislumbrar novamente a vontade de ser pai – não sei se você se lembra em qual contexto você falou, mas se você quiser falar um pouco sobre isso, ou já contemplou o que você tinha para falar sobre isso...

Eu acho que o fato de para mim o fato de ser gay... quando eu revelei para todo mundo que eu era gay, para mim foi uma maravilha, eu adorei e tal... eu tirei um peso dos

ombros, mas é como se isso fosse uma problemática, porque aquele projeto de família, de ter papai mamãe e filhinho já não seria mais possível, né... E existem outras barreiras internas também, do tipo, de eu me sentir capaz de cuidar de alguém, de cuidar de uma criança, até por ser uma responsabilidade bastante grande e, por conta das minhas correrias profissionais e outras coisas que eu pego para fazer, então para mim isso tudo se tornava, de certa forma, uma barreira né, até porque como eu tenho essa característica de ficar juntando coisas para fazer, né... Tem uma criança e eu preciso organizar a minha vida muito em torno da criança – ainda eu acho que não é motivo de você se anular por completo, mas é alguém que depende de você, então você realmente precisa dar o máximo para ela... E será que eu estaria disposto a, de repente, abrir mão do barzinho com os meus amigos em qualquer dia, em qualquer horário da semana sem me preocupar? – Eu quase nunca saio (riso...), mas eu gosto dessa coisa de liberdade, de poder fazer qualquer coisa a qualquer horário né, já com a criança a gente tem que repensar muito, a gente tem que se reorganizar e conter alguns desejos pessoais, por exemplo: eu estou ficando com um carinha, então não vai... é estranho ficar recebendo o carinha em casa, assim como poderia ser uma menina e tal, né, então aí eu pensava: ‘será que vale a pena?’ Mas para mim isso ficou muito mais cristalizado, primeiro porque o que me deixou... claro era... de que eu estava com [EX COMPANHEIRO], então eu não precisava mais ter, eu tinha um companheiro que iria me ajudar a superar essas dificuldades que certamente eu teria... Mas eu acolhi o projeto, de acordar esse sonho, esse sonho se tornou material e quando eu me separei dele, aí eu pensei, até eu parei para pensar: ‘será que continuo, ou não?’ Eu... meio que as barreiras internas de antes de conhecer o [EX COMPANHEIRO] voltaram... Talvez... ‘mas, espera aí, como voltar?’ Quando eu aceitei esse desafio, não era de mentirinha, era de verdade, então se naquele momento eu estava disposto a me reorganizar e abrir mão de algumas coisas para ter uma criança, não seria a separação do [EX COMPANHEIRO] que me faria mudar de ideia... É claro que talvez dê um pouco mais de trabalho em outros aspectos, mas que o projeto continue.

Bom, eu acho que eu já explorei tudo sobre essa parte a respeito da sua motivação. Você gostaria de falar mais alguma coisa antes de eu fazer as últimas questões?

Não.

Certo.

[Bloco II]

É o último bloco de questões, na verdade é uma questão geral: como está sendo para você...

(Interrupção do entrevistado): Na verdade agora eu estou sem compromisso e estou com o tempo inteiro livre...

Como está sendo para você a espera para se tornar pai? Quais são as suas expectativas? Como você está se sentindo?

Tem três coisas: primeiro eu acho que eu estou numa fase de organização... eu estou me reorganizando financeiramente, em alguns aspectos, me reorganizando sentimentalmente... – eu estou providenciando um novo companheiro... – mas também nesse sentido... então para mim eu acho que o fato de... havia ainda esse tempo até a chegada da criança, eu vejo que foi providencial, eu estou com tempo ainda de deixar tudo pronto para quando a criança chegar. Agora, eu reconheço... – [OMITIDO], aí sempre que eu passo na frente do Fórum, eu penso: “Mas que merda! E essa fila... será que não anda? Ninguém dá notícias de nada, eu nem sei se eu melhorei de posição... Mas eu me contenho, porque eu poderia ligar, poderia ver pela *internet*, ver se eu avancei, mas eu acho melhor não, para não criar mais expectativas... E como o meu dia a dia é muito corrido, né, eu acabo nem parando para ficar tão preocupado com esse tipo de coisa, o meu tempo está tão corrido que eu ainda nem consegui tirar o [EX COMPANHEIRO] do processo – o [EX COMPANHEIRO] está lá no processo, ele sabe que ele tem que ir lá e tirar o nome dele, mas isso ainda não aconteceu... Eu preciso agendar um dia para a gente fazer isso em conjunto né, para não ter nenhum problema, até porque o fato de ele está no processo, de repente configura que a gente ainda tem um relacionamento, e nós não temos um relacionamento... Eram três questões... o período da transição, a espera, que é uma coisa angustiante mas que é uma angústia que só bate quando eu paro para pensar e tenho alguma... tipo, alguém me pergunta: “Ah, e como está a adoção?” Minha mãe é uma que sempre pergunta, ela continua falando: “Ah! Vamos lá! O dia que você for lá escolher... Ela usa essa palavra (riso)... escolher a criança, eu vou com você”... “Não, eu vou sozinho” (riso)... E não é uma escolha, tem que ser um encontro, né, um encontro de duas almas... Não é só escolher como se fosse no varejão escolher fruta... Mas eu acho que é basicamente isso, né? É angustiante, mas é uma angústia que eu estou conseguindo (inaudível), quando tiver tudo pronto, por exemplo, eu estou esperando o meu

apartamento ficar pronto, quando ficar pronto e eu mudar e tiver morando sozinho – eu estou morando atualmente nos fundos da minha mãe... Quando eu estava com [EX COMPANHEIRO] a gente estava mais separado, morava em outro lugar – mas quando eu estiver morando sozinho já vai ser a hora da criança chegar, e se eu estiver ainda na fila, certamente vai ser ainda mais angustiante...

Você disse que está se reorganizando na questão financeira – como isso influencia nas suas expectativas?

Então, eu estou me reorganizando, eu estou no projeto de criar um *startup* de uma empresa, né, então no sentido de criar uma estabilidade, que seria bom para mim e também para a criança, até porque eu quero que a criança tenha um processo educacional, por exemplo, legal, e que eu possa oferecer para a criança coisas que eu não tive, que eu acho que seriam importantes, mas também se não tiver foda-se né, o principal é que ela venha e seja tratada com amor e com responsabilidade, né... Responsabilidade significa eu acompanhar da melhor maneira o processo de aprendizado dela, mesmo que seja numa escola pública né, e indo nas reuniões de Pais e Mestres, né, e sempre cobrando o melhor desempenho na escola, ou em outros aspectos da vida também, até porque... a vida é muito mais que o espaço escolar... E é isso.

Você falou que sua mãe também está ansiosa, também tem expectativas – como você lida com as expectativas da sua família? Se isso interfere na suas próprias expectativas...

Não, não interfere... eu sou bem curto e grosso: eu falo “Ah, mãe, está lá na fila, demora mesmo, demora... (riso) Eu não dou muito papo para isso até para não ficar também criando expectativas da parte dela, até porque eu sou ansioso, se eu também ficar dando muita trela, eu fico mais ansioso e ela é mais ansiosa do que eu né, meu pai nem tanto, meu pai nem fala muito sobre isso... Mas então, eu acho que o melhor é não ficar puxando muito assunto porque senão é perigoso minha mãe querer ir lá falar com o juiz...

A princípio as questões foram estas. Você quer acrescentar mais alguma coisa com relação às suas expectativas, com relação ao que você espera?

(Pausa maior)

Ah, eu espero... Espero que o processo seja rápido e que a criança venha rápido, não tão rápido porque eu estou na fase de acertar alguns detalhes, mas não seja muito mais do que isso, até porque eu quero curtir a criança não estando tão velho, né, afinal de contas eu já faço 50 anos e aí eu já não vou dar conta de jogar futebol – não que eu jogue futebol, né, mas se eu... (riso) Então eu acho que o quanto antes, eu acho que é melhor, até porque eu não quero ser confundido com o vovô da criança, né, é uma preocupação boba, mas é preocupação... É isso... Assim com relação a ter um novo companheiro, para mim, é algo importantíssimo, para mim, mas é algo que eu gostaria realmente que acontecesse da melhor maneira possível, mas aí essa parte eu deixo para o papai do céu, e as coisas acontecem...

Ok, eu quero agradecer...

Eu que agradeço pela conversa.

(Encerra-se a entrevista)

[ANTÔNIO]

[Bloco I]

Primeiro, eu gostaria de saber como surgiu essa motivação para se tornar pai.

Essa motivação para para me tornar pai, ela foi crescendo ao longo das experiências que eu tive na vida: meu pai... eu tive um ponto..., não que ele abandonou a minha família, mas, assim, ele era separado da minha mãe, então eu passava as férias sempre na casa dele e tudo, e quando eu estava com 12 anos ele deixou a segunda família que ele construiu depois do relacionamento com a minha mãe, e abandonou a minha mãe também. Então eu fiquei sem notícias do paradeiro do meu pai, até uns 4 anos mais ou menos atrás, que eu fiquei sabendo por onde ele andava e o que ele estava fazendo, se ele tava realmente vivo ainda (riso indicando tensão/ironia)... Ele já tinha construído outra família já, ele tava morando em [CIDADE] no momento, só sei que ela está morando em [ESTADO] e tá com uma quarta família, essa família que ele estava em [CIDADE] foi a que eu achei o paradeiro dele, ele já se desvinculou e agora ele tá com outra família, então, vamos supor assim, como eu sempre fui criado com mãe, a minha referência de... paterna, assim, eram os meus irmãos, fora a minha família, que somos uma família de cinco irmãos – quatro homens e uma menina – então o meu irmão mais velho é quem tinha essa referência de paternidade e, vamos supor assim, porque ele começou a trabalhar primeiro que todo mundo, já ajudava dentro de casa, então essa, entre aspas, essa lacuna de pai quem acabou criando foi ele que é o meu irmão mais velho, o [IRMÃO] (pausa na fala) [Retomada] E... sabe aquela situação que... a gente vive dentro de uma situação e fala ‘eu não quero ser desse jeito, eu quero ser diferente, eu quero fazer diferente’, é assim que eu acabei me enquadrando, eu quero ser pai para ser diferente da maneira que meu pai foi, e diferente de muito pai que a gente acaba vendo por aí. Eu estava num relacionamento estável até então – a gente estava há 5 anos juntos – e só é da minha vontade adotar que eu acho que a adoção, além de você cumprir seu papel como pai, você está, entre aspas, preenchendo a parte de pai que ficou faltando para uma criança, porque a criança que chegou ali na adoção, ela já teve vários processos: já foi abandonada, primeiramente, pelo pai, depois pela mãe, e aí o sistema de adoção tentou encontrar dentro dos familiares alguém que adotasse essa criança e tudo, então a situação em que a criança está ali já é uma situação, assim, muito complicada. Numa das entrevistas que eu fiz quando a gente começou a fazer o processo de adoção, o pessoal passou para a gente a questão de que ainda existem famílias que têm capacidade de rejeitar a criança e devolver a criança para

adoção –nossa, eu lembro que no dia que eu ouvi isso da assistente que passou essa situação para a gente eu falei ‘não, não é possível que uma pessoa chega nesse ponto, entrar em um processo de adoção, de entender tudo como funciona, saber que essa criança ia chegar e ia sofrer todo esse processo, entendeu, já tem toda essa carga de rejeição, chega lá e rejeita a criança mais uma vez...’, nossa, no dia que eu que a gente ouviu isso da assistente social a gente falou ‘não é possível’, que vai aparentemente contra o que era somar na vida dessa criança para ser um diferencial, para ajudar ele a crescer da maneira que ele quiser, que ele achar melhor – não quero impor referências...ou gostos ‘ah, vou adotar um menino porque eu quero que esse menino vire um jogador de futebol’, não, ele já tem as escolhas dele e eu vou ter que respeitar, e no papel de pai eu vou simplesmente dar apoio, porque o abrigo já não pode mais, o abrigo não vai além de uma certa parte, né, a estrutura aqui no Brasil não permite muita coisa... Mas eu sempre tive vontade de adotar, que o grande diferencial é fazer a diferença na vida de outra pessoa, não é questão de ‘eu quero ter um herdeiro’, que na minha condição de homossexual tudo que eu construir vai ficar perdido [a fala é marcada por um tom de risada], quando eu morrer vai ficar tudo para minha família, ou para o meu parceiro, ou algo do gênero... E eu quero adotar, o que eu quero estar passando isso para frente não é esse tipo de visão que eu tenho, a visão que eu tenho é apenas de formar um ser humano com uma boa índole, uma boa..., sabe, ele poder esquecer esse passado de rejeição que ele teve até chegar no processo de adoção para chegar nos meus braços, é isso.

Você comentou que a figura do seu irmão mais velho, de certa forma, cobriu a figura do seu pai e te deu um referencial do que poderia ser pai, da paternidade. Você poderia falar um pouco mais sobre isso? Como isso foi se construindo na sua relação com ele?

É, a relação com o meu irmão foi, assim, de respeito porque ele era meu irmão mais velho – hoje em dia você vê muito que a relação de irmãos, até de pai e filhos, estão... as coisas meio confusas em relação de respeito... Eu sou de 85 [1985] (risos), então a minha criação não tinha isso, então meu irmão mais velho, ah você tinha que respeitar! E dentro desse respeito ainda vinha admiração de ver que ele estava se tornando alguém, que ele estava trabalhando, que ele estava ajudando financeiramente dentro de casa, então eu via ele como referencial, que é o que meu pai deveria ter feito, mas ele escolheu não fazer.

E dessa essa forma a figura de seu pai contribuiu com os seus parâmetros para o que você não gostaria de representar, de não ser...?

É, foi bem o ideal de ter o olhar para o que meu pai fez na questão de ser abandonado – ele abandonou a minha mãe, primeiramente para viver um novo relacionamento, aí já é um grau de abandono; aí depois ele terminou esse outro relacionamento e aí se desvinculou completamente... eu vejo o meu pai como uma pessoa que tem dificuldade em criar vínculos. Até hoje eu sei que ele está morando em [ESTADO] – eu e a minha irmã, a gente correu atrás e conseguiu descobrir onde ele está –, e então a gente vai conversando com ele aos poucos, mantendo um relacionamento distante do jeito que ele gosta, porque se a gente se aproximar demais, ele vai sumir novamente. Então é um tipo de ser humano que eu não quero ser, ele me deu um bom exemplo de como não ser pai, de ser pai ausente, de ser só pai biológico, de colocar filho no mundo, isso é irrelevante, porque ajudar a construir seres humanos, ajudar a construir caráter, isso que é o mais importante.

Esse meu patrão que eu trabalho para ele, ele adotou uma criança, um menino, tem oito anos, e eles adotaram porque a esposa dele já não pode ter filho e tal e aí eles acabaram caindo para o sistema de adoção. Ele fez uma noção meio que a brasileira... sabe? Tinha uma menina na cidade dele que ficou grávida na adolescência e não queria ter a criança e tal, e aí ele foi lá, auxiliou a menina, pagou os custos para ter a criança e tudo, deu toda assistência para a menina e ele ficou com o menino [inaudível]. Esse tipo de adoção eu acho que não rola mais, até o pessoal da assistência avisou para a gente não cair nessa de fazer esse tipo de adoção porque não está mais funcionando desse jeito, enfim, a adoção dele é legal hoje tudo certinho, tudo direitinho... E eu vi nele que a vontade de ser pai, dele... se ele não fosse pai ele não ia ser completo; eu vejo a [ESPOSA DO PATRÃO], a esposa dele, eu não vejo a esposa dele não sendo mãe mais, sabe? Então traz um crescimento pessoal que vai além da responsabilidade do ser humano: é uma troca que se tem quando você pega essa responsabilidade de criar outra pessoa.

Você falou do seu relacionamento. Você pode contar como isso aconteceu durante relacionamento? O desejo e a motivação?

Assim: eu sempre tive essa motivação de ser pai, de adotar, então logo no começo do relacionamento eu deixei claro para ele que esse era um desejo meu, era uma vontade que eu tinha no futuro na minha vida e que, assim, se ele tinha esse desejo também e se ele não

tivesse esse desejo, talvez ele ia ter que entrar em consenso comigo futuramente (riso)... E depois de quatro anos que a gente estava junto – eu não fiquei forçando, falando, reforçando, avisando... – ele veio com a proposta de dar entrada, até porque o sistema de adoção aqui no Brasil demora muito, tudo é muito complicado mas, por fim, o relacionamento acabou não dando certo... é...vamos supor assim, bom que ainda eu não tinha adotado a criança (risos) porque senão a criança ia sofrer um processo de separação e é o que eu menos quero, que uma criança viva isso, porque provavelmente a criança que foi adotada já tem todo aquele histórico que eu te falei... o que eu menos quero da minha vida é que criança passe por isso novamente porque a criança pode achar que, no momento da separação, ele é o culpado de alguma coisa, enfim... Mas agora eu já nem sei como vai ser esse processo de adoção na minha vida agora, que agora como solteiro é um pouco mais complexo até para conseguir, e tudo... dentro de uma união estável é mais simples de conseguir o processo de adoção do que solteiro, mas vamos ver, é um desejo que eu não tirei do meu coração e nem vou tirar tão cedo.

De certa forma, você falou que essas crianças já passaram por muita rejeição...

Huhum (entrevistado)

E que de alguma forma você se identificou com essa rejeição. Você pode esclarecer?

De certa forma, porque querendo ou não eu passei um pouco um processo de rejeição [inaudível] porque, por mais que ele separou da minha mãe, ele tinha a opção de falar ‘eu estou separando de você, mas eu quero ficar com as crianças’, ele preferiu não ficar com as crianças, ele preferiu deixar as crianças com a minha mãe, então já foi um processo meio que de rejeição. Eu passei um longo período da minha vida meio que – como ele... ele sumiu, né, quando eu tinha 12 anos ele de-sa-pa-receu – eu passei um bom tempo, foi dos 14 aos 18 mais ou menos, eu não queria nem assinar o sobrenome dele, sabe, eu rejeitava ele completamente... Mas depois de um tempo, eu entendi que não importa, quem estava perdendo a situação de ter um filho, de estar vendo o meu crescimento, o meu desenvolvimento, era ele, então não tem para quê eu ficar guardando mágoa, eu ficar... isso só tava fazendo mal para mim.

Você falou dos momentos em que você quer dar apoio, que essa criança se desenvolva, e também na hora que você citou o seu patrão, você disse que eles só se tornaram completos a partir da paternidade, e que isso seria uma troca entre você e a criança. Você pode falar um pouquinho mais sobre isso?

É uma troca, porque todo o carinho que você dá para uma criança, você recebe, e ele é genuíno, ele é sem interesse – se você ajudar uma criança a se desenvolver é muito prazeroso: eu trabalho hoje com Educação Física, né, e eu comecei Educação Física como bacharel, né, eu já sou graduado, e agora esse ano eu entrei para fazer a licenciatura... Dentro da licenciatura eu comecei a fazer estágio, e no estágio eu estou trabalhando com crianças do Ensino Fundamental, Médio, e no Ensino Fundamental eu vejo muito isso: como professor, eu consigo desenvolver, em duas horas que eu estou trabalhando com a criança, eu consigo desenvolver coisas e ter resultados incríveis, e eu fico muito satisfeito quando isso acontece, que eu vejo que se eu tivesse, se eu já tivesse o meu filho (risos), eu ia trabalhar e desenvolver ele, e é realmente uma troca que acontece, é uma troca de atenção, de afeto, de desenvolvimento... tem muitas pessoas que não são ligadas nisso, né, nessa troca que você tem com pessoas... A gente está trocando experiências, tudo é válido: o importante da vida é que a cada encontro que a gente tem com algumas pessoas, a gente saia diferente do momento em que a gente entrou, a gente tem que sair um pouquinho diferente da forma que eu entrei, alguma coisa eu tenho que ter ganho em estar conversando com você, estar passando a minha experiência para você, estar trocando informações com você, então a hora que eu sair daqui eu tenho que ter ganhado [inaudível] porque senão o quê, do que adianta? E as crianças têm a resposta muito rápida, sabe? Quando eu comecei a Educação Física, eu fiquei focado no Bacharel, e hoje eu estou me apaixonando pela Licenciatura (risos)... Na hora que eu terminar, eu tenho mais certeza que eu vou trabalhar mais com como professor como Licenciatura, do que um bacharel mesmo... acabou mudando a minha perspectiva esse estágio, estar trabalhando, lidando com crianças e tudo o mais...

Quando você falou sobre a esposa do seu patrão, da experiência que eles têm, você falou que ela se sentiu completa, que você não consegue ver ela hoje sem ser mãe. O que você quis dizer, e o que você pode falar mais sobre isso?

É porque eu acompanhei um pouco o processo de adoção, eu conheci eles antes de adotar, e hoje eu convivo com eles e o [FILHO DO PATRÃO]. O relacionamento dos dois

sempre foi tranquilo, estável, mas ela tinha... ela tinha esse desejo de ter uma criança e tal, e as tentativas que acabaram sendo frustradas, tal – que eles tentaram inseminação, o tratamento todo, e não conseguiam –, então sempre ficava aquela frustração, né, de poxa, eu não vou ser mãe, eu não vou ser mãe, e hoje ela é a mãe do [FILHO DO PATRÃO]. No começo, ela contava para mim que ela falava para ele desde pequeno, que é o certo, que ele é o filho do coração dela, que ele nasceu do coração dela e eu achei bonitinho essa forma que ela tratou a adoção... E hoje ele já tem consciência, ele tem 8 anos e ele já sabe, ele já entendeu que ele está naquela família não pelos meios naturais, vamos supor assim, mas que ele é muito bem recebido, e não tem curiosidade nenhuma de quem são os pais – pelo menos até agora, porque nunca se sabe o dia de amanhã... –, e se ele quiser conhecer os pais biológicos, o meu patrão e a esposa dele estão abertos para ir lá e apresentar a mãe dele, tudo certinho, mas até agora, ele não teve essa curiosidade...

Você acompanhou os efeitos que a maternidade, a paternidade, tiveram sobre os dois. E você sente, de alguma forma, que esses são efeitos benéficos, que é isso que você quer? Que tipo de efeito – foi isso que você quis dizer em relação a ela se sentir mais completa, ou eu estou interpretando da forma errada?

É. É o lance que eu te falei da troca, né, que a gente vive... vamos deixar aquele lance do legado, né? Toda a experiência que eu vivi, tudo que eu passei, eu tenho que conseguir imprimir isso de alguma maneira, então se eu conseguir educar uma criança da forma correta e tudo, significa que eu consegui absorver o melhor da situação e ainda consegui tornar, deixar nesse planeta, uma pessoa melhor, uma pessoa que vai se desenvolver... Diferente da frustração de ‘Ai, eu fui eu venci, eu cresci, eu sou’, e não consegui dividir isso de uma maneira, porque quando você tem uma criança, você tá dividindo toda sua experiência, o seu legado, né, você está passando para criança... e o importante é que sejam sempre coisas boas porque, por exemplo, você vê uma pessoa que foi mal criado (risos), né, significa que ela não conseguiu absorver o melhor dos pais e de quem tutelou essa criança. O que eu vejo muito... o que é me dá muito aperto, muita gravidez na adolescência hoje, muita coisa, muita a menina tem um filho e deixa para a mãe criar, e o abandono, isso para mim é uma coisa que me toca demais, porque a criança que é abandonada e é criada de qualquer maneira, mesmo que criada pela família, mas aquela família não escolheu ter aquela criança... – porque a criança que ela é adotada, é uma escolha de ambas as partes, é uma escolha de quem falou ‘ai, eu quero adotar’, mas eu também vou ser adotado por aquela criança, então eu acho que é

um vínculo muito maior, muito superior, dá para sair um ser humano muito melhor dessa situação, do que uma criança que é rejeitada dentro de casa pelos próprios familiares... tudo o mais... e não tem como sair dessa situação né, ele não escolheu essas pessoas, vamos supor, dessa maneira, porque no processo de adoção a criança também pode virar e falar ‘olha, eu não fui com a cara desse moço, eu acho que ele não vai ser um bom pai para mim’ (falando rindo), é uma escolha que eu acho que é feita dos dois lados, eu não tenho nenhuma dúvida disso.

Você falou que a Licenciatura, o estágio, contribuiu bastante com essa convivência com as crianças, com os jovens. Você pode contar como foi essa escolha?

É. A Licenciatura foi mais por uma questão de mercado de trabalho, né, que nem eu te falei, eu tinha o ideal de fazer só bacharel e pronto, aí eu fui começar a procurar emprego, trabalho, na área e, assim, está pagando menos do que eu ganho hoje como [PROFISSÃO], aí eu falei ‘bom, já que eu posso fazer a Licenciatura, vai ser só mais um aninho, bora fazer a Licenciatura e ver se eu tenho uma oportunidade de emprego maior’, e o *start* nem foi a questão de lidar com crianças, de trabalhar com criança, eu não tinha essa visão, apesar de ter esse tipo de acompanhamento na minha escola, mas eu nem lembrava como era, como funcionava a Educação Física na escola mais... Mas aí, como eu te falei, o lance de se apegar é que muitas coisas que acontecem com a criança – ela tá ali na sala de aula, mas ela faz uma barreira que o professor convencional não consegue quebrar muito e essas dificuldades que a criança passa, tudo, acabam explodindo na aula de Educação Física, é incrível! Às vezes o *bullying* que ele vem sofrendo, às vezes a relação de pai e mãe, está enfrentando uma separação, alguma coisa... dentro da sala de aula convencional ele vai entrar sentar na mesa e fingir que está prestando atenção, ficar paradinho, quietinho, e o professor não vai saber o que está acontecendo... Na Educação Física a gente tem que estimular a criança a brincar, a participar e interagir com as outras crianças, se ele não interage, tem alguma coisa acontecendo, geralmente quando tem alguma coisa acontecendo, né, a criança fica de canto, aí é onde está o *feeling* de você chegar e conversar com a criança... Eu já conversei com alunos que estavam passando por situação de *bullying*, aí eu catei, eu passei para diretoria, passei para o professor na hora que eu entrego a sala – e teve um, assim, que eu fiquei bastante tocado, que foi a situação que ele não queria brincar, aí eu fui conversar com ele e ele falou ‘ah, eu não vou brincar hoje porque o meu outro coleguinha falou que não quer ser mais o meu amigo’, eu falei ‘não, se ele falou isso tem que ter algum motivo, não foi por

mal’, fui lá, chamei o coleguinha dele e ele falou ‘o amigo tá muito chato, ele me deixou nervoso e eu acabei falando isso para ele’, aí ele pediu desculpas para o garoto e o garoto ainda continuou mal e não queria participar, eu falei ‘olha, pelo que eu estou vendo, não é só isso não, tem mais alguma coisa acontecendo’, aí ele se abriu comigo e falou que os pais dele estavam se separando e ele estava achando que ele era culpado do final do relacionamento dos dois e tudo mais, e aí eu falei ‘nossa, bem para mim vai cair uma situação dessas (risos), aí eu conversei com o menino, falei para ele que, na verdade, se o relacionamento dos dois não está dando certo a culpa não é dele, que os dois vão sentar um dia, vão conversar com ele para determinar qual vai ser o caminho que ele vai seguir e ele vai ter a escolha de falar ‘olha, eu posso morar com meu pai, eu posso morar com a minha mãe’, e que ele não ia ter que se preocupar com aquilo agora, que a preocupação dele ali na escola era aprender, para se divertir porque ele estava na aula de Educação Física, aí passou uns 5 minutinhos, tudo, ele veio, pegou a bola e voltou a brincar. Na semana seguinte eu conversei com ele, aí ele falou que os pais dele tinham reatado tudo, aí eu falei ‘é, você tá vendo, às vezes era só uma briga, uma discussão, não significa que o mundo vai acabar se o relacionamento dos seus pais acabar...’, nossa, ele me deu um abraço, assim, é como eu te falei: a resposta de criança é muito sincera, é muito interessante, aí é que eu fiquei mais louco ainda ‘eu quero ter um filho’, mas é o tempo de Deus, o que tiver que acontecer, vai acontecer, e eu só vou me preparando para quando acontecer.

Então você encara esse estágio como uma coisa boa, como uma oportunidade, como privilégio, de alguma forma isso contribui...

Eu estou aproveitando mais do que o estágio se propõe a fazer (risos), o estágio se propõe a me dar experiência profissional, não experiência emocional, e eu estou aproveitando o máximo possível.

Você falou que uma coisa que é determinante no processo de adoção com relação às crianças biológicas dentro de uma união é a questão da escolha, que você escolhe ter esse filho. Você consegue falar um pouquinho mais sobre isso?

É, porque o que acontece? Igual eu estava te falando de uma família – se a criança nasce dentro de uma família estruturada, tudo certinho, tudo bonitinho, que o pai e a mãe falam ‘vamos ter uma criança’ e têm essa criança, é o normal, é o certo, é o que a gente tem

como o ideal, mas nem sempre acontece assim. Às vezes acontecem os filhos de uma mãe solteira e essa mãe não aceita, não queria ter uma criança, acha que não era o momento de ter uma criança e ainda assim acaba tendo uma criança, e tem essa situação de ser criado rejeitado pela própria mãe, pelo próprio pai, pela situação... a minha mãe, graças a Deus, sempre... eu não tive nenhum tipo de rejeição por parte da minha mãe, mas acabei tendo por conta por parte do meu pai... às vezes tem criança que cresce no convívio familiar e que ela tem a rejeição dupla, né, a rejeição do pai, a rejeição da mãe, às vezes é criado pela avó, pelo tio, tem essa rejeição porque a criança foi imposta, a responsabilidade de ter a criança, de criar esse ser humano foi imposta para a pessoa a pessoa não escolheu ter essa responsabilidade, e a criança sente isso com certeza, não tenho dúvida nenhuma que isso é um determinante para o desenvolvimento da criança e a criança que é adotada, ela vai ser adotada por alguém que entendeu essa responsabilidade e escolheu ter essa responsabilidade –ter a criança para criar e para se desenvolver. Então é uma escolha que parte de quem está o adotando e também passa pela parte da criança de ser adotado, como eu tinha falado antes: eu acho que a criança dentro da adoção é muito melhor que o laço sanguíneo que acaba sendo em muitas criações, né?

Essa primeira parte das suas motivações eu encerrei as minhas perguntas. Tem mais alguma coisa que você gostaria de colocar antes de eu entrar nas expectativas? Alguma coisa que você falou superficialmente que quer aprofundar sobre as suas motivações, algo que você não tocou?

Eu não sei... se alguma coisa aparecer, a gente continua falando...

[Bloco II]

Sim, sim. Como está sendo para você espera para se tornar pai, como você está se sentindo enquanto espera?

É, agora eu estou numa situação pouco complicada, né, porque a gente, eu e o [EX PARCEIRO] a gente não foi lá na assistência, lá na central de adoção lá e falar que a gente já se separou e tal, a gente ainda não conseguiu fazer isso, a gente tem que ir lá e deixar explicado. A minha espera para ser pai é como eu te disse, eu estou me preparando e procurando absorver das situações à minha volta a melhor maneira de poder criar essa criança depois – tanto observando a situação do meu patrão como essas experiências que eu estou

tendo na escola, tudo, todo esse convívio né, que eu tenho, está me preparando para a situação de ser pai.

Quando você se referiu, na questão anterior, que a criança vai vir no tempo de Deus... Você pode falar um pouco mais sobre isso?

É, porque o que acontece? Não adianta a gente querer... eu querer meter os pés pelas mãos, sabe, o tempo de Deus que eu falo, por exemplo, se eu e o [EX PARCEIRO] tivéssemos dado entrada no processo de adoção e na semana seguinte já tivessem jogado uma criança na nossa responsabilidade, eu ainda não teria vivido essa experiência que eu vou viver agora, então o que isso já somou muito para mim, essa experiência do estágio, de estar trabalhando com criança, convivendo com criança, então eu acredito que, querendo ou não, e quando eu tiver 100% preparado é que essa criança vai estar preparada para mim também... Fazer uma situação de ‘ah, eu sei de uma menina que não quer ter filho e tal’ e fazer mais ou menos com o meu patrão fez e tudo, eu não... não é uma visão que eu tenho... Eu tenho alguma situação de rejeição até dentro da minha família: eu tenho um irmão meu que ele tem uma filha, que ele tem a guarda da filha, mas quem cria a filha dele, a [FILHA DO IRMÃO], é a minha mãe, na verdade ela é criada pela avó, a minha mãe tem a guarda compartilhada com o meu irmão, e quando ele estava solteiro ele tava... ele foi pai dela o tempo todo, aí agora ele casou novamente e essa esposa dele rejeita a [FILHA DO IRMÃO], ela não aceita [FILHA DO IRMÃO]. Então quem tá criando a [FILHA DO IRMÃO] é minha mãe. A situação em que ela vive é uma situação assim: ela vê o meu irmão, vê o pai dela todos os dias, pode conversar com ele e tudo, mas ela não pode entrar na casa do meu irmão porque a esposa do meu irmão não gosta dela, então, além dela sofrer a rejeição da esposa do meu irmão, ela sente a rejeição – porque o meu irmão deixa ela passar, porque ele tem autoridade de falar ‘não, é a minha filha [inaudível]’, mas a posição que ele toma é de deixar ela intervir e não deixar a criança entrar dentro da casa deles. Vai na contramão, que ele sofreu a rejeição com 12 anos – ele tinha 13, quase 14 – então ele viu essa situação da rejeição que meu pai fez com a gente e tá fazendo pior, porque o meu pai, querendo ou não, ele desapareceu, então desaparecer é uma situação. Eu acho muito pior o que ele faz porque ela vê ele diariamente e sente essa rejeição diariamente, todos os dias... Eu já tentei conversar com ele e tudo, mas eu não sei, essa esposa parece que toma a cabeça dele e, enfim, cada um tem que sofrer com as suas escolhas, as consequências, mas o duro é que ela está sofrendo mais do que ele com isso, e ele não enxerga, ele acha que está tudo bem porque a criança, a [FILHA DO IRMÃO], para

não... né, nesse caso, porque tem criança que ia levantar a voz, ia falar, mas a [FILHA DO IRMÃO] não, ela aceita essa situação, mas é uma situação que não é a [FILHA DO IRMÃO] que tem que ter voz ativa, é ele que tinha que ter voz ativa, enfim, igual eu falei: eu vi a situação que meu pai fez com a gente e quero fazer o contrário, eu não quero fazer uma corrente, eu quero quebrar essa corrente, essa corrente de rejeição tem que ser quebrada e não ser continuada em cadeia... Eu fico muito chateado com a história desse meu irmão, mas eu não vou conseguir resolver, né, (riso), a menos que eu pegue a [FILHA DO IRMÃO] para adotar (riso), mas eu também não vou pegar filho do meu irmão, não é assim que funciona, por isso que eu falei que tem que ser no tempo de Deus.

Você realçou lá atrás a sua condição de solteiro com relação à adoção O que você pensa sobre isso?

Ah, é que é para adotar a gente tem que estar com uma condição financeira bem estabilizada, tudo direitinho... Poxa, no momento estou morando de aluguel, ainda estou terminando de me graduar, então eu vejo que se tudo... se eu terminar a faculdade e começar a trabalhar na área e começar a me estabilizar, dentro de uns 4, 5 anos eu vou estar apto para adoção... porque eu acredito que a gente tem que ter uma boa base, tem que estar pronto para fazer a adoção. No meu relacionamento anterior eu tava numa condição de adoção por conta do meu parceiro que, nossa, trabalha na [inaudível] há 12 anos, tem um cargo super estabilizado lá, então ele trabalhando, eu trabalhando, a casa é dele, carro, tava no cenário bastante propício para adotar uma criança, a gente tava tendo um relacionamento legal, então tava num cenário bem legal, então por isso que a gente entrou no processo, e por isso que a gente foi até aprovado, né, no processo. Mas agora, como terminou o relacionamento, começa tudo de estaca zero (riso indicando tensão)... Então eu estou solteiro, estou com trabalho fixo, com trabalho legal, mas ainda não é suficiente para eu ter uma criança, porque a responsabilidade que eu quero com uma criança, eu tenho que estar melhor estabilizado para fazer isso.

Como você espera que vai ser, se vai acontecer? Você já pensou? Se tem alguma expectativa, você já imaginou?

Olha, imaginar eu já imaginei muito, imaginei diversas vezes, de diversas formas, a criança com diversas idades, porque no momento que você preenche (fala rindo) a ficha de

adoção, né, é um pouco estranha essa comparação, mas é como se você tivesse escolhendo um carro, né: um modelo tal, ano tal, vai vir com acessório tal... Mas eu acredito que a maneira que o sistema de adoção faz é justamente para evitar a rejeição, né, que eu falo, evitar a devolução da criança, então vou ter que fazer todo esse processo novamente. Então vai ser um novo cenário, eu vou me enxergar de uma maneira diferente eu vou enxergar a *propriedade* de adotar um perfil diferente daquele que eu criei quando eu estava no relacionamento com o [EX PARCEIRO], com certeza vai ser completamente diferente.

Foi praticamente isso, eu não tenho mais nada para explorar com relação às suas respostas com relação às suas expectativas tanto com relação ao que você espera no momento, o que você acha que vai acontecer, as suas expectativas de depois da adoção. Você tem alguma coisa a acrescentar?

Olha, o depois da adoção é aquilo que eu te falei, é... eu não quero adotar para completar algo que esteja faltando na minha vida ou para falar ‘ah, eu tenho herdeiro’, não, eu quero adotar para ajudar na formação de um ser humano e que esse ser humano tenha experiências boas, seja um adulto saudável, sabe, tanto fisicamente quanto mentalmente – eu acredito que eu tenho capacidade de fazer isso, de adotar uma criança e fazer ele virar um ser humano que faz a diferença, e se ele não faça diferença, pelo menos que ele seja bem desenvolvido, não cause problemas para humanidade (risos) também, porque hoje as pessoas acham que estão bem resolvidas e tudo, mas elas causam problemas (risos), né? Eu quero ajudar na formação do ser humano. Isso é o que mais queima no meu coração.

(Encerra-se a entrevista)

[SANDRA]

[Bloco I]

Como surgiu essa motivação para se tornar mãe?

Na verdade, essa motivação é assim uma coisa visceral para mim, né... É algo que, praticamente, eu me vejo como mãe desde sempre, né... Que eu me lembre, a primeira lembrança que eu tenho do desejo é aos 14 anos, numa conversa com uma amiga falando que eu queria engravidar, que eu queria ser mãe, foi ao 14 anos, então essa motivação vem de muito tempo...

Você diz que é uma motivação visceral...

Visceral.

Você pode falar um pouco mais sobre isso?

É difícil explicar o visceral, né, explicar em palavras o visceral... É uma coisa que faz parte de mim, do meu ser... é como ser... o papel mãe ser mãe fosse parte de mim... se eu não consigo... hoje eu posso dizer, porque hoje eu sou mãe, hoje a gente tem uma bebê, hoje eu vejo que o papel mãe é o que eu faço de melhor, então realmente eu tava certa no que eu queria a minha vida inteira, que era um desejo de uma vida inteira era ser mãe... e eu sabia do desejo, mas não sabia por quê, só sabia que era uma necessidade, não sei explicar muito o visceral, mas era uma necessidade que eu precisava preencher...

Você comentou dessa conversa com a sua amiga aos 14 anos. Você pode contar como foi o que você sentiu.

Conversa de adolescente, assim, a gente conversava sobre os nossos sonhos e desejos e eu não falava, naquela época, que eu queria casar, que eu queria casar na igreja de branco, não, eu falava que eu queria ter uma menina, que eu queria engravidar, que eu queria ter uma menina, ou engravidar... – não veio, né...(riso), mas que eu queria ter uma menina, veio... – que a gente iria dar uma para outra para batizar, aquelas coisas, aquelas promessas assim de

adolescente, então era essa a conversa de que eu queria ter uma menina, daí isso vinha desde... já tem mais de 25 anos essa conversa, e isso é totalmente atual.

Você disse que já é mãe, você já tem uma bebê. Isso interfere, ou modificou a sua motivação por estar... [inaudível] adoção, para querer ser mãe novamente?

Não. Não modificou nada. Continuo na fila de adoção esperando... esperando o que o plano Divino encaminhar para a gente... a gente continua lá aguardando, nada foi modificado, não.

Você manifestou o desejo de ter especificamente uma menina...

Sim

Você pode falar um pouco mais sobre isso?

Sim. Eu gosto, eu sempre gostei muito de menina – gosto muito de criança, sou apaixonada por criança, tenho muito jeito com criança, mas menina é, assim, é o que nem tira do sério, é o que desperta toda a minha graça, assim, é a menina...

Você falou...

[A entrevistada continua a fala anterior] É a nossa... o nosso desejo, também na fila de adoção, é menina – a gente pode escolher também e o nosso desejo lá é menina.

Você falou que aguarda o que o plano Divino tem para te oferecer. Você pode falar um pouco sobre isso?

Sim. É, isso tem a ver com alguma convicção religiosa que é nossa, própria e particular, assim, se tiver alguma coisa no planejamento espiritual a gente aceita, senão a gente acredita que não vai vir – como não veio durante todos esses anos que eu esperei, e em algum momento veio –, como não veio uma gravidez... e a gente tentou várias fertilizações, em mim e nela, e não veio, e veio de outra forma, e se tiver que vir agora por uma nova adoção, a gente sabe que vai vir, então a gente acredita nisso.

Você pode contar um pouco como foi essa experiência da fertilização?

Sim. Fizemos cinco tentativas no total, entre inseminação e fertilização... para mim, para ela, é... foram 5 tentativas pesadas, é pesado. É angustiante, é difícil, tem um peso, tem um custo – que é muito maior, excede o financeiro, excede o financeiro... – é um custo para o relacionamento, é um custo individual, é um custo psicológico grande, é um custo hormonal, é um custo para o corpo, fora o custo financeiro, mas esse não é o maior, né, então é grande...

Sobre a sua motivação, a sua vontade de ser mãe, você tem mais alguma coisa a acrescentar?

O que me motiva? Ser mãe. Para mim, eu queria muito ser mãe, porque eu acho que a maternidade faz a gente evoluir, progredir como pessoa, desenvolver habilidades, dar vazão para a semente de amor que está dentro da gente e que a gente nem sabe que existe né, é... Existe uma semente que quando a gente é mãe, essa semente cresce e, de repente, é um amor assim que invade, que se torna maior do que a gente é capaz de dimensionar e de pontificar, então, é realmente uma evolução né, e não é só uma evolução pra gente – a gente tá criando alguém, a gente tá dando forma para um ser da melhor forma que a gente consegue, né, protegendo, cuidando, construindo, fazendo o nosso melhor... a gente está se desenvolvendo e desenvolvendo alguém, então eu acho que coisa melhor no mundo não existe...

Você realçou a parte da evolução pessoal, do desenvolvimento, e agora no final você falou da responsabilidade de estar envolvida no desenvolvimento de uma outra pessoa. Essa questão de estar envolvida com desenvolvimento de outra pessoa, tem algo que te afligia antes, tem alguma influência?

Não. Mas eu tenho maior noção disso agora, óbvio né, porque a gente só tem essa noção quando passa pela experiência, né... Mas é uma noção que não tem um peso, ou não... É responsabilidade de criar alguém...sem peso, só a noção de que sou responsável, né? Porque eu sei que ela vai acordar à noite, ela vai ficar doente e eu não vou poder dormir, e eu sou responsável por ela, né... Essa é a minha parte, ela tem uma parte dela, né, sou junto com ela [se refere à esposa], então isso às vezes é difícil sim, mas não é pesado.

Certo. Esse primeiro bloco de questões acabou. Você tem algo que você queira acrescentar sobre a sua motivação?

Não.

[Bloco II]

Agora, com relação às suas expectativas... Como está sendo para você essa espera para, na verdade você já é mãe, mas para [levar (?)] essa nova adoção...

É uma espera longa... Na verdade, a gente parou de esperar, né, a gente procurou por outras formas, resolveu se tornar mãe – eu resolvi que eu ia me tornar mãe por outras formas, por isso me tornei mãe e ela também, porque se a gente fosse depender só da fila para se tornar mãe a gente talvez, no meio do caminho, até tivesse desistido, porque a gente ia chegar numa idade que a gente teria desistido, porque a nossa motivação é por um bebê, né, a gente tem algumas ideias, desejos, que fazem parte da gente ter um bebê e de criar de uma determinada forma... e um bebê que não venha com marcas de abandono... porque a criança que é colocada em adoção a gente sabe que ela passou por diversas... ela é colocada em adoção porque os pais e a família original não foi capaz de proporcionar condições adequadas de desenvolvimento para ela e promoveu situações de abandono, de maus-tratos, de abuso de diversas formas, né, a gente não podia, a gente não queria adotar uma criança assim, é... A gente queria adotar um bebê que tivesse passado – é óbvio que a nossa bebê passou por uma situação de rejeição, né, por isso ela foi colocada para adoção, mas foi mínima, né, assim, dos males o menor... agora se a gente pegar uma criança de 10 anos, 7, que é o que a gente conseguiria para não esperar tanto, a gente não queria isso... que passou por tudo... uma criança que é colocada em adoção tardia, ela passa por tudo, né, mas talvez a gente nem se tornasse mãe porque a gente ia desistir, né... E então a gente acabou procurando outras formas até que, de repente o jurídico não aprova, né, mas a gente procurou.

Só quero te realçar que qualquer informação é sigilosa...

Por isso que eu te perguntei antes, né?

E você pode ficar à vontade de não falar no assunto...

Sim. Por isso eu te perguntei sobre esses [inaudível] antes, né, para saber o que eu poderia falar... Então essa motivação continua e se vier novamente um bebê... Mas talvez venha daqui a muitos anos – eu já vou fazer 40 esse ano, ela já tem 43, para ter bebê vai demorar 5, 7 anos, a gente vai ter 50, né? Que mãe que tem disposição aos 50 anos, de perder noites de sono, de correr atrás de uma criança de dois anos que tá todo vapor? Então assim é um sistema que está totalmente retrógrado, que não pensa em mudança, né?

Talvez não seja fácil para você recordar esses momentos, mas eu imaginei que você passou por várias fases de espera: a princípio, quando você entrou na fila; você passou pelos procedimentos de fertilização – você e sua esposa – e agora, mais recentemente, você já é mãe e espera por uma nova oportunidade. Você consegue, de certa forma, falar sobre esses diferentes momentos, essa sensação de espera, dessa expectativa?

Sim. A espera, assim [pausa para pensar]... foram 3 anos, de 3 a 4 anos de espera, não só na fila – na fila tem pouco tempo que a gente está na fila, não tem um ano que a gente está na fila –, mas que a gente espera ser mãe, que a gente tenta através de fertilização, de inseminação, tem bastante tempo, então é uma espera, assim, angustiante, que causa sofrimento, frustração, vontade de desistir. É difícil. Tem um momento que a gente se pergunta assim: ‘será que isso vem para mim? Será que isso vai ser permitido para mim, exercer esse papel de mãe?...

Eu [investiguei (?)] a expectativa também na relação, no significado de o que você espera, como vai ser – como você já experiencia o comprometimento de ser mãe –, mas como você imagina quando chegar essa nova bebê, o que você planeja?

Eu não sei se quando chegar vai ser uma bebê, ou se vai ser uma criança de 2 anos, de 3 anos, que vai chegar e em quanto tempo vai chegar...se quando chegar a gente vai estar disposta, porque pode ser daqui a cinco anos, sete anos, e será que [inaudível] a gente vai ter essa disponibilidade? Porque assim, se vier esse ano, ou ano que vem, daqui a mais 2 anos, beleza, mas se vier daqui há muito tempo a gente não tem mais disponibilidade de energia mesmo... financeira, a gente... de saúde, até a gente tem, eu digo assim, a gente não tem mais idade, né, porque o tempo vai passando e a gente não já não é mais jovem, assim, juvenzinho, então não sei, eu não posso dizer agora, precisa estar mais na frente para saber.

Basicamente essa questão está encerrada. Você gostaria de compartilhar alguma experiência com relação ao processo de adoção da sua filha?

O processo de adoção dela a gente tem só a guarda, que está sendo renovada de 6 em 6 meses – ela tem 10 meses, então já está na segunda renovação. A gente não tem ainda adoção dela, então é um processo delicado sobretudo com a mãe biológica, com quem eu mantenho contato, então é tranquilo, mas ainda gera, ainda, não sei eu, acho que eu só vou ficar tranquila mesmo quando tiver a adoção dela... Eu imagino que toda mãe que tem adoção de fato... mesmo que seja através da fila, enquanto não tem papel da adoção, eu acho que... Eu tenho essa experiência de uma colega de trabalho que adotou 3 pela fila – ela queria uma bebê e, com 40 e tantos anos essa bebê veio com dois irmãos mais velhos: uma bebê de sete meses, uma irmã de 5 e um de 6, uma doideira, né? Então, assim, eu vejo que ela só se sentiu mãe depois de dois anos e pouco, quando saiu a adoção, porque teve a destituição do poder familiar, então quando veio a adoção é que ela, de fato, se sentiu mãe... Eu me sinto mãe, eu me sinto mãe, mas eu acho que lá no fundo eu ainda tenho a sensação de que ainda falta alguma coisinha, na papelada, né?

E isso te traz ansiedade, medo?

[Pausa para responder] Eu diria que um pouquinho... Não diria que isso perturba os meus dias não, um pouquinho... Eu confio, eu confio que ela tá com a gente por alguma razão...

Sobre essa colega que você contou essa experiência que ela teve, foi há bastante tempo? E isso te ajudou de alguma forma a construir, a entender as suas motivações, a planejar a sua adoção?

Não Não, eu já tinha as minhas motivações, quando ela adotou eu já fazia a fertilização, eu não tinha entrado na fila ainda, mas eu até já tava fazendo curso de adoção na época, mas eu ainda estava tentando por meio natural – na época ela também estava tentando, mas ela já tava na fila há bastante tempo [se refere à amiga mencionada]. Mas nada mudou. Ela é só um exemplo, ela trabalha comigo, só que ela é um exemplo ao contrário, para mim, o exemplo dela é totalmente doido, eu jamais faria o que ela fez, até porque ela teve bastante

problema com a adoção dela, assim, que do nada pegar três crianças é tenso, né, (riso)... um bebê, e ela pegou mais dois e os dois que eram mais críticos, né, porque já vinham com essa história toda que a gente falou antes, de abuso, de maus-tratos, e aí ela teve problema com os dois mais velhos.

Você pode falar como você se sente em relação a essa adoção tardia, tipo o que aconteceu com ela mexeu com você de alguma forma?

Então, o que aconteceu com ela para mim é só mais uma... mais uma confirmação assim do que eu não gostaria para mim, porque eu acompanhei de perto o caso dela, porque ela vinha toda hora, todos os dias conversar comigo – eu sou psicóloga –, todos os dias ela vinha conversar comigo e pedir... E a menina tem um transtorno grave e [inaudível], menino tem [inaudível], outro transtorno grave e, assim, são casos, todos precisam de muitos tratamentos, sabe, e ela ficou no início perdida totalmente, perdida né, eu falava para ela ‘olha, ela talvez tenha, talvez ela precise de um psiquiatra, talvez ele precise de um psiquiatra’... Os mais velhos eram bem complicados... E outros casos em outras famílias também, que eu via, eram complicados com adoção tardia, então a adoção tardia não é algo que me motiva, não é o meu desejo.

Em relação ao exercício da sua profissão, você teve acesso a mais informações como psicóloga que interferiram na sua ideia de parentalidade, de adoção, das suas expectativas?

Você pode perguntar de novo?

Você disse que é psicóloga. O fato de ser psicóloga, você teve acesso a pessoas, alguma situação específica, alguma experiência que você se lembra que te ajuda a entender porque você quer ser mãe e o que você espera com a maternidade?

Não. Sobre eu ser psicóloga não tem nada a ver com eu querer ser mãe, não.

E nada que aconteceu com algum paciente, ou algum...?

Ah, sim, talvez alguns casos clínicos durante os primeiros atendimentos enquanto psicóloga – hoje em dia não atendo mais – mas enquanto eu atendia, eu ficava programando tudo que eu gostaria de fazer quando fosse mãe, né, então tudo, quando eu atendia crianças eu via todos os erros que eu via os pais cometendo, depois eu desisti de atender crianças porque aquilo me machucava muito, de ver as atrocidades que faziam com as crianças, né, que eu gosto muito de criança, né... E aí eu sempre ficava assim programando: criança tem que ser criada com amor. Além das técnicas e além de tudo que pode ser feito, é óbvio que tem que ter o ingrediente do amor, então eu ficava programando o que eu queria fazer quando fosse... então isso também foi forte. Mas a questão da adoção tardia, no ano passado eu fiz um concurso [OMITIDO] e a bibliografia do concurso era tudo em cima de adoção, e quanto mais eu vi a adoção tardia, é difícil, assim, até uma coisa que eu não sabia, que eu fiquei sabendo nessa bibliografia, que até abuso sexual existe nos abrigos, que é uma coisa que eu descobri nessas leituras, e eu disse ‘então é muito difícil, né... E depois aí, assim, você pega uma criança que já vem com diversas questões psicológicas e marcas para sempre – e não vem dizer que não vem porque eu sei que vem, já tratei crianças assim, eu já tive crianças adotivas, já atendi crianças adotivas e é difícil... Então, assim, e desde que eu atendi essas crianças eu pensava ‘nossa, eu acho que eu não quero, acho que eu não teria coragem de adotar uma criança tão mais velha assim, deve ser barra pesada’. Essa é a minha motivação, eu acho que cada um pensa diferente mas, assim, eu acho que eu não teria coragem não, então eu queria desde bebezinho poder dar o melhor, o meu jeito, poder mudar o rumo das coisas... A nossa bebê, por exemplo, ela teria morrido se não tivesse vindo para a gente – ela tem uma doença grave, crônica, ela teria morrido aos dois meses se ela tivesse ficado na família original dela, ela teria morrido aos dois meses porque a mãe não teria nem descoberto e o tratamento dela só pode ser feito aqui em [CIDADE] ou no HC de [CIDADE], só trata aqui no Brasil todo, né, então assim, eu acho que ela tinha que vir para a gente, então é isso, assim, eu acho que as coisas não acontecem por acaso, tudo o que tinha, toda nossa bagagem modifica a nossa percepção, o nosso ponto de vista, e faz a gente ser o que a gente é, então é isso.

Você tem alguma coisa acrescentar em relação às expectativas, ou em relação a qualquer outra parte da entrevista?

Não.

(Encerra-se a entrevista)

[MARIA]

[Bloco I]

Primeiro eu gostaria de saber como surgiu o como foi surgindo essa vontade de se tornar mãe

Eu vim de um núcleo familiar muito forte, tenho família grande que sempre gostou muito de ficar junto, então eu sempre quis ter família, mas como eu sempre soube que era gay, eu imaginei que quando fosse ter a minha família eu fosse me casar com uma mulher que tivesse filhos, ou com uma mulher que fosse engravidar, porque eu mesma [inaudível], mas eu venho de uma família que se reúne muito, que gosta de estar junto, e sou uma pessoa muito família, então eu quis construir a minha própria.

A experiência com a sua família levou você querer continuar isso...

Sim, na minha família tem muitas experiências de adoção, várias, meus amigos adotaram, minha família adotou – não os meus pais, os meus tios, então assim eu sempre tive ótimas expectativas em relação à adoção, ótimas, excelentes, eu tenho amigos que têm filhos adotivos que eu sei, mas não fala ‘essa menina é adotiva’, porque para mim é tudo igual...

Você consegue se lembrar da sua família, ou relacionamento que te ajudou melhor a construir...

Sim. Eu tenho um casal de amigos que adotou uma menina que é a cara deles, dos pais, então assim, meus amigos quando adotaram a criança me chamaram para ajudar no sentido de dar as primeiras orientações, eu tenho várias experiências de amigos que foram muito bem-sucedidas, eu imaginei que quando eu fosse ter a minha família, ou a gente adotar, ou a minha esposa iria engravidar, nunca pensei em eu mesma gestar, isso não, mas eu sempre pensei que a adoção fosse um caminho natural para quem é gay.

Em relação à sua família natural seus pais, sua família...

Nós nunca adotamos porque a minha mãe ficou grávida cinco vezes, então a questão da adoção nunca chegou para nós, mas meus tios adotaram e a minha família tem vários casos de adoção.

Eu me refiro ao fato você falou que sempre foi muito família...

Eu sempre fui muito família...

O seu relacionamento com seus pais, isso que estimulou, você consegue lembrar de alguma coisa específica?

Me estimulou a ter família. Só a ter a minha própria família. Eu imaginei que essa experiência eu gostaria de continuar, agora, a nossa filha tem sido só uma confirmação de que é muito bom viver essa vida, eu gosto muito, gosto muito de juntar os pais, os filhos, a família núcleo, a família estendida, é uma experiência muito positiva.

Você disse que ao perceber a sua orientação sexual, que você é gay

Desde menina...

Pensava que não poderia ter uma família convencional...

Sim. Eu imaginei que eu iria adotar, a minha ideia seria adotar, ou me casar com alguém que já tivesse filho, ou que quisesse ficar grávida, mas eu acho que a adoção foi sempre a minha primeira... a primeira coisa que surgiu na minha cabeça, e quando eu conheci a [SANDRA] ela também queria ter uma família, mas ela queria ficar grávida... Aí juntou a fome com a vontade de comer [inaudível] esse caminho aí inicialmente.

Você consegue falar mais ou menos quando surgiu pela primeira vez essa vontade de adotar, em que momento da sua vida...

Olha, eu nunca tive vontade de adotar. Eu sempre tive vontade de me casar e ter a minha família e eu nem imaginei que quando isso fosse acontecer seria pela adoção, mas não tava na minha cabeça assim 'uhum, vou adotar em algum momento', não, era mais uma

consequência natural do casamento. Porque eu poderia me casar com alguém que já tivesse filho, e a questão da adoção veio mais forte quando a gente conseguiu ter... inicialmente quando a gente quis ter filho, a questão da adoção já estava na minha cabeça, quando a gente resolveu, depois que a gente se casou que a gente iria ter um filho, mas a [SANDRA] sempre quis primeiro engravidar, então primeiro a gravidez sempre vinha antes, adoção só [inaudível] depois, quando a gente não conseguiu, e como a gente queria ter uma família, 'agora esse é o próximo passo'... Não sei se ficou claro...

Sim, sim. Você falou que nunca pensou em gestar, em engravidar. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Não é muito [inaudível], e olha que eu fiquei grávida, mas não é assim uma coisa que [inaudível] da minha cabeça. [pausa razoável na fala] Achei que não fazia parte da minha trajetória, não era o que eu planejava, mas eu tentei, tentei, fiquei grávida [inaudível], foi muito sofrido, tipo assim, até você chegar no filho é muito sofrido, é muito trampo, é desgastante emocionalmente, fisicamente, hormonalmente, tudo muito demandante e eu já tinha tido uma experiência muito difícil, duas, quando eu tentei, foi por uma questão... tentei assim dar uma contribuição, digamos assim, (riso), mas não deu certo...

Não deve ser fácil de falar, mas você falou que você ficou grávida...

Fiquei grávida, eu fiquei, ela ficou, nós ficamos grávidas, mas a gente perdeu, foi difícil, foi sofrido, tem assim... teve um luto, sabe, até chegar na adoção... Para quem quis ter os próprios filhos é um processo muito longo, são muitas... Cada tentativa demora meses, meses de preparação, meses de hormônio, meses de conflitos, de expectativas, aí não dá certo, você tenta de novo, não dá certo, às vezes você passa anos e quando você chega para adotar, você quer um bebê a-go-ra. Alguém falou assim que nós íamos esperar 7 anos...[pausa prolongada na fala].

Você falou que no seu relacionamento com a [SANDRA] apareceu a ideia de ser mãe...

Sim.

De ter uma família.

Sim. Nesse ponto foi muito bom, nós tínhamos escolhido o nome da nossa filha quando nós estávamos namorando...

Conhecê-la ajudou a você reforçar uma coisa que você já tinha, ou te deu coisas novas?

A questão da família não. A única coisa nova só é que ela tinha um desejo muito forte de ser mãe, isso para mim era novo porque, para mim, adoção [inaudível] desde o princípio... daí ela falou ‘não, eu tenho medo de como essa criança vai vir’, ela falava isso. Na minha cabeça, os problemas que a criança vai trazer são os mesmos que a gente pode ter com os nossos próprios filhos porque, na minha concepção, são espíritos que vêm, eles podem vir na minha barriga, ou podem vir de fora – lá são uns problemas e com a gente são outros... Então essa concepção de que vai ter problema, na minha cabeça a gente também vai ter a nossa cota de problema com ela de barriga, ou não.

Pelo que eu entendi a sua concepção religiosa interfere, ou modula o que você pensa...

Eu sou uma pessoa muito religiosa.

Você pode falar um pouco sobre isso, com relação à maternidade?

Posso, posso, te falar a minha concepção religiosa: somos todos espíritos, as pessoas geram os corpos que vão trazer esses espíritos, mas a gente não gera esses espíritos, os espíritos são separados, né, a nossa contribuição é só do corpinho. Então esse corpinho pode vir da minha barriga ou de uma barriga de uma outra mãe, mas na concepção religiosa, quando existe planejamento espiritual para essa criança estar na sua família, ela chegará na minha família pela barriga de uma outra mulher. Eu acredito muito – eu não acredito no acaso – eu acredito que se a criança tiver que vir, ela virá de uma maneira ou de outra: os espíritos vão ajudar a botar essa criança na nossa casa... Então nós continuamos na fila da adoção, então eu acredito que esse ano, nesse planejamento tiver que vir mais crianças, elas virão.

Com relação às suas motivações eu não tenho mais nada para perguntar. Você quer acrescentar alguma coisa que você não falou, ou que você se lembra?

[Inaudível] é ter mais filhos (risada). Não tenho mais nada acrescentar.

[Bloco II]

Com relação às suas expectativas, como está sendo essa espera para se tornar mãe novamente?

Um absurdo... [inaudível] esse é um sistema que protege, tanto, tanto, que oprime, esmaga, que sufoca. Protege tanto que deixa as crianças no abrigo. Eu acho um sistema muito [inaudível] desse país, né? Eu acho ele é caótico, e ele não protege a criança, ele não permite que pessoas que queiram adotar recebam essas crianças – Quantas pessoas na fila de adoção? Pelo amor de Deus, para quê? Eu acho um sistema absurdo. A gente entrou com o nosso pedido em janeiro... em junho – já tem ano –, a assistente social foi muito clara: ‘no seu perfil, 7 anos’... Eu vou ter 50 anos...

P2: A gente saiu de lá da entrevista de devolução da psicóloga, a gente saiu de lá deprimida (fala de [SANDRA])

A gente falou ‘não é por aqui, não é por aqui nós vamos atrás da nossa criança’.

Você falou bastante o que você pensa sobre o sistema. O que você sente em relação a isso?

Eu sinto frustração. Desânimo. Ele é frustrante, ele é desanimador, ele é injusto. Eu sei que eu me sinto impotente, eu me sinto impotente, por melhor que eu seja – eu me considero a melhor candidata a mãe de [CIDADE], depois da minha esposa (riso), eu me considero o melhor perfil de [CIDADE] para ser mãe, eu [enfática] me considero: 7 anos, 7 anos...

Isso te faz sentir como?

Uma imbecil. Eu me sinto frustrada. Nem é com raiva, sabe, é frustrada: não há nada que eu possa fazer. O que eu pude fazer foi ali, para achar uma outra criança fora do sistema... para nós foi o que nós fizemos. Sinto frustração no mais alto grau.

Você consegue falar de vários momentos de espera diferentes, por exemplo, antes, durante o processo, várias formas, como você se sentiu, antes de começar, durante o processo de fertilização, agora depois de já se tornar mãe, a sensação diferente...?

Nós tentamos cinco vezes. A primeira vez ‘nossa, com certeza que ia dar certo’, no começo foi muita expectativa positiva, aí não deu certo. Tentamos de novo, aí a [SANDRA] ficou grávida, assim, é uma gangorra emocional: você fica empolgado, aí depois você se frustra, assim, tem uma tristeza muito grande por... Aí você tenta de novo, aí não dá certo de novo, aí na terceira vez, na quarta vez, você já vai com o pé atrás, você já vai achando, assim, ‘ah, não sei, é tão difícil né’, e o médico não te dá nenhuma esperança, ele fala assim para você ‘você tem de 15 a 20% de chance’.

P2: E se você engravidar a chance de perder é 30% (fala de [SANDRA])

[MARIA]: É assim que é. Bem assim, é bem [inaudível] Nesse ponto é bom, mas você fica numa gangorra emocional – vai e vem, vai e vem – até chegar ao ponto de eu, eu tentar ficar grávida, aí todo processo e em vários momentos é isso, você sobe e desce, mas na terceira, na quarta vez, você nem sobe tanto, você já vai assim com os dois pés atrás. Depois que não deu certo é um processo para você se recuperar e falar assim ‘agora vou para adoção’ E quando a gente chega na fila da adoção, a gente fala ‘nossa, preciso de uma criança correndo’, e aí eles jogam outro balde de água fria, a mesma coisa que... Na fertilização, sei lá, a gente tinha 15 a 20% de chance, você vai, você entra num processo sabendo que o negócio tem pouca chance, na adoção você fica com a mesma impressão e as crianças estão lá, as crianças estão lá, mas assim, 7 anos... E eles ficam fazendo assim ‘para você ter essa criança é quase que impossível, para você ter a criança que você quer você precisa querer uma criança mais velha e essa criança pode ter problema de saúde – eu não tenho problema nenhum com isso [observação da entrevistada] –, mas ela tem que tem um irmãozinho, porque ela não pode ir sozinha, então para você ter essa criança você tem que levar o pacotinho’... Tudo bem, eu levo o pacotinho, mas ainda assim para ter um pacotinho junto, 7 anos... É frustrante. O nosso sistema ele é desanimador.

Pelo que eu entendi esse momento de você tentar engravidar foi algo significativo.

Foi. Foi bem significativo, foi uma coisa nova para mim, foi bem bacana, foi algo que eu não esperava fazer e foi maravilhoso, as minhas duas semanas de gravidez, nossa! Me senti outra pessoa [inaudível], foi muito bom.

E o que te levou a tentar isso, mesmo não sendo o seu desejo?

A necessidade de querer ter uma família e de poupar a [SANDRA] desses processos, porque eles são muito dolorosos, eles são dolorosos não só psicologicamente, mas fisicamente eles também são porque é um processo de hormônio, a gente fica enlouquecida com os hormônios, é desgastante para o casal, é desgastante fisicamente, é desgastante para o corpo, mas a gente queria muito ter uma família, sabe? É por isso que sistema é frustrante. É por isso a frustração, porque quando você chega lá, nossa, para quem quis ter um filho antes é um balde de água fria ‘ah você veio aqui para ter uma criança’, vai ser tão difícil quanto e nem vai parecer com você – para mim isso não tem problema, mas ela não queria, para mim o principal é ter a criança, mas ela não queria, ela queria uma criança que fosse parecida comigo ou com ela, e isso é muito difícil porque ela [inaudível], é quase impossível no nosso sistema, se fosse ser branco igual ela, a gente nunca teria um bebê.

E como você imagina que vai ser quando essa criança chegar?

Eu acho que ela vai trazer os mesmos desafios dessa nossa primeira adoção, a nossa primeira adoção teve o desafio da doença congênita, então a gente teve... foi bem difícil e foi muito bom ao mesmo tempo, isso aumentou o vínculo da adoção, o vínculo com a nossa filha foi ainda maior por conta da doença porque a gente precisou cuidar dela desde os primeiros dias: com dez dias ela estava no hospital, ela tem uma doença grave, crônica, séria, incurável, então isso aumentou o vínculo. Então eu imagino que com a próxima criança e quando ela vier, ela vai ter esses desafios assim da novidade, da gente não conhecer, não saber como é. Quando você fica grávida, você fica um tempão ali se planejando, [inaudível], aí você arruma um quartinho e não, essa criança vem [ênfatisa], e aí você corre atrás disso, daquilo, chamo minha mãe, chama minha sogra para vir ajudar, é um processo de descoberta, é um novo ser que chega para a gente e a gente tem que arrumar tudo e tudo ao mesmo tempo agora, é

desafiador mas é muito bom é muito bom para quem quer ter filho, muito bom para quem quer ter família, e eu quis a experiência de ter uma família maior, eu e [SANDRA] estamos tão encantadas com a nossa filha que, por enquanto, não tem espaço emocional para nenhum outro... Eu estou tão empolgada com a neném que não tem espaço emocional para nenhum outro filho agora, eu acho que é só para ela agora, e a nossa fila de espera tão grande, já foi quase um ano de espera, ainda tem mais seis né...

Para finalizar, você pode contar um pouco sobre essa experiência de ter feito essa adoção? Como foi, o que motivou, como você se sente...

Como você deve ter visto várias vezes, a motivação ela é muito influenciada pelas questões das crenças, né, [SANDRA] teve um sonho com a nossa adoção, ela teve um sonho e nesse sonho essa criança falou que está confiando. Quando ela, a gente teve esse sonho [inaudível], a gente estava correndo atrás de uma criança e ela achou essa criança, essa menina, na nossa concepção, ela encontrou essa criança... teve um sonho e nós encontramos, [SANDRA] a encontrou e a gente foi lá, visitou, e a gente trouxe. E ela é assim a nossa paixão! Nossa! É um amor infinito! É uma... É um amor sem tamanho!

Tem alguma coisa que você queira acrescentar ao que já foi abordado?

Na verdade, eu queria agradecer, porque o fato de fazer a entrevista, a gente lembrar o quanto a gente queria essa criança, o quanto a gente correu atrás dela e o quanto os nossos esforços em encontrá-la valeram a pena, talvez a gente não tivesse feito esse raciocínio sem a entrevista, então eu quero te agradecer por essa oportunidade.

(Encerra-se a entrevista)